



Universidade de Aveiro
Ano 2020

JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA **IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O
DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA
DENSIDADE**



Universidade de Aveiro
Ano 2020

JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA **IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Rui Augusto da Costa, Professor Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais. Gratidão, por tudo.

o júri

presidente

Prof. Doutora Ana Filipa Fernandes Aguiar Brandão
professora auxiliar convidada, Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Márcio Domingos Alves Ribeiro Martins
professor adjunto, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego

Prof. Doutor Rui Augusto da Costa
professor auxiliar, Universidade de Aveiro (orientador)

agradecimentos

Quero agradecer ao professor Rui. O professor, foi uma inspiração em termos de sabedoria, e uma forte luz nos tempos mais difíceis de redação da dissertação. Nestes tempos difíceis que vivemos, o professor motivou-me e ajudou-me na conclusão desta dissertação ao longo dos meses. Obrigado pela amizade e pelos conselhos, professor!

Agradeço também aos meus pais, que possibilitaram a conclusão deste ciclo, e me deram a formação pessoal e educativa que tenho hoje. Acreditaram sempre em mim, e deram-me força e tranquilidade para acabar a dissertação. A eles, devo tudo.

Agradeço também ao meu irmão, por tornar aquelas tardes difíceis de leitura e de estudo, mais alegres e positivas. Sem a tua presença, este trabalho não seria o que é, e eu não seria quem sou.

Um especial agradecimento também à Bia. Sem ela, a minha capacidade de superação não seria a mesma. Foste o meu porto de abrigo quando este projeto se tornou mais difícil. Obrigado pelas palavras de encorajamento, positivismo e amor.

Quero também, deixar uma palavra de agradecimento às autarquias que possibilitaram a existência deste estudo. A vossa contribuição provou ser valiosa, e melhorou o estudo.

Expresso também o meu agradecimento à minha restante família pelo apoio demonstrado ao longo do tempo.

Agradeço por último, a todos os professores que contribuíram para a minha formação ao longo destes cinco anos, e aos meus colegas de turma, pelas experiências e partilhas. A todos, o meu sincero obrigado.

palavras-chave

Turismo, territórios de baixa densidade, desenvolvimento, desenvolvimento em turismo, território.

resumo

O presente trabalho propõe-se a estudar a importância que o turismo pode ter em processos de desenvolvimento nos territórios de baixa densidade. De um modo geral, o turismo tem sido um setor de crescente importância em Portugal. No entanto, essa importância tem-se traduzido em benefícios desiguais pelo território. Os territórios de baixa densidade são os principais locais em que verificam assimetrias regionais profundas. Tornou-se relevante compreender as dinâmicas assentes nos territórios de baixa densidade, para perceber quais os impactos positivos que a atividade turística pode ter, quando aplicada de uma forma sustentável e planeada, em busca de um desenvolvimento integrado.

Este projeto apresenta uma revisão de literatura sobre os dois principais conceitos- desenvolvimento e territórios de baixa densidade- juntamente com as relações com o setor do turismo. O objetivo principal deste estudo passa por compreender e demonstrar a importância que o turismo tem, e ainda pode ter, no desenvolvimento de territórios carenciados, com problemas económicos, demográficos e sociais.

Posteriormente, foram inquiridas as autarquias dos territórios de baixa densidade, para auferir algumas opiniões sobre temáticas ligadas ao turismo e aos seus municípios. Foi possível identificar alguns problemas existentes nestes territórios, assim como também algumas soluções ligadas à atividade turística. Através da revisão da literatura e da análise de resultados do questionário, foi possível concluir que uma estratégia de turismo integrada e sustentável pode ser central e de elevada importância para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

keywords

Tourism, low density territories, development, tourism development, territory

abstract

This work aims to study the importance that tourism can have in development processes in low-density territories. In general, tourism has been a sector of increasing importance in Portugal. However, this importance has resulted in unequal benefits across the territory. Low-density territories are the main places where profound regional asymmetries are found. It has become relevant to understand the dynamics based on low-density territories, to understand the positive impacts that the tourism activity can have, when applied in a sustainable and planned way, in search of an integrated development.

This project presents a literature review on the two main concepts- development and low-density territories- together with the relations with the tourism sector. The main objective of this study is to understand and demonstrate the importance that tourism has and still can have, in the development of deprived territories, with economic, demographic, and social problems.

Subsequently, municipalities in low-density territories were surveyed to obtain some opinions on topics related to tourism and its municipalities. It was possible to identify some problems existing in these territories, as well as some solutions related to the tourism activity. By reviewing the literature and analysing the results of the survey, it was possible to conclude that an integrated and sustainable tourism strategy can be central and of high importance for the development of low-density territories.

Índice

<u>Índice de Figuras</u>	<u>V</u>
---------------------------------	-----------------

<u>Índice de Tabelas</u>	<u>VI</u>
---------------------------------	------------------

<u>Lista de Abreviaturas</u>	<u>X</u>
-------------------------------------	-----------------

<u>1 Introdução</u>	<u>1</u>
----------------------------	-----------------

1.1 Contextualização e relevância do tema	1
---	---

1.2 Objetivos do trabalho	1
---------------------------	---

1.3 Estrutura e metodologia do trabalho	3
---	---

<u>2 Conceptualização e contextualização do Desenvolvimento e a sua relação com o Turismo</u>	<u>5</u>
--	-----------------

2.1 Introdução	5
----------------	---

2.2 Desenvolvimento- Contextualização e Conceptualização Teórica	6
--	---

2.3 Desenvolvimento e Turismo- Relação entre Conceitos	13
--	----

2.4 Turismo e Território	17
--------------------------	----

2.5 Conclusão	21
---------------	----

<u>3 Modelos de Crescimento e Desenvolvimento em Turismo</u>	<u>23</u>
---	------------------

3.1 Introdução	23
----------------	----

3.2 Modelo do ciclo de vida de um destino turístico de Butler	24
---	----

3.2.1 Caracterização do modelo	24
--------------------------------	----

3.2.2 Vantagens e Desvantagens	29
--------------------------------	----

3.3 Modelo de Miossec	30
-----------------------	----

3.3.1 Caracterização do modelo	30
--------------------------------	----

3.3.2	Vantagens e Desvantagens	33
3.4	Modelo Albergos Difusos	34
3.4.1	Cronologia e Origens	34
3.4.2	Albergos Difusos- definição conceptual	35
3.4.3	Caracterização do modelo	38
3.4.4	Principais Desvantagens	41
3.4.5	Principais fatores organizacionais	42
3.4.6	Filosofia Albergos Difusos	45
3.5	Conclusão	46
4	<u>Territórios de Baixa Densidade</u>	49
4.1	Introdução	49
4.2	Territórios de Baixa Densidade- conceptualização teórica	49
4.3	Caracterização dos Territórios de Baixa Densidade de Portugal	54
4.3.1	Caracterização Física	59
4.3.1.1	Ocupação e Uso dos Solos	59
4.3.1.2	Acessibilidades	61
4.3.1.3	Cidades, vilas e aldeias	63
4.3.2	Caracterização Demográfica	65
4.3.3	Caracterização Económica	70
4.3.4	Caracterização Turística	72
4.3.4.1	Oferta Turística	72
4.3.4.2	Procura Turística	74
4.4	Conclusão	76
5	<u>Metodologia</u>	79
5.1	Introdução	79
5.2	Modelo de investigação	79
5.3	Objetivos e questões de investigação	81
5.4	Metodologia da recolha de dados	84
5.4.1	População em estudo	85
5.4.2	Instrumento de recolha de dados	85
5.4.3	Estrutura do questionário	85

5.5	Metodologia da análise de dados	88
5.6	Conclusão	89
6	<u>Análise e discussão de resultados</u>	91
6.1	Introdução	91
6.2	Análise descritiva de dados	91
6.2.1	Caracterização Territorial dos municípios participantes	91
6.2.2	Turismo nas Câmaras Municipais	93
6.2.3	Territórios de Baixa Densidade	98
6.2.4	Turismo e Desenvolvimento	107
6.2.5	Turismo e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade	113
6.2.6	Redes colaborativas	117
6.2.7	Perfil demográfico	120
6.3	Cruzamento de variáveis	122
6.3.1	Estrutura e organização interna das Câmaras Municipais	123
6.3.2	Recursos Humanos das Câmaras Municipais	136
6.3.3	Investimento em Turismo	143
6.3.4	Território- NUTS II	151
6.4	Discussão de resultados	166
6.5	Conclusão	172
7	<u>Síntese e conclusões</u>	175
7.1	Considerações gerais	175
7.2	Limitações do estudo	178
7.3	Contributos da investigação	179
7.4	Propostas de investigação futura	180
	<u>Referências bibliográficas</u>	183
	<u>Apêndices</u>	191

Índice de Figuras

Figura 1- Ciclo de vida teórico de um destino turístico	25
Figura 2-Representação gráfica do modelo teórico AD (Esquerda – Hotel Convencional; Direita – AD).	36
Figura 3- Principais fatores organizacionais do AD	42
Figura 4- O(s) círculo(s) vicioso(s) da baixa densidade territorial	55
Figura 5- Mapa dos Territórios de Baixa Densidade em Portugal.....	56
Figura 6- Distribuição da superfície das unidades territoriais por classes de uso e ocupação do solo.....	60
Figura 7- Centralidades, Pendularidades e Acessibilidades, 2011.....	62
Figura 8- Distribuição de cidades, vilas e aldeias no território nacional	64
Figura 9-Estrutura conceptual do projeto	80
Figura 10- Objetivo principal e objetivos específicos do estudo.....	82
Figura 11- Questões de investigação	83
Figura 12- “Existe na Câmara Municipal um pelouro de Turismo?”	93
Figura 13- Se existe um pelouro de Turismo, a quem está atribuído?	94
Figura 14-Existência de trabalhadores com formação em Turismo nas Câmaras Municipais	96
Figura 15- Número de trabalhadores que existem com formação específica na área do turismo (frequência e percentagens)	97
Figura 16- "Os Territórios de Baixa Densidade, em termos gerais, apresentam um grande potencial para se afirmarem como um destino turístico de elevada importância" (frequência e percentagem).....	108
Figura 17- "O seu município, em termos gerais, apresenta um grande potencial para se afirmar como um destino turístico de elevada importância" (frequência e percentagem)	109
Figura 18- "Indique, qual a importância que pensa que o Turismo irá ter no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade"	113
Figura 19- Fases de desenvolvimento de um destino turístico- aplicado a cada município (frequência e percentagem).....	114
Figura 20- "A autarquia é membro de alguma rede colaborativa de turismo ou um produto conexo à atividade?"	117
Figura 21- Percentagem dos inquiridos distribuídos por género	120
Figura 22- "Possui formação em Turismo?"	121

Índice de Tabelas

Tabela 1- Modelo de Miossec	31
Tabela 2- Principais diferenças entre um AD e um hotel convencional	37
Tabela 3- Lista de Municípios classificados como Territórios de Baixa Densidade	58
Tabela 4- Índice de concentração da população residente em cidades (%), por NUTS II- 2018.....	65
Tabela 5- Densidade populacional nos TBD e restantes territórios-2019	66
Tabela 6- Índice de Envelhecimento nos TBD e restantes territórios-2019	67
Tabela 7- Índice de Dependência de Idosos nos TBD e restantes territórios-2019	68
Tabela 8- Saldos Populacionais nos TBD e restantes territórios- 2019	69
Tabela 9- Poder de compra per capita nos TBD e restantes territórios- 2017	70
Tabela 10- Valor de bens em € importados e exportados pelas empresas- 2019.....	71
Tabela 11- Número de alojamentos turísticos nos TBD e restantes territórios- 2019	73
Tabela 12-Capacidade dos Alojamentos Turísticos nos TBD e restantes territórios-2019.	73
Tabela 13- Nº de dormidas por 100 habitantes nos TBD e nos restantes territórios- 2019	74
Tabela 14- Nº de hóspedes por 100 habitantes nos TBD e nos restantes territórios-2019	75
Tabela 15-Modelo de investigação utilizado	80
Tabela 16- Objetivos de investigação	84
Tabela 17- Caracterização da estrutura do questionário	87
Tabela 18- Distribuição territorial das respostas por NUTs II (frequência e percentagens de resposta)	92
Tabela 19- Distribuição territorial das respostas por NUTs III (frequência e percentagens de resposta)	92
Tabela 20- Organização interna das Câmaras Municipais- enquadramento da área do Turismo (frequência e percentagem)	95
Tabela 21- Áreas a que o turismo está associado nas Câmaras Municipais	95
Tabela 22- Percentagem do Orçamento Municipal dedicado ao setor do Turismo.....	98
Tabela 23- Importância dos Territórios de Baixa Densidade para o desenvolvimento em Portugal.....	99
Tabela 24- Gravidade dos problemas associados aos Territórios de Baixa Densidade- frequências de resposta	99
Tabela 25- Capacidade dos Territórios de Baixa Densidade para a resolução dos problemas - frequências de resposta	100
Tabela 26- Gravidade dos problemas associados aos municípios Territórios de Baixa Densidade- frequências de resposta.....	101
Tabela 27- Capacidade dos municípios Territórios de Baixa Densidade para a resolução dos problemas - frequências de resposta.....	102
Tabela 28- Principais características dos Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta).....	103
Tabela 29- Principais características dos municípios Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta)	104
Tabela 30- Principais soluções para os Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta).....	105

Tabela 31- Principais soluções para os municípios Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta)	106
Tabela 32- "Numa escala de abundância, quais as principais características que o seu município possui para a atividade turística?"	110
Tabela 33- "Numa escala de qualidade, quais as principais características que o seu município possui para a atividade turística?"	111
Tabela 34- Medidas que devam ser tomadas pelos stakeholders/agentes do território dos Territórios de Baixa Densidade, para que permitam um maior desenvolvimento do turismo	112
Tabela 35- Grau de importância dos presentes indicadores que o Turismo deve responder para o desenvolvimento do município	115
Tabela 36- Principais características valorizadas num projeto turístico, no contexto de cada município	116
Tabela 37- "Quais a (s) rede (s) que a autarquia é membro?" - frequência e percentagem	118
Tabela 38- Principais vantagens que a autarquia tem em ser membro de uma rede(s) colaborativa(s)	119
Tabela 39- Principais motivos/desvantagens que a autarquia tem em não ser membro de uma rede(s) colaborativa(s)	119
Tabela 40- Intervalos etários dos inquiridos-frequência e percentagem.....	120
Tabela 41- Tipo de formação em Turismo.....	121
Tabela 42- Tipo de função ocupada na Câmara Municipal	122
Tabela 43- Variáveis independentes utilizadas.....	122
Tabela 44- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Pelouro e II-1.1Demográficos)	123
Tabela 45- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Pelouro e II3DesTerr).....	124
Tabela 46- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Pelouro e II3EscaTransMun)	125
Tabela 47- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e II-1.1Culturais)	126
Tabela 48- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e II-2.1Culturais)	127
Tabela 49- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e II-2.2Económicos).....	128
Tabela 50- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e III3PatImaCul)	129
Tabela 51- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e IV3SistTranspAcess).....	129
Tabela 52- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e IV4DinaComLocal).....	130
Tabela 53- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e IV4EnvolvPopProj).....	131
Tabela 54- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrgTurCM e II-1.2Geográficos)	132
Tabela 55- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrgTurCM e II3MaodeObra)	133

Tabela 56- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrgTurCM e III4Gastronomia).....	134
Tabela 57- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AreaTur e II-2.1Económicos)	136
Tabela 58- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II-1.1Geográficos)	137
Tabela 59- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II-1.2Soc) ...	138
Tabela 60- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II-2.1Sociais)	139
Tabela 61- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II4UnivEscolas)	140
Tabela 62- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e III3Gastronomia).....	141
Tabela 63- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e III4Gastronomia).....	142
Tabela 64- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Orç.CMTur e II-1).....	143
Tabela 65- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II-1.2Culturais)	144
Tabela 66- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II-2.1Económicos).....	145
Tabela 67- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II4CapInvestimento).....	146
Tabela 68- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrcCMTur e II4.1ApoioHabitacao)	147
Tabela 69- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e III3EquipTurísticos)	148
Tabela 70- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e III4HospitPop)	149
Tabela 71- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e IV3ValorEcoTerr).....	150
Tabela 72- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II3EscaTransMun)	152
Tabela 73- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II3.1PopEnv)	153
Tabela 74- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II3.1SubPov).....	154
Tabela 75- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4BenFiscais).....	155
Tabela 76- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4CustosPortagens)	156
Tabela 77- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4Ferrovia)	157
Tabela 78- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4.1CustosPortagens)	158
Tabela 79- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III3PatNatural)...	159
Tabela 80- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III3HospitPop) ...	160
Tabela 81- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III4AtracTurística)	161
Tabela 82- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III5OferTurística)	162

Tabela 83- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III5RecrutPesEspeci).....	163
Tabela 84- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e V1.2FinancAtiv).	164
Tabela 85- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e V1.2VisibDest)....	165

Lista de Abreviaturas

AD- Albergos Diffusos

AML- Área Metropolitana de Lisboa

AMP- Área Metropolitana do Porto

CAOP- Carta Administrativa Oficial de Portugal

CM- Câmara Municipal

ERT- Entidade Regional de Turismo

IDI- Índice de Dependência de Idosos

INE- Instituto Nacional de Estatística

NUT- Nomenclatura das Unidades Territoriais

PIB- Produto Interno Bruto

PNCT- Plano Nacional de Coesão Territorial

RTP- Retrato Territorial de Portugal

TBD- Territórios de Baixa Densidade

TESP- Cursos Técnicos Superiores Profissionais

1 Introdução

1.1 Contextualização e relevância do tema

A situação existente no território português não é a ideal. Portugal encontra-se com um território desigual, e com assimetrias regionais graves. Existem problemas estruturais que impedem a coesão territorial (PNCT, 2016). Esses problemas- demográficos, económicos, sociais, entre outros- arrastam os Territórios de Baixa Densidade (TBD) para um círculo vicioso negativo, que começa precisamente na falta de população e, conseqüentemente, na baixa densidade demográfica. Essa baixa densidade gera emigração, envelhecimento, pouca oferta de emprego e fracas infraestruturas e serviços (PNCT- O Interior em Números, 2018). Torna-se necessário, não só tentar compreender as razões desses acontecimentos, como também apelar a uma mudança de paradigma na forma como se aborda o desenvolvimento e a coesão territorial (Leite Ramos, 2014). **A urgência demográfica que Portugal atravessa, a importância crescente do setor do turismo, as assimetrias regionais registadas em Portugal e as dificuldades existentes na desconcentração do fluxo de turistas pelo território de uma forma mais equilibrada, são as principais razões que motivam este estudo.**

1.2 Objetivos do trabalho

Este trabalho apresenta-se como um projeto que tenta compreender as diferentes dinâmicas que afetam os Territórios de Baixa Densidade (TBD) e as atividades aí desenvolvidas. Como o título indica, obriga a uma reflexão conceptual entre três conceitos centrais- turismo, desenvolvimento e TBD. Este projeto estuda a relação entre estes três conceitos e tem como **principal objetivo, demonstrar a importância que o turismo pode ter no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade.** Após a elaboração do objetivo principal, foram elaborados os objetivos específicos do trabalho:

- Contextualização e definição do conceito de desenvolvimento- é importante definir o conceito e compreender o que de facto corresponde a um processo de desenvolvimento territorial;
- Exploração da relação entre o conceito de desenvolvimento e o setor do turismo, para perceber os contributos que a atividade turística é capaz de proporcionar para os territórios e populações;
- Análise da relação entre turismo e território, para compreender de uma forma alargada os impactes que o turismo tem nos diversos territórios, e as formas diferentes que o turismo pode ser implementado nesses locais;
- Identificação e caracterização dos principais modelos de desenvolvimento e crescimento em turismo, para assim abranger os diferentes tipos de interpretação sobre comportamentos, impactes e potencialidades do turismo nos diversos territórios;
- Definição e análise das principais características dos TBD- compreender o que são TBD, como surgiram e que características possuem atualmente;
- Caracterização dos TBD de Portugal e identificação de problemas existentes- análise global aos TBD de Portugal por temas, através de uma caracterização física, demográfica, económica e turística;
- Demonstrar que o turismo fortalece a base económica dos TBD, através dos dados adquiridos do estudo empírico;
- Compreender a relevância do turismo para a reabilitação e preservação das diferentes formas de património- como o turismo pode ser uma atividade contributiva, que promova a manutenção e reabilitação de culturas e patrimónios nos diversos locais;
- Perceber junto dos *stakeholders* públicos quais as principais características e necessidades dos TBD, através da distribuição de um questionário direcionado

às diversas matérias analisadas no estudo, posteriormente analisado no estudo empírico;

- Estudar o contributo do turismo na criação de soluções que promovam o desenvolvimento dos TBD- através dos dados recolhidos, ser possível elencar certas propostas de atividade turística que sejam propostas altamente contributivas para o desenvolvimento global dos TBD.

Os principais contributos desta investigação são uma maior compreensão da situação e unicidade dos TBD, um melhor entendimento das dinâmicas territoriais que envolvem a relação entre desenvolvimento territorial e o turismo, o contributo essencial que a própria atividade turística pode oferecer aos TBD e o papel fundamental das autarquias no apoio à atividade turística, como agente de proximidade na mitigação de problemas existentes.

1.3 Estrutura e metodologia do trabalho

Todo o trabalho está segmentado por capítulos temáticos, por forma a facilitar a sua elaboração, como também a sua compreensão. No primeiro capítulo surge naturalmente a introdução do trabalho, em que são apresentadas as características e organização do mesmo. O segundo capítulo incide sobre a revisão da literatura temática, aborda a conceptualização teórica do desenvolvimento, a sua relação com o turismo, e as conexões entre o turismo e o território. O terceiro capítulo aborda os modelos de crescimento e desenvolvimento em turismo, e são analisados três modelos distintos, de forma a enriquecer a análise- modelo de Butler, modelo de Miossec e modelo *Albergo Diffuso* (AD)- devido às suas diferenças de visão e interpretação da relação entre a atividade turística e o território. O quarto capítulo trata dos territórios de baixa densidade- a sua conceptualização teórica e definição, e a caracterização dos TBD portugueses a vários níveis.

O quinto capítulo é sobre a metodologia utilizada no trabalho. Inicia-se por uma revisão da literatura científica multitemática, incidindo principalmente sobre o conceito de desenvolvimento e sua relação com o turismo e território, e sobre o conceito de

territórios de baixa densidade. É também feita uma caracterização dos TBD portugueses com pesquisa de dados secundários, e uma distribuição *online* de questionários às autarquias que são classificadas como TBD. De um universo total de 165 municípios, foram obtidas 112 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 67,87%. Esse questionário foi distribuído com o objetivo de auscultar a relevância que o turismo tem ou pode ter nos TBD, e simultaneamente avaliar os problemas existentes no território. No sexto capítulo está versada a análise de dados e resultados- análise descritiva e cruzamento de variáveis- que origina posteriormente na discussão de resultados. Esse capítulo irá analisar as respostas dadas nos questionários de forma crítica e construtiva, respondendo simultaneamente às questões de investigação elaboradas e à informação escrita da revisão da literatura. Relacionará os dados e conclusões retiradas do estudo da literatura, com os dados e conclusões do estudo empírico. O sétimo capítulo incidirá sobre a síntese do estudo e conclusões retiradas e o oitavo e último capítulo irá expor as referências bibliográficas utilizadas no estudo.

2 Conceptualização e contextualização do Desenvolvimento e a sua relação com o Turismo

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é compreender os conceitos básicos de desenvolvimento e as várias teorias que moldam a percepção de desenvolvimento. É também um objetivo entender as dinâmicas que precedem as diversas abordagens que envolvem a teoria e a prática. Não será para explorar a etimologia da palavra em si, nem para explorar toda a história que envolve o desenvolvimento. Irá ser sim, para explorar os diversos conceitos que existem, e todos os atores que tomam parte na execução e planeamento de estratégias que permitam chegar ao desenvolvimento pretendido, sabendo que existem diversas correntes e formas para o atingir.

Um outro objetivo deste capítulo será entender as tendências atuais do desenvolvimento, relacionando alguns conceitos e identificando estratégias usadas pelos agentes responsáveis pelo mesmo. A complexidade de o definir, e a complexidade de atingir esses estágios de forma consistente estarão patentes no capítulo, assim como o grande número de entidades e instituições que têm de estar envolvidas de forma concordante no processo.

Neste capítulo, irão ser abordadas também ligações entre alguns conceitos. Irá ser explorada a relação entre o turismo e o desenvolvimento, e as diversas formas que essa relação conceptual pode tomar. Algumas linhas serão dedicadas também às dificuldades encontradas pelos investigadores, que são evidentes na literatura, em conseguir cruzar de forma sistemática estes dois conceitos, e criar teorias dedicadas e assertivas sobre essas matérias.

A relação entre o turismo e o território irá também ser brevemente analisada, como contributo para a investigação específica desta temática. Serão expostas algumas diferenças entre a prática e a teoria, no que toca à implementação de uma estratégia de turismo aplicada a um determinado território. Serão apresentadas algumas

características intrínsecas da impossibilidade da existência de turismo sem território (Padin, 2012; Vareiro & Ribeiro, 2007), e alguns *outputs* que são essenciais à compreensão da relação entre esses dois componentes. O capítulo será estruturado por temas e segmentos- iniciará com a conceptualização e explanação do tema do desenvolvimento e depois seguirá a relação entre desenvolvimento e turismo. De seguida, irá ser abordada a relação entre turismo e território, e por fim a conclusão.

2.2 Desenvolvimento- Contextualização e Conceptualização Teórica

O termo desenvolvimento é complexo e suscetível de múltiplas interpretações. É hoje mais que nunca, um termo utilizado para inúmeras temáticas, um *slogan* (Santos, Braga, Santos, Braga, 2012). À medida que os desafios globais para a civilização humana vão surgindo, torna-se fundamental uma abordagem pragmática sobre o desenvolvimento. É uma condição que **está dependente de uma prévia organização de recursos materiais e imateriais de uma determinada região ou país, para poder ser verificada a sua existência**. Daí advém uma das grandes dificuldades do tema, pois os diálogos interdisciplinares entre entidades, geram muitas vezes pontes ou ruturas da teoria para a prática (Amaro, 2003). É um processo complexo, e difícil de manter no espaço temporal.

Quando as políticas públicas iniciaram a sua busca pelo desenvolvimento, esse desenvolvimento era associado diretamente ao crescimento. Historicamente, o conceito de desenvolvimento já foi apresentado como crescimento económico, satisfação das necessidades básicas humanas e sustentabilidade ambiental (Santos *et al*, 2012). E durante muitos anos, a ciência económica apoderou-se do seu conceito e o desenvolvimento igualava crescimento económico (Amaro, 2003). Mais tarde, nos anos 30 e 40 do século XX, o conceito de “industrialização” também foi alvo de sinónimo de desenvolvimento. E, através desse ponto de vista altamente difundido, os meios rurais e a não modernização, por associação direta de ideias, tornaram-se os locais subdesenvolvidos- sinónimo de constrangimento à modernização, industrialização e progresso. O desenvolvimento regional, a título de exemplo, diz respeito ao equilíbrio

que se quer alcançar entre regiões, umas mais desenvolvidas que outras (Iliev, 2018), tentando harmonizar os graus de desenvolvimento das diversas regiões.

Todavia, atualmente, seria uma análise redutora atentar para o desenvolvimento apenas como um sinónimo de crescimento económico (crescimento do rendimento disponível ou aumento do PIB per capita, entre outros indicadores). Existem outras áreas a que o desenvolvimento deve responder para que possa ser de facto considerado como desenvolvimento- nomeadamente a área social, política, ambiental e de saúde. Deve responder a uma visão integrada que possibilite uma melhor perspetiva de futuro para uma população (Sharpley, 2002; Ferreira & Raposo, 2017), cumprindo um ou vários objetivos pré-determinados por uma sociedade de forma global ou de um determinado governo eleito. Ora, por essa razão singular é que o conceito de desenvolvimento é extremamente volátil. Diferentes correntes ideológicas, diferentes culturas e diferentes formas de pensar e de agir, cada uma delas irá ter uma abordagem diferente (Amaro, 2003) sobre como se chega a um estado de desenvolvimento, como também, a própria definição de desenvolvimento. O que será desenvolvimento numa zona do globo, poderá ser considerado irrisório ou até negativo numa outra determinada zona, a título de exemplo. Será sempre um **conceito bastante difícil de o definir de forma una, devido à diversidade humana inerente à sua condição.** Amaro (2003) compila alguns tipos de teorias de desenvolvimento e essencialmente abordagens teórico-práticas formadas ao longo dos anos:

- Desenvolvimento ao nível da aldeia, *village concept* (desenvolvido pela OMS);
- Desenvolvimento alternativo, proveniente da Bélgica;
- Desenvolvimento endógeno ou *bottom-up*;
- Desenvolvimento territorial, em resposta ao *top-down* a partir do pensamento territorialista formado pela economia regional e das ciências do território.

O desenvolvimento territorial e o desenvolvimento endógeno são em particular, respostas diretas à lógica economicista dos anos 70. Responderam também aos efeitos nefastos e às assimetrias regionais criadas pela globalização (Ferreira & Raposo, 2017).

Pois, a tese das teorias economicistas indicava que a força e a centralização económica que determinadas regiões atingiriam com o processo de globalização, iria ter um efeito de arrasto sob as restantes regiões para o desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno tenta responder a esses desafios globais com respostas locais (Ferreira & Raposo, 2017).

Existe uma questão em comum sobre todos estes quadrantes diferentes de opinião- a de que **o desenvolvimento deve responder à promoção do bem-estar e à promoção da riqueza generalizada da população** (Santos *et al*, 2012). As grandes divergências do pensamento humano quanto ao desenvolvimento, residem na forma de o atingir, os meios utilizados e as principais prioridades para o alcançar. Essas diferentes abordagens, teorias e diversidades, gerou ao longo dos anos controvérsias, sobre diversos pontos (Ferreira & Raposo, 2017). Uma forma de decompor o conceito poderá ser de que o desenvolvimento se refere a uma mudança/transformação no sistema económico e seu sistema organizacional, que aumenta de forma sustentada o produto real e por consequência ou causa, cria uma melhoria qualitativa na economia que decorre da melhor utilização de recursos, inovações tecnológicas ou melhor divisão do trabalho (Vareiro, 2008). Torna-se importante mencionar a diferença entre os fatores quantitativos que caracterizam o crescimento e desenvolvimento económico, dos fatores qualitativos que caracterizam o desenvolvimento de uma forma global, sendo essa a principal fronteira que separa esses conceitos. Importa referir que o conceito de desenvolvimento não descarta o desenvolvimento económico que é parte integrante da harmonia de uma região ou país. No entanto o desenvolvimento não descarta também a sua iminência social, e apela a valores como a justiça, a liberdade e a ecologia (Vareiro, 2008). O processo de desenvolvimento não deve ser olhado numa perspetiva unidimensional, a económica. Deve ser acompanhada de uma análise integrada de vários quadrantes e indicadores da sociedade (Ferreira & Raposo, 2017). Por oposição à atitude HE (*hyper expansion*) - que induz a uma industrialização e um crescimento económico infinito- surge uma atitude diferente a SHE (*sane, humane, ecological*), que apela a um desenvolvimento integrado, apelando também à dimensão humana, ecológica e ambiental.

Importa também observar as estratégias e linhas de pensamento utilizados para alcançar o desenvolvimento. Atualmente existem várias linhas de pensamento, mas são destacadas duas, amplamente difundidas. São objetos de destaque duas abordagens- a especialização e a contextualização.

A especialização pode ser sinónimo de desenvolvimento. Pode ser aplicada como uma abordagem sistémica, com elevado sucesso. É importante ter como meta ou objetivo a afirmação socioeconómica de um determinado local, como por exemplo ser o principal produtor de um determinado bem ou serviço, e atingir uma reputação positiva sobre a sua qualidade. Essa região passa a deter interesse pois entrega um elevado valor no seu produto, sendo assim alvo de clientes e sucessivos futuros clientes. A produção de crescimento económico e a sucessiva criação de conhecimento que sustenta esse produto, resulta na geração de desenvolvimento altamente especializado (Hilpert, 2006). Não é objetivo deste capítulo nem do estudo, explorar a história, as diferentes etapas e complexidades alinhadas com o desenvolvimento de produtos ou serviços, mas sim elucidar sobre principais conceitos e correntes de pensamento que sustentam a atualidade global sobre a conceptualização teórica do termo.

A contextualização diz respeito a cada um dos locais, regiões ou países. O território, visto de uma forma integrada observando e analisando tudo o que o compõe-desde componentes tangíveis e intangíveis- apresenta-se único, seja ele qual for. E por consequência, o seu diagnóstico será também único (Bock, 2018). Não é possível estabelecer uma estratégia e um planeamento únicos e universais para todas as áreas, pois a contextualização é de grande importância para a criação de impactos positivos no desenvolvimento. Cada território deve responder, tendo em conta as suas características intrínsecas. A título exemplificativo **uma estratégia integrada e aplicada de desenvolvimento, com a contextualização em mente (Bock, 2018) tem de respeitar e ter em conta as redes existentes e agentes económicos do território; recursos existentes (renováveis e não renováveis); infraestruturas existentes e seu estado de conservação e utilidade; capital humano existente (conhecimento tácito e não tácito, habilidades culturais); capital social (organização social, participação pública); capacidade de poupança e de atração**

de investimento do local e vantagens comparativas e competitivas em relação a outros territórios.

Atentando ao que caracteriza o contexto de cada território, torna-se imprescindível para os decisores- públicos ou privados- ter em consideração estes fatores para um planeamento conciso de uma estratégia de desenvolvimento robusta.

O processo de planeamento deve contar com os agentes do território mais competentes e mais interessados na questão, fortificando a estratégia. Desde organismos públicos, empresários, associações locais e regionais e agentes políticos- todas as entidades que participem direta e indiretamente numa política de desenvolvimento podem e devem ser participantes no processo, com vista a um turismo mais sustentável possível, por exemplo (Eusébio, Kastenholz & Breda, 2014). A contextualização implica também uma adesão significativa da população à estratégia delineada. Sem essa adesão e participação significativas, criar-se-ão impasses e dificuldades custosos para o território. A população é o principal interveniente no território, seja pela força de trabalho ou pelas ligações simbólicas que representa no local. Através destas linhas, surge uma questão de investigação- **qual a importância do envolvimento da população no processo de desenvolvimento do turismo em TBD?** Para além da população ser o fim último de uma estratégia de desenvolvimento integrada, tem também de ser o principal interveniente em toda a linha. O setor do turismo pode ser uma valiosa contribuição nesse desígnio, tanto através da especialização, como da contextualização. No entanto o turismo, em contexto nacional, tem contribuído mais para a diversificação económica do que propriamente para um processo integrado de desenvolvimento (Cunha, 1997), pois a natureza da atividade turística é mais facilmente integrada numa lógica de desenvolvimento centrada pelo crescimento económico.

Os anos 90 do século passado, ficaram marcados pelo elevado número de debates sobre o desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2002). É uma corrente atual de pensamento que circula um pouco por todo o mundo e diz respeito ao desenvolvimento alternativo. Apesar de não representar um modo de desenvolvimento consensual (Soares &

Quintella, 2008), é um tema incontornável. Muitos autores apontam essa sustentabilidade a partir de um ponto de vista ecológico e ambiental, muitos outros apontam como uma reformulação do sistema clássico capitalista de crescimento económico e apoio social (Santos *et al*, 2012, Soares & Quintella, 2008). Foi uma teoria de pensamento que originou em Malthus (1996) economista britânico que viveu no século XVIII e XIX, através da sua teoria da população. Malthus, afirmava que a população humana crescia de forma exponencial, e a produção de alimentos crescia de forma linear, criando-se um problema de escassez. Seria necessário repensar o uso dos recursos naturais *versus* a tendência natalista registada à época. Foi Malthus o impulsionador e pioneiro desta teoria, a que se seguiu no Clube de Roma (1972) à sua aceleração e disseminação (Oliveira, 2002; Hanai, 2011).

O desenvolvimento sustentável ou equilibrado, afirma-se como uma nova dimensão que atua essencialmente no campo ecológico e ambiental, e em que esses componentes não se dissociam do conceito de desenvolvimento (Santos *et al*, 2012). Para Becker (1993) **o desenvolvimento sustentável acaba por ser um processo de transformação em que a exploração de recursos, colocação de investimentos, orientação do desenvolvimento tecnológico e as modificações institucionais, são redirecionados com objetivo de preservar a satisfação das necessidades futuras e simultaneamente satisfazer as necessidades atuais.**

Um dos principais objetivos e premissas do desenvolvimento sustentável, é o da coexistência, ou seja, a de que é possível responder às problemáticas clássicas do crescimento económico, da justiça social, e juntar isso ao respeito físico pelo ambiente e biodiversidade envolventes. É uma teoria que é suportada na relação equilibrada entre estes três fatores (Santos *et al*, 2012; Oliveira, 2002).

Hanai (2011) contudo, refere que a expressão “desenvolvimento sustentável” quer dizer tudo e nada ao mesmo tempo. Atualmente é utilizada vezes sem conta, em inúmeras ocasiões, como uma espécie de jargão. O autor refere ainda que o paradigma da sustentabilidade junta ainda mais desafios aos já existentes, decorrentes da diversidade de sociedades e ecossistemas, pois **o carácter flexível da**

sustentabilidade como termo, potencia o uso inapropriado e propagandístico. A realidade atual não é compatível com utopias. A enorme diversidade de culturas e sociedades permanece e não devem ser alheados desse processo de mudança, sob pena de não se conseguir imperar a linha de pensamento do desenvolvimento sustentável e equilibrado (Soares & Quintella, 2008; Hanai, 2011).

Todavia, não pode nem deve ser ignorada a palavra *sustentabilidade*. É nessa palavra que residem as grandes controvérsias e os grandes desafios que este pensamento impõe. Sachs (1993), estudou bastante a matéria e refere que esta nova proposta de desenvolvimento, necessita que **cinco dimensões** sejam cumpridas, e assim, sejam criadas condições para a sustentabilidade:

-Social- cumprir com o propósito da equidade e justiça social, criando uma sociedade equilibrada;

-Económica- a rentabilidade empresarial e o investimento público e privado, têm de ser eficientes e produzir riqueza de uma forma consistente. Têm ainda de ser capazes de mitigar possíveis configurações negativas do país ou regiões;

-Ecológica- impor o mínimo de danos aos ecossistemas e recursos naturais, promover a reciclagem e substituição de materiais, direcionar a tecnologia para o uso mínimo de recursos no desenvolvimento industrial e urbano, e definir normas para uma robusta proteção ambiental e fiscalização para o seu cumprimento;

-Espacial- garantir uma configuração territorial simétrica, reduzindo a concentração nas áreas metropolitanas, parar a destruição de locais e ecossistemas frágeis, promover a tecnologia e métodos eficientes na agricultura e na exploração florestal, e explorar a hipótese da industrialização descentralizada, aproveitando recursos endógenos e não agrícolas das zonas rurais;

-Cultural- introduzir processos de modernização endógenos e que sejam encetados esforços na procura de soluções específicas do local e no local, para promover a cultura, o território e um codesenvolvimento baseado teoricamente na maximização do potencial registado.

Torna-se importante compreender o conceito de sustentabilidade aplicado ao desenvolvimento. O equilíbrio é importante, se pensado e planeado de uma forma linear e global. Tende-se a pensar que apenas se refere à questão ambiental e ecológica, no entanto, aplica-se a outros importantes e essenciais fatores. A qualidade entre a relação humana e a sua envolvente é essencial- é a principal diferença e afirmação do desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2002; Santos *et al*, 2012) e as restantes formas e aplicações. Mas também é importante não cair em utopias (Harai, 2011), não descurar o progresso feito e não largar os progressos económico e social, em prol apenas do meio ambiente. Os caminhos futuros do desenvolvimento devem suprir as necessidades básicas, assegurar a solidariedade com as gerações futuras, incluir a participação coletiva da população envolvida, garantir a preservação dos recursos naturais e a criação e manutenção de um sistema socioeconómico que permita emprego, segurança social e permita a disseminação da cultura e educação (Santos *et al*, 2012; Hachs, 1993; Harai, 2011; Vareiro, 2008). É esse o principal foco da estratégia do desenvolvimento sustentável, e é na sustentabilidade universal que residem todos os quadrantes e setores da sociedade.

2.3 Desenvolvimento e Turismo- Relação entre Conceitos

O turismo é utilizado há várias décadas como instrumento valorativo e de desenvolvimento de regiões (Opermann, 1992). É muitas vezes visto como um fator chave no desenvolvimento regional e equilíbrio necessário para a harmonização de cada região. Permite equilibrar as diferentes regiões em termos de desenvolvimento (as mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas), impactando comunidades a nível local (Iliev, 2018). O desenvolvimento é um fenómeno complexo que não representa um conceito consensual e esclarecedor (Santos *et al*, 2012). Independente de resultados económicos, o turismo tem tido um papel fundamental no desenvolvimento regional e económico por vários países. As várias administrações e governos, aperceberam-se que a atividade turística pode ter um efeito benéfico nas comunidades (Vareiro & Ribeiro, 2007) e impulsiona as economias locais, tanto urbanas como rurais. Existem várias abordagens a ter, e muitos fatores internos e externos que variam de país para país e de região para região. A organização de recursos, a organização de

espaços e de pessoas deve ser bem planeada e ponderada. Todavia, o turismo deve agir como uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento, como impulsionador. Surge sobre esta matéria, uma questão de investigação- **pode o turismo ser um setor impulsionador de desenvolvimento nos municípios TBD de Portugal?** Em muitos países europeus, em que Portugal está incluído, o turismo tem como meta ser um setor que impulse a coesão territorial (Iliev, 2018), que promova a fixação de riqueza, de população e de bens e serviços. Promover a aproximação temporal das áreas rurais e das áreas urbanas é também fundamental para o sucesso da atividade e dos territórios.

A importância do turismo para a perseguição da condição de desenvolvimento regional tem sido crescente. Apesar disso, a investigação em turismo como fator regional de desenvolvimento está bastante inexplorada, sendo ainda muito recente (Calero & Turner, 2020). Há muito poucos artigos e trabalhos de avaliação dos efeitos do turismo no desenvolvimento, existe um *gap* de pesquisa na literatura. Esse problema está parcialmente ligado à investigação dedutiva e à utilização de teorias provenientes de áreas de cruzamento, como a economia, sociologia, psicologia, estudos de desenvolvimento, entre outros, e não criação nem utilização de literatura proveniente do turismo (Strumpf, Sandstrom & Swanger, 2016). Literatura essa também bastante escassa no que toca à relação prática entre desenvolvimento local e regional e o turismo.

Existe uma carência de modelos e quadros teóricos que possam ligar o fenómeno do desenvolvimento ao turismo e a sua confirmação explícita em estudos. **O setor dos serviços, de forma geral, apresenta dificuldades em criar processos de desenvolvimento teóricos, em relação ao setor industrial** (Santos, Ferreira, Costa & Santos, 2020). No entanto, ao longo dos anos o turismo evoluiu e transformou-se numa disciplina própria de investigação e simultaneamente num instrumento de desenvolvimento de economias subdesenvolvidas (Calero & Turner, 2020). A grande tendência atual da sustentabilidade, aplica-se também ao turismo. A crescente mudança na procura e na oferta turísticas para soluções mais sustentáveis, oferecem uma oportunidade teórica e prática no desenvolvimento de novas investigações, métodos e modelos (Strumpf *et al*, 2016). Apesar de ser uma abordagem considerada

um pouco utópica (Hanai, 2011), o desenvolvimento sustentável no turismo mostra-se um desafio na sua aplicação e funciona como dissuasor de práticas consideradas danosas para a sociedade, ambiente e economia, e também como montra para as práticas mais responsáveis, que são a meta das sociedades contemporâneas (Ikhiatiagung & Radyanto, 2019; Soares & Quintella, 2008; Hanai, 2011).

O turismo como forma de desenvolvimento só pode existir, em larga escala e de forma longa no tempo, através do turismo internacional. Sucintamente, o turismo internacional representa a transformação de bens não transacionáveis (paisagens, atrações turísticas, etc.) em bens transacionáveis através do processo de visitação, que acaba por ser uma forma de comércio internacional (Nowak, Sahli & Sgro, 2003). Não existem modelos empíricos de turismo e desenvolvimento regional que evidenciem suportes teóricos para uma política direcionada e assertiva (Calero & Turner, 2020). Um pouco por todo o mundo existem diferentes abordagens e perspetivas no que concerne a política do turismo, podendo por isso ser possível observar diversos cenários, e obter diversas leituras.

A principal razão poderá ser de que **uma teoria única ou um modelo único de desenvolvimento num setor como o turismo é virtualmente impossível**. A natureza da atividade, sobrepõe-se a inúmeras outras indústrias e setores e a outros inúmeros elementos da procura e oferta. Uma teoria económica única do turismo é complicada de conceber (Calero & Turner, 2020). É uma atividade que não existe isoladamente sem outras atividades de apoio e o próprio território em que se insere. A perceção e compreensão profundas sobre a relação entre o turismo e os locais/territórios é uma tarefa extremamente complexa. Não tem funções de produção clássicas nem *outputs* consistentes ao nível temporal e espacial, e muitas vezes, nem uma estrutura comum de organização ao nível nacional ou regional.

Num país desenvolvido, o turismo pode ser encarado como um dos vários instrumentos de eliminação de disparidades entre regiões e entre periferias e áreas metropolitanas. Apesar de ser uma área multidisciplinar (Ikhiatiagung & Radyanto, 2019), o produto turístico oferecido é um processo complexo, tal como o contributo ao

desenvolvimento. Não se apresenta nem como um produto tangível nem intangível, tendo de ser misto (Santos *et al*, 2020). Por si só este fator já se revela essencial para a compreensão da atividade. É internacionalmente assumido também, o papel positivo que o turismo teve e continua a ter na redução de assimetrias entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. O turismo pode ter também um papel assinalável na manutenção da paz, na proteção de elementos culturais, e educação histórica sobre as atrações existentes. Contribui ainda para o desenvolvimento de uma consciência nacional sustentável e compreensiva (Afrodita, 2012).

Um país como Portugal por exemplo, apresenta disparidades e assimetrias regionais bastante profundas. Os TBD são evidência disso mesmo- são territórios menos desenvolvidos que os restantes, principalmente quando comparados com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e com a Área Metropolitana do Porto (AMP). A situação observada e vivida nos TBD impede o crescimento e desenvolvimento nacionais, funcionando como um lastro à harmonização territorial. Um desenvolvimento e crescimento acelerados de um país como um todo, dependem da mitigação das assimetrias regionais. As infraestruturas e redes colaborativas deixadas pela atividade turística podem ser fatores impulsionadores de desenvolvimento regional (Hanai, 2011), pois atuam de forma concertada em vários setores de atividade, e dão primazia ao tecido económico local e regional, juntamente com a participação da comunidade local. No entanto, está presente em instituições públicas e agentes locais, a inércia que muitas vezes impede o bom funcionamento da atividade, a par com regulações, leis, burocracias excessivas e elevados custos de contexto (Eusébio *et al*, 2014). Surge então uma questão de investigação relacionada com o tema- **qual a importância das redes colaborativas no desenvolvimento dos TBD?**

As populações rurais podem não ser tão recetivas a uma dinâmica mais forte do turismo em locais menos desenvolvidos e tradicionalmente mais calmos, mas os *stakeholders* locais e regionais percebem a robustez que o turismo trará ao local em matérias de crescimento económico (Eusébio *et al*, 2014). Quando o trabalho é efetuado de forma conjunta e com a perceção generalizada de que o essencial é a elaboração de uma política de turismo benéfica e duradoura para as comunidades, o

turismo torna-se uma atividade interessante e positiva do ponto de vista socioeconómico (Bramwell & Sharman, 1999). Se essa colaboração for ao nível local, o potencial de cada destino aumenta ainda mais. Os agentes económicos do território e os planeadores na área do turismo, sabem que a oferta turística cada vez mais deve ser fornecida através de redes colaborativas e de produtos e recursos endógenos. E esse desígnio torna-se ainda mais importante em locais como os TBD, devido às motivações inerentes dos turistas que procuram muitas vezes experiências autênticas e diferenciadas (Eusébio *et al*, 2014).

2.4 Turismo e Território

É também importante perceber que o turismo é um setor de rápida implementação no território. Em grande parte dos casos, não é necessária muita construção e a mão-de-obra. Numa fase inicial, essa mão-de-obra não necessita de muita qualificação e é geralmente fácil de obter. Não pode ser esquecido que **o turismo é um produto compósito (Sinclair, 1998) - transporte, alojamento, restauração, eventos e entretenimento, recursos naturais e artificiais- que variam de território para território**. Existem naturalmente, áreas e regiões mais aptas para implementar uma estratégia integrada de turismo do que outras. Nem todas as áreas podem almejar o turismo como setor principal da sua economia (Vareiro e Ribeiro, 2007), devido a características próprias do local que, por muitos fatores, preveem uma fraca dinamização da atividade turística.

Persiste a necessidade de analisar o turismo como uma espécie de coleção de áreas, indústrias, locais e serviços. É um setor de atividade que permite obter ganhos rápidos e por isso é tão apreciado por países e regiões com economias frágeis e desfavorecidas (Nowak *et al*, 2003). **Permite um *boost* de desenvolvimento aos territórios, que praticamente nenhuma atividade económica consegue oferecer de uma forma tão rápida, tão acessível e tão eficiente**. O equilíbrio rápido da balança de pagamentos torna-se um atrativo importante para os países subdesenvolvidos com usualmente economias mais frágeis (Sinclair, 1998). Quando aplicado de forma equilibrada e sustentável- sem comprometer o ambiente, a qualidade de vida dos

residentes e a cultura e património, o turismo é um instrumento de alta capitalização e de possível desenvolvimento de qualquer local (Padin, 2012).

O turismo é um setor de atividade que impacta muitos outros. E a necessidade de um planeamento integrado no território torna-se incontornável. Esse planeamento tem de ser bem sustentado em decisões racionais, com objetivos claros. **O território deve ser olhado de uma forma holística (Padin, 2012), como uma matéria-prima pois é exatamente isso que o território representa para o turismo** (Vareiro & Ribeiro, 2007). É também uma importante ferramenta de valorização territorial de uma forma global, atuando a vários níveis - património cultural e natural, clima ou até da hospitalidade da população.

Todos os pontos e locais de contacto com o turismo são fatores que geralmente ajudam à melhoria da imagem do destino, enfrentando assim consequências bastante positivas (Cavaco, 2013). Daqui, surge uma questão de investigação- **o desenvolvimento do turismo nos TBD contribui para a melhoria da imagem externa dos municípios?** Essas réplicas traduzem-se em múltiplos indicadores mensuráveis, como também em consequências dificilmente mensuráveis em termos estatísticos e analíticos, devido à já mencionada dificuldade em separar e medir o setor do turismo.

O turismo pode ser uma atividade exímia no aproveitamento dos recursos dos territórios e dependendo do contexto observado, pode ter uma importância muito grande nas políticas de desenvolvimento (Padin, 2012). A alteração constante das tendências globais da atividade faz com que novos territórios apareçam no mercado como polos turísticos. Atualmente, as motivações de viagem diferem bastante das motivações de há 20 ou 30 anos. Keskin e Cansiz (2010) afirmam mesmo que o turismo quando se tornou uma atividade plenamente global, abriu um leque grande de motivações de visita. Deixaram de apenas existir os típicos 3 S's (*sea-sand-sun/mar-sol-areia*) da procura turística que deram lugar aos 3 E's (*entertainment-education-environment/entretenimento-educação-ambiente*). Existe hoje uma variedade de tipos de turismo e de tipos de turistas que permite albergar em todo o território, um turismo que necessariamente responda à sustentabilidade universal e que seja também um

reflexo de desenvolvimento no território de destino. Olhar para as três dimensões- económica, social e ambiental- torna-se imperativo de forma a mitigar efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos da atividade turística (Padin, 2012).

Como já foi mencionado anteriormente, a falta de estudos sobre o desenvolvimento de destinos turísticos é um facto. Faltam estudos que analisem impactes sobre atuações entre os agentes e as instituições públicas, que permitam perceber de que forma o turismo impacta e contribui (Calero & Turner, 2020) para a transformação positiva de um local, e que permitam entender o que é positivo e o que é negativo, numa lógica de *accountability* que funcione para futuro. Os temas ligados ao turismo e ao desenvolvimento regional estão bem documentados em muitos estudos, todavia seguem sem conexão com a realidade, resultando em imprecisões (Calero & Turner, 2020). Os modelos e teorias apresentados nesses estudos não evidenciam relações causa-efeito (Cavaco, 2013) entre os fatores e indicadores económicos e a atividade turística, muito devido à dificuldade que a própria natureza do turismo tem em mensurar (entre outros fatores) as viagens internacionais e a comercialização de bens e serviços não trocáveis num determinado território não trocável.

É necessário para o setor turístico e para as entidades que detêm responsabilidade e poder na transformação do setor, entender quais os benefícios que determinado plano de desenvolvimento traz a uma qualquer região, e de que forma as intervenções dos agentes económicos dos territórios devem ser mantidas, alteradas ou terminadas com vista ao cumprimento de objetivos para o desenvolvimento turístico e para o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento em áreas rurais, é um ideal puramente polissémico (Landford, 2009, citado por Remoaldo *et al*, 2017). O turismo sendo um setor que atua em diversas áreas, tem de obrigatoriamente estar em linha com esse conceito, porque para existir uma atividade turística otimizada e fluida, têm de existir diversos equipamentos e infraestruturas (transportes, alojamento, alimentação, etc.) conjuntamente com um planeamento adequado ao local que permita uma boa implementação da atividade no território. É necessário entender que sem território, o turismo não existe, pois é o seu recurso principal de existência. É dessa premissa que parte a necessidade de um

planeamento integrado a nível local e regional para estimular a participação coletiva de todas as entidades, e por sua vez, o crescimento económico (Natário *et al*, 2019). Por outro lado, o turismo é também o setor de atividade mais adequado para uma abordagem verdadeiramente holística do território, pois é uma atividade que requer contributos de quase todas as áreas da sociedade para a sua implementação (Remoaldo, *et al*, 2017) Permite muitas vezes, fazer uma rápida análise e diagnóstico de como está um determinado território de uma forma generalizada. Como no turismo não existem fronteiras físicas- tendo como exemplo uma das suas principais características, a procura turística (Ramos & Fernandes, 2016)- faz com que a atividade não respeite fronteiras impostas. É por isso também, que o turismo pode ajudar a identificar necessidades e problemas existentes, que de outra forma, não seriam identificados sem a presença de turistas e *stakeholders* pelo território. E a questão de investigação que emerge é, **qual a importância do turismo no apoio à resolução das necessidades e problemas existentes nos TBD?** Importa também referir que na literatura, os *stakeholders* do turismo são considerados as cadeias de negócio, empresas localizadas no destino, trabalhadores na atividade, os residentes, turistas, governos (locais, regionais e nacionais) e associações ligadas direta ou indiretamente à atividade (Rodrigues, Vieira, Ferreira & Madeira, 2019).

O turismo quando mostra ser uma atividade que cresce de forma constante e sustentada, possibilita abertura à população para tomar parte no processo de participação e de satisfação de necessidades (fornecimento, trabalho, capital) otimizando as cadeias de fornecimento e capacidade de resposta locais (Bock, 2018). Esta é também uma condição indispensável para o sucesso da atividade, pois não pode ser imposto no território (Rodrigues *et al*, 2019) sem a participação local (população, associações, empresas, câmara municipal, entre outros agentes locais). A existência por si só de potencialidades turísticas inexploradas, não basta para dinamizar a atividade. Sem o apoio dos agentes do território o turismo pode até crescer de forma exponencial. Num cenário desses, a comunidade geralmente responde de forma negativa, porque o destino para se iniciar no mercado necessita de bastante mão de obra e de recursos, ambos externos ao local. Bock (2018) diz que a médio e longo prazo, essa estratégia retira divisas e benefícios de uma forma generalizada ao destino. Como é sabido, o

turismo para ser um motor e impulsionador de desenvolvimento num local, deve conseguir reter no território os benefícios gerados pela atividade. Esse é o principal ponto que todos os *stakeholders* devem reter: o impacto económico registado varia conforme a quantidade de desvios (serviços e produtos importados de outra região). E o impacto social, varia conforme o aumento da oferta e da procura, que exercem pressão para o aumento das atividades empresariais locais (Bock, 2018).

O turismo pode mesmo assumir uma importância elevada se for considerado um setor estratégico e claramente dominante para o desenvolvimento, cujos impactos positivos alastrem para fora do território central (*spillover effect*). Nesse caso, torna-se um setor adequado para garantir uma estreita conexão entre o desenvolvimento regional e o nacional (Cunha, 1997). Apesar de tudo, o turismo continua a ser uma atividade extremamente dependente de variados fatores- políticos, de segurança, climáticos e sanitários. Seria fictício aguardar que o turismo seja por si só uma atividade salvadora e promotora do desenvolvimento num certo local (Cunha, 1997). Há regiões onde assume um peso menor, e há outras que assume um peso maior. Quando enquadrado num contexto socioeconómico e político favorável ao florescimento do setor, que atraia agentes qualificadores da oferta ao território e consequentemente uma procura duradoura e sustentável no tempo, torna-se um setor muito positivo. Nesse caso, o turismo pode ser uma atividade nuclear para uma estratégia de desenvolvimento.

2.5 Conclusão

O tema do desenvolvimento é um tema bastante complexo e bastante difícil de abordar. São inúmeras correntes de pensamento e de teorias, que o tornam um conceito tão complicado de o definir de forma consensual. A própria literatura produzida e revista, é muitas vezes incongruente e contraditória, dificultando ainda mais a sintetização da matéria. No entanto, não se pode olvidar a importância que tem na definição de linhas de pensamento e na definição de políticas. É fundamental ter presente as linhas teóricas gerais que possam proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das populações, independentemente do que for traçado e seguido pelas entidades responsáveis. O desenvolvimento sustentável, segue a mesma linha de dificuldade na

sua sintetização. No entanto, pode ser concluído que o seu surgimento é fundamental para as nações, regiões ou até mesmo municípios, para procurarem a melhoria constante dos seus territórios. As populações são e serão sempre o alvo a atingir no que concerne às políticas e decisões tomadas acerca do desenvolvimento. Essa é talvez uma das poucas premissas consensuais na literatura analisada. E esta tendência vem acrescentar a isso a sustentabilidade que, atualmente, já é quase indissociável do desenvolvimento. Poderá ser bastante benéfico para um local, se puderem ser auxiliados todos os setores de uma sociedade de uma forma consistente e colaborante. A endogeneização é incontornável nas tendências do desenvolvimento dos dias de hoje, e o turismo poderá sair beneficiado por essa abordagem.

Este capítulo revelou-se essencial na compreensão da relação turismo-desenvolvimento. Já foi referida a dificuldade na conceção de uma definição de desenvolvimento, e confirmou-se. Existe também uma lacuna nos estudos existentes na literatura, acerca da contribuição que o turismo pode oferecer como fator de desenvolvimento regional. A própria essência multidisciplinar do turismo, pode ser um fator determinante na existência dessa lacuna. Todavia, o turismo é um setor que já provou em diversas ocasiões que pode ser um setor bastante relevante na participação das conceções de desenvolvimento territorial. As suas valências são diversas, sendo a principal o crescimento económico, e por isso é que continua a ser um setor atrativo para regiões desfavorecidas e subdesenvolvidas.

3 Modelos de Crescimento e Desenvolvimento em Turismo

3.1 Introdução

Neste capítulo, irão ser abordados e analisados três modelos de desenvolvimento e crescimento em turismo. É de grande relevância para este estudo, refletir sobre como pode o turismo ser uma indústria de papel ativo na busca pelo desenvolvimento sustentável e integrado de territórios. O principal objetivo deste capítulo é o de analisar e caracterizar três modelos de desenvolvimento e crescimento em turismo, muito distintos entre si- modelo de Butler, modelo de Miossec e modelo *Albergo Diffuso*. A estrutura do capítulo irá ser composta por análises separadas de cada modelo- caracterização pormenorizada do modelo em questão e suas principais vantagens e desvantagens.

O turismo é muitas vezes visto como um setor que apoia a harmonização dos territórios, eliminando disparidades entre regiões. Existe a teoria de que o turismo, pode ser um instrumento de impulso ao desenvolvimento socioeconómico e atuar como uma ferramenta de apoio à sustentabilidade global de um local, região ou país (Sharma, 2004, citado por Afrodita, 2012). O turismo revela em si uma concordância a nível geral, com o suporte estatístico, de que pode ser um fator decisivo no desenvolvimento económico de países mais pobres, pois promove mais emprego, entrada de divisas na economia regional e nacional e diminuição dos movimentos emigratórios (Keskin, Cansiz, 2010). Surge assim uma questão de investigação- **o turismo contribui para o fortalecimento e revitalização da base económica dos TBD?** Vários modelos de desenvolvimento e crescimento foram usados e analisados ao longo dos últimos anos por variados autores. Pela importância e relevância que o presente estudo dá ao território, nomeadamente os TBD, foram escolhidos para análise três modelos que impactam e analisam de formas diferenciadas os territórios, antes, durante e após o aparecimento da atividade turística.

3.2 Modelo do ciclo de vida de um destino turístico de Butler

O modelo de Butler é um modelo explicativo sobre as diversas fases que um determinado produto turístico pode ter, através da análise cuidada do seu principal ativo- o território e as suas atrações turísticas nele inseridas (Kruczek & Szromek, 2011). É baseado num modelo do mesmo autor acerca do ciclo de vida do produto, adaptado ao ciclo de vida do destino turístico. Butler conseguiu criar uma teoria extremamente assertiva acerca do desenvolvimento em turismo, aplicável a nível global. A maior prova disso mesmo é o facto de o modelo ter sido criado em 1980 e continuar a ser estudado atualmente, sendo considerado um modelo basilar no estudo do desenvolvimento em turismo.

3.2.1 Caracterização do modelo

Este modelo de Butler oferece uma panorâmica detalhada sobre as diferentes fases e momentos de desenvolvimento de cada destino turístico. Muitos autores, no início da investigação em turismo, criaram e desenvolveram inúmeras teorias que em muito ajudaram o futuro da investigação da atividade. São várias as contribuições sobre as matérias ligadas à criação, desenvolvimento e manutenção de um destino turístico, juntamente com as implicações diretas e indiretas. Este modelo explica exemplarmente várias fases e momentos de um produto turístico. Tendo em conta a natureza dos TBD, a análise versará essencialmente sobre dois componentes nucleares na análise conjunta do estudo e do modelo de Butler- a capacidade de carga e a sustentabilidade.

O ciclo de vida dos destinos é explicado por seis fases (Butler, 1980): exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, e a última fase, que pode ser chamada de pós-estagnação, pois é caracterizada por cinco possíveis diferentes *outputs*.

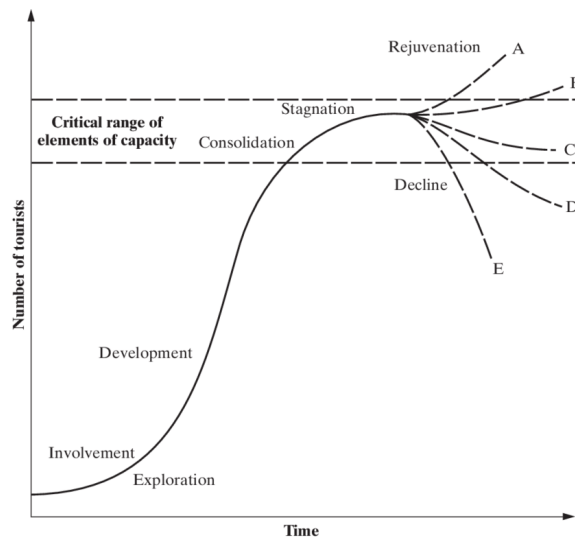


Figura 1- Ciclo de vida teórico de um destino turístico
 Fonte: Butler (1980)

A primeira fase- a exploração- refere-se ao início da área como destino. Quando existem poucos ou nenhuns equipamentos de apoio à atividade, e toda a economia local é gerada apenas em volta dos residentes e suas necessidades. A área encontra-se inalterada e direcionada para as atividades económicas próprias, e daí os únicos turistas que chegam serem os turistas de tipo alocêntricos, que se focam na exploração bruta do local que está ainda bastante inexplorado. Esta é uma situação que pode acontecer em algumas aldeias de Portugal, nomeadamente na faixa interior do país. Muitas delas estão nesta fase devido ao êxodo rural acentuado que afetou muitas áreas de Portugal a partir dos anos 80, e pelo facto de nunca ter surgido nenhum tipo de investimento no turismo. São áreas inexploradas, sem vestígios de atividade turística de nenhum tipo.

A segunda fase é a fase do envolvimento. Caracteriza-se essencialmente pelo início do envolvimento e participação direta da população na prestação de serviços turísticos. Começam a surgir os primeiros bens e serviços exclusivos para servir a atividade turística. A comunidade local começa a demonstrar alguma abertura em relação ao turismo, com a nascença de novos negócios no setor. O contacto entre residentes e turistas permanece bastante alto (Butler, 1980) e começa a surgir alguma pressão pública para melhorar as infraestruturas de apoio ao turismo (acessibilidades, equipamentos de lazer, etc.).

A terceira fase, a do desenvolvimento, é talvez a fase mais importante. Se um destino chega a esta fase é consequência da aplicação positiva do turismo para o território. A região começa a mostrar ser um grande atrativo externo. A interação residente- turista começa a baixar e os alojamentos e empresas de animação turística locais começam a perder influência, em detrimento de empresas maiores externas que aparecem. É nesta fase de desenvolvimento que as mudanças na paisagem do destino se começam a notar de forma mais nítida. Os residentes começam a sentir os efeitos negativos do turismo e o planeamento público turístico torna-se imperativo. O tipo de turista atraído torna-se mais regular, estandardizado e institucional, atraído pelos alojamentos de grande qualidade e pelas atrações-tipo. A capacidade de carga do destino é geralmente ultrapassada nas alturas de pico, e é questionada a sustentabilidade global do destino. A localidade torna-se uma atração padrão, que apela a um turismo de massas.

Em Portugal pode-se advogar que os municípios de Porto e Lisboa possam nesta fase entre os anos de 2013 e de 2018, quando existiu um grande *boom* de turistas, novos alojamentos, mais rotas aéreas, novas empresas de animação turística e maior investimento público na promoção das cidades. Nesse período todos os indicadores da atividade turística estavam em ascensão. O Algarve também passou por esta fase no final dos anos 80, com aumentos exponenciais de equipamentos de apoio à atividade, atrações e *resorts*. Alguns territórios do interior de Portugal estão também neste momento a experienciar o início desta mesma fase. Novos alojamentos e novas empresas de atividade turística começam a surgir em força, e o peso do emprego de turismo começa a aumentar. Muitas destas novas realidades diferem até um pouco do proposto por Butler, na medida em que estes novos negócios, estão a ajudar a recuperar edifícios já construídos nos centros históricos destas vilas e cidades, que se encontram por reabilitar. Contribuem ativamente para o dinamismo económico da localidade, sem prejudicar a sustentabilidade ambiental e arquitetura tradicional existente.

A quarta fase do modelo é a fase da consolidação. Usualmente esta fase é identificada quando as taxas de crescimento do destino começam a diminuir, apesar de os números absolutos continuarem a aumentar. O destino evidencia já uma robustez consistente, e

os proveitos económico-financeiros do turismo são elevados, assim como a sua dependência. O esforço coletivo para atrair mais turistas começa a ser cada vez menor e o destino está bastante sólido no mercado, com uma procura elevada e constante. Nesta fase, os residentes começam a demonstrar descontentamento com a indústria do turismo. O direcionamento de recursos e equipamentos para o turismo e o elevado número de visitantes são algumas possíveis fontes para insatisfação. Esta fase é bastante característica de destinos altamente massificados, como a costa sul de Espanha ou Amesterdão, para citar alguns exemplos mediáticos. São locais facilmente acessíveis por variados meios de transporte, têm a sua oferta relativamente estabilizada, tal como a sua procura e atraem milhões de visitantes por ano.

A quinta fase chama-se fase da estagnação. Como o nome indica, é caracterizada pela estagnação económica e o número de visitantes já passou o pico. O destino está já praticamente desprovido da sua aparência no início de ciclo de vida, contando com inúmeras transformações ao nível físico e social. Nesta fase, o destino encontra-se no limite da sua capacidade de carga e provavelmente, já com a sustentabilidade global comprometida. Os problemas sociais, económicos e ambientais estão já numa fase em que necessitam de ser rapidamente mitigados ou irão rapidamente ser fontes de prejuízos para o destino, que começa a desenvolver-se nas periferias. O seu centro encontra-se completamente sobrelotado de turistas e de infraestruturas ligadas ao setor, e a única hipótese que existe para o destino continuar a desenvolver-se é a periferia. Isso implica o desenvolvimento alargado de uma rede de transportes fiável e de qualidade para poder transportar os turistas entre atrações. Estando concluído esse processo de expansão, começam a aparecer as unidades hoteleiras de baixo custo para poder competir com as unidades já estabelecidas no centro. Alguns exemplos dados podem ser Veneza e Barcelona. Esses destinos urbanos chegaram já à sua capacidade de carga máxima, recebendo anualmente dezenas de milhões de visitantes. Encontram-se em estado de gentrificação avançado e a população residente manifesta-se regularmente contra os efeitos negativos que o excesso de atividade turística implica. Não apresentam um tipo de procura nem especificidade na sua oferta, e apelam à maioria dos turistas, independentemente das suas motivações.

Butler (1980) apresenta várias alternativas no que concerne à fase seguinte. São propostos cinco caminhos a verificar no momento pós-estagnação. Essas hipóteses são geralmente uma consequência da atuação ou não atuação dos agentes públicos e privados com influência no turismo, dos *stakeholders* (Brooker & Burgess, 2008). A primeira hipótese analisada é a curva E da figura 1-diz respeito a um declínio abrupto da atividade turística, devido a fatores externos altamente destrutivos como por exemplo, guerras, pandemias ou catástrofes naturais. É imprevisível o rumo de um destino após um acontecimento destes. A atividade turística pode ter um revés irreversível, e torna-se completamente imprevisível a direção futura do turismo, com a certeza das enormes perdas económicas quando algo assim sucede. A curva D demonstra uma redução da atividade mais atenuada que a curva E. Esta diminuição acontece por norma, quando existe uma continuação da política existente até então-sobre uso dos recursos existentes, degradação do produto turístico original, massificação extrema do destino, sustentabilidade afetada e infraestruturas de apoio degradadas ou decadentes (Brooker & Burgess, 2008). O que acontece nesta fase é uma queda constante da competitividade do destino, com perdas sustentadas de visitantes, alojamentos e empresas. O efeito rapidamente se torna estrutural, abrangendo todo o local. O turismo começa a perder influência, e inicia a reconversão de infraestruturas e empresas para outras atividades e outros setores. A longo prazo, o local perde toda a sua atratividade e perde a sua função turística se nada diferente for feito.

A curva C da Figura 1 toma forma quando o destino toma decisões de manutenção. Ou seja, os *stakeholders* tomam medidas em vários quadrantes que permitam ao destino ajustar-se e aumentar a capacidade de carga que apresenta no momento. A curto prazo estas medidas levam uma variação mínima do número de visitantes, estabilizando-os. A curva B evidencia uma pequena mudança de estratégia em relação à curva C. Neste caso o destino faz também ajustamentos para conseguir reter a procura existente, aumentando a sua capacidade de carga. Aposta na proteção continuada dos seus recursos e atrações. Sejam naturais, artificiais, tangíveis ou intangíveis, o destino evidencia preocupações ao nível da sua proteção com o fim de lhe conferir sustentabilidade futura. Sejam mecanismos económicos ou fisicamente restritivos, a

comunidade responsável tem em vista preservar a unicidade que o destino turístico possui.

Butler (1980) e Brooker & Burgess (2008) são claros: apenas com uma mudança completa na forma de atrair os turistas e na forma como as atrações são experienciadas pelos turistas é que é possível chegar a esta fase, a curva A. Existem duas formas de atrair ainda mais visitantes ao local: a primeira é através da adição de uma atração artificial (parques temáticos, casinos, entre outros) ao destino. A segunda é através da exploração de recursos naturais inexplorados no destino ou nas imediações. Relativamente à primeira, a taxa de sucesso do destino dependerá essencialmente na unicidade e valor percebidos -quanto mais diferenciadora for a atração na região, melhor será recebida pelos turistas. Relativamente à segunda opção, é teoricamente mais difícil de atingir, mas potencialmente mais duradoura. O destino necessita de ter o “fortúnio” de ter no seu território, recursos naturais passíveis de exploração para fins turísticos (riqueza natural, águas termais, biodiversidade única, entre outros). Nesse caso, torna-se economicamente atrativa a sua exploração, e então a atividade turística instala-se na zona. Surgem novas formas de recreação com base nestas atrações e assim rejuvenesce a área.

3.2.2 Vantagens e Desvantagens

Este modelo oferece uma contribuição sólida ao estudo do desenvolvimento de um local em turismo. Sendo um modelo apresentado há já alguns anos, é notável como o seu estudo ainda é indispensável na compreensão da relação entre o turismo e o território e os seus efeitos no desenvolvimento de um determinado local.

Importa observar que este modelo não se verifica em todos os locais. É um modelo que demonstra preocupação com locais específicos e com problemas e situações específicas de cada local (Calero & Turner, 2020; Kruczek & Szromek, 2011), podendo ser adaptado. Cada momento da curva do ciclo de cada destino, espelha os seus fatores intrínsecos como território- paisagem, natureza, acessibilidade, políticas governativas, etc. Cada característica do destino, importa para definir o que necessita de ser efetuado para promover as linhas de desenvolvimento centrais do destino, tal como por

exemplo, os TBD portugueses. Na criação deste modelo, Butler evidencia uma das suas principais motivações- a mudança de atitude que os planeadores e gestores da atividade turística devem ter em relação aos destinos turísticos. Os recursos dos destinos turísticos não são inesgotáveis, e Butler alerta para isso mesmo. A globalidade e abrangência (Hall, 2005) da análise proposta no seu modelo, é uma grande vantagem. Os destinos têm de ser pensados e cuidados de forma ininterrupta, sob pena de perderem a sua unicidade. Essa contribuição de Butler é ainda válida atualmente, também no panorama português do turismo.

Uma desvantagem do modelo é a não incorporação da distância como variável interativa entre uma região de destino e uma de chegada. As variáveis geográficas são tão ou mais importantes para explicar as tendências de viagem como as variáveis e condições socioeconómicas (Hall, 2005). Isso acontece essencialmente pelo facto de o turismo, como atividade consistente e contributiva para uma região, não acontecer em isolamento espacial. A força de um destino reflete-se essencialmente na força das interações geográficas ocorridas entre as regiões de chegada e as regiões de destino. E essas questões relativas às conectividades, redes de transporte e comunicação, não estão especificadas no modelo de Butler como deveriam.

3.3 Modelo de Miossec

O modelo de Miossec é um modelo que aborda o desenvolvimento turístico sob diferentes perspetivas, comparativamente com a abordagem de Butler. É um modelo iminentemente territorial, de observação e método na sua criação e análise. Esta secção versará sobre uma análise mais detalhada sobre as características deste modelo.

3.3.1 Caracterização do modelo

Este é um modelo que analisa a estrutura de evolução de um determinado destino turístico, tanto no tempo como no espaço. Foi criado por Jean-Marie Miossec em 1977, um professor universitário francês. É um modelo esquemático e holístico, que tem em consideração apenas e só, as mudanças espaciais observadas no território ao longo do

tempo (Afrodita, 2012). O autor, aquando da criação deste modelo, separou o setor do turismo em quatro áreas temáticas- *resorts*; redes de transporte; comportamento dos turistas e atitudes tomadas pelos órgãos de decisão e pela população recetora.

Separou ainda em diferentes fases de desenvolvimento- 0,1,2,3 e 4- de cada destino turístico, levando em conta a observação territorial. Em que as fases 0 e 1 são fases de pouco ou nenhum desenvolvimento da atividade turística, a fase 2 corresponde aos primeiros sinais de desenvolvimento com o aparecimento dos primeiros *resorts*, e as fases 3 e 4 que correspondem a fases em que o turismo se expandiu no local, possuindo já sistemas estruturados de transporte. Ao criar quatro áreas temáticas, Miossec aprofundou o campo de análise, sendo assim mais fácil e direta a observação no espaço-tempo das diferenças entre cada fase de desenvolvimento.

Tabela 1- Modelo de Miossec

Fases	<i>Resorts</i>	Redes de Transporte	Comportamento dos turistas	Atitudes tomadas pelos órgãos de decisão e pela população recetora
0	A área é desconhecida para os turistas	A área é isolada, não existem redes de transporte	Falta de interesse e conhecimento	Oscila entre recusa e miragem
1	Aparece o primeiro <i>resort</i>	Abrem-se as primeiras conexões a outras áreas	Pequena participação local	Observação
2	Os <i>resorts</i> começam a multiplicar-se	Existe desenvolvimento das redes de transporte entre os diversos <i>resorts</i>	Progresso nas perceções dos locais e itinerários	Preocupação em melhorar as infraestruturas de apoio aos <i>resorts</i>
3	Organização dos locais de férias. Início da hierarquização e especialização	Início das viagens-diferentes circuitos turísticos	Competição sobre o espaço. Segregação	Demonstração do efeito duplo da segregação
4	Saturação da especialização hierárquica	Sistema diverso e complexo de conexões	Desintegração do espaço de perceção; saturação e crise	"Turismo total"- desenvolvimento planeado, medidas para a proteção ecológica

Fonte: Miossec (1976), adaptado por Afrodita, (2012)

A tabela 1 apresenta-nos um resumo do modelo de Miossec. O autor é bastante direto no que toca à relação causa-efeito no território. Na fase 0, pode-se dizer que não existe absolutamente nenhuma atividade turística no local que, por consequência gera zero

interesse nos hipotéticos turistas. As atitudes dos *stakeholders* e da população podem ser de recusa de ter turismo, ou um sentimento de miragem quanto à possibilidade de um dia poder existir atividade turística no local. A fase 1 corresponde ao mote de lançamento do turismo. Surge o primeiro *resort*, e o local inicia uma conexão com outras áreas (periféricas ou não). A população residente e os decisores públicos observam o sucedido sem tomar posições e há um pequeno número de turistas a afluir ao local. A fase 2 corresponde ao ponto de inflexão do desenvolvimento do turismo, em que a atividade arranca de uma forma mais veemente. O número de *resorts* começa rapidamente a aumentar e com isso surge também uma rede de transportes cada vez mais preparada, eficiente e complexa. Os turistas começam a ganhar um crescente conhecimento do local e iniciar uma exploração mais consistente. A população e os decisores públicos, tomam consciência de que devem apoiar o turismo no local, através da melhoria das infraestruturas de apoio aos *resorts* e à atividade no geral.

A fase 3 marca o estabelecimento do turismo na área- inicia-se a especialização e hierarquização do produto turístico, por parte dos *resorts*. O local começa a ser conhecido por determinadas atrações e características identificáveis pelos turistas. A rede de transportes começa a ser utilizada para circuitos turísticos e viagens organizadas apenas pela motivação turística e de visitação da área. No que toca aos turistas, surge a competição pelo espaço de forma geral, seja pela afluência às atrações, seja pelos serviços de alojamento e similares (Afrodita, 2012; Oppermann, 1993). Nesta fase observa-se ainda o início de sinais de segregação pelos turistas e respondendo a isso, as atitudes dos decisores públicos e população residente, atuam precisamente em mostrar os efeitos negativos e positivos que essa segregação traz ao local específico.

A última fase do modelo-fase 4 inclui questões gerais de saturação do destino. Os *resorts* estão já em elevado número e a própria especialização dos mesmos, leva à sua saturação. A rede de transportes está no seu auge, apresentando um sistema extremamente complexo e diverso de conexões para dar resposta à elevada afluência para o destino e também partindo do destino. O comportamento dos turistas responde ao momento- a percepção do espaço e da área acaba por ruir, pois o destino encontra-se

completamente saturado e sem autenticidade. E isso traz consigo uma crise ao nível do setor. E por último, as atitudes dos decisores e da população residente evidenciam a imersão do turismo na área. Exigem um desenvolvimento planeado e medidas de atenuação de externalidades negativas que prejudicam o destino. E o autor dá enfoque às medidas de proteção ecológica, atendendo aos presumíveis altos níveis de poluição e de destruição de biodiversidade que tenham ocorrido no destino.

3.3.2 Vantagens e Desvantagens

Este modelo, é altamente demonstrativo e pode ajudar todos os *stakeholders* a tomar decisões com base na observação do que se passa no seu destino. Reflete também a importância do planeamento do turismo, para uma fruição mais positiva da atividade, pelos turistas e pelos residentes. A principal vantagem do modelo, reside na perspetiva do espaço e do tempo (Afrodita, 2012). Oferece perspetivas completas aos decisores e empresários na hora de tomar decisões, podendo funcionar como se fosse uma espécie de diagnóstico do momento que o destino atravessa, uma linha de apoio.

No entanto, o modelo encontra também algumas desvantagens. Alguns autores questionam alguns fundamentos do modelo. Afrodita (2012) por exemplo, lança algumas questões pertinentes como “Quem constrói os *resorts*? Como e porquê? Que fatores determinam a localização desses *resorts*?”. De facto, Miossec não responde a estas perguntas no seu modelo e não oferece o contexto que cada área enfrenta no seu desenvolvimento. O autor afirma ainda que o modelo de Butler é mais complexo nas hipóteses que coloca de previsão. Oppermann (1993) diz ainda que Miossec usa uma “hipotética ilha” no seu modelo, um espaço vazio sem estrutura socioeconómica absolutamente nenhuma. E que para o autor, isso não corresponde à realidade pois é necessário já existir redes de transporte sob alguma forma e alguma urbanização no local, para que apareçam os *resorts* e as restantes consequências supracitadas. A premissa do modelo, começa precisamente com a ausência de uma estrutura socioeconómica forte, o que acaba por ser o aspeto mais questionado do modelo.

3.4 Modelo Albergo Diffuso

Esta secção inicia a revisão da literatura acerca do modelo Albergo Diffuso (AD). Os objetivos desta secção são claros- saber onde surgiu e como surgiu, entender o conceito do AD, perceber os seus impactes no desenvolvimento dos TBD e a sua viabilidade de um ponto de vista geral.

Este é um modelo relativamente recente comparativamente aos anteriores. Aborda o turismo e a hospitalidade de uma forma diferenciada, e tenta explorar a relação residentes-território-turismo de uma perspetiva única. A sua novidade e o seu relativo desconhecimento no panorama nacional, levou a uma investigação mais profunda e a uma documentação e caracterização mais detalhada.

3.4.1 Cronologia e Origens

O AD é um tema estudado há relativamente pouco tempo, mas tem sido alvo de um crescente aumento de estudos sobre as suas implicações nos últimos anos. A sua origem remonta ao século XX quando em 1976, um grande terramoto assolou a região Friuli- Venezia- Giulia em Itália. Com isto, surgiu a discussão na esfera pública de como usar os edifícios destruídos e abandonados e o que fazer a esses edificadados para relançar a economia na região. É no início dos anos 80, que surge a ideia de usar estes edifícios para um hotel (*albergo*) mas não um hotel igual aos restantes, um hotel “espalhado” / “generalizado” (*diffuso*) (Romolini, Fissi & Gori, 2017) pelos diversos edifícios nas localidades. Esta expressão -*Albergo Diffuso*- foi usada pela primeira vez em 1982 num projeto de promoção turística da vila de Comeglians (Morena *et al*, 2017) para explicar o que se queria criar naquela zona. O primeiro AD oficial com algum suporte legal apareceu em 1995 (Paniccia & Leoni, 2017; Villani & Dall’Ara, 2015; Pietrogrande & Vaccher, 2016; Morena *et al*, 2017) na Sardenha -a primeira região a consagrar o AD em lei regional em 1998- na vila de Bosa, o Corte Fiorita Hotel. Após a abertura desse AD, começaram a aparecer cada vez mais equipamentos similares e cada vez mais regiões de Itália começaram a legislar e a apoiar a criação e o investimento em AD’s, devido ao grande sucesso que vinha tendo no desenvolvimento

de algumas vilas e aldeias. Estava criada assim, a ideia principal do AD, que viria a ser aprimorada e distribuída pelo território italiano. O seu principal ideólogo e promotor desde a sua criação teórica, aplicação no território, até ao estudo das suas implicações é Giancarlo Dall’Ara- fundador e presidente da Associazione Alberghi Diffusi (ADI), consultor turístico, ex-professor universitário, entre outras ocupações. Participa na criação de diversos eventos promocionais, tanto em Itália como no resto do mundo, ajudando a dar visibilidade ao modelo, esclarecer potenciais interessados e criar uma comunidade global em volta do AD.

3.4.2 Albergo Diffuso- definição conceptual

Importa compreender o que é ao certo um AD, em que é que este modelo consiste e quais as suas diferenças para os restantes modelos conhecidos de hospitalidade e desenvolvimento. Existem várias definições criadas por alguns autores, após diversos estudos em vários locais. Essencialmente é um modelo de alojamento/hospitalidade diferente na sua forma de organização e criação. De acordo com Paniccia e Leoni (2017) pode-se considerar um determinado alojamento um AD se:

- Estiver desenvolvido horizontalmente;
- Existir em edifícios/casas já construídos que estão perto uns dos outros- entre 200 e 300 metros do edifício central de apoio;
- For criado e desenvolvido com os objetivos de prevenir o abandono e a desertificação desse local, e evitar a perda de patrimónios, culturas e tradições;
- Providenciar oportunidades de trabalho aos habitantes locais através das atividades tradicionais existentes (artesanato, agricultura, gastronomia, entre outros);
- For gerido de uma forma profissional e sistemática, enquanto trata o turista como um “residente temporário”, ou seja, um elemento da comunidade.

Estas são as especificações chave que um determinado alojamento tem de cumprir para ser considerado um AD, com manifesta concordância da maioria dos autores estudados. O desenvolvimento horizontal emerge em contraste com o conceito clássico

de hotel. Um hotel tradicional é construído como um único edificado homogêneo e muitas vezes construído de forma indiferente ao seu contexto e suas imediações. Um AD é criado com edifícios existentes e individuais (p.e. várias casas) com arquiteturas únicas, espalhados pelo território (Pietrogrande & Vaccher, 2016), como demonstra a figura 2. Edifícios esses que podem existir em diversos formatos, desde que sejam característicos e tradicionais desse local específico. Não existindo uma regra clara sobre a distância entre cada uma das casas ao edifício central, existe um consenso entre os autores de que, entre os 200 e os 300 metros é a distância ideal para se obter uma *live like the locals do experience* e não estar muito longe dos serviços do edifício central nomeadamente, recepção, restaurante, lavanderia, transporte, entre outros (Romolini *et al*, 2017). Estas distâncias permitem ao turista manter as comodidades mais importantes para o seu dia-a-dia, enquanto tem uma experiência mais imersiva e autêntica no território. Um dos grandes desígnios do AD é precisamente ser um impulsionador do desenvolvimento territorial do local em específico- permitir a “ressuscitação” da vila ou aldeia através das suas atividades tradicionais, criar empregos mantendo os existentes e essencialmente aumentar a atratividade económica do território.

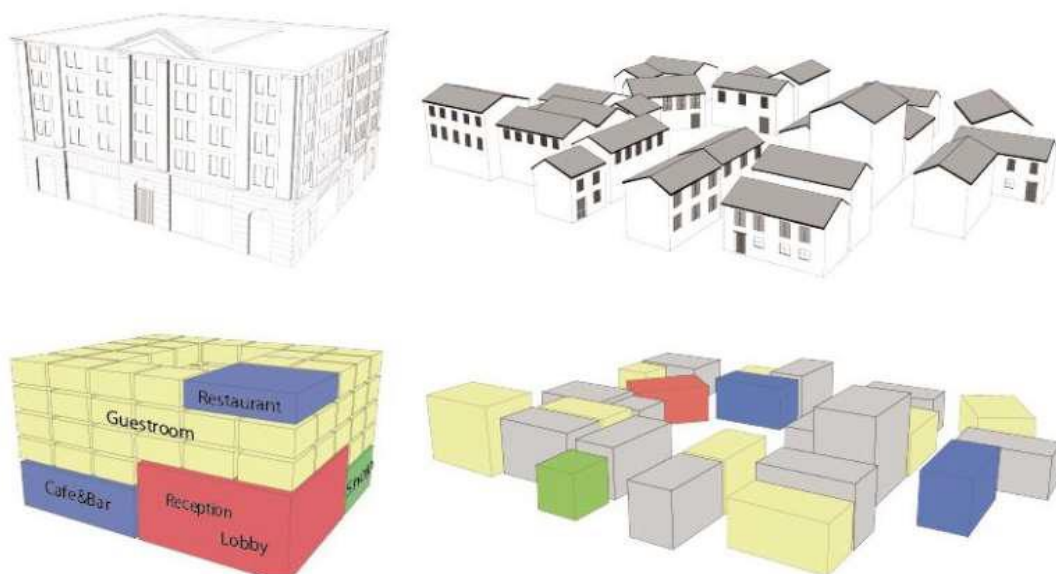


Figura 2-Representação gráfica do modelo teórico AD (Esquerda – Hotel Convencional; Direita – AD).
Fonte: Dall’Ara (2017), adaptado por Giampiccoli e Mtapuri (2020)

Existe um cultivo da relação entre o turista e a comunidade local que não existe noutros alojamentos, pois o turista é diretamente inserido na comunidade, pernoitando no coração identitário da vila ou aldeia, numa casa típica. Durante o dia ocupa o seu tempo fazendo atividades tradicionais, junto da população residente. A relação turista-AD-comunidade é por isso mais profunda e mais autêntica. O tipo de gestão não pode ser padronizado como nos hotéis tradicionais. A gestão económica e financeira dos AD tem de ser elaborada e adaptada para cada casa e para cada localidade, tendo em conta que se deve respeitar os elementos físicos e culturais de cada casa. Num hotel tradicional essa tarefa é mais simples e estandardizada, pois todos os quartos são bastante similares, obtendo-se os mesmos proveitos económicos na generalidade dos espaços (Dall’Ara & Di Bernardo, 2014). Em baixo, estão sintetizadas as principais diferenças entre um hotel tradicional e um AD.

Tabela 2- Principais diferenças entre um AD e um hotel convencional

Albergo Diffuso	Hotel Tradicional
<i>Like a House Feeling</i>	<i>Like a Hotel Feeling</i>
Vários quartos, diferentes	Espaços comuns
Espontaneidade	Profissionalismo dos serviços
Decoração e atmosfera leve	Conforto
Atenção ao detalhe	Facilidade nas reservas
Ligação profunda ao território	Ampla gama de serviços
Relação com residentes	Relações com outros hóspedes
Ambiente acolhedor e informal	Privacidade
Cortesia	Qualidade dos serviços
Autenticidade e Experiência	Eficiência e Personalização

Fonte: Dall’Ara & Di Bernardo (2014)

A tabela 2, evidencia claramente as grandes diferenças entre estes dois modelos. O AD promove uma relação mais íntima e genuína com o turista, e por consequência acontece o inverso nos hotéis tradicionais. Estando alojados numa casa similar à dos residentes aproxima e desenvolve a relação comunidade-turista de uma forma verdadeira. A informalidade e espontaneidade, são fatores importantes para criar a “experiência AD”. É um modelo inovador para o setor do turismo e para os outros setores relacionados. Partir da ameaça de desertificação e de perda generalizada de rendimentos e residentes para criar um instrumento de desenvolvimento sustentável no território, é notável. As grandes diferenças para os alojamentos padrão elencadas

acima, são precedidas pela vontade de desenvolver estes locais subdesenvolvidos, aliada ao respeito incondicional pelas suas populações, tradições e pelo seu território. É um modelo que, aplicado de forma coerente, traz oportunidades ao território como se observa em diversos locais de Itália (Morena, Truppi & Del Gatto, 2017; Paniccia & Leoni, 2017; Pietrogrande & Vaccher, 2016; Villani & Dall'Ara, 2015).

3.4.3 Caracterização do modelo

Este capítulo será sobre as principais vantagens e desvantagens do modelo AD. Os objetivos deste capítulo prendem-se com a necessidade de se entender de uma forma mais precisa o conceito AD com base em estudos efetuados em Itália, que permitem uma análise construtiva do modelo.

O modelo AD como é conhecido atualmente, é uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento territorial alargado. A sua aplicação em vilas de pequena dimensão ou aldeias de grande dimensão gera efeitos positivos utilizando os recursos endógenos. A base do AD é a diferenciação do alojamento convencional, tendo como elemento chave na sua execução o uso e a potencialização máxima do património- paisagístico, natural, artificial e imaterial- juntamente com o capital humano incomparável destes locais, em que as populações geralmente evidenciam altos níveis de civismo, confiança e cooperação (Villani & Dall'Ara, 2015). Relativamente à relação sobre o turismo e património, surge uma questão de investigação- **qual o papel do turismo na preservação do património cultural e tradições dos TBD?**

O modelo AD revela outra grande vantagem, o facto de estar em linha com a tendência global do turismo de experiências. Promove de forma consistente uma experiência autêntica e imersiva no território e contraria veementemente o turismo de massas, sendo o oposto do que o AD propõe aos locais. Os modelos convencionais de turismo trazem efeitos positivos na maioria dos casos. Todavia, muitas vezes não trazem o desenvolvimento pretendido nem sustentabilidade adequada aos destinos, contribuindo para a degradação ambiental, social e a perda de identidade cultural. Os efeitos negativos por vezes são demasiado penalizadores para as populações e seus

países, principalmente os países que não têm uma economia próspera e robusta (Giampiccoli & Mtapuri, 2020).

O AD promove a sustentabilidade global e a competitividade de forma simultânea, em territórios que apresentem decadência generalizada. A sustentabilidade ambiental e cultural é um grande pilar do modelo, pois é aplicado com a recuperação de vários edifícios degradados (Paniccia & Leoni, 2017) com o mínimo de intervenção possível ao invés da construção de novos imóveis. E essa recuperação, para além de visar a mínima intervenção, é efetuada com a utilização máxima de materiais locais, respeitando o ecossistema vigente e privilegiando a economia local. A sustentabilidade económica é também uma característica relevante do AD. A criação de um novo alojamento atrai novos hábitos de consumo ao território. Com a utilização maximizada da economia local, é gerado no território o efeito multiplicador do turismo e conseqüentemente surgem novas fontes de rendimento para os residentes. Uma implementação positiva do modelo com conseqüências positivas a curto prazo, valoriza não só a economia local no momento, mas também no futuro (Paniccia & Leoni, 2017; Dall'Ara & Di Bernardo, 2014).

A recuperação de alguns imóveis para a utilização do AD, eleva o valor dos mesmos, assim como os imóveis envolventes. Isso atrai investimento e valoriza o centro histórico do local, dinamizando-o de comércio e atividades recreativas. O terceiro vetor clássico da sustentabilidade- social- também é extremamente importante e característico do AD. Um dos grandes objetivos do modelo é evitar a perda de residentes, património e tradições, enquanto tenta desenvolver o território e oferecer melhores condições de vida às populações. O AD na sua génese e implementação, pretende que as populações se envolvam na criação do produto turístico tradicional, que atuem como verdadeiros *stakeholders* na valorização dos ativos tangíveis e intangíveis do seu território. Essa implementação irá necessitar de mão-de-obra para a reabilitação das casas, fornecimento de produtos locais para abastecimento do AD, prestação de serviços complementares à atividade turística e também dos serviços centrais à atividade turística, entre outras. Torna-se essencial atrair a comunidade para ela própria se valorizar, ser um agente essencial na implementação do produto

turístico e auxiliar na criação de valor no território (Paniccia & Leoni, 2017; Dall'Ara & Di Bernardo, 2014).

Existe ainda um quarto vetor aliado à sustentabilidade, o da sustentabilidade institucional. Este vetor está avaliado da seguinte forma pelos autores, que afirmam: “[...] um AD prevê ser um modelo de desenvolvimento que envolva atores locais, dando-lhes possibilidade de envolvimento e cooperação para participarem num projeto de interesse comum” (Dall'Ara & Di Bernardo, 2014, p. 3, tradução nossa). A implementação do AD pressupõe a participação de variadas entidades públicas e privadas, com o objetivo de enriquecer ao máximo o projeto. Tem de ser uma experiência *win-win-win* para o triângulo dos intervenientes- empreendedor/es, turistas e residentes. Essa participação das instituições locais públicas e privadas oferece ao projeto a sustentabilidade necessária. É benéfica para os residentes, turistas, empreendedor/es e ultimamente é benéfica para elas próprias, numa espécie de efeito “espelho”, pois retiram dividendos em vários campos (económico, cultural e mediático, entre outros).

O AD cruza esta sustentabilidade com competitividade. Revitaliza a economia local, através do uso privilegiado dos produtos e serviços locais, optando pelo circuito comercial tradicional. Necessita de um investimento considerado pequeno em comparação com os potenciais ganhos que a execução de um projeto desta natureza traz a um território debilitado (Romolini *et al*, 2017). Em consequência das características positivas que o modelo contém e da vontade do seu principal impulsionador Giancarlo Dall'Ara, foi criada a *Associazione Nazionale Alberghi Diffusi* (Villani & Dall'Ara, 2015; Alberghi Diffusi.it, 2020). Os seus principais objetivos são a promoção e disseminação do trabalho dos AD em toda a Itália; certificação que o modelo está a ser respeitado, tendo por base a literatura que o regulamenta; apoio dos empreendedores no seu negócio, através de facilitação de fornecedores para a reabilitação dos edifícios, apoio na criação e promoção de iniciativas locais, como também na criação de metas para os AD atingirem. A associação atua também na regulação única em Itália pois cada região cria as suas leis, obtendo legislação diferente em cada região, o que dificulta o trabalho dos empreendedores. Promove ainda a

internacionalização do modelo, com visitas a feiras de turismo mundiais e encontros culturais.

3.4.4 Principais Desvantagens

O AD conta também com algumas desvantagens e dificuldades de elaboração. São questões ultrapassáveis, no entanto requerem atenção pois a experiência acumulada em Itália, mostra que podem ser impedimentos ao correto funcionamento do AD e seus respectivos benefícios. Existem dificuldades de gestão, devido à impossibilidade de padronizar serviços. Cada casa é diferente na sua conceção e nos seus equipamentos, e estão localizadas de forma espalhada no território. Cada alojamento necessita de uma abordagem diferenciada, com materiais e equipamentos diferentes de cada uma que dificultam a eficiência na gestão do AD, com possíveis custos elevados.

Aquando da criação de um AD, os investimentos necessários para assegurar o cumprimento das leis, regulamentos vigentes e também o respeito pelo estilo arquitetónico de cada uma das casas, mostram-se muitas vezes elevados. Um planeamento eficaz é de extrema importância para poder prevenir fenómenos de custos inesperados e elevados custos de contexto, que podem levar o projeto a cair. Muitas vezes também é difícil manter o estilo tradicional e arquitetónico do local. É absolutamente essencial o(s) responsável (is) do alojamento, ter(em) um compromisso constante em manter espaços autênticos e diferenciados, de acordo com o estilo arquitetónico local, pois isso é a matriz fundamental do AD.

A falta de conhecimento generalizado do AD e que muitas vezes é confundido com outros tipos de alojamento (hotéis rurais, agroturismo, alojamento local, e similares), também dificulta a ação nos diversos locais porque muitas vezes as comunidades e potenciais investidores não entendem bem o modelo e não cooperam entre si. Um potencial entrave, que se pode tornar rapidamente em dificuldade é conseguir comprar ou arrendar os edifícios pretendidos para o AD. Muitas vezes nos centros destas vilas e aldeias, torna-se difícil conseguir que múltiplos donos de propriedades espalhadas pelo território estejam disponíveis para vender, arrendar ou até mesmo investir pelo

que se pode tornar uma adversidade difícil de contornar, sendo necessário uma diplomacia eficaz. (Dall’Ara & Di Bernardo, 2014; Paniccia & Leoni, 2017).

3.4.5 Principais fatores organizacionais

Este capítulo é referente aos fatores organizacionais que são necessários para a criação de um AD. As suas características e a sua importância para uma boa execução do modelo serão temas abordados nesta fase. Existem vários fatores que são necessários para se implementar um AD, mas são destacados cinco principais fatores organizacionais, (Morena *et al*, 2017) que definem essencialmente a qualidade do AD e que devem ser previamente analisados e planeados antes da sua execução.

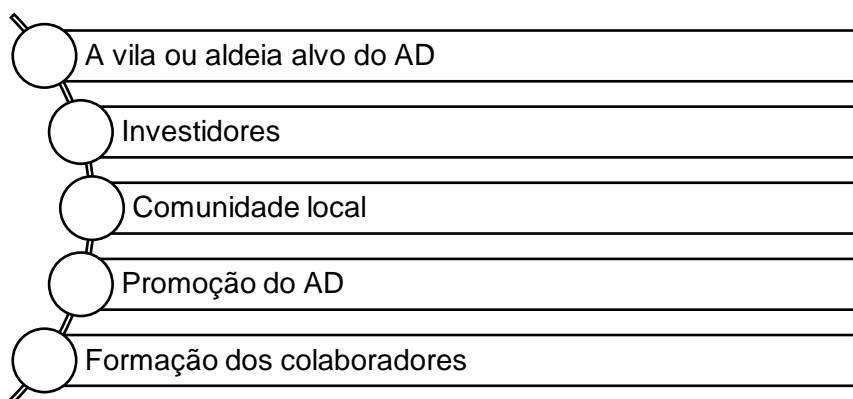


Figura 3- Principais fatores organizacionais do AD
Fonte: Morena (*et al*, 2017); Elaboração própria

A figura 3 indica quais são os principais fatores organizacionais de um AD. Começando pela vila ou aldeia, há alguns pontos a ter em conta. Têm de ser locais que contenham uma cultura bastante presente, através de produtos artesanais, festas e eventos, gastronomia e vinhos, entre outros. O principal foco é que estas localidades contenham um ou mais elementos culturais bem presentes e vinculados no território, assim como atrações turísticas. Todo esse espólio cultural- tangível ou intangível- tem de ser capaz de ser promovido como um produto turístico. O território deve especializar-se em redor desse produto composto temático, assim como o AD. É importante que tanto a vila como o AD façam isto, para permitir uma maior identificação do território com o produto, e para facilitar a promoção do território com uma mensagem mais clara a quem pretende visitar o local. O local escolhido deve ter uma acessibilidade razoável, e presença de serviços básicos para os seus residentes. Deve também ter um centro

histórico bem preservado, mas parcialmente desabitado, com a possibilidade de se instalar o edifício central do AD com os serviços essenciais (receção, restaurante, serviços de bem-estar, lavandaria, entre outros). Os edifícios escolhidos para o AD devem estar legal e fisicamente disponíveis a serem transformados em alojamento turístico (Confalonieri, 2011; Villani & Dall'Ara, 2015; Morena *et al*, 2017).

Os investidores, são também um fator central para a existência de um AD. São eles que organizam as fontes de financiamento necessárias para criar o projeto de raiz. De acordo com a literatura, o quadro de investimento mais usual é uma forma cooperativa privada de explorar o AD. Um ou mais empresários alugam e/ou compram os edifícios aos proprietários, com o objetivo central de desenvolver a localidade, para de seguida iniciar o remodelamento das casas abandonadas. Esta é a forma mais usual de investir num AD, mas existem essencialmente mais duas formas.

A primeira é referente ao que é equivalente a uma parceria público-privada (Confalonieri, 2011). Um grupo de agentes públicos locais e um grupo de agentes privados locais, juntam-se criando um consórcio. Normalmente entre os agentes públicos estão governos regionais, câmaras municipais ou associações públicas. O principal papel destes agentes públicos, é de promover a iniciativa e o destino turístico. A competência de criar o AD e colocar em prática todas as condições necessárias para o seu funcionamento é dos agentes privados.

A segunda forma é mais simples, a de uma iniciativa pública a 100%. Neste caso o município ou região promove o local como destino turístico. Os agentes públicos pretendem desenvolver e relançar o território em questão. E usam como ferramenta o modelo AD, atraindo investidores para participar no financiamento. Toda a responsabilidade de organização, promoção, regulamentação e fiscalização dos moldes do projeto é dos agentes públicos. Aos investidores cabe apenas oferecer liquidez ao projeto e cumprir com as normas vigentes, obtendo lucros financeiros. (Paniccia & Leoni, 2017; Morena *et al*, 2017; Confalonieri, 2011; Giampiccoli & Mtapuri, 2020, IDEASS ITALY, 2008).

A comunidade local é um dos cinco pontos fulcrais no projeto, uma peça chave na sustentabilidade do modelo. Tem de ter certas características que acrescentem de forma positiva ao AD. A comunidade tem de ser ativa, ou seja, tem de se mostrar dinâmica através da celebração das suas culturas, na perpetuação das suas tradições, nas manifestações populares, etc. E tem de ser uma comunidade recetiva e apoiante de “abrir” a sua terra à visitação de estrangeiros que l  se dirigem com o objetivo de conhecer e aprender mais sobre aquele território numa experiência totalmente autêntica. Daí que Morena (*et al*, 2017) enfatize que a ideia inicial deve ser apresentada num evento público aberto, e que evidencie as vantagens para a popula o local, para os empreendedores locais e para os operadores económicos locais. Uma das grandes funda es do AD e principal motiva o   a de ajudar os seus residentes, e isso tem de estar sempre presente em todas as fases do projeto. E   por isso de capital importância, envolver a comunidade no projeto, integrando o AD de forma total no sistema económico local. A integra o da popula o   vital para valorizarem as suas tradi es e o seu sentimento de pertença e, ao mesmo tempo, serem parte do produto turístico que os turistas querem ver e experienciar na forma das casas tradicionais, tradi es e produtos locais (Dall’Ara, 2011; Morena *et al*, 2017; Dall’Ara e Di Bernardo, 2014; Confalonieri, 2011).

A promo o do AD e a forma o dos colaboradores são pontos na organiza o que necessitam de ser bem articulados na execu o do AD. A promo o deve ser efetuada pelos responsáveis do projeto, sejam agentes públicos, privados ou mistos. Pode ser feita de uma forma acoplada ao destino, com o recurso às entidades locais, regionais e nacionais. A presença de representantes em feiras de turismo (Dall’Ara, 2011), promo o junto das agências de viagens e operadores e presença nas redes sociais são algumas das formas eficazes de promover o AD. No que toca   forma o dos colaboradores, as escolas e indivíduos formados da área do turismo devem ser a primeira escolha dos responsáveis para recrutamento (Morena *et al*, 2017). São trabalhadores com altos níveis de especializa o na sua fun o. Devem ter sensibilidade social e capacidade de comunica o acrescidas assim como grande conhecimento sobre o território em questão.

3.4.6 Filosofia Albergo Diffuso

O AD necessita de fortes convicções dos seus criadores no território de execução, no seu produto turístico e na sua comunidade local. A inovação do modelo AD não diz respeito ao produto turístico, mas sim à relação do turista com o território e com a comunidade na forma de vivenciar o turismo naquele local. O objetivo passa por uma experiência autêntica, com uma gama de produtos turísticos únicos no território, vivida ao ritmo das aldeias e das vilas (Morena *et al*, 2017). Uma experiência baseada na verdadeira identidade local, através da sua gastronomia, da sua cultura, dos seus eventos e do seu património. O dia-a-dia do turista deve ser pensado para ser similar ao de um residente da vila, vivenciado a par com os próprios. Dall’Ara e Di Bernardo (2014, p.1, tradução nossa) emprestam uma explicação cativante sobre a filosofia AD, “[...] Não há espaço para *disneyficação*- [...] o AD é vivência pura da cultura local, com produtos locais, com a hospitalidade local”. Esta frase evidencia o que de facto é crucial numa experiência AD- a autenticidade. Este é um dos grandes valores do AD, que marcam a diferença em relação aos demais modelos convencionais. E é um valor que pode de facto ser oferecido de forma completa neste modelo, desde o alojamento, à gastronomia, passando pelas atividades efetuadas, pois existe um vínculo total entre o território e as suas gentes. E a comunidade toma aqui um papel fundamental- de hospitalidade. Desde o início da experiência turística até ao seu fim, a comunidade local é a conexão entre o turista e o território. E essa receção positiva e calorosa é importante para o turista sentir que “o AD providencia no seu hotel uma sensação de estar em casa” (Giampiccoli & Mtapuri, 2020, p.10, tradução nossa).

E no que respeita ao criador ou empreendedor do AD, tem de ter duas linhas de pensamento essenciais, sobre o negócio e sobre os seus clientes, os turistas. O AD representa para o território uma oportunidade real de desenvolvimento sustentável, aplicável a todo o território. E o empreendedor tem de ter isso em mente, enquanto procura gerar retorno financeiro. É por isso essencial, ter sempre presente que o AD representa um objetivo mutualista entre negócios e território (Dall’Ara & Di Bernardo, 2014). Em caso algum se deve esquecer isso, ao ponto de correr o risco de transformar o AD num qualquer modelo convencional de alojamento, perdendo todas as suas

virtudes diferenciadoras. Um outro aspeto que o empreendedor não pode esquecer, é que o AD é criado e desenvolvido com o objetivo primordial de desenvolver o território com a mínima intervenção possível, através da criação de um alojamento e uma comunidade únicos no mundo. A comunidade atua como fornecedor de experiências e produtos autênticos e locais, retirando dividendos a nível socioeconómico e cultural. O turista atua como centro da experiência, o foco da comunidade e do AD, em oferecer a melhor estadia possível. É também o centro do produto turístico, um elemento proativo no enriquecimento do produto apresentado (Paniccia & Leoni, 2017).

3.5 Conclusão

Este capítulo foi criado com o principal objetivo de estudar e compreender três modelos de crescimento e desenvolvimento em turismo. Os três representam ideias e análises bastante distintas, e isso traz várias perspetivas no que toca à temática. Os modelos de Butler e de Miossec por um lado, não sendo teorias de desenvolvimento, são modelos analíticos e preditivos. O modelo de Alberg Diffuso, suportado pela teoria de desenvolvimento *bottom-up*/endógeno, é um modelo relativamente recente que aposta num turismo diferenciado para territórios decadentes e sem dinamismo. Demonstra uma ligação forte entre desenvolvimento territorial e o turismo (Giampiccoli & Mtapuri, 2020) com diversas vantagens para as populações.

São três modelos contributivos, no que toca à compreensão das dinâmicas entre a atividade turística e o desenvolvimento. Nenhum destes modelos é ideal, todavia são contribuições positivas no que toca a referenciais teóricos sobre o desenvolvimento em turismo. O modelo de Butler continua a ser um referencial de estudo na área do turismo, e atualmente ainda se coaduna com algumas realidades vividas. As perspetivas de evolução territorial elaboradas por Butler, são ainda hoje essenciais à compreensão da relação entre turismo e território. O modelo de Miossec, apesar de não tão atualizado, demonstra uma capacidade analítica do território bastante pertinente. A perspetiva conjunta do espaço e do tempo (Afrodita, 2012) serve de âncora para os *stakeholders* poderem observar e diagnosticar o que sucede no destino. O modelo AD, demonstra ser uma grande oportunidade (Morena *et al*, 2017) para os territórios mais

desfavorecidos e abandonados poderem usar uma forma de turismo sustentável como instrumento central de desenvolvimento. As oportunidades residem no território e este modelo potencia todas as características de um local, desde o seu capital humano ao património de forma ponderada e respeitadora da sua cultura.

4 Territórios de Baixa Densidade

4.1 Introdução

Este capítulo será relativo à análise dos Territórios de Baixa Densidade (TBD). Irão ser essencialmente abordadas dois temas- a conceptualização teórica do termo “territórios de baixa densidade” e a caracterização dos mesmos no panorama nacional. Os principais objetivos deste capítulo são essencialmente definir e contextualizar os TBD e numa fase seguinte, caracterizar os TBD relativos a Portugal. A informação do capítulo está estruturada, de forma simples- começa por ser abordada a conceptualização dos TBD e posteriormente, a caracterização detalhada e por temas dos TBD de Portugal.

Em primeiro lugar importará compreender a expressão que dá nome a esses territórios e, essencialmente, compreender a complexidade do termo. Será igualmente importante compreender o que essa caracterização acarreta para esses locais. E em segundo lugar, irá ser imputada a caracterização por temas dos TBD em Portugal, com vista a ser obtido um ponto de situação sustentado e global, do que sucede nesses territórios. Irão ser abordadas as principais características intrínsecas apenas à presença humana, de forma a compreender as grandes diferenças entre os TBD e os restantes territórios de Portugal Continental.

4.2 Territórios de Baixa Densidade- conceptualização teórica

Os TBD são territórios diferenciados. Possuem características de diversos níveis e de diversas origens que os distinguem dos restantes locais, considerados de média ou alta densidade. O nome dado a estas regiões não reflete a complexidade que os define, talvez por isso sejam territórios popularmente chamados de territórios desfavorecidos e/ou abandonados. Daí o aparecimento de uma questão de investigação- **quais são as principais características associadas aos TBD?**

A expressão linguística “territórios de baixa densidade” é utilizada maioritariamente nos países do sul da Europa (Vaz & Onofre, 2017) - França, Portugal e Itália- que nos remete para um território com baixa dimensão geográfica (referente aos aspetos demográficos) em comparação com a média dos países. A conceptualização do termo aponta para propriedades mais vastas, que levam a uma maior e melhor compreensão sobre estes territórios. A análise efetuada sobre esta definição, permitiu separar em quatro campos os principais fatores de diferenciação dos TBD. Esses fatores são económicos, institucionais, demográficos e “distanciais” (distância sociocultural e distância geográfica).

Percebendo que todos estes fatores se influenciam entre si, não podendo separá-los para uma observação eficaz, são estes os principais agentes que caracterizam os TBD. Existe uma relação causa-efeito (Augusto, Pinho & Rodrigues, 2010) entre todos eles, numa espécie de efeito “bola de neve” e que gera sucessivamente consequências negativas, como o empobrecimento generalizado e baixa atratividade socioeconómica nos TBD.

A separação destes fatores funciona como uma espécie de *zoom-out* a estes locais, permitindo um maior detalhe na análise. O fator económico, sendo um fator que influencia muitos outros fatores direta e indiretamente, é preponderante. Ao longo dos anos, estes territórios não se têm conseguido afirmar em termos económicos, nem no contexto regional, muito menos no contexto nacional. O tecido empresarial dos TBD não tem capacidade de inovação nem capacidade empreendedora (Covas, 2007, citado por Vaz & Onofre, 2017), e por isso conta com mais dificuldades. Na generalidade dos casos, esse tecido empresarial é composto por microempresas, muitas delas familiares, sem liquidez nem acesso a mão de obra qualificada, para fazer face aos desafios impostos pelos mercados, cada vez mais exigentes. A alta dependência do setor primário e de alguns ramos do setor secundário (Vaz & Onofre, 2017) é também uma realidade, e dificulta o desenvolvimento económico e a diversificação de atividades. Grande parte disso adveio da incapacidade de adaptação destes locais às rápidas transformações socioeconómicas que a generalidade dos países desenvolvidos tem vindo a enfrentar desde os anos 80, e também ao crescente desinteresse ligado às

atividades tradicionais (Reis, 2013). A terciarização económica remeteu os TBD para a cauda da economia, que continuaram bastante dependentes do setor primário da agropecuária, que está progressivamente com menos trabalhadores e com uma aposta cada vez mais vincada na tecnologia e na automação. São territórios que perderam competitividade na chegada da modernização tecnológica e digitalização económica. Consequentemente, perderam também importância estratégica ao longo dos anos para os diversos países, à medida que os serviços foram ganhando cada vez mais peso no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e nos restantes indicadores económicos (produtividade, rendimento disponível, número de trabalhadores e de empresas, entre outros).

Os fatores institucionais são também importantes para entendermos as especificidades dos TBD. Começando pelas instituições públicas- são estas entidades que, de um modo universal, regulam, decidem, fiscalizam e atuam em conformidade com o que é pretendido em matéria de políticas públicas. As decisões políticas têm um peso determinante para qualquer território, e os TBD naturalmente também tomam parte nesse processo. As múltiplas decisões políticas ao longo dos últimos anos (principalmente na Europa), discriminaram negativamente estes locais, e beneficiaram de forma desajustada os territórios mais dinâmicos e economicamente mais desenvolvidos. Tendo sido territórios fustigados pelos diversos acontecimentos económicos acima mencionados, as políticas públicas de desenvolvimento registadas pelos governos, não trouxeram benefícios estruturais a estes locais. A distribuição de subsídios e de verbas como forma de contrariar os efeitos negativos, foram e são medidas de remediação, e não de geração e potenciação de desenvolvimento (Augusto, Pinho & Rodrigues, 2010). Esses subsídios são quantidades de dinheiro avultadas que, muitas vezes não são aplicadas de forma planeada e estratégica e não levam em conta as necessidades dos territórios.

Quando estes efeitos negativos não são geridos e mitigados pelas entidades públicas responsáveis, ampliam ainda mais as adversidades já existentes (Abramovay, 1998) como o êxodo rural, a perda de rendimentos e de número de empregos. Torna-se assim imperativo as instituições políticas acrescentarem reformas estruturais aos TBD, através de medidas concretas expansionistas e não apenas medidas remediadoras que

colocam em causa o futuro a longo prazo destes territórios (Augusto, Pinho & Rodrigues, 2010) como está atualmente a acontecer. As decisões levadas a cabo pelas instituições devem seguir planos previamente efetuados, que afirmam as necessidades dos territórios e das populações e que sigam uma linha estratégica de resposta direta aos problemas identificados no território com transparência. As instituições públicas e os agentes dos territórios, tornam-se ativos indispensáveis na aplicação de planos concertados, ponderados e que permitam a estes territórios um rumo de desenvolvimento mais harmonioso e sustentado no capital territorial de cada região.

Os fatores demográficos são praticamente consequenciais dos fatores económicos e institucionais. O fraco desempenho económico aliado à inércia institucional, levam a consequências demográficas extremamente negativas, pois geram baixa atratividade no território aos olhos da população (Augusto, Pinho & Rodrigues, 2010). A evolução demográfica negativa tem sido constante ao longo dos últimos anos nos TBD e tem se vindo a agravar de forma constante. O número de pessoas absoluto diminuiu de forma consistente ao longo dos últimos vinte anos um pouco por toda a Europa, devido principalmente ao êxodo rural e à baixa taxa de natalidade existente nesses locais. Associando a isso um aumento sustentado na qualidade dos serviços de saúde, leva também a um aumento da esperança média de vida. Consequentemente, leva ao envelhecimento populacional, também cada vez mais vincado. Os TBD são particularmente afetados por estes acontecimentos. Observa-se um abandono generalizado das povoações, ficando apenas os habitantes idosos que não obtêm vantagens ao serem deslocalizados. Todas estas ocorrências simultâneas geram uma crise demográfica (Almonte & Pazos-García, 2016) de difícil reversão, sendo já amplamente admitido por diversos investigadores que é uma crise não pode nem vai ser parada. Apenas pode ser atenuada pelos diversos agentes socioeconómicos que atuam nos territórios. As dinâmicas populacionais registadas nos países em desenvolvimento indicam que as renovações de gerações e a ruralidade, são fatores impeditivos de uma recuperação demográfica plena.

Os fatores “distanciais” como foram designados, são separados por dois tipos-socioculturais e geográficos. São diametralmente opostos no que toca à sua origem, daí

a importância de análise e discussão. A distância geográfica revela-se, por vezes como o pretexto perfeito para as instituições públicas, instituições privadas e os sucessivos governos descartarem esses territórios das principais políticas públicas de desenvolvimento, pois não beneficiam de economias de aglomeração e encontram-se longe das capitais e/ou dos principais centros socioeconómicos (Augusto, Pinho & Rodrigues, 2010). Tornando-se assim evidente o aumento das dificuldades generalizadas para a população. Os serviços públicos tornam-se mais escassos e existem poucos recursos para um ótimo funcionamento. Isso gera novamente o efeito de “bola de neve”, em que o crescente desinvestimento público gera também um crescente desinvestimento privado, diminuindo progressivamente a atratividade global do território em toda a linha. As populações sentem a distância dos principais *hubs* de produção e de comércio, e por sua vez procuram melhores condições de vida nos locais mais concentrados e com mais e melhores oportunidades de emprego. São consequências desastrosas para estes territórios que cada vez mais acentuam as suas fragilidades.

A distância social e cultural, é mais um fator indissociável dos restantes, mas também impactante e merecedor de análise. O desenvolvimento das regiões centrais e com mais poder económico em prejuízo dos TBD, gera posteriormente um alto desaproveitamento do potencial endógeno (Ramos & Fernandes, 2012). Não é desenvolvido o seu capital territorial, e tornam-se assim territórios menos ativos na criação e manutenção de atividades de lazer e recreio, como por exemplo atividades desportivas, eventos e espaços museológicos. A evolução negativa da população pesa bastante nesta matéria, dificultando ainda mais o surgimento de programas socioculturais sustentáveis no tempo devido ao crescente peso da população inativa. Toda a dinâmica sociocultural presente nestes locais, fica sob ameaça de extinção ou de inatividade, e com isso a identidade e história do território. São as populações que fazem e compõem os territórios. Torna-se difícil pois, reter o potencial no território em questão, provocando perdas irreparáveis na cultura e história, como também na malha populacional e económica das regiões que compõem os TBD.

4.3 Caracterização dos Territórios de Baixa Densidade de Portugal

Portugal apresenta uma grande diversidade territorial, apesar do seu reduzido tamanho. É um país que apresenta na sua composição grandes diferenças geográficas, físicas, demográficas e económicas entre as suas regiões. Esta diversidade pode ser transposta em vantagens e desvantagens, dependendo das decisões tomadas e das condições observadas. No entanto, ao longo dos últimos anos, a realidade tem evidenciado que o território continental português está extremamente assimétrico no que toca ao desenvolvimento territorial. Existem regiões bastante desenvolvidas, em linha com os indicadores apresentados por países mais ricos e desenvolvidos que Portugal, como é o caso da Área Metropolitana de Lisboa (NUT III). Do outro lado da balança, existem regiões com nível de desenvolvimento bastante inferiores em todos os indicadores, como é o caso das regiões das Terras de Trás-os-Montes e Beiras e Serra da Estrela (NUT's III). As assimetrias regionais são um tema identificado há já bastante tempo pelos académicos e entidades públicas.

O agravamento sistemático das condições socioeconómicas dos TBD é notório em Portugal há muitos anos. E são problemas claramente estruturais, que se arrastam no tempo e complicam o desígnio nacional de uma maior coesão territorial e competitividade (PNCT,2016), como uma espécie de círculo vicioso. A distribuição da população tem um grande impacto na criação e manutenção de equipamentos educativos e recreativos e de redes de transporte. Essas redes, nomeadamente de transporte terrestre, constituem a base para a estruturação do território e são um grande fator para um maior dinamismo demográfico e económico, principalmente nos centros urbanos localizados nos eixos da rede rodoviária e ferroviária. A rede nacional de autoestradas e a rede nacional ferroviária não se estende a todas as cidades, sendo possível identificar inúmeras cidades dos territórios do Interior, que não dispõem dessas ofertas (INE, 2019).

Os territórios bipolarizam-se entre o interior e o litoral, assistindo-se a grandes assimetrias e diferenças entre estas duas realidades cada vez mais presentes no panorama de Portugal Continental. A figura 4 sistematiza de forma concisa os desafios estruturais dos TBD. Leite Ramos (2014) nomeia alguns fatores que perpetuam a baixa densidade. Os fatores centrais são- mercado de emprego escasso e pouco qualificado; perda de população jovem e mais qualificada; despovoamento e dispersão territorial; poucos consumidores e pulverização dos mercados locais e reduzidos níveis de empreendedorismo e de investimento privado.

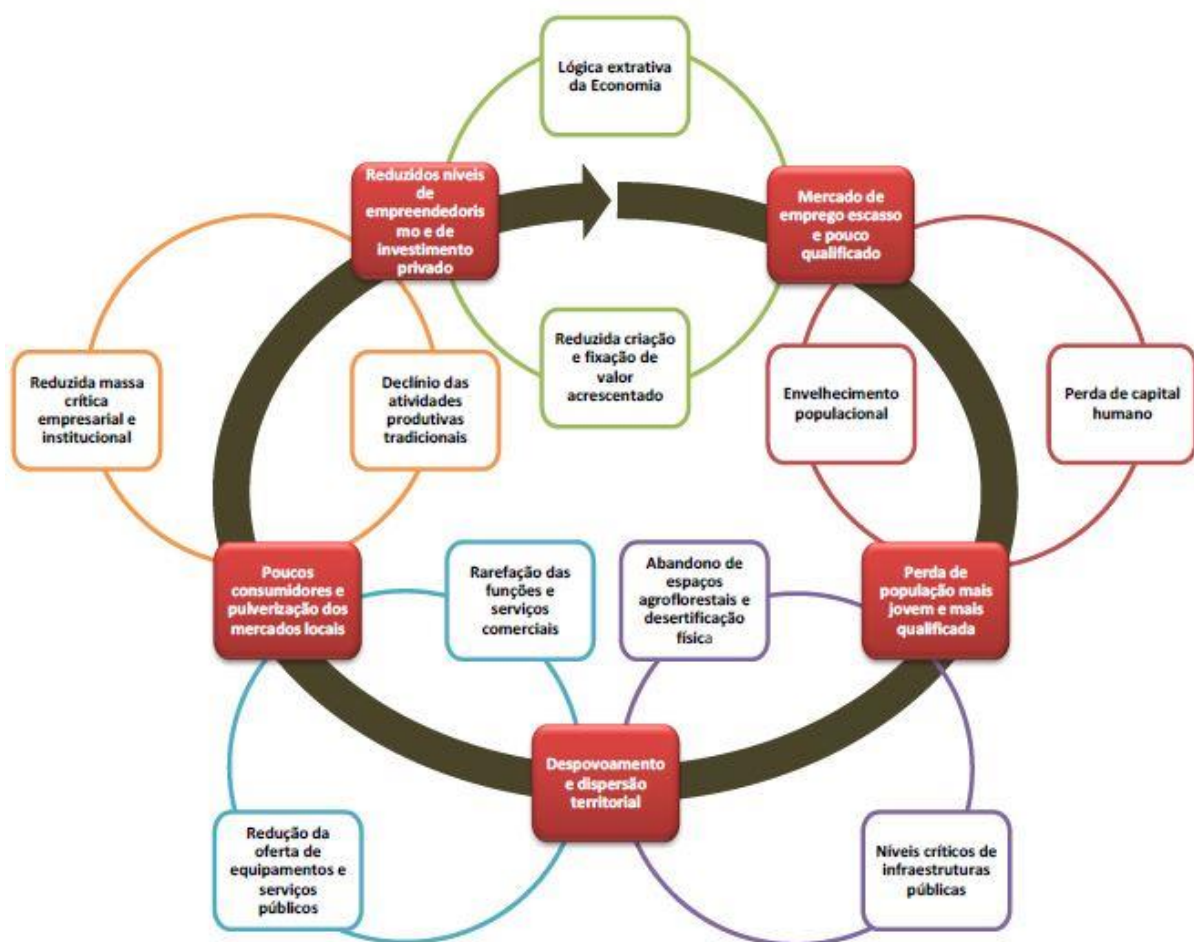


Figura 4- O(s) círculo(s) vicioso(s) da baixa densidade territorial
 Fonte: Leite Ramos (2014)

Estes cinco principais fatores indicados na figura 4 são responsáveis pelo círculo vicioso. O autor indica ainda o mercado de emprego escasso e pouco qualificado como iniciador deste processo, que posteriormente desencadeia um processo de degeneração demográfico, infraestrutural e económico. O resultado é uma baixa densidade estrutural no território e uma grande dificuldade em fixar empresas, população e conseqüentemente, valor acrescentado no território. É, pelas várias componentes apresentadas, um grande desafio que abrange várias áreas e vários setores. Tornar estas áreas atrativas e eficientes, implica uma reflexão ponderada sobre vários parâmetros e indicadores, e um conhecimento profundo sobre as realidades vividas nestes territórios.

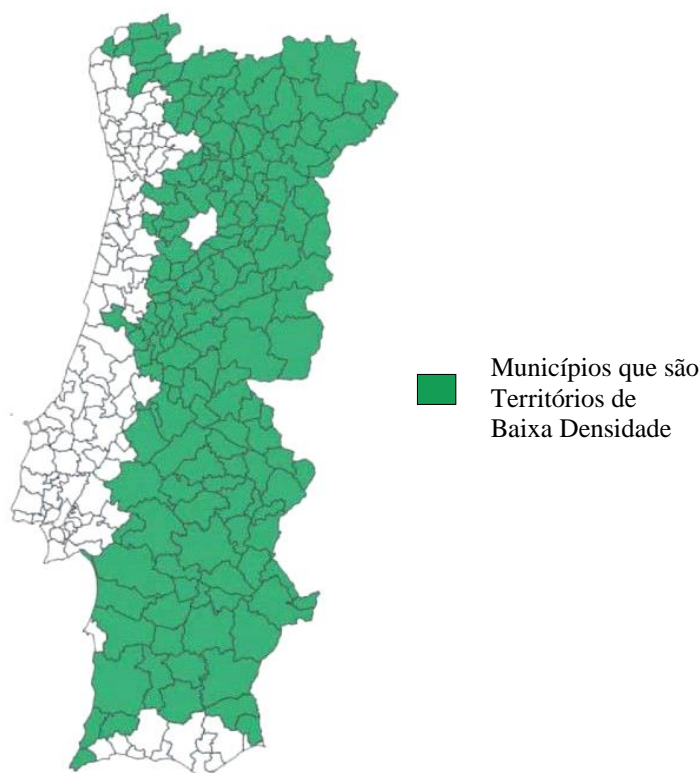


Figura 5- Mapa dos Territórios de Baixa Densidade em Portugal
Fonte: INE, PNCT (2016)

A figura 5 representa o mapa dos municípios portugueses classificados como TBD. São no total 165 municípios num total de 278, representando assim praticamente 60% do

total de municípios em Portugal Continental. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não têm nenhum município classificado como TBD.

Em termos visuais facilmente se percebe o fenómeno da litoralização, relativamente à densidade. Praticamente toda a costa atlântica está classificada como território de média ou alta densidade, restando os conhecidos territórios do Interior, que representam quase dois terços do território continental nacional. A tabela 3 enumera todos os municípios que estão classificados como TBD.

Tabela 3- Lista de Municípios classificados como Territórios de Baixa Densidade

Municípios classificados Territórios de Baixa Densidade				
Alandroal	Arraiolos	Borba	Estremoz	Évora
Montemor-o-Novo	Mora	Mourão	Portel	Redondo
Reguengos de Monsaraz	Vendas Novas	Viana do Alentejo	Vila Viçosa	Alcácer do Sal
Grândola	Odemira	Santiago do Cacém	Alcoutim	Aljezur
Castro Marim	Monchique	Vila do Bispo	Alter do Chão	Arronches
Avis	Campo Maior	Castelo de Vide	Crato	Elvas
Fronteira	Gavião	Marvão	Monforte	Nisa
Ponte de Sor	Portalegre	Sousel	Arcos de Valdevez	Melgaço
Monção	Paredes de Coura	Ponte da Barca	Vila Nova de Cerveira	Boticas
Chaves	Montalegre	Ribeira da Pena	Valpaços	Vila Pouca de Aguiar
Arouca	Cabeceiras de Basto	Fafe	Mondim de Basto	Póvoa de Lanhoso
Vieira do Minho	Aljustrel	Almodôvar	Alvito	Barrancos
Beja	Castro Verde	Cuba	Ferreira do Alentejo	Mértola
Moura	Ourique	Serpa	Vidigueira	Castelo Branco
Idanha-a-Nova	Oleiros	Penamacor	Proença-a-Nova	Vila Velha de Ródão
Almeida	Belmonte	Celorico da Beira	Covilhã	Figueira de Castelo Rodrigo
Fornos de Algodres	Fundão	Gouveia	Guarda	Manteigas
Meda	Pinhel	Sabugal	Seia	Trancoso
Terras de Bouro	Vila Verde	Alijó	Armamar	Carraceda de Ansiães
Freixo de Espada à Cinta	Lamego	Mesão Frio	Moimenta da Beira	Murça
Penedono	Peso da Régua	Sabrosa	Santa Marta de Penaguião	São João da Pesqueira
Sernancelhe	Tabuaço	Tarouca	Torre de Moncorvo	Vila Nova de Foz Côa
Vila Real	Chamusca	Coruche	Abrantes	Constância
Ferreira do Zêzere	Mação	Sardoal	Sertã	Vila de Rei
Vila Nova da Barquinha	Sever do Vouga	Arganil	Góis	Lousã
Miranda do Corvo	Mortágua	Oliveira do Hospital	Pampilhosa da Serra	Penacova
Penela	Soure	Tábua	Vila Nova de Poiares	Alvaiázere
Ansião	Castanheira de Pera	Figueiró dos Vinhos	Pedrógão Grande	Aguiar da Beira
Carregal do Sal	Castro Daire	Mangualde	Nelas	Oliveira de Frades
Penalva do Castelo	Santa Comba Dão	São Pedro do Sul	Sátão	Tondela
Vila Nova de Paiva	Vouzela	Baião	Celorico de Basto	Cinfães
Resende	Alfândega da Fé	Bragança	Macedo de Cavaleiros	Miranda do Douro
Mirandela	Mogadouro	Vila Flor	Vimioso	Vinhais

Fonte: PNCT (2016), elaboração própria

Portugal Continental é constituído por 23 NUTS III. Do total desse número, apenas duas não contêm TBD na sua composição- AML e Oeste. Das restantes 21 NUTS III, existem oito- Terras de Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Baixo Alentejo, Alto Tâmega, Alto Alentejo e Alentejo Central- cuja totalidade de território e

de municípios são TBD (PNCT, 2016). As NUTS III do Alentejo Litoral e Viseu Dão-Lafões por pouco não entram também nesta lista, por apenas um município cada uma das sub-regiões. Esta observação por si só, já revela a preocupante orientação sociodemográfica que assola o país.

4.3.1 Caracterização Física

Principiando pela caracterização física, importa referir que grande parte da baixa densidade encontrada em Portugal é fruto de conceções e decisões humanas, tomadas pelas instituições públicas, privadas e pela população. Não é necessariamente um fruto de características físicas, geológicas ou fisiológicas, que impeçam a fixação populacional e sejam a razão da baixa densidade encontrada. Este subcapítulo versará essencialmente em análises sobre a ocupação e o uso do solo -a caracterização física tendo em conta a ocupação humana e vice-versa, como também componentes ligadas à acessibilidade e formas de organização administrativa que influenciam as paisagens e infraestruturas locais. Não seria viável uma caracterização morfológica aprofundada pois não é esse o objetivo do estudo nem traria nenhum acréscimo positivo ao mesmo. O fundamental de compreender nesta matéria para este estudo, é essencialmente o peso e as formas da conceção humana nestes territórios.

Os TBD representam em área total de Portugal Continental de aproximadamente 70% do território, que perfaz 66500 km², e representam apenas cerca de 20% da população (PNCT, 2016), demonstrando assim a sua baixa densidade. Observando a anterior figura 5, é facilmente perceptível o tamanho dos TBD em relação ao restante território. Representa bem mais de 2/3 do total da área de Portugal Continental, e, no entanto, apresenta várias debilidades e falta de dinamismo.

4.3.1.1 Ocupação e Uso dos Solos

No que toca à ocupação dos solos, existem diversas análises possíveis a serem feitas. O território é vasto e conta com usos bastante diversos. Estes três mapas representados na figura 6 mostram, respetivamente, a percentagem territorial de territórios

artificializados, de área florestal e de área agrícola, abrangendo assim a generalidade dos usos e ocupação do solo.

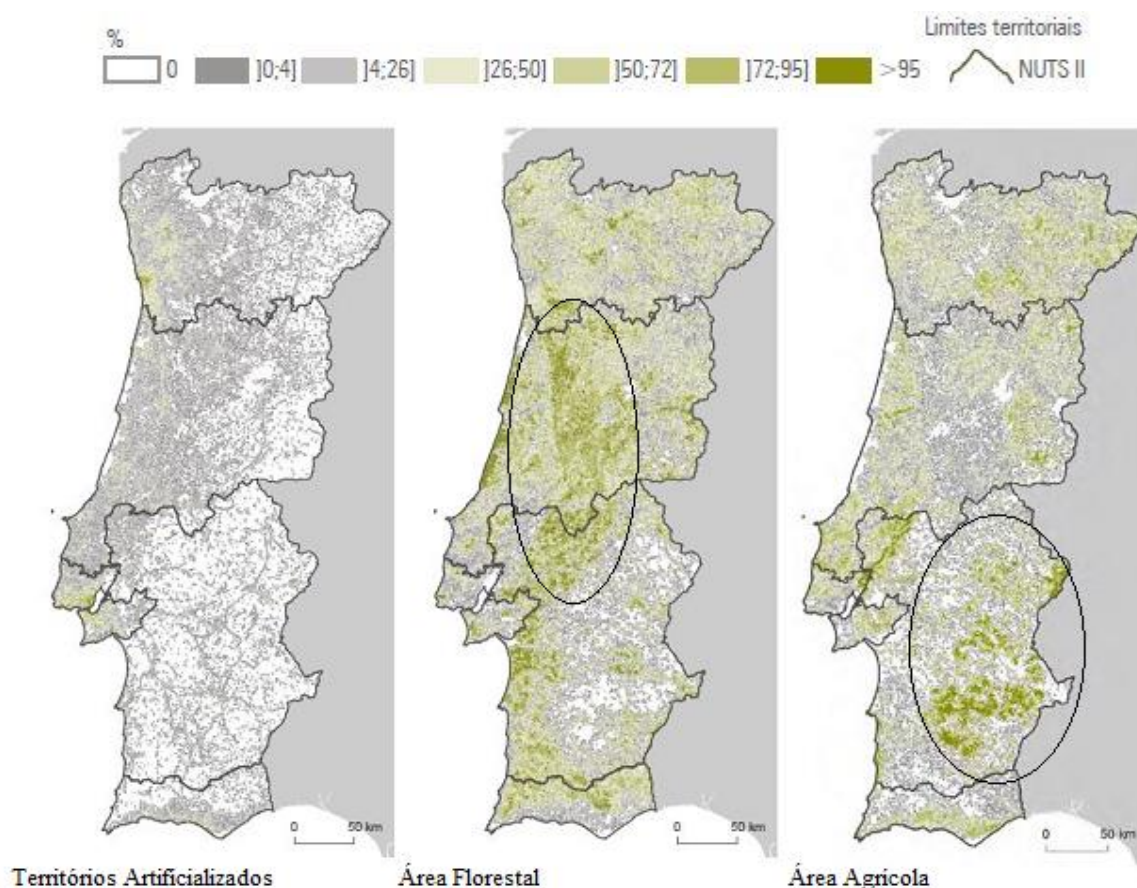


Figura 6- Distribuição da superfície das unidades territoriais por classes de uso e ocupação do solo
Fonte: RTP (2017), elaboração própria.

Tendo o mapa dos TBD presentes em análise (Figura 5), consegue-se perceber que o território artificializado sobrepõe-se de forma evidente, como se fosse um mapa-espelho. A grande parte dessa artificialidade está presente na faixa costeira, com a concentração das grandes cidades, parques industriais e zonas urbanas de trânsito e habitação. E à medida que o território se interioriza, percebe-se que essas características vão desvanecendo e tornando-se menos comuns. Este indicador evidencia a menor presença humana, sem qualquer prejuízo, nos TBD ao contrário do que se verifica no litoral onde existe uma forte presença artificial no uso e ocupação do solo, o que leva à sua alteração profunda.

Relativamente aos outros dois indicadores, a separação entre litoral e interior não se mostra tão evidente. No que concerne a área florestal, vemos manchas de floresta um pouco por todo o território. A região Centro é a região que se mais destaca neste indicador com uma grande presença de floresta, principalmente na Região do Centro (NUT II) e no norte do Alentejo (NUT II). Todavia, o território apresenta-se com uma mancha florestal dispersa um pouco de norte a sul.

Quanto à área agrícola, o cenário já não é similar. Também se veem manchas agrícolas um pouco por todo o território, mas não de forma tão proeminente como no anterior mapa. Após observação, é facilmente perceptível a importância da região do Alentejo (NUT II) para o setor agrícola nacional. A presença do setor primário no território alentejano (em todas as NUT III, exceto o Alentejo Litoral) é tremenda, e é um setor de base para o tecido económico. Azeite, carne, leite, vinho e cortiça são o núcleo da exploração agrícola do Alentejo. A outra grande zona de produção agrícola observada no mapa é a Lezíria do Tejo (NUT III) com uma presença também visível.

4.3.1.2 Acessibilidades

As acessibilidades são também uma parte fundamental no que diz respeito à forma e intensidade da presença humana. A existência ou inexistência de redes de acessibilidade num território, indica-nos muito sobre as dinâmicas socioeconómicas. Quanto mais moderna e diversificada for uma rede de acessibilidades, mais facilmente existirá uma região mais desenvolvida, do que uma em que essa rede não se verifique. São uma componente vital para poder desenvolver rotas comerciais e laborais, e também para criar atratividade no território, tanto para a fixação das populações, como para a fixação de empresas.

A questão das acessibilidades demonstra bem a influência que pode ter na criação de centralidades. O mapa demonstrado na figura 7, é uma representação ímpar sobre isso e revela facilmente os dois principais polos de acessibilidades do país- a AML e a AMP. E em sua volta, encontram-se os seus municípios limítrofes que beneficiam com a proximidade de Lisboa e Porto, e também se desenvolvem. A maior parte dos fluxos apresentados são feitos no corredor Lisboa- Porto no litoral do país, como é observado

na imagem, devido em grande parte aos movimentos pendulares verificados nessas duas cidades.

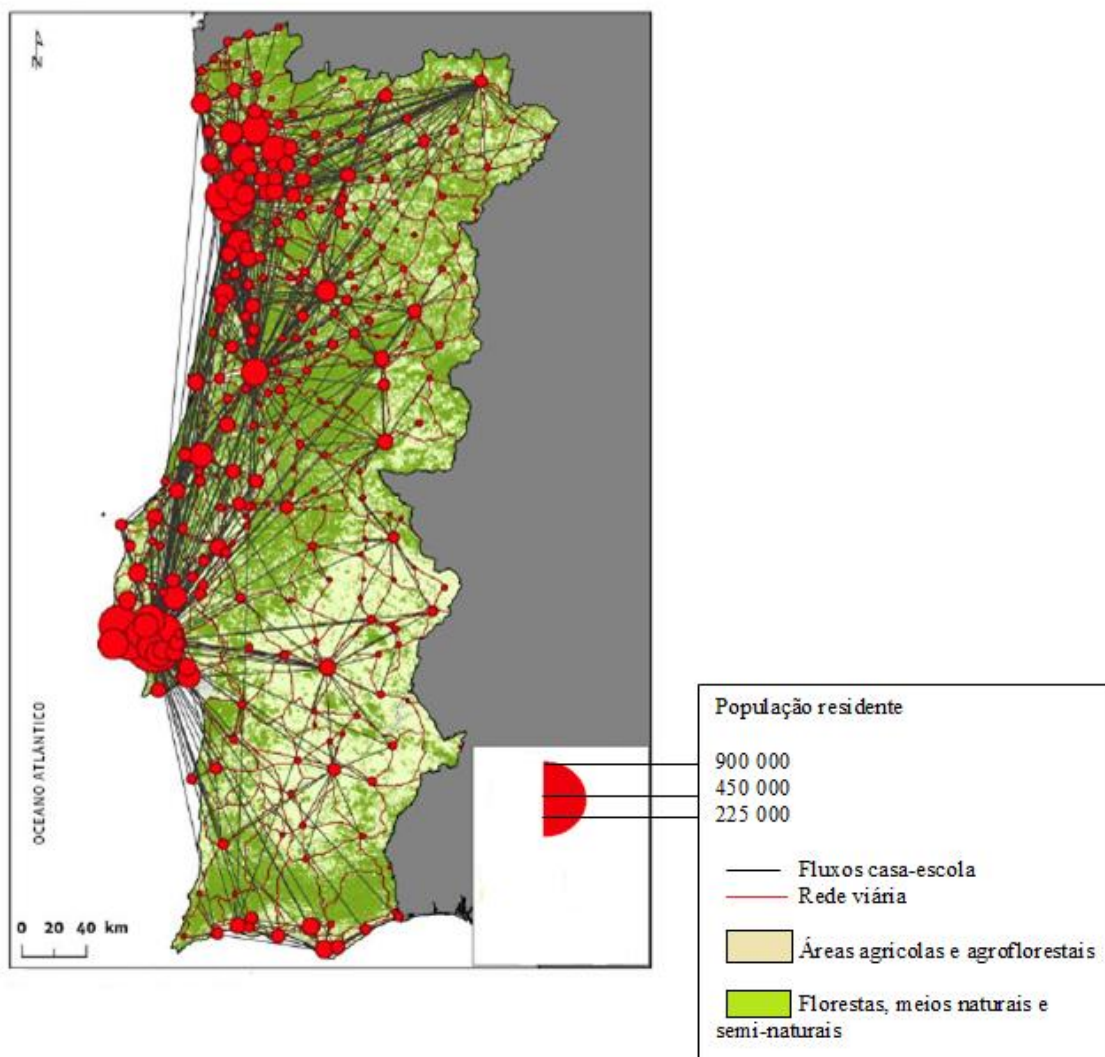


Figura 7- Centralidades, Pendularidades e Acessibilidades, 2011
Fonte: PNCT (2016), INE (2011), CAOP (2014).

É também perceptível apenas através da figura 7, a importância das cidades pequenas e médias para os TBD. Mostram ser as âncoras desses territórios com oferta de comércio, serviços (públicos e privados) e urbanidades (PNCT, 2016) e que ligam muitas vilas e aldeias. Essas características garantem um sustento demográfico e económico das áreas mais rurais em voltas dessas cidades do Interior. São a garantia da equidade necessária na distribuição territorial de serviços essenciais na qualidade de vida das

populações (PNCT, 2016). A centralização desses serviços torna-se assim essencial para esses territórios, pois acrescentam valor através do fluxo de pessoas, capital, mercadorias e informação, enquanto impede a desertificação territorial imediata.

A rede viária nacional é também um indicador importante e que se reveste de grande importância na caracterização dos territórios e na influência que exerce sobre os mesmos. A intensidade desta rede relaciona-se diretamente com a densidade populacional, como expectável. Na faixa litoral do território a intensidade e a variedade dessa rede é bastante maior, tal como o fluxo de pessoas e mercadorias. O contrário se observa no interior, tendo um número bastante menor de habitantes, tem também uma rede viária menos intensa e variada. E essa diminuição da rede viária é acompanhada de uma presença crescente de áreas agrícolas e áreas florestais. Na região do Alentejo (NUT II) é particularmente perceptível esse fenómeno, compatível com a baixa densidade e o grande número de culturas intensivas agropecuárias presentes.

No que se refere às acessibilidades, a leitura feita sobre os TBD não contrasta com o já diagnosticado. As acessibilidades viárias nacionais (rodoviárias e ferroviárias) são mais escassas no Interior do país. A grande parte das redes viárias encontram-se em volta dos grandes centros da AML e da AMP. As cidades médias encontram-se também guarnecidas de uma robusta rede, principalmente rodoviária como Braga, Aveiro e Coimbra.

4.3.1.3 Cidades, vilas e aldeias

Neste subcapítulo irá ser analisada a distribuição das cidades, vilas e aldeias pelo espaço e território de Portugal Continental. Importa entender as dinâmicas de distribuição e a forma de como essa distribuição se coaduna com a dos TBD.

A distribuição populacional e a estrutura organizacional dos territórios dependem de vários fatores. Portugal é um país que se encontra alinhado com as tendências europeias, e por isso a maior parte da sua população concentra-se em cidades. As cidades asseguram um grande número de serviços e o território estrutura-se em função desses serviços, como já mencionado. Em 2018, 43,35% da população em

Portugal Continental vivia em cidades (tabela 4), com tendência deste número ser cada vez maior. Todavia, as vilas são também bastante importantes nesse processo. São territórios que oferecem mais-valias e que, pela sua classificação, são obrigadas a deter um rol de serviços, nomeadamente assistência médica, farmácia, estabelecimentos de ensino de escolaridade obrigatória, transportes públicos coletivos, entre outros (PNCT- O Interior em Números, 2018).

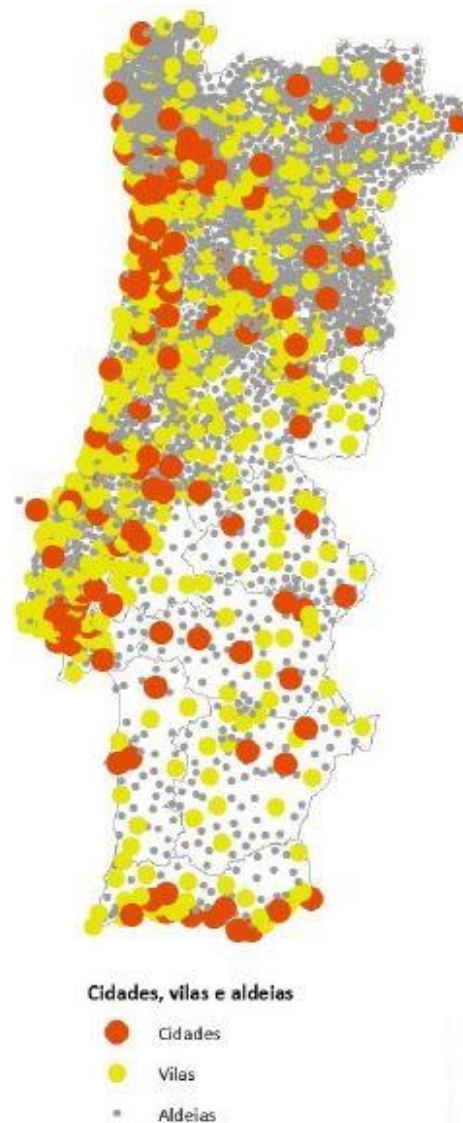


Figura 8- Distribuição de cidades, vilas e aldeias no território nacional
Fonte: PNCT- O Interior em Números (2018).

Em 2018 Portugal tinha 146 cidades e 552 vilas (PNCT- O Interior em Números, 2018) maioritariamente concentradas a norte do Rio Tejo, como a figura 8 demonstra. O número de aldeias é também muito mais elevado no Norte do País. É também identificável, o número reduzido de centros urbanos nos TBD, comparativamente ao litoral. Os TBD organizam-se de forma estrutural em torno de um número de cidades médias e pequenas- Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu (apesar de não ser um TBD, está cercada por eles), Castelo Branco, Portalegre, Beja e Évora. São 8 aglomerados fundamentais na organização do território e na influência urbana crescente no Interior.

Tabela 4- Índice de concentração da população residente em cidades (%), por NUTS II- 2018

Local de residência (NUTS II- 2013)	Índice de concentração da população residente em cidades (%)- 2018
Continente	43,35%
Norte	39,60%
Centro	38,54%
Área Metropolitana de Lisboa	39,68%
Alentejo	25,07%
Algarve	25,22%

Fonte: INE

Apesar de existirem regiões em Portugal tendencialmente mais rurais, a tendência da urbanização é crescente, muito devido ao aumento generalizado e constante da qualidade de vida nas cidades portuguesas nos últimos anos. Essa tendência, de acordo com o INE, irá levar um número crescente de habitantes a deslocar-se para cidades. A variação temporal, não foi possível obter pois este indicador é apenas atualizado nos Censos, e esta tabela diz respeito a uma atualização do número de cidades e vilas feita em 2018. A próxima atualização deste indicador será nos Censos de 2021.

4.3.2 Caracterização Demográfica

Neste subcapítulo irá ser abordada a caracterização demográfica dos TBD com recurso a indicadores numéricos e estatísticos e alguns mapas. O foco e objetivo será o de compreender a demografia dos TBD comparativamente ao restante território, e também de fazer uma análise crítica ao momento demográfico atual e futuro destes territórios. Esta é uma característica que se revela vital, pois são os residentes que

moldam um território, e importa entender e identificar a urgência demográfica que assola estas regiões.

Esta análise irá incidir particularmente em indicadores demográficos que permitam uma caracterização objetiva da relação entre o território e as suas populações nos TBD. Sem necessidade de obter dados sobre as tendências, que são praticamente sempre regressivas, irá ser traçado um quadro utilizando os dados estatísticos mais recentes quanto possível.

Tabela 5- Densidade populacional nos TBD e restantes territórios-2019

Densidade populacional (nº médio de indivíduos /km²) - 2019			
Portugal	111,5		
	Norte	167,9	
		TBD do Norte	79,53
	Centro	78,6	
		TBD do Centro	54,7
	Alentejo	22,3	
		TBD do Alentejo	16,3
	Algarve	87,8	
		TBD do Algarve	16,7
Média TBD Nível Nacional	41,82		

Fonte: PORDATA e elaboração própria

Como já referido no estudo, apenas as NUTS II do Norte, Centro, Alentejo e Algarve possuem concelhos considerados TBD. O modelo de análise irá recair sob comparações entre os TBD de cada NUT II e, posteriormente, uma comparação entre os TBD de todo o país com os indicadores totais nacionais. A densidade populacional registada na tabela 5, mostra a relação entre a dispersão de população pelo espaço. Em todas as NUT II, a densidade populacional diminui nos TBD, como seria expectável.

No Norte e no Algarve, a diferença é particularmente significativa, parcialmente explicada pela presença da AMP no caso do Norte e do reduzido número de municípios que são TBD, no caso do Algarve. É também importante realçar a grande diferença entre o conjunto nacional e apenas os TBD. A densidade populacional dos TBD (41,82 hab./km²) representa apenas 37,5% do valor da densidade populacional do país (111,5 hab./km²). Num território nacional continental manifestamente pequeno, são

diferenças bastante vincadas e estruturais nas vivências de cada território. A densidade populacional é um indicador que evidencia uma relação direta entre os fatores população residente e território. Apesar de ser relevante para uma análise demográfica, apenas evidencia essa relação direta e limitada.

Uma visão integrada é necessária para uma compreensão total da demografia de um determinado local, e para uma avaliação precisa. Observando o índice de envelhecimento do território, é perceptível de forma geral o envelhecimento do país.

Tabela 6- Índice de Envelhecimento nos TBD e restantes territórios-2019

Índice de Envelhecimento (Rácio-%) - 2019			
Portugal		161,3	
	Norte	162,7	
		TBD do Norte	320,6
	Centro	201,4	
		TBD do Centro	233,9
	Alentejo	204,6	
		TBD do Alentejo	240,3
	Algarve	145,4	
		TBD do Algarve	434,2
Média TBD Nível Nacional		307,2	

Fonte: PORDATA, elaboração própria

Nenhuma NUT II das apresentadas com ou sem TBD, nem o país de forma global, possui uma população jovem, mas sim uma população envelhecida, em que o índice ultrapassa o valor de 100. E de todas as NUT II do país, apenas a Região Autónoma dos Açores tem uma população residente jovem (PORDATA, 2020; RTP, 2017). Todas as restantes NUTS II do país apresentam tendências atuais e contínuas de envelhecimento.

Existem dados negativos nessa matéria. De todas as quatro NUT II, na região Norte, os TBD apresentam um índice de envelhecimento duas vezes superior ao restante território (162,7 contra 320,6), enquanto que no Algarve esse número é quase três vezes superior (145,4 contra 434,2). E a tendência é geral- para além da baixa densidade populacional, os TBD têm uma população mais envelhecida (307,2 idosos por cada 100 jovens) comparativamente com o índice nacional (161,3 idosos por cada 100 jovens). Este é um problema bastante difícil de solucionar, à medida que naturalmente esses territórios tendo já menos habitantes continuam a perdê-los a um

ritmo bastante elevado. Isso acarreta bastantes problemas, à medida que esses territórios, não conseguindo atrair um grande número de novos habitantes, estão a perder o seu capital territorial.

Todos os indicadores estatísticos relativos a um determinado território, influenciam de forma multilateral muitos outros setores da sociedade. O caso do Índice de Dependência de Idosos (IDI) representa exatamente essa questão. É um indicador representado na tabela 7, que se traduz no número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, pessoas com idades entre 15 e 64 anos.

Tabela 7- Índice de Dependência de Idosos nos TBD e restantes territórios-2019

Índice de Dependência de Idosos (Rácio-%) - 2019		
Portugal	34,2	
	Norte	31,1
	TBD do Norte	39,2
	Centro	38,5
	TBD do Centro	46,1
	Alentejo	41,1
	TBD do Alentejo	46,2
	Algarve	34,4
	TBD do Algarve	61,2
Média TBD Nível Nacional	48,1	

Fonte: PORDATA, elaboração própria

Este indicador demonstra a relação entre a população teoricamente reformada e a população teoricamente trabalhadora. Para além de este indicador apontar também um certo grau de envelhecimento num território, aponta também o peso económico-financeiro da população reformada sob a população ativa. Quanto maior for este índice, mais pressão existe sobre a economia e os sistemas de segurança social para pagar pensões e reformas.

Também neste indicador, todos os conjuntos de TBD em cada NUT II apresentada na Tabela 7, demonstram um maior peso da população idosa sobre a população ativa. Há também um IDI maior nos TBD a nível nacional, comparativamente a Portugal. Por cada 100 trabalhadores existem em média 48,1 idosos nos TBD de Portugal, o que evidencia uma pressão bastante negativa na força de trabalho destes territórios. A longo prazo

um IDI constantemente abaixo de 100, rompe com a estabilidade social e do equilíbrio dos sistemas sociais usados para distribuir as pensões às populações idosas.

Em termos globais, Portugal apresenta uma população crescentemente envelhecida e reduzida. As taxas de natalidade registadas nos últimos anos, unidas às taxas de mortalidade e ao aumento constante da esperança média de vida, contribuem largamente para esses acontecimentos. Os saldos populacionais- migratório, natural e total- são o reflexo direto dessas realidades. Apenas no ano de 2019, Portugal perdeu 25214 habitantes em termos naturais, mas o saldo migratório positivo permitiu, entretanto, um saldo total positivo de 19292 habitantes, como demonstra a tabela 8. No entanto, os TBD apresentam realidades bem diferentes no ano passado. O conjunto de TBD ao nível nacional, apresentou uma perda substancial de 9561 habitantes no saldo total. É um valor bastante negativo, mas expectável. O saldo natural é o maior contribuinte para este cenário, visto que apresenta valores negativos, ao contrário do saldo migratório. É importante realçar que é mesmo o saldo natural o responsável pelos valores negativos globais, pois o saldo migratório é positivo em todas as NUTS II e nos TBD dessas NUTS.

Tabela 8- Saldos Populacionais nos TBD e restantes territórios- 2019

Saldos Populacionais Anuais- 2019			
	Saldo Natural	Saldo Migratório	Saldo Total
Portugal	-25 214	44 506	19 292
Norte	-7 672	10 427	2 755
TBD do Norte	-5 615	2198	-3 417
Centro	-12 195	12 911	716
TBD do Centro	-7047	2903	-4 144
Alentejo	-5 092	4 172	-920
TBD do Alentejo	-3 994	2226	-1 768
Algarve	-709	251	-458
TBD do Algarve	-243	11	-232
TBD Nível Nacional	-16 889	7338	-9 561

Fonte: Elaboração própria

Há um ponto que também é importante destacar- existem perdas nacionais no que concerne o saldo natural e ganhos no saldo migratório. Os TBD representam 66,9% do saldo negativo natural nacional (-16889) e apenas 16,5% do saldo positivo migratório nacional (7338). Isso evidencia que existe nos TBD uma perda desequilibrada de habitantes na relação óbitos/nados-vivos, e um excessivamente lento aumento de habitantes na relação emigrantes/imigrantes. Torna-se perceptível apenas com os

dados de 2019 o problema demográfico grave e estrutural que estes territórios enfrentam.

4.3.3 Caracterização Económica

Neste subcapítulo irão ser abordados alguns fatores económicos para uma melhor compreensão da economia que afeta os TBD. Esta análise, devido à dificuldade de medição de dados nos TBD, apresenta apenas uma parte do que seria desejável. Apesar dessas limitações, é possível entender as principais tendências que afetam o cenário económico dos TBD. A caracterização económica pode ser efetuada de diversas formas e com diversos dados. A situação a que foi proposta a caracterização dos TBD, não permite uma caracterização profunda nesse sentido, pela falta de tratamento de dados direcionados aos TBD.

Tabela 9- Poder de compra per capita nos TBD e restantes territórios- 2017

Poder de compra <i>per capita</i> (2017)		
Portugal		100
	Norte	92,11
	TBD do Norte	67,07
	Centro	88,3
	TBD do Centro	71
	Alentejo	90,13
	TBD do Alentejo	83,95
	Algarve	99,1
	TBD do Algarve	65,76
Média TBD Nacional		71,9

Fonte: INE e elaboração própria

O indicador de poder de compra *per capita* é de elevada importância nesta matéria. Apesar de ser uma média, é um indicador que ajuda na caracterização global. E o primeiro ponto de análise mostrado na tabela 9, é o facto de todos os TBD relativos a cada uma das NUTs II representadas, evidenciar um poder de compra *per capita* inferior às respetivas NUT II. Demonstra que, para além das quatro regiões aqui representadas estarem abaixo do valor base de 100, os TBD de cada uma dessas NUTs II estão ainda mais longe. Com destaque negativo para os TBD do Algarve e os TBD do Norte, que nem chegam a um índice de 70.

Estes valores majorados a uma escala nacional, pesam negativamente no poder económico dos habitantes dos TBD. A diferença entre o valor base português para a média dos TBD a nível nacional está cifrada em 28,2 pontos, praticamente uma diferença de 30% no poder de compra *per capita*. Naturalmente, estes valores advêm de variados fatores, mas um valor destes tão baixo, dificulta o desenvolvimento e prosperidade económica dos territórios. Toda a atividade económica ressentem-se se as populações não têm possibilidade de gerar consumo suficiente em bens e serviços.

Tabela 10- Valor de bens em € importados e exportados pelas empresas- 2019

Valor dos Bens Importados e Exportados pelas Empresas (€) - 2019					
	Importações	% Imp. da NUT II/Nacional	Exportações	% Exp. da NUT II/Nacional	Saldo Exp. e Imp.
Portugal	79 977 128 345		59 902 809 944		-20 074 318 401
Norte	17 869 014 223		22 929 154 433		5 060 140 210
TBD do Norte	1 802 033 533	10,1%	2 395 569 506	10,4%	593 535 973
Centro	9 876 743 691		11 332 820 292		1 456 076 601
TBD do Centro	3 351 881 918	33,94%	4 043 878 196	35,68%	691 996 278
Alentejo	2 835 913 172		3 924 212 954		1 088 299 782
TBD do Alentejo	911 308 390	32,13%	2 002 051 448	51,02%	1 090 743 058
Algarve	374 286 385		197 433 753		-176 852 632
TBD do Algarve	12 379 934	3,31%	14 463 902	7,33%	2 083 968
TBD Nível Nacional	6 077 603 775	7,60%	8 455 962 052	14,12%	2 378 358 277

Fonte: PORDATA, elaboração própria

Outra parte muito relevante da atividade económica são as empresas. Importará também analisar um indicador simples, mas necessário- os valores monetários das exportações e importações. Este é o indicador direcionado para auferir o saldo da balança comercial. Analisando a tabela 10, Portugal detém uma balança comercial de bens negativa, importa mais bens do exporta, em termos de valor monetário. Uma diferença na ordem dos 20 mil milhões de euros. Torna-se relevante analisar as restantes regiões apresentadas- Norte, Centro e Alentejo detêm saldos positivos. Apenas o Algarve tem uma balança comercial de bens negativa. O conjunto de TBD a nível nacional tem também um saldo positivo, na ordem dos 2,3 mil milhões de euros. O peso dos TBD em cada uma das NUT II é essencial para perceber a contribuição que

estes territórios têm na região que se inserem. Os TBD do Centro e do Alentejo são os que mais contribuem para as suas regiões no capítulo das importações, com aproximadamente 34% e 32%, respetivamente. No que toca às exportações, os TBD do Alentejo representam mais de metade (51%) da sua região, evidenciando assim a sua elevada importância no comércio de bens. Na região Centro, esse valor chega aos 35,68% do total, e na região Norte aos 10,4%. É essencial referir também o peso dos TBD em cada região. A percentagem dos TBD de cada NUT II das importações é, em todos os casos, menor à percentagem do total de exportações. Isso revela a contribuição bastante positiva que os TBD têm para a balança comercial de bens das suas NUT II. É observável o peso dos TBD a nível nacional. Apresenta praticamente o dobro da percentagem nas exportações (14,12%) relativamente às importações (7,6%), o que evidencia uma contribuição também bastante positiva na balança comercial nacional de bens. Pode-se concluir que os TBD, de forma global, são territórios eminentemente exportadores de bens.

4.3.4 Caracterização Turística

A caracterização turística, é necessária para compreender de que forma e com que impacto, o turismo atua nos variados TBD em Portugal. Irão ser abordados os indicadores essenciais que permitam a elaboração de conclusões robustas sobre o que se sucede em termos turísticos nestes locais. O turismo, sendo uma atividade multifacetada, participa nas restantes áreas caracterizadas- física, demografia e economia- da mesma forma que essas áreas também participam no turismo. Surge a importância de o caracterizar ao nível da procura e da oferta, para assim existir uma melhor compreensão e comparação entre os TBD e os restantes locais.

4.3.4.1 Oferta Turística

Esta análise irá versar essencialmente pelo único ponto de comparação possível entre territórios tão diversos- os equipamentos de alojamento. A primeira análise é direcionada ao número total de alojamentos turísticos no ano de 2019, versada na tabela 11. Portugal em 2019 apresentava 6833 alojamentos e 2170 desse total está inserida em TBD, aproximadamente 31,7% do número total.

Tabela 11- Número de alojamentos turísticos nos TBD e restantes territórios- 2019

Número de Alojamentos Turísticos- 2019		
	Total	% NUT II/Nacional
Portugal	6 833	
Norte	1 785	
TBD do Norte	761	42,63%
Centro	1 365	
TBD do Centro	625	45,79%
Alentejo	753	
TBD do Alentejo	663	88,05%
Algarve	990	
TBD do Algarve	121	12,22%
TBD Nível Nacional	2 170	31,76%

Fonte: PORDATA, elaboração própria

Tendo em contas as características socioeconómicas e demográficas dos TBD, é um indicador expectável e não é necessariamente negativo nem positivo. No que toca aos totais de cada região, o Norte e o Centro revelam um maior peso dos TBD no número total de alojamentos, ambas com valores acima dos 40%. As situações verificadas no Alentejo e no Algarve revelam-se antagónicas entre si. No Alentejo, devido à grande maioria do seu território ser classificado TBD, a percentagem de alojamentos nesses locais é elevadíssima no Algarve acontece o oposto. O território da região é quase todo de média e alta densidade e para além disso é extremamente turístico, principalmente nesses municípios. Essas duas componentes juntas geram esse valor muito baixo do número de alojamentos em TBD, tanto relativo como absoluto.

Tabela 12-Capacidade dos Alojamentos Turísticos nos TBD e restantes territórios-2019

Capacidade dos Alojamentos Turísticos- 2019		
	Total	% NUT II/Nacional
Portugal	443 157	
Norte	73 987	
TBD do Norte	20 177	27,27%
Centro	63 673	
TBD do Centro	19541	30,69%
Alentejo	25 941	
TBD do Alentejo	22 979	88,58%
Algarve	134 042	
TBD do Algarve	6 753	5,04%
TBD Nível Nacional	69 450	15,67%

Fonte: PORDATA, elaboração própria

A tabela 12 evidencia a capacidade desses mesmos alojamentos. Aqui a análise é ligeiramente diferente. Olhando primeiro para as NUTS II e os respetivos TBD,

comparando as Tabelas 11 e 12, percebem-se algumas diferenças. À exceção da NUT II Alentejo, os restantes TBD de cada região perdem capacidade de alojamento em relação ao número de alojamentos turísticos. No Norte e no Centro as diferenças percentuais são aproximadamente de -15% e no Algarve de -7%. Naturalmente, isso pode acontecer pelo **facto dos TBD terem unidades de alojamento mais pequenas que os restantes territórios, com menor capacidade de alojamento**. A nível nacional, a tendência de descida neste indicador, mantém-se. Com o número de alojamentos turísticos nos TBD a ultrapassar os 30%, a capacidade de alojamento não chega aos 16%. De forma global, os TBD apresentam-se ao setor do turismo com unidades de alojamento em número considerável, no entanto com capacidade de alojamento menor do que os restantes territórios.

4.3.4.2 Procura Turística

A procura turística irá ser abordada com recurso a dois indicadores- o número de dormidas por 100 habitantes e o número de hóspedes por 100 habitantes. São os principais indicadores para medir a procura turística e são os adequados para comparar os TBD com os restantes territórios.

Tabela 13- Nº de dormidas por 100 habitantes nos TBD e nos restantes territórios- 2019

Nº de dormidas por 100 habitantes (Rácio-%) 2019		
Portugal		682,1
	Norte	302,5
	TBD do Norte	355,4
	Centro	321,8
	TBD do Centro	183,6
	Alentejo	416,8
	TBD do Alentejo	725,1
	Algarve	4764,9
	TBD do Algarve	3068
Média TBD Nível Nacional		1083,03

Fonte: PORDATA, elaboração própria

O indicador das dormidas por 100 habitantes, acaba por ser ideal, pois coloca em perspetiva o rácio habitante- dormida, e não apenas o número absoluto de dormidas. Desse modo, consegue-se compreender o peso relativo das dormidas em relação direta com os habitantes dos locais, e assim auferir também o grau de turismo presente no território.

A tabela 13 contém este indicador separado por diferentes regiões de observação. Portugal apresenta no seu conjunto 682 dormidas por 100 mil habitantes. OS TBD, também a nível nacional apresentam um valor mais elevado- aproximadamente 1084 dormidas por habitantes. Este indicador evidencia que **as dormidas turísticas têm um maior peso por habitante nos TBD que no restante território**. Os TBD por NUT II têm um registo misto- os TBD do Norte e do Alentejo, têm um valor superior que a sua respetiva NUT II, e nos TBD do Centro e do Algarve, acontece o contrário. É assinalável também a diferença de valores tanto nos TBD do Algarve como no Algarve, para os restantes territórios. Evidencia uma vez mais o peso do setor do turismo na região algarvia, comparativamente ao resto do país.

Tabela 14- Nº de hóspedes por 100 habitantes nos TBD e nos restantes territórios-2019

Nº de Hóspedes por 100 habitantes (Rácio-%) 2019		
Portugal		263,9
	Norte	164,3
	TBD do Norte	185,6
	Centro	185,8
	TBD do Centro	104,6
	Alentejo	229,2
	TBD do Alentejo	328,8
	Algarve	1154,5
	TBD do Algarve	979,9
Média TBD Nível Nacional		399,73

Fonte: PORDATA, elaboração própria

O número de hóspedes por 100 habitantes está representado na tabela 14. É pretendido compreender se os números dos hóspedes acompanham em tendência os números das dormidas. Comparando esses dois indicadores, é perceptível a linha similar de acontecimentos. A média dos TBD a nível nacional de hóspedes por 100 habitantes é superior ao valor nacional, tal como o caso das dormidas. A outra semelhança com esse indicador são as relações dos TBD de cada NUT II- no Norte e Alentejo, os valores dos TBD são superiores aos da região, e no Centro e no Algarve, acontece o contrário. As diferenças entre valores são, obviamente bastante diferentes. Mas o que importa registar, são as comparações entre os TBD e as NUT II, e as tendências que permitem ter uma compreensão suportada do panorama turístico nos TBD.

4.4 Conclusão

Os TBD são territórios que apresentam características diferenciadas. As suas componentes apresentam territórios, cuja principal característica é a relação causa-efeito (Augusto, Pinho & Rodrigues, 2010), bem visível na análise efetuada. Os TBD, como existem hoje, são um produto de inúmeros acontecimentos, internos e externos a um país, que criaram territórios singulares. Apresentam características positivas e negativas, como quaisquer outros, no entanto, uma das características que faz destes TBD locais em estado urgente de atuação, é a perda de população. Esta caracterização e conceptualização dos TBD permite afirmar que a perda de população de um modo geral, é a principal razão da decadência generalizada destes locais. Desde questões socioeconómicas, a questões culturais, a perda de população é a principal ameaça ao desaparecimento da ocupação humana destes locais. Não seria correto afirmar que se a população se mantivesse estável que esses problemas desapareceriam. No entanto, o contributo de uma população estável, relativamente jovem e qualificada seria um ponto de partida para uma estabilização dos índices estatísticos analisados.

Observando os TBD de Portugal, pode-se observar o desequilíbrio generalizado do território de Portugal Continental. É generalizada a presença de TBD no território, tanto em área geográfica como em número de concelhos. A litoralização continua a existir e está bem visível, e a coesão territorial é ainda um objetivo longínquo. Entre as caracterizações efetuadas, subsistem diferenças substanciais entre os TBD e os restantes territórios.

Em termos físicos a grande diferença de utilização dos solos e as acessibilidades são notórias; em termos demográficos a população escasseia nos TBD e encontra-se extremamente envelhecida; em termos económicos as empresas emprestam um pequeno, mas positivo contributo à economia nacional. Todavia, as populações detêm um poder de compra *per capita* bastante inferior à média nacional. Em termos turísticos, começando pela oferta, é possível observar um número considerável de alojamentos turísticos. Alojamentos esses que, em média, se apresentam mais pequenos e concisos em capacidade de alojamento que o resto do país. Quanto à

procura, os TBD apresentam valores melhores e mais consolidados que o resto do país, quanto aos indicadores das dormidas por 100 habitantes e dos hóspedes por 100 habitantes. Em termos sintéticos, os TBD apresentam diferenças significativas em relação ao resto do país.

5 Metodologia

5.1 Introdução

Este capítulo irá definir os moldes da metodologia utilizada no estudo. Este é um capítulo importante, que irá fazer um enquadramento sobre os métodos usados na definição da investigação. Apresenta-se como um processo explicativo detalhado sobre os processos de investigação utilizados ao longo do estudo.

Esse processo será iniciado com um modelo explicativo de investigação, que irá servir de ponto de partida aos processos utilizados de metodologia. Os objetivos e questões de investigação, são pontos de investigação importantes para as direções que se quer tomar do estudo e são também analisados. De seguida, serão analisados os métodos de recolha de dados e no final do capítulo, serão analisados os métodos de análise de dados. Os objetivos deste capítulo são essencialmente, explicar todos os processos metodológicos que este estudo atravessou, para a sua criação.

5.2 Modelo de investigação

O modelo de investigação utilizado neste estudo, é referente aos autores Quivy e Campenhoudt (1995). Estes autores sintetizaram de forma eficaz, os passos dados na metodologia de investigação utilizada em ciências socioeconómicas.

É necessário ter um processo de investigação estruturado e organizado, por forma a obter melhores conclusões e um melhor estudo. O modelo usado, está organizado em sete passos.

Tabela 15-Modelo de investigação utilizado

Fases do processo	Ação/ Caracterização
1- Pergunta de partida	Dá o início para aquilo que se procura entender ou saber. É importante para o desenrolar dos objetivos de investigação ao longo do trabalho.
2- Exploração	Neste estudo em particular, diz respeito aos capítulos iniciais, referentes à revisão da literatura. É a base teórica e interpretativa do estudo efetuado.
3- Problemática	Diz respeito, à estruturação dos problemas e diferentes pontos de vista identificados até esta fase.
4- Construção de um modelo de análise	Constituir o elo entre a problemática anterior e a exploração, com os objetivos de investigação, elaborando hipóteses e conceitos.
5- Observação	As hipóteses de investigação e as problemáticas são cruzadas com dados reais (neste estudo é o questionário) e são submetidas aos factos observados nos resultados.
6- Análise de informações	Esta fase diz respeito à análise dos dados correspondentes ao estudo empírico.
7- Conclusões	Esta última fase alude aos procedimentos seguidos no estudo, juntamente com o conhecimento adquirido útil e com considerações futuras.

Fonte: Quivy & Campenhoudt (1995); Elaboração própria

Este modelo é a forma sistematizada de como este trabalho foi elaborado, tendo por base a organização de ideias e conceitos. A génese deste processo, reside na pergunta de partida, que é essencial para a fundação do estudo. As restantes etapas são também importantes, dando seguimento ao estudo. O modelo criado pelos autores é valioso, apesar de não ser o ideal em investigação em ciências sociais e económicas, devido ao seu elevado rigor de informação exigido, e de por vezes não ser possível esse rigor. No entanto, a estruturação deste modelo é essencial na investigação, para produzir mais e melhores resultados de forma consistente. Após a escolha do modelo representado, foi iniciada a estruturação do projeto.

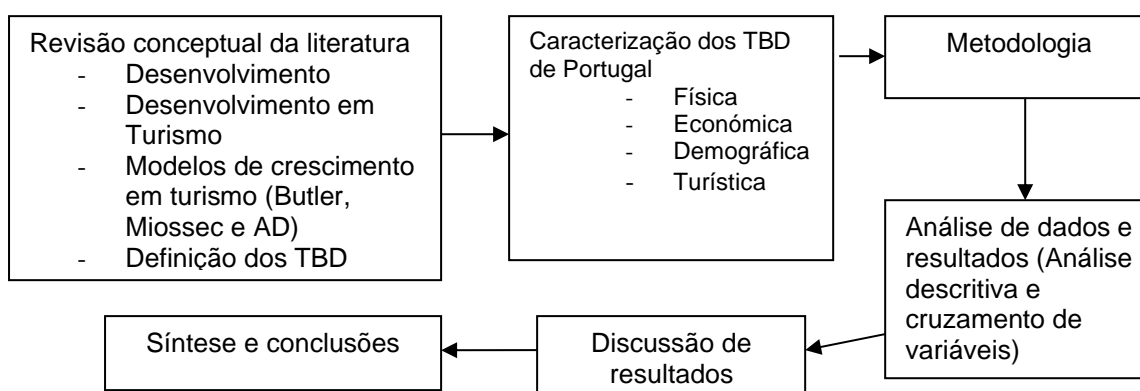


Figura 9-Estrutura conceitual do projeto

Fonte: Elaboração própria

A estrutura representada na figura 9, explica de forma sucinta a forma de como o projeto foi sendo organizado e completado. Iniciado pela obrigatória revisão conceptual da literatura, segue posteriormente para a caracterização através da pesquisa de dados secundários dos TBD de Portugal. Estas duas partes são o suporte teórico essencial do estudo, que valida a posterior parte empírica. Foi depois elaborado o atual capítulo da metodologia, para depois serem analisados todos os dados advindos do questionário distribuído às autarquias. Essa fração do trabalho, representa o estudo empírico. Depois foi estruturado o capítulo da discussão de resultados, essencial para retirar conclusões e articular a parte empírica e a parte teórica. No final, foi criado o capítulo da síntese e conclusões, em que são agregadas as conclusões de cada capítulo, respondendo aos objetivos de cada um. Ainda nesse capítulo, são apresentadas as limitações do estudo e as suas principais contribuições.

5.3 Objetivos e questões de investigação

Os objetivos da investigação são centrados levando em conta o objetivo global do estudo. O método de apresentação e organização do trabalho efetuado, leva a dois enquadramentos separados: primeiro, o enquadramento teórico e seguidamente o estudo empírico realizado. O enquadramento teórico surge devido à necessidade de enquadrar algumas temáticas centrais ao estudo empírico. É importante ter essa informação que suporte posteriormente, as hipóteses de investigação e conseqüentemente, as conclusões. Os objetivos da investigação são as premissas que definem o trabalho apresentado. O objetivo principal é uma frase que nasce da principal questão de investigação. Essa questão é o principal mote de todo o estudo efetuado, a orientação geral. Após considerações tecidas aquando da iniciação do projeto, em redor dos temas que se encontram vertidos nas páginas precedentes, a questão de investigação formulada foi: **“Qual a importância que o Turismo pode ter no Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade?”**. A partir desta questão, o objetivo principal foi também estabelecido- demonstrar a importância que o turismo pode ter no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade. Para obter uma resposta a essa questão, será necessário um trabalho aprofundado com a elaboração de outras questões de investigação e objetivos.

Após a formulação do objetivo principal, indo em sentido de encontrar resposta à questão de investigação, foram elaborados os objetivos específicos. A figura 10 apresenta de forma sintetizada os objetivos do estudo.

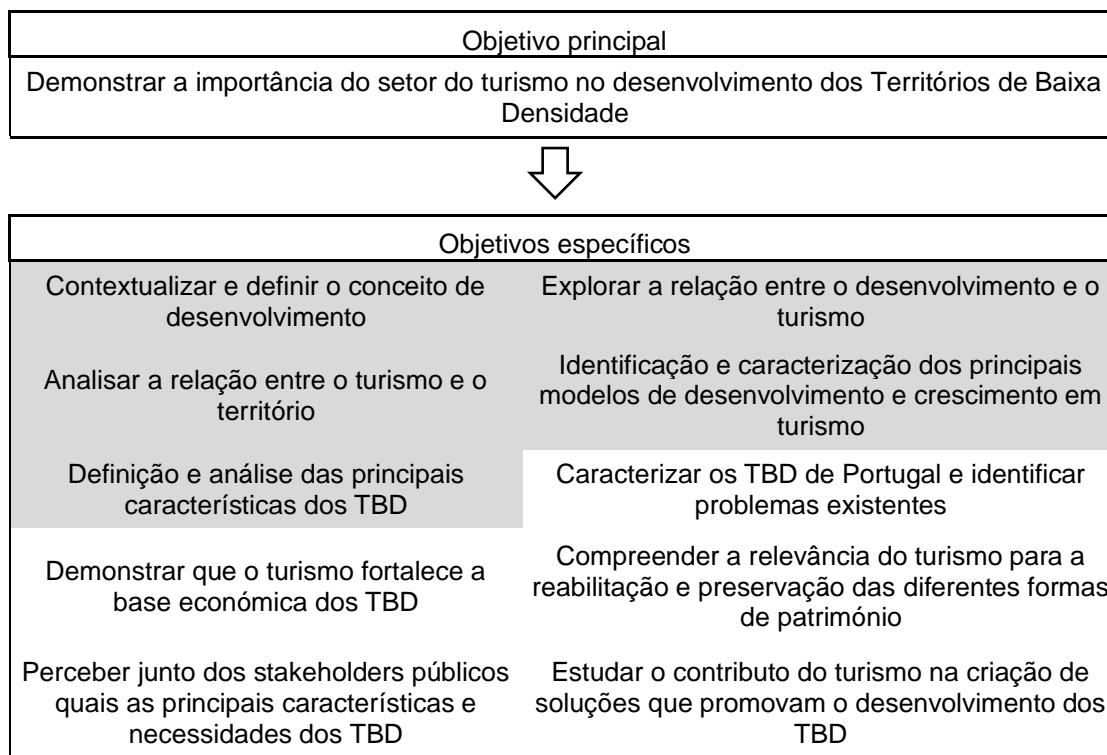


Figura 10- Objetivo principal e objetivos específicos do estudo
 Fonte: Elaboração própria

Esses são os objetivos a que o estudo se propõe atingir. A partir da ideia base do principal objetivo, foram criados os objetivos específicos- cinco ligados à parte teórica do estudo (sombreados a cinzento) e outros cinco ligados à parte prática.

Com base nesses objetivos específicos, foram elaboradas as principais questões de investigação de todo o estudo. Essas questões acompanham todo o estudo, para posteriormente serem respondidas na parte do estudo empírico. Estão representadas na figura 11 as questões centrais para a formulação da investigação.

-
- Quais são as principais características associadas aos TBD?
 - Pode o turismo ser um setor impulsionador de desenvolvimento nos TBD em Portugal?
 - Qual a importância do turismo no apoio à resolução das necessidades e problemas existentes nos TBD?
 - O turismo contribui para o fortalecimento e revitalização da base económica dos TBD?
 - Qual o papel do turismo na preservação do património cultural e tradições dos TBD?
 - Qual a importância do envolvimento da população no processo de desenvolvimento do turismo em TBD?
 - O desenvolvimento do turismo nos TBD contribui para a melhoria da imagem externa dos municípios?
 - Qual a importância das redes colaborativas no desenvolvimento dos TBD?

Figura 11- Questões de investigação
Fonte: Elaboração própria

Estas questões representadas na figura 11, estão ligadas à informação recolhida da investigação e aos objetivos do projeto. São perguntas retiradas da globalidade do estudo, estando distribuídas pelo mesmo. Procuram ser respondidas no estudo empírico, centrado no questionário distribuído às autarquias. Estas questões serão analisadas e respondidas no capítulo direcionado à discussão de resultados.

De forma a operacionalizar tanto os objetivos que este estudo busca atingir, como as respostas desejadas às questões de investigação, foi elaborada uma tabela com a lista de objetivos de investigação. Encontram-se sistematizados na tabela 16, e foram elaborados com vista a operacionalizar, tanto os objetivos específicos, como as questões de investigação. Os objetivos de investigação são pontos importantes na elaboração do estudo, permitem uma estruturação simples do trabalho a efetuar, e priorizam as principais componentes do projeto. Estão representados capítulo a capítulo, para uma mais fácil elaboração e análise.

Tabela 16- Objetivos de investigação

Capítulos	Objetivos
2	Contextualizar e definir o conceito de desenvolvimento Identificar tendências sobre abordagens ao desenvolvimento Compreender a relação teórica existente entre desenvolvimento e turismo Avaliar a relação entre turismo e território
3	Analisar três modelos de desenvolvimento e crescimento em turismo e suas características (vantagens e desvantagens)
4	Definir e contextualizar os territórios de baixa densidade e caracterizar os TBD de Portugal- características, tendências, vantagens e desvantagens
6	Recolher e analisar os dados referentes ao questionário distribuído Compreender quais são as principais características sociais, económicas e demográficas dos municípios TBD Identificar os problemas existentes nos TBD Avaliar que contributos pode o turismo dar para ajudar ao desenvolvimento dos TBD
7	Analisar a informação recolhida no capítulo anterior e responder às questões de investigação e informação recolhida na revisão da literatura Avaliar a importância do turismo para o desenvolvimento dos TBD

Fonte: Elaboração própria

5.4 Metodologia da recolha de dados

Torna-se elementar, após a formulação de todos os objetivos, iniciar a recolha de dados para a investigação. Esta é a segunda etapa de uma investigação de acordo com o processo metodológico definido Quivy e Campenhoudt (1998), a etapa da “exploração”.

Seguindo o modelo de investigação teórica de Quivy e Campenhoudt, esta segunda etapa é caracterizada essencialmente por uma revisão da literatura multitemática-efetuada a partir dos conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento em turismo, modelos de desenvolvimento em turismo e territórios de baixa densidade- com o objetivo de sustentar conceitos de forma concisa e eficiente. Este enquadramento teórico é basilar para o estudo apresentado e que oferece o mote ao estudo empírico posteriormente abordado. Após a conclusão da revisão da literatura, iniciou-se a

recolha de dados em modo de questionário, que irá ser abordada nos próximos segmentos.

5.4.1 População em estudo

O lançamento de um questionário, tem como objetivo o estudo direcionado de uma determinada população com características consideradas adequadas e essenciais ao estudo. No caso concreto, o questionário foi direcionado às câmaras municipais dos concelhos que são TBD, com recurso a uma amostra intencional não aleatória. Foi por isso distribuído o questionário, pela população trabalhadora das câmaras municipais, a que um colaborador, posteriormente respondeu e representou a câmara municipal em que trabalha.

5.4.2 Instrumento de recolha de dados

Os instrumentos utilizados na recolha de dados, foram essencialmente a pesquisa *online* de artigos científicos relacionados com os temas e objetivos traçados neste estudo, e a distribuição *online* de questionários pelas autarquias que estão classificadas como TBD. Para a primeira pesquisa foram utilizadas essencialmente as bases de dados *online* Scopus, ResearchGate e Google Scholar. Relativamente à segunda forma, a distribuição desses questionários foi 100% digital, através do correio eletrónico. Foi elaborada uma lista de *e-mails* e posteriormente, foi enviado o questionário para as 165 autarquias. O questionário foi elaborado e enviado com recurso à ferramenta Google Forms. Dada a natureza não pessoal deste processo, foi necessário reenviar os questionários algumas vezes aos concelhos, de forma a maximizar o número de respostas, robustecendo o estudo e suas conclusões.

5.4.3 Estrutura do questionário

A forma de apresentação do questionário, foi possível através da ferramenta do Google Forms, disponível na internet. O questionário foi estruturado por capítulos, para ser mais fácil reter e analisar a informação pretendida. Foi elaborada a tabela 17, para

facilitar a análise da estrutura do questionário, análise das temáticas das perguntas, e os seus respetivos objetivos. A informação fica assim mais facilmente compreensível.

Num universo total de 165 municípios, foram enviados 165 questionários com 112 respostas válidas, numa taxa de resposta de 67,87%. Por motivos alheios à investigação, não foi possível obter mais respostas. Esta informação foi recolhida num espaço temporal de aproximadamente dois meses, tendo começado no final de agosto de 2020 e terminado no início de novembro de 2020.

O primeiro capítulo foi criado para sintetizar a organização do setor do turismo nas câmaras municipais e tentar perceber o papel do turismo na localidade, se é relevante ou o contrário. Os três capítulos seguintes do questionário são de índole diferente. Apela a uma caracterização dos TBD, da relação visível e prática entre turismo e desenvolvimento nos seus municípios e nos TBD e também à caracterização do setor do turismo como potenciador de desenvolvimento integrado e consistente nos territórios. O capítulo II foca-se no diagnóstico da situação atual que cada autarquia tem como perceção dos TBD e do seu próprio município. Este exercício é de elevada importância para entender quais as principais características que as autarquias creem que os TBD têm de forma global.

Tabela 17- Caracterização da estrutura do questionário

Temáticas das Questões	Objetivo das Questões
I- Turismo nas Câmaras Municipais	
Pelouro do Turismo	Compreender de que forma o Turismo está organizado em cada concelho. Entender o grau de compromisso financeiro e estrutural dedicado.
Organização Interna do Turismo	
Pessoal formado na área	
Orçamento dedicado ao setor	
II- Territórios de Baixa Densidade	
Importância atribuída aos TBD	Observar a opinião de cada questionado, sobre o que é um TBD e quais as suas principais características, problemas e valências.
Principais problemas que os TBD atravessam e sua capacidade de resolução	
Principais problemas que o município específico atravessa e sua capacidade de resolução	
Caracterização dos TBD de forma geral e de cada município	
Principais soluções para os TBD de forma geral e para cada município	
III- Turismo e Desenvolvimento	
Potencial do Turismo no desenvolvimento dos TBD e de cada um dos municípios	Caracterização do setor do turismo nos TBD- infraestruturas e recursos necessários ao funcionamento da atividade.
Características, em abundância e em qualidade, que cada município possui para a prática turística	
Medidas adequadas que deveriam ser tomadas pelos <i>stakeholders</i> para potenciar o turismo em cada município	
IV- Turismo e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade	
O papel socioeconómico do Turismo no desenvolvimento dos TBD	Projetos e características que o setor do turismo deve ter, com vista a contribuir positivamente para o desenvolvimento dos TBD e de cada município.
Indicadores que o Turismo deve responder para tomar parte no desenvolvimento dos TBD	
Principais características de um projeto turístico em cada município	
V- Redes Colaborativas	
Vantagens e desvantagens de uma rede colaborativa para cada município	Papel das redes colaborativas na organização e potenciação do turismo em cada município e nos TBD.
Existência de redes nucleares no apoio e dinamização da atividade turística	
VI- Perfil Demográfico	
Intervalo etário	Caracterização da população em estudo.
Género	
Função na orgânica da Câmara Municipal	
Formação na área do turismo	

Fonte: Elaboração própria

O capítulo III está formulado de modo a que os municípios enumerem quais os principais pontos que pensam ser incontornáveis para uma estratégia de turismo sólida e positiva. É também útil para perceber algumas prioridades sobre o setor do turismo, e observar a situação do setor nessas localidades. O capítulo IV dirige-se objetivamente sobre a relação entre o turismo e o desenvolvimento nos TBD. Versa-se em entender a opinião dos municípios sobre a oportunidade de o setor do turismo, contribuir ativamente e de forma decisiva para o desenvolvimento dos TBD em toda a linha. Presta-se também em compreender quais as formas que serão mais adequadas ao seu território, um determinado projeto turístico deve tomar para servir os interesses municipais.

O capítulo V está orientado de forma a entender o impacto que as redes colaborativas têm nos municípios, e por sua vez nos TBD. Está também composto para poder definir que redes são mais impactantes, e também para saber quais os principais temas e objetivos a que estas redes respeitam. É um capítulo importante, pois é essencial para entender o papel dessas redes na elaboração e organização de um determinado produto turístico, e para analisar a cooperação que estes municípios têm entre eles e os restantes agentes do território. O capítulo VI é um capítulo que permite caracterizar a população em estudo que respondeu ao questionário, numa ótica estatística.

5.5 Metodologia da análise de dados

A análise dos dados recolhidos foi efetuada através essencialmente, dos *softwares* Microsoft Excel e IBM SPSS. Estes sistemas informáticos permitem analisar de forma concisa e eficiente a informação recolhida nos questionários.

A primeira parte da análise dos dados foi feita com recurso ao Microsoft Excel. Foi recolhida a informação dos questionários e colocada nesse sistema, de forma a organizar e categorizar todo o conteúdo recolhido. Este passo é muito importante para assegurar que a informação está sintetizada, especificada e sem nenhum tipo de erros. O *output* deste exercício é uma base de dados organizada por capítulo, pergunta e opção de escolha.

A segunda parte da análise comporta o uso do IBM SPSS. Este sistema informático é utilizado para transformar uma determinada quantidade de dados numa análise estatística direcionada. A base de dados organizada no anterior passo, foi copiada para o SPSS para poder proceder a dois tipos de análise- análise descritiva e cruzamento de variáveis.

A análise descritiva é revestida de grande importância pois permite perceber as frequências de resposta, percentagens (válidas e acumuladas) e também identificar tendências. É um instrumento de análise essencial para um estudo desta natureza. Os dados retirados são parte integrante das conclusões a que este estudo se propõe atingir. No caso concreto, sendo um questionário um pouco longo e seccionado, esta metodologia é de grande utilidade e permitirá aprofundar as conclusões do estudo e aproximá-lo dos objetivos pretendidos.

O cruzamento de variáveis é outra componente importante na análise de dados. Também é criada com suporte do SPSS, é efetuada através do cruzamento de variáveis independentes com variáveis independentes, com vista a observar possíveis correlações entre elas. É um fator que irá robustecer a análise e permitirá chegar a conclusões que de outra forma, não seriam possíveis de atingir. O cruzamento de variáveis irá direcionar o estudo para resultados estruturados de forma a serem alinhados com os objetivos principais do trabalho.

5.6 Conclusão

A metodologia usada num estudo deve ser cuidadosamente escolhida em prol dos objetivos e metas que se quer atingir. No caso concreto de um projeto como este, importa estruturar bem o trabalho que se pretende efetuar. A revisão de literatura é algo imprescindível- os temas a que o estudo se propõe, necessitam de um estudo aprofundado de alguns conceitos essenciais para o projeto. Apenas com essa informação recolhida, estudada e organizada se pode almejar conclusões. É importante compreender as diferentes dimensões que a revisão da literatura oferece, tanto em

abordagens conceituais, como em abordagens temáticas ou de caracterização. Com a revisão da literatura, foi possível incluir informação valiosa na criação do questionário.

A pesquisa *online* de dados estatísticos é também uma componente que enriquece o trabalho. O tema central dos TBD, implica a sua caracterização, pois são territórios diferenciados e com componentes únicas. Essa parte da metodologia dá ao estudo a profundidade de compreensão além do normal nesta matéria, e foi também muito importante na base da criação do instrumento de questionário.

A análise descritiva e cruzamento de variáveis, são instrumentos que se revelaram ser muito importantes na busca de conclusões. O questionário é a fonte de informação diretamente relacionada com o estudo em questão, e é elementar analisá-lo de uma forma eficiente. E esses instrumentos possibilitam isso, e importa nestas análises retirar o máximo de informação relevante, para obter conclusões mais fiáveis.

6 Análise e discussão de resultados

6.1 Introdução

Este capítulo irá incidir sobre a análise dos dados recolhidos com o questionário e a sua respetiva discussão. É um capítulo fundamental, porque a análise de dados e transformação em resultados é a epítome do estudo, a principal meta para alinhar depois a discussão. Os seus objetivos são a recolha e análise de dados referentes ao questionário distribuído, a compreensão das principais características dos TBD e identificação dos problemas existentes nos TBD, para compreender que contributos pode o turismo dar para ajudar ao desenvolvimento dos TBD. A segunda parte, relativa à discussão de resultados, tem como objetivos analisar a informação recolhida no capítulo anterior e responder às questões de investigação e informação recolhida na revisão da literatura, avaliando a importância do turismo para o desenvolvimento dos TBD.

Cada tema é importante e por isso, a separação entre análise descritiva e cruzamento de variáveis, existe para organizar a informação e retirar o máximo de conclusões dos dados recolhidos. Irão ser abordados os dados estatísticos descritivos e de seguida irá ser analisada a informação referente ao cruzamento de variáveis. A discussão de resultados terá um papel importante na criação das conclusões retiradas do questionário, perceber quais são e cruzá-las com os objetivos do estudo e questões de investigação. No final, irão ser retiradas as conclusões decorrentes da investigação feita anteriormente.

6.2 Análise descritiva de dados

6.2.1 Caracterização Territorial dos municípios participantes

Esta secção do questionário, é referente a uma análise das respostas com base nos municípios participantes. Permite abranger a distribuição territorial das respostas dadas, tanto por NUT II como por NUT III.

Tabela 18- Distribuição territorial das respostas por NUTs II (frequência e percentagens de resposta)

NUTS II	% Respostas em relação ao total de municípios p/NUT II	Frequência	% das respostas	% acumulada
1- Alentejo	62,5	30	26,8	26,8
2- Algarve	80	4	3,6	30,4
3- Norte	76,09	35	31,3	61,6
4- Centro	71,67	43	38,4	100,0
Total	67,88	112	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Como já foi mencionado, apenas as NUTs II Alentejo, Algarve, Norte e Centro possuem TBD. Esta primeira análise permite reiterar a percentagem global de respostas válidas de 67,88%. O que a tabela 18 evidencia é o facto de todas as NUTs II apresentarem percentagens de resposta válidas mais altas que o valor geral, exceto o Alentejo. Com o número relativamente elevado de respostas- 26,8% do total- foi a NUT II que contribuiu para diminuir o valor apresentado de respostas válidas. As NUTs II do Norte e do Centro ultrapassaram ambas o valor de 70% de respostas válidas. O Algarve chegou mesmo aos 80%, no entanto conta apenas com quatro municípios.

Tabela 19- Distribuição territorial das respostas por NUTs III (frequência e percentagens de resposta)

NUTS III	% Respostas em relação ao total de municípios p/NUT III	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
1- Alentejo Central	50	7	6,3	6,3
2- Alentejo Litoral	75	3	2,7	8,9
3- Algarve	80	4	3,6	12,5
4- Alto Alentejo	66,67	10	8,9	21,4
5- Alto Minho	33,33	2	1,8	23,2
6- Alto Tâmega	50	3	2,7	25,9
7- AMP	100	1	0,9	26,8
8- Ave	60	3	2,7	29,5
9- Baixo Alentejo	61,54	8	7,1	36,6
10- Beira Baixa	66,67	4	3,6	40,2
11- Beiras e Serra da Estrela	73,33	11	9,8	50,0
12- Cávado	50	1	0,9	50,9
13- Douro	68,42	13	11,6	62,5
14- Lezíria do Tejo	100	2	1,8	64,3
15- Médio Tejo	87,5	7	6,3	70,5
16- Região de Coimbra	50	6	5,4	75,9
17- Região de Leiria	80	4	3,6	79,5
18- Viseu Dão-Lafões	84,62	11	9,8	89,3
19- Tâmega e Sousa	100	4	3,6	92,9
20- Terras de Trás-os-Montes	88,89	8	7,1	100,0
Total	67,88	112	100,0	

Fonte: Elaboração própria

De seguida, é analisada a distribuição territorial por NUTs III, presente na tabela 19. Num total de 21 NUTs III que foram inquiridas, foram obtidas respostas de 20 NUTs III. Apenas a NUT III da Região de Aveiro, apenas com o município de Sever do Vouga como TBD, não respondeu. A AMP com um município, a Lezíria do Tejo com dois, e a região do Tâmega e Sousa com quatro, apresentaram uma taxa de resposta de 100%. As restantes NUTs III assinaladas a azul- Algarve, Médio Tejo, Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões e Terras de Trás-os-Montes- apresentam taxas de resposta acima dos 80%, o que é positivo para o estudo. As NUTs III do Alentejo Central, Alto Minho, Alto Tâmega, Cávado e Região de Coimbra, apresentam taxas de resposta de 50% ou menos.

Quanto à frequência absoluta de respostas, as NUTs III do Alto Alentejo, Beiras e Serra da Estrela, Douro e Viseu Dão-Lafões, são as maiores contribuidoras, com uma soma conjunta de 45 respostas e de 40,1% do total de respostas, o que evidencia a importância da contribuição destas NUTs III para o estudo. Nenhuma destas tabelas apresentou valores omissos, sendo total o universo de respostas analisado.

6.2.2 Turismo nas Câmaras Municipais

Esta é a primeira parte do questionário entregue aos municípios, e é referente à organização do setor do turismo em cada uma das câmaras municipais. O objetivo desta secção do questionário passa por ter uma compreensão mais detalhada de como é abordado o turismo, que importância lhe é dada e que tipo de compromisso financeiro lhe é dedicado por parte das autarquias.

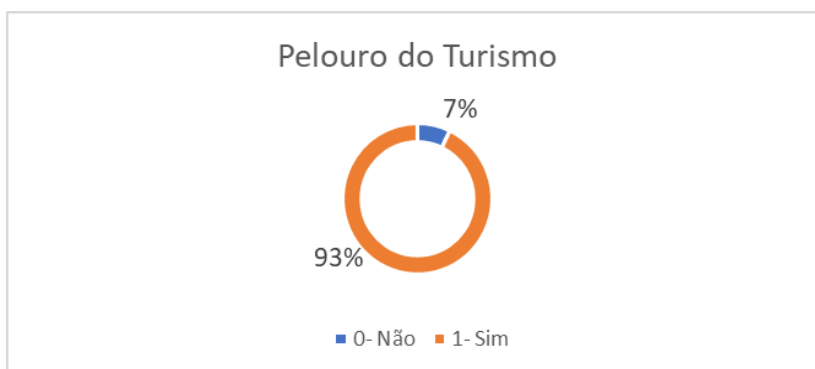


Figura 12- “Existe na Câmara Municipal um pelouro de Turismo?”
Fonte: Elaboração própria

A primeira pergunta dirigida aos inquiridos foi relacionada com a existência de um pelouro do turismo nas câmaras municipais. Num universo de 112 respostas válidas demonstrada na figura 12, a resposta é contundente- 93% das câmaras municipais inquiridas possuem pelouro do Turismo. É uma resposta elucidativa da importância dada ao setor turístico por parte dos executivos camarários. A criação de um pelouro, mostra disponibilidade para promover e impulsionar a atividade no concelho e também evidencia o turismo como uma atividade importante.

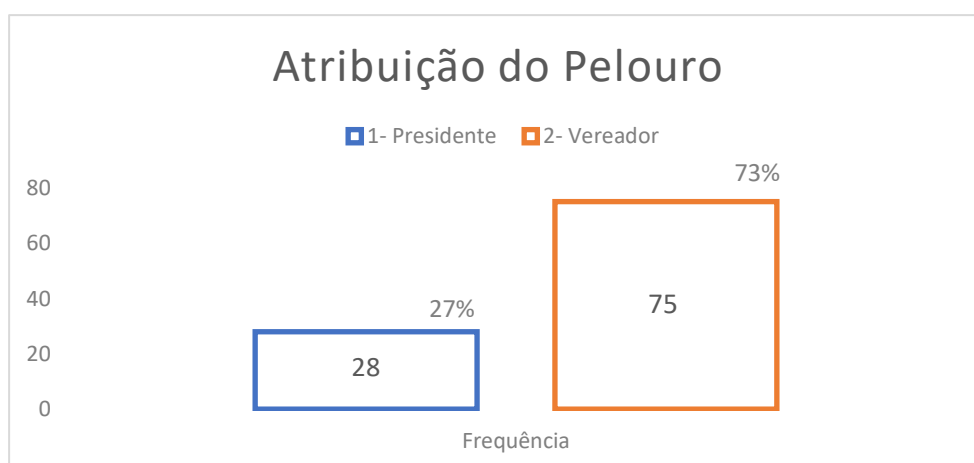


Figura 13- Se existe um pelouro de Turismo, a quem está atribuído?
Fonte: Elaboração própria

Depois de perceber quais câmaras detêm pelouro de turismo, importa saber se é o presidente ou um vereador quem possui essa atribuição. Os valores da figura 13 indicam as variações das respostas. Em 103 respostas válidas dos municípios, 73% delegam a atribuição do pelouro aos vereadores, num total de 75 respostas. Uma grande maioria das autarquias entrega este pelouro aos vereadores, quase $\frac{3}{4}$ do total.

Em termos de organização interna, também interessa compreender quais as tendências das câmaras municipais dos TBD no que alude à organização do setor do turismo. No fundo a pergunta efetuada às autarquias, possibilita subentender o grau de prioridade e de importância que o turismo tem no seio estrutural das autarquias. Foram colocadas seis opções fechadas de única escolha e uma de resposta aberta. A tabela 20 mostra que uma autarquia optou por não responder, e três mostraram que

optam por uma forma diferenciada de organização. Quanto às restantes formas de enquadrar o turismo, a grande maioria das autarquias opta pela divisão conjunta entre o turismo e outra área, 55,4% das respostas.

Tabela 20- Organização interna das Câmaras Municipais- enquadramento da área do Turismo (frequência e percentagem)

Respostas	Frequência	Percentagem
1- Empresa Municipal	1	0,9
2- Departamento específico	1	0,9
3- Divisão Específica	11	9,8
4- Gabinete específico	19	17,0
5- Departamento conjunto	14	12,5
6- Divisão conjunta	62	55,4
7- Outro	3	2,7
Total	111	99,1

Fonte: Elaboração própria

É a forma preferida dos autarcas de incluir o turismo na organização da câmara. A segunda e terceira opções, a de gabinete específico e departamento conjunto representam 17% e 12,5%, respetivamente. Demonstram ser também opções viáveis e com algum peso. As formas de organização em que o turismo está focalizado como a empresa municipal, departamento específico e divisão específica, não reúnem muitos seguidores nos concelhos TBD. A grande aposta na divisão conjunta, evidencia que o turismo é um setor importante para o executivo, mas não tão importante ao ponto de ter uma divisão ou departamento específicos.

Tabela 21- Áreas a que o turismo está associado nas Câmaras Municipais

Respostas	Frequência	Percentagem
1- Cultura e Património	32	42,7
2- Desenvolvimento Económico	9	12,0
3- Cultura e Desporto	5	6,7
4- Planeamento e Desenvolvimento	6	8,0
5- Juventude e Desporto	6	8,0
6- Ação Social, Saúde, Educação	9	12,0
7- Urbanismo e Ambiente	4	5,3
8- Comunicação e Imagem	4	5,3
Total	75	100,0

Fonte: Elaboração própria

Na pergunta seguinte foi pedido aos respondentes para elencarem qual a área a que o turismo está associado, quando caso disso. A questão foi efetuada de forma a que a resposta fosse opcional, e foram obtidas 75 respostas válidas. Os inquiridos responderam de diversas formas como seria expectável. A tabela 21 mostra que existem inúmeras áreas associadas ao turismo nos municípios TBD, e por isso foram agrupadas em opções gerais. As áreas mais escolhidas para associar ao turismo são a cultura e o património, com uma percentagem de 42,7% das respostas. As restantes respostas também acabam por ter o seu peso relativo robusto, e os valores omissos representam praticamente um terço da frequência de respostas. Esse valor é alto, pois nem todas as autarquias têm uma área associada ao turismo, e outras optaram por não responder.

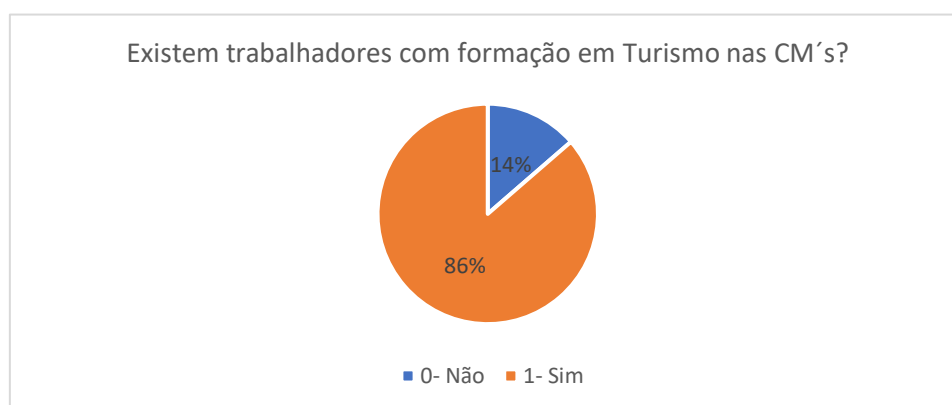


Figura 14-Existência de trabalhadores com formação em Turismo nas Câmaras Municipais
Fonte: Elaboração própria

Outro aspeto relevante sobre a organização interna dos concelhos, é da formação do pessoal. É relevante perceber se existem trabalhadores afetos à Câmara Municipal que possuem formação específica em turismo. Essa questão foi feita, e entre três opções (Sim, Não e Não sei) os resultados figuram-se positivos. A figura 14 mostra que entre 110 respostas válidas, 86% das respostas foram positivas, indicam a presença de trabalhadores especializados em turismo. Apenas 14% das respostas (15 autarquias) afirmam não ter no seu quadro de pessoal, técnicos com formação em turismo, e duas autarquias afirmam não saber se existem técnicos especializados. Para o turismo e para a importância da atividade, este é um indicador positivo que impulsiona a atividade e demonstra de forma global o reconhecimento da importância do setor no

funcionamento interno das autarquias. Foram questionadas as autarquias que afirmaram ter trabalhadores com formação específica em turismo, sobre o número de trabalhadores que figuram nessa situação.

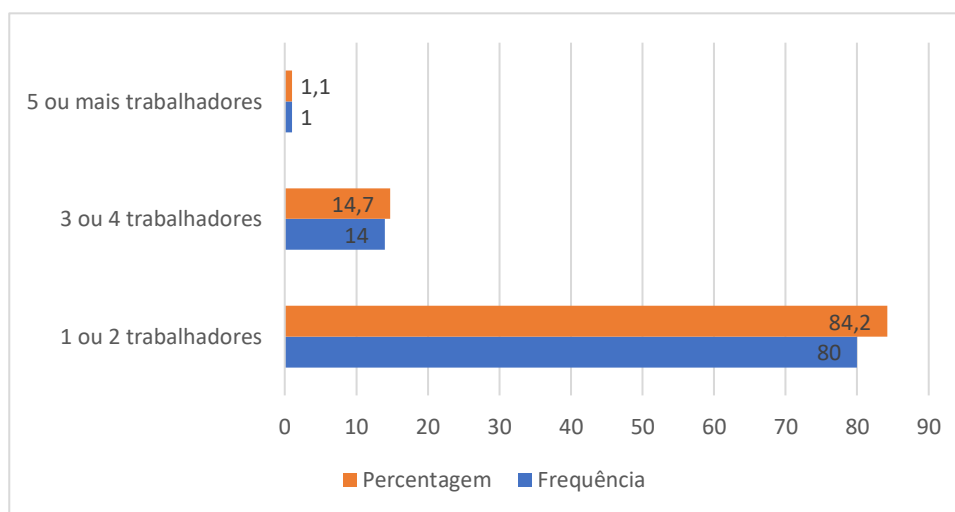


Figura 15- Número de trabalhadores que existem com formação específica na área do turismo (frequência e percentagens)

Fonte: Elaboração própria

Na figura 15 temos espelhadas as respostas dadas pelas autarquias sobre o número de trabalhadores com formação específica em turismo. Os valores omissos, que são 17, representam a soma das autarquias que não têm trabalhadores com formação em turismo e as que responderam que não sabem. Há uma tendência clara nas respostas, as autarquias na sua maioria têm um ou dois trabalhadores com formação académica em turismo- 84,2% das respostas. Apenas uma autarquia afirmou ter cinco ou mais trabalhadores com formação em turismo, e as restantes respostas recaem sobre a opção de três ou quatro trabalhadores. Tendo em conta as tendências de resposta relativas à organização interna dos concelhos, estes dados coadunam-se com essas tendências. O turismo é considerado um setor importante para a maioria das autarquias, ao ponto de serem criadas divisões conjuntas e de, no seu corpo de funcionários, existirem um ou dois funcionários especializados em turismo.

O orçamento dedicado à atividade é também um indicador pertinente, e que de alguma forma, demonstra o investimento feito pelos municípios na promoção e planeamento do turismo. A tabela 22 demonstra a que as respostas dadas pelos inquiridos são

esclarecedoras. 86,6% das autarquias gasta 15% ou menos do seu orçamento municipal no setor do turismo.

Tabela 22- Percentagem do Orçamento Municipal dedicado ao setor do Turismo

Respostas	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
1- Inferior a 5%	38	33,9	33,9
2- Entre 5 e 10%	34	30,4	64,3
3- Entre 10 e 15%	25	22,3	86,6
4- Entre 15 e 20%	7	6,3	92,9
5- Entre 20 e 25%	8	7,1	100,0
Total	112	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Ainda 64,3% afirma gastar 10% ou menos, e 33,9% diz gastar 5% ou menos do seu orçamento. A grande linha de análise é a de o turismo ser dotado de 15% do orçamento municipal ou menos, e isto não representa obrigatoriamente algo positivo ou negativo. A constatação é a de que as autarquias de uma forma global, apresentam uma pequena parte do seu orçamento, com vista à promoção dos seus ativos turísticos. Estes dados também seguem em linha com os anteriores. Do ponto de vista global e holístico e, levando em conta os dados recolhidos, as autarquias dos TBD consideram o turismo um setor relevante na sua orgânica e estratégia. A grande maioria das autarquias inquiridas tem um pelouro dedicado ao turismo e tem técnicos especializados e formados em turismo. Todavia, o turismo está ainda longe de assumir um lugar cimeiro na aposta municipal de desenvolvimento e atuação, como revela a reduzida dotação financeira, reduzido número de trabalhadores e a opção geral de organizar o setor conjuntamente com outro/s.

6.2.3 Territórios de Baixa Densidade

Esta secção do questionário foi criada com os propósitos de inquirir as autarquias sobre a sua própria perceção dos TBD, de recolher opiniões sobre o estado atual dos TBD em diversas matérias- problemas, soluções, características. Esta parte do questionário foi estruturada essencialmente com recurso às escalas de Likert, de forma a recolher afirmações e opiniões de forma mais assertiva, com recurso a escalas de concordância e importância.

Tabela 23- Importância dos Territórios de Baixa Densidade para o desenvolvimento em Portugal

Respostas	Frequência	Percentagem
1- Nada importante	0	0
2	0	0
3	2	1,8
4	41	36,6
5- Muito importante	69	61,6
Total	112	100,0

Fonte: Elaboração própria

A primeira questão desta secção foi desenhada para compreender qual a consideração da importância dos TBD no desenvolvimento em Portugal e está representada na tabela 23. Através de uma escala de importância foi possível perceber que a grande tendência de resposta foi a de que consideram importante e muito importante o papel dos TBD no desenvolvimento em Portugal. Consideram que os seus municípios têm muito a oferecer em termos de desenvolvimento, e que o seu papel não será escasso na materialização do desenvolvimento global. Nenhuma autarquia inquirida considerou o valor 1 ou 2, o que evidencia confiança e conhecimento de que os TBD estão bem posicionados no desenvolvimento tanto municipal, como regional e nacional.

De seguida, os municípios foram questionados sobre dois grupos associados. Os problemas dos TBD e respetiva capacidade de resolução dos mesmos, e os problemas dos concelhos e respetiva capacidade de resolução dos mesmos. As respostas foram agrupadas em quatro tabelas.

Tabela 24- Gravidade dos problemas associados aos Territórios de Baixa Densidade- frequências de resposta

Tipos de problema	1- Nada grave	2	3	4	5- Muito grave
Sociais	0	12	38	52	10
Demográficos	2	3	12	41	54
Económicos	1	1	25	61	24
Geográficos	7	17	48	33	7
Culturais	8	19	45	33	7
Políticos	5	19	42	34	12

Fonte: Elaboração própria

Foram elaborados seis tipos de problemas- sociais, demográficos, económicos, geográficos, culturais e políticos- com base na revisão da literatura efetuada. São estes os principais problemas que existem nos TBD. A tabela 24 foi criada em resposta à

pergunta sobre qual a gravidade dos problemas existentes nos TBD. Não existindo valores omissos, alguns valores podem ser destacados para análise. O valor 1 (“nada grave”) registou um máximo de oito escolhas, o que revela que os inquiridos consideram os problemas existentes, com os problemas sociais a registarem zero opções. **Os problemas identificados como sociais, demográficos e económicos, são os que geram mais preocupação entre os municípios**, com um registo de respostas muito inclinado entre os valores 4 e 5, evidenciando a gravidade dos problemas. Os problemas demográficos inclusive registam o número de respostas mais elevado no número 5 “muito grave”, com 54 respostas. Os outros três tipos de problemas elencados, pautam pelo equilíbrio nas respostas. Existe assim uma divisão entre municípios, não existem respostas em elevados números em nenhuma das opções, com destaque para um equilíbrio nas respostas aos tipos de problemas políticos.

Tabela 25- Capacidade dos Territórios de Baixa Densidade para a resolução dos problemas - frequências de resposta

Tipos de problema	1- Muito fácil resolução	2	3	4	5- Muito difícil resolução
Sociais	2	11	45	46	8
Demográficos	1	4	19	40	48
Económicos	0	4	36	48	24
Geográficos	2	22	53	24	11
Culturais	5	28	54	20	5
Políticos	3	24	56	24	5

Fonte: Elaboração própria

Na mesma linha de seguimento e após ser feita a pergunta sobre a gravidade dos problemas existentes, foi efetuada a questão sobre qual a capacidade de resolução desses mesmos problemas nos TBD. A tabela 25 mostra que as respostas foram na mesma direção que as anteriores. Os problemas geográficos, culturais e políticos, observaram um grande número de respostas no valor mediano, o que significa que os inquiridos consideram que são problemas que não são fáceis nem difíceis de resolver.

Quanto aos restantes três problemas, a análise muda de figura. Uma grande maioria considera que os problemas económicos e sociais são de resolução difícil ou mediana, e os problemas demográficos são de difícil e muito difícil resolução. Importa evidenciar

os valores crescentes de resposta na linha dos problemas demográficos, em que à medida que a escala de valores sobe, os valores de resposta também sobem. Isso reitera a grande dificuldade de resolução que os inquiridos pensam existir em termos demográficos.

A tendência registada nestas duas perguntas é a de que, os **problemas demográficos são os que mais se destacam pela sua gravidade e difícil resolução no quadro dos TBD, os problemas económicos e sociais vêm logo atrás no que diz respeito à gravidade e dificuldade de resolução.** Por último os restantes três- geográficos, culturais e políticos- não apresentam uma tendência suficientemente robusta de respostas para ligar a afirmações passíveis de uma interpretação linear.

Tabela 26- Gravidade dos problemas associados aos municípios Territórios de Baixa Densidade- frequências de resposta

Tipos de problema	1- Nada grave	2	3	4	5- Muito grave
Sociais	2	25	42	36	7
Demográficos	0	5	24	42	41
Económicos	0	15	34	52	11
Geográficos	5	28	53	20	6
Culturais	7	34	49	18	4
Políticos	12	37	41	19	3

Fonte: Elaboração própria

As mesmas questões foram efetuadas aos inquiridos, desta vez com foco nos seus próprios municípios, expressa na tabela 26. Ou seja, ao invés de ser pedida uma visão global como nas anteriores perguntas, pediu-se uma visão *micro* ao nível dos seus municípios. As respostas foram de facto, diferentes. Os tipos de problema sociais, revelam uma distribuição relativamente equilibrada de respostas. Mais uma vez, os problemas demográficos destacam-se pela negativa, até ao nível municipal. Grande parte dos inquiridos crê existir uma elevada gravidade destes problemas e nenhum pensa serem problemas sem gravidade. Os problemas económicos também apresentam uma elevada acentuação nos valores mais graves da escala, mas não de forma tão veemente como os problemas demográficos. Os problemas geográficos e culturais apresentam, tal como os problemas sociais, um relativo equilíbrio de respostas na escala de gravidade apresentada, com destaque para o valor 3, um valor mediano de resposta. Os problemas políticos mostram uma tendência de resposta um

pouco contrária aos restantes, com uma maior posição na inexistência de gravidade nesse tipo de problemas.

Tabela 27- Capacidade dos municípios Territórios de Baixa Densidade para a resolução dos problemas - frequências de resposta

Tipos de problema	1- Muito fácil resolução	2	3	4	5- Muito difícil resolução
Sociais	2	20	55	28	7
Demográficos	0	7	25	47	33
Económicos	0	12	40	45	15
Geográficos	3	25	59	18	7
Culturais	4	37	52	16	3
Políticos	11	35	43	21	2

Fonte: Elaboração própria

A análise segue para a capacidade que os municípios têm de resposta e de resolução quanto aos problemas enumerados, demonstrada na tabela 27. A análise crítica é a de que as tendências observadas na anterior tabela, são as mesmas. A única grande diferença, é a de que os inquiridos, de uma forma linear, têm confiança na capacidade de resolução dos problemas dos seus municípios. De uma forma global, os inquiridos foram menos gravosos nas análises aos seus próprios concelhos, do que em relação ao total dos TBD de Portugal. No entanto importa evidenciar que os problemas demográficos continuam a ser os mais graves e difíceis de resolver, seguidos pelos problemas económicos.

Os tipos de problemas sociais, geográficos e culturais, devido à natureza das respostas, não permitem elaborar conclusões. Os problemas políticos apresentam uma ligeira tendência de não serem considerados graves e de não serem difíceis de resolver. De seguida, o tema de questões passou para a caracterização dos TBD.

Esta questão foi elaborada a partir de um número fechado de possíveis características, e foi pedido aos inquiridos uma resposta numa escala de concordância.

Tabela 28- Principais características dos Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta)

Características	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
População envelhecida	0	0	5	27	80
Subpovoamento	5	4	12	46	45
Desertificação do território	0	1	9	43	59
Domínio do setor primário	3	12	40	35	22
Escassez de transportes municipais	1	12	30	38	31
Falta de mão-de-obra qualificada	4	5	25	52	26
Acessibilidade difícil	8	20	38	31	15
Baixa pressão sobre os recursos naturais	3	14	54	29	12
Predomínio de microempresas	1	8	29	50	24
Baixa atratividade socioeconómica	1	7	35	49	20
Predomínio das paisagens naturais	7	7	13	36	49

Fonte: Elaboração própria

Foram enumeradas onze características previamente, com base na literatura recolhida e analisada. A tabela 28 mostra os resultados que podem ser analisados de diversas formas. De salientar, a fraca incidência de respostas no valor 1 (“Não concordo”) o que evidencia a escolha acertada de características para o questionário. Sendo uma questão de resposta obrigatória, não foram apresentados valores omissos.

Inicia-se a análise dos dados pelas características que manifestaram um equilíbrio de opções de resposta- domínio do setor primário, escassez de transportes municipais, acessibilidade difícil e baixa pressão sobre os recursos naturais. Estas opções não revelaram consenso entre os municípios e não ofereceram destaque acentuado em nenhum valor. No que toca às características ligadas diretamente ao tecido económico dos territórios- **falta de mão-de-obra qualificada, predomínio de microempresas e baixa atratividade socioeconómica**- os inquiridos já revelaram uma concordância mais elevada com bastantes escolhas na opção 4, (“concordo parcialmente”) **sendo notado um problema estrutural económico nestes locais**. O subpovoamento e o predomínio de paisagens naturais, são características que também reúnem opiniões concordantes, apesar de os TBD serem tão vastos e diversos no que toca à paisagem e estruturas socioeconómicas. Todavia, o destaque principal está novamente ligado a **características demográficas negativas- a desertificação do território e a**

população envelhecida. Zero inquiridos responderam que não concordavam com estes indicadores o que já revela a dimensão estrutural destes fatores, e apenas um inquirido respondeu no valor 2 (“Não concordo parcialmente”) quanto à desertificação do território. Um total de 95,5% dos inquiridos (107) concorda parcial ou totalmente com a existência de população envelhecida nos TBD, e 71,4% dos inquiridos (80) concorda totalmente. E 91% dos inquiridos (102) indica concordar parcial ou totalmente com a existência de uma desertificação do território. São duas características incontornáveis dos TBD e que estão veementemente vincadas nas respostas que os inquiridos das câmaras municipais deram.

Tabela 29- Principais características dos municípios Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta)

Características	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
População envelhecida	0	3	9	37	63
Subpovoamento	5	6	29	37	35
Desertificação do território	0	10	23	39	40
Domínio do setor primário	7	23	32	34	16
Escassez de transportes municipais	7	16	36	29	24
Falta de mão-de-obra qualificada	3	14	32	45	18
Acessibilidade difícil	19	32	28	22	11
Baixa pressão sobre os recursos naturais	5	14	59	21	13
Predomínio de microempresas	1	13	37	29	32
Baixa atratividade socioeconómica	7	19	40	29	17
Predomínio das paisagens naturais	4	10	22	30	46

Fonte: Elaboração própria

De seguida foi feita a mesma questão, mas direcionada aos municípios. A tabela 29 mostra que as tendências gerais de análise se mantêm da pergunta anterior, direcionada aos TBD como um todo. Existe um grande equilíbrio em bastantes características, tal como na tabela anterior. Existe menos consonância tanto nos valores negativos como positivos, existindo um acréscimo de respostas no valor 3 (“não concordo nem discordo”). Todas as características apresentam mais de 20 respostas nesse valor, exceto a característica da população envelhecida. A falta de mão-de-obra qualificada volta a ser um fator bastante presente, tal como na análise anterior

dos TBD. Também merecedor de registo, é o facto das características da população envelhecida e da desertificação do território, manterem-se com zero opções de resposta no valor 1 e também com bastantes valores de resposta nos valores 4 e 5, tal como o predomínio das paisagens naturais. Apesar de existir mais respostas ligadas à indiferença de opinião quanto aos municípios, a população envelhecida continua a obter um número elevado de respostas com 56,25% dos inquiridos (63) afirmar que concorda totalmente com a existência desse fator nos seus municípios. Após o diagnóstico de alguns problemas e observação de algumas características existentes nos TBD de forma nacional e nos municípios de forma local, o questionário foi formulado para entender que possíveis soluções devem ser adotadas, em resposta a algumas características negativas e problemas.

Tabela 30- Principais soluções para os Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta)

Tipos de solução	1- Nada importante	2	3	4	5- Muito importante
Benefícios fiscais	0	1	12	34	65
Injeção de capital de apoio às entidades públicas e privadas	2	4	18	43	45
Melhoria das universidades e escolas especializadas existentes (ou criação de novas)	0	3	21	42	46
Fim ou diminuição dos custos das portagens	3	10	25	22	52
Construção e/ou modernização da ferrovia	10	6	23	25	48
Aumento de poderes das câmaras municipais	2	3	37	46	24
Apoios económicos à habitação	1	1	18	43	49
Medidas de apoio à natalidade	0	1	20	28	63
Captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional	0	0	6	38	68
Construção e melhoria das redes de transportes rodoviários	0	3	21	28	60

Fonte: Elaboração própria

As soluções apresentadas seguiram o mesmo procedimento que a questão anterior. A tabela 30 mostra que os resultados foram bastante elucidativos, pois os inquiridos evidenciaram bastante identificação com as opções apresentadas. Opções essas que foram enumeradas com base numa escala de importância. Numa lista de dez opções, cinco obtiveram zero respostas no valor 1 (“nada importante”). Em sete das opções disponíveis- benefícios fiscais, injeção de capital de apoio às entidades públicas e

privadas, melhoria das universidades e escolas especializadas existentes (ou criação de novas), apoios económicos à habitação, medidas de apoio à natalidade, captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional e construção e melhoria das redes de transporte rodoviário- 78,5% ou mais dos inquiridos (88 ou mais) consideraram ser soluções importantes ou muito importantes. Com respostas de municípios espalhados pelo país com realidades distintas, obter este nível de concordância em sete indicadores, é assinalável. Revela a urgência e a importância que existe em implementar em tipo de medidas no território, tendo em conta os problemas que assolam os TBD. Para além dessa harmonia registada nessas soluções apresentadas, existem duas- benefícios fiscais e captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional- em que 88,3% e 94,6% dos inquiridos (99 e 106, respetivamente) consideraram importante ou muito importante. Registando estes valores, facilmente se entende a elevada importância e valor acrescido destas duas soluções.

Tabela 31- Principais soluções para os municípios Territórios de Baixa Densidade (frequências de resposta)

Tipos de solução	1- Nada importante	2	3	4	5- Muito importante
Benefícios fiscais	0	1	10	30	71
Injeção de capital de apoio às entidades públicas e privadas	1	2	18	40	51
Melhoria das universidades e escolas especializadas existentes (ou criação de novas)	1	3	28	32	48
Fim ou diminuição dos custos das portagens	3	16	23	24	46
Construção e/ou modernização da ferrovia	14	12	27	19	40
Aumento de poderes das câmaras municipais	1	6	29	47	29
Apoios económicos à habitação	0	2	18	39	53
Medidas de apoio à natalidade	0	4	13	29	66
Captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional	0	0	9	28	75
Construção e melhoria das redes de transportes rodoviários	0	3	22	34	53

Fonte: Elaboração própria

Mantém-se o procedimento nas questões efetuadas, desta vez apresentado na tabela 31. Mais uma vez existe a tendência de retirar respostas dos polos (números 1 e 5), quando se coloca a questão direcionada apenas aos municípios. Regista-se novamente a presença de cinco opções sem resposta no valor 1 (“nada importante”). Essas cinco opções registam um elevado número de respostas nos valores 4 e 5, considerando

serem soluções importante e/ou muito importantes. Apesar de existir um nível de concordância elevado de resposta nos valores 4 e 5, no que concerne essas cinco opções, as soluções sobre os benefícios fiscais e sobre a captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional, voltam a recolher mais harmonia. Apresentam, respetivamente, 90,1% e 91,9% das respostas (101 e 103 respostas) no valor 4 e 5. Do outro lado do espectro, tanto a nível dos TBD como dos municípios, a construção e/ou modernização da ferrovia, é a solução que mais dividiu os inquiridos, com uma distribuição razoável de respostas pelos cinco valores opcionais em ambas as tabelas. A solução apresentada sobre medidas de apoio à natalidade também reuniu um elevado número de respostas com mais importância com 58,9% dos inquiridos (66) a considerar algo muito importante de aplicar nos municípios.

Das soluções apresentadas, é perceptível a urgência demográfica e económica sentida pelos auscultados das câmaras municipais. Desde o diagnóstico de problemas, passando pela caracterização e pela procura de soluções, a tendência manteve-se nesta secção do questionário. Os dados recolhidos moldam-se de forma inequívoca à revisão da literatura efetuada sobre os TBD e à caracterização global dos TBD portugueses. Os problemas demográficos e económicos são extremamente evidentes e estruturais. As respostas facultadas evidenciam a ligação direta entre os dados teóricos e os dados estatísticos. E vincam a unicidade destes territórios que possuem características diferenciadoras e problemas específicos de alguma gravidade.

6.2.4 Turismo e Desenvolvimento

Esta secção foi criada com a principal meta de compreender a relação entre turismo como um setor e desenvolvimento como um ponto de chegada ou uma situação corrente. A partir dessa premissa, foi possível criar questões que permitissem entender o potencial do turismo no desenvolvimento dos TBD e cada um dos municípios, e tentar saber, nas óticas das câmaras municipais, quais as medidas que os *stakeholders* devem tomar para o turismo e o desenvolvimento serem duas condições existentes. Foi elaborado um conjunto de questões para perceber essas questões e também para saber

a situação dos municípios no que toca a existência ou não de condições para a prática turística.

A análise desta secção é iniciada como uma afirmação direta, de resposta numa escala de concordância de Likert. A questão é: "Os Territórios de Baixa Densidade, em termos gerais, apresentam um grande potencial para se afirmarem como um destino turístico de elevada importância."

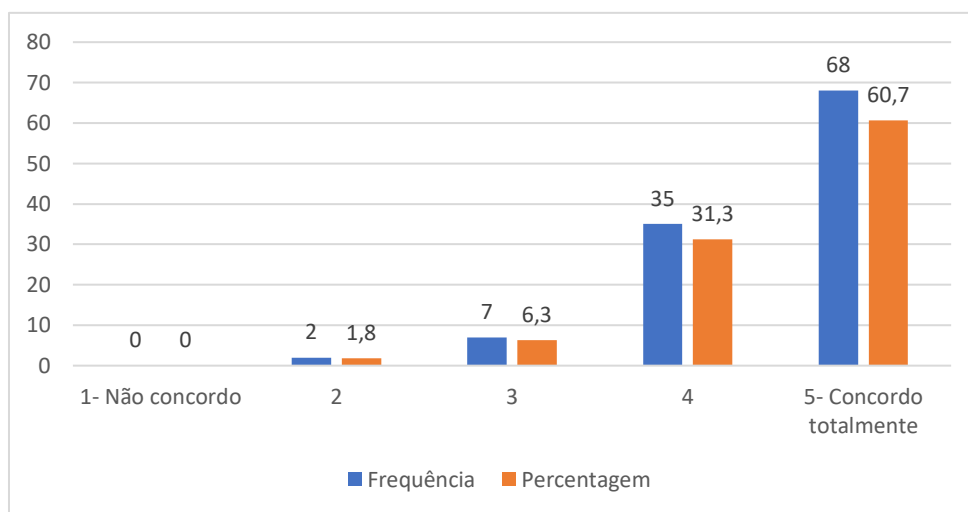


Figura 16- "Os Territórios de Baixa Densidade, em termos gerais, apresentam um grande potencial para se afirmarem como um destino turístico de elevada importância" (frequência e percentagem)
Fonte: Elaboração própria

A figura 16 mostra que, do total de inquiridos, 60,7% (68) concordam totalmente com esta afirmação e 31,3% (35) concorda parcialmente. Somadas estas opções, pode-se afirmar que 92% dos questionados (103) concordam total ou parcialmente com esta afirmação. Estes resultados demonstram a confiança que os respondentes têm no potencial dos TBD como destinos turísticos de grande importância.

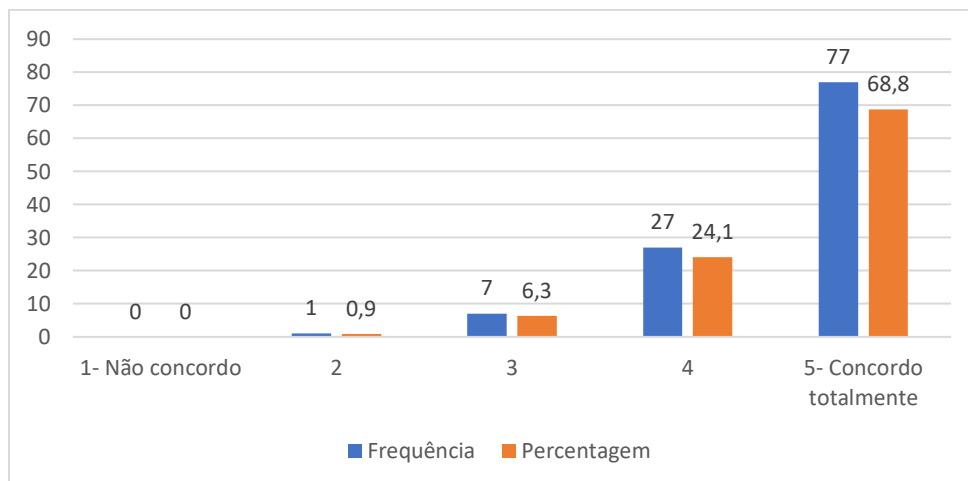


Figura 17- "O seu município, em termos gerais, apresenta um grande potencial para se afirmar como um destino turístico de elevada importância" (frequência e porcentagem)
 Fonte: Elaboração própria

A questão seguinte foi de encontro ao mesmo, direcionado aos próprios municípios dos respondentes. A confiança nos municípios é ainda maior do que nos TBD, por parte dos inquiridos. Analisando a figura 17, as porcentagens e frequências aumentaram no valor 5 ("concordo totalmente"), e passaram de 60,7% para 68,8% em comparação com a figura anterior. Mantêm-se zero respostas no valor 1 ("não concordo nada") e no valor 2 (não concordo parcialmente") passou de 1,8% (2) para 0,9% (1) dos inquiridos. Quando analisados os inquiridos que concordam parcial ou totalmente com a afirmação, é constatado que ascende a 92,9% (104) dos inquiridos. A tendência de existir uma confiança acrescida dos municípios em relação aos TBD nacionais, conserva-se. Os inquiridos têm, naturalmente, uma visão ligeiramente mais positiva do seu próprio território, do que do território global.

De seguida, foram pedidas aos inquiridos, respostas sobre a existência e qualidade, de características de apoio ao turismo no seu município. Foi elaborada um rol de características fechado, tendo em conta a natureza da atividade turística, e foi requerido aos respondentes para classificarem a sua existência e qualidade, estando expressos os resultados na tabela 32.

Tabela 32- "Numa escala de abundância, quais as principais características que o seu município possui para a atividade turística?"

Características	1- Nada abundante	2	3	4	5- Muito abundante
Atrações turísticas	0	5	29	44	34
Património Natural	0	0	3	25	84
Património Material e Monumental	0	3	21	43	45
Património Imaterial e Cultural	0	2	19	48	43
Eventos periódicos (culturais, recreativos, negócios e desportivos)	0	3	24	60	25
Equipamentos culturais, desportivos e de lazer	0	7	28	55	22
Equipamentos turísticos e complementares à atividade	0	7	49	40	16
Gastronomia típica e reconhecida	0	5	21	42	44
Infraestruturas de acessibilidade (estradas, ferrovia, aeroportos, portos)	4	21	33	36	18
Mão-de -obra qualificada no setor	4	23	56	28	1
Variedade de produtos e recursos endógenos	0	3	26	49	34
Sistema de transportes municipais	13	29	49	20	1
Infraestruturas de saúde e de segurança	4	15	47	36	10
Hospitalidade e recetividade da população	0	0	9	35	68

Fonte: Elaboração própria

Iniciando pela escala de abundância, há dez características num total de catorze, que apresentam zero respostas no valor 1 ("nada abundante"). Todavia, existem 13 respostas nesse valor na característica de sistema de transportes municipais, e apenas uma resposta no valor 5 ("muito abundante"). Isto revela uma lacuna importante existente nos TBD. Existe uma grande prevalência nos valores 4 e 5 no que toca às características ligadas a todos os tipos de património (principalmente o património natural), à gastronomia, à hospitalidade da população e à existência de eventos periódicos. Todas essas cinco opções apresentam 75,9% ou mais de respostas nesses valores. Essas são características que os inquiridos associam diretamente aos seus concelhos de trabalho, de forma mais vincada em todos os TBD. Quanto aos restantes indicadores, existe alguma incidência de resposta no valor 3 ("sem abundância nem escassez") principalmente nas características da mão de obra qualificada no setor, equipamentos complementares ao turismo e nas infraestruturas de saúde e segurança.

Bastantes inquiridos, consideram haver uma quantidade aceitável destas três características, sem abundância nem escassez.

Tabela 33- "Numa escala de qualidade, quais as principais características que o seu município possui para a atividade turística?"

Características	1- Sem qualidade	2	3	4	5- Muita qualidade
Atrações turísticas	1	3	16	56	36
Património Natural	0	1	4	34	73
Património Material e Monumental	1	3	13	51	44
Património Imaterial e Cultural	0	1	16	52	43
Eventos periódicos (culturais, recreativos, negócios e desportivos)	0	5	19	57	31
Equipamentos culturais, desportivos e de lazer	0	7	27	55	23
Equipamentos turísticos e complementares à atividade	0	4	46	44	18
Gastronomia típica e reconhecida	0	4	17	39	52
Infraestruturas de acessibilidade (estradas, ferrovia, aeroportos, portos)	5	17	41	40	9
Mão-de -obra qualificada no setor	2	23	52	30	5
Variedade de produtos e recursos endógenos	0	4	20	52	36
Sistema de transportes municipais	11	26	49	24	2
Infraestruturas de saúde e de segurança	2	19	40	38	13
Hospitalidade e recetividade da população	0	1	12	37	62

Fonte: Elaboração própria

Depois da abundância, importa saber qual o estado da qualidade das características enunciadas. Observando a tabela 33, mantém-se a raridade de respostas no valor 1 (“sem qualidade”), em comparação com a pergunta anterior sobre a abundância. O património natural, a gastronomia típica reconhecida e a hospitalidade da população, são os indicadores que apresentam maior qualidade de acordo com os respondentes, com 65,2% (73), 46,4% (52) e 55,4% (62) das respostas no valor máximo, respetivamente. Para além destas características, existem outras seis (atrações turísticas, património material e monumental, património imaterial e cultural, eventos periódicos, equipamentos culturais, desportivos e de lazer e variedade de produtos e recursos endógenos) que apresentam uma eleva incidência de resposta de pelo menos 45,5% no valor 4, que indica que existe alguma qualidade. São naturalmente recursos e fatores que importará ao município explorar e potenciar, tendo em conta a opinião global dos questionados.

Após a análise a estas duas questões, será crível apontar o património, a gastronomia e a hospitalidade da população, como fatores extremamente relevantes no panorama turístico dos TBD. São características incontornáveis na análise a este questionário, e são componentes importantes no desenho e implementação da atividade turística. É necessário investir nestes fatores, como também nos restantes que não se destacaram tanto para num futuro próximo, poder oferecer aos *stakeholders* do turismo uma experiência globalmente melhor.

Tabela 34- Medidas que devam ser tomadas pelos stakeholders/agentes do território dos Territórios de Baixa Densidade, para que permitam um maior desenvolvimento do turismo

Tipos de medidas	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Maior oferta turística	1	2	9	58	42
Maior diversidade de atrações	0	1	9	46	56
Especialização num tipo de turismo específico	2	3	31	45	31
Criação de redes colaborativas	0	1	7	41	63
Planeamento turístico conjunto entre autarquias e ERT's	0	0	6	41	65
Recrutamento de pessoal especializado e qualificado	0	0	10	51	51
Aumento de verbas alocadas ao turismo	0	1	5	43	63

Fonte: Elaboração própria

A questão seguinte surgiu com o objetivo de perceber quais as medidas mais importantes que deviam ser tomadas pelos *stakeholders*, na opinião dos respondentes das autarquias. Novamente, a pergunta é formulada tendo em conta uma lista fechada de medidas com base na experiência de investigação registada anteriormente. E aqui, é observável a elevada concertação geral que a tabela 34 demonstra. Todas as medidas elencadas demonstram um número de respostas nos valores 4 e 5 (“concordo parcialmente” e “concordo totalmente”) igual ou acima dos 76 inquiridos, o que corresponde a 67,8% ou mais. Retirando a medida da especialização do município num tipo de turismo específico, essa percentagem ascende a 89,3% ou mais, que corresponde a pelo menos 100 inquiridos. Demonstra ser uma lista de medidas que as autarquias consideram fulcrais e importantes para impulsionar o turismo e o desenvolvimento nos seus concelhos. São dados que, posteriormente vão ser tidos em conta nas conclusões e ilações tiradas deste questionário, e nos impactes que podem oferecer a estes territórios.

6.2.5 Turismo e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade

Este subcapítulo está criado de forma a tentar cruzar as matérias até aqui abordadas. São conceitos bastante importantes, e é importante perceber alguns pontos centrais para as autarquias, como os projetos e características que o setor do turismo deve ter, para responder de forma inequivocamente positiva para o desenvolvimento dos TBD e de cada município, e qual o papel que o setor pode ter no desenvolvimento dos TBD.

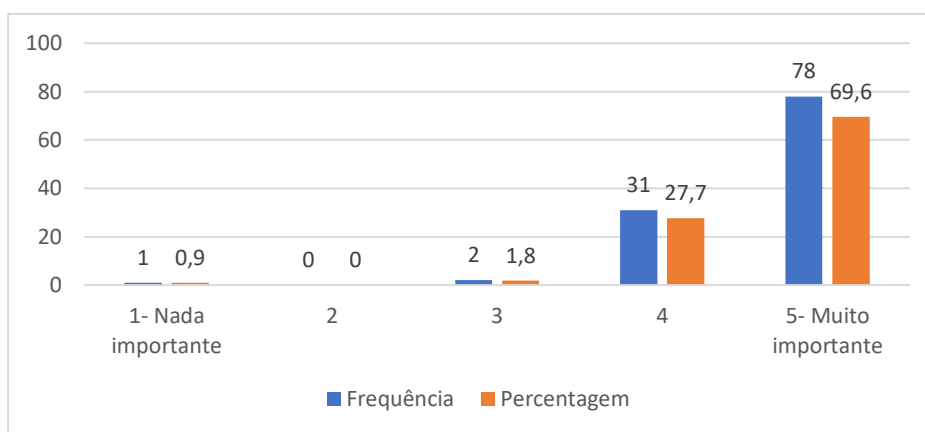


Figura 18- "Indique, qual a importância que pensa que o Turismo irá ter no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade"
Fonte: Elaboração própria

A primeira pergunta efetuada, foi elaborada para entender em que posição estão os municípios, no que se refere a um maior peso do turismo no desenvolvimento destes locais. A opinião dos inquiridos nesta matéria está demonstrada na figura 18. Tornou a ser inequívoca, com uma maioria expressiva a concordar com a afirmação apresentada- 27,7% (31) dos inquiridos diz que o turismo vai ser importante no desenvolvimento dos TBD, e uns expressivos 69,6% dos inquiridos (78) afirma que o turismo vai ser mesmo muito importante para o desenvolvimento dos TBD. Existe, nas autarquias, confiança e segurança de que o turismo pode assumir um papel muito relevante no desenvolvimento futuro dos TBD. Após esta questão, foi feita uma outra para perceber em que situação se encontram cada um dos municípios, no que concerne as fases de desenvolvimento de um destino turístico.

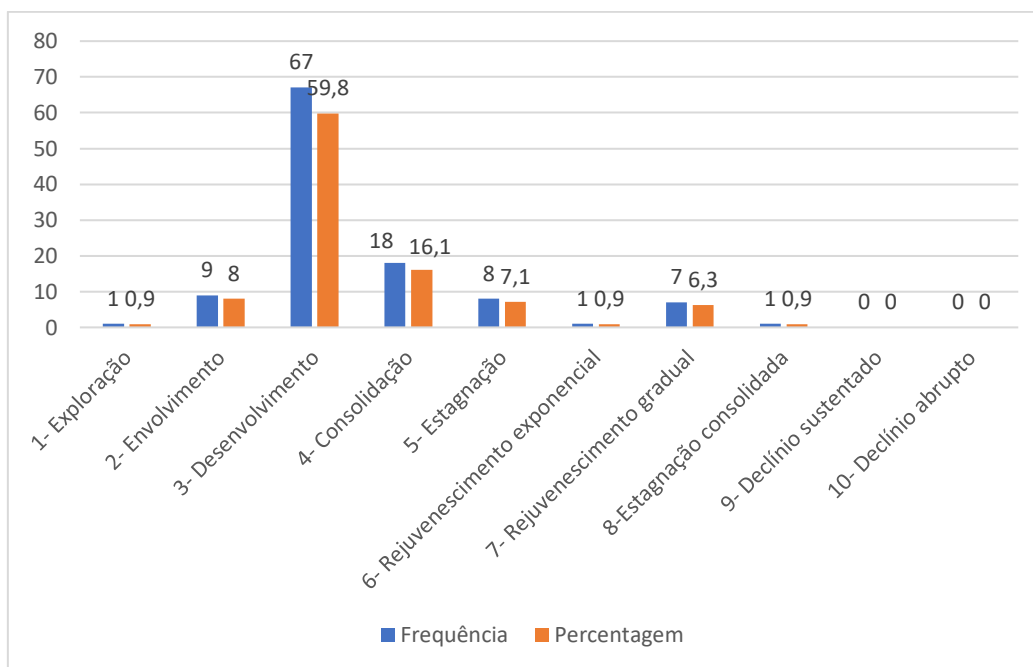


Figura 19- Fases de desenvolvimento de um destino turístico- aplicado a cada município (frequência e porcentagem)

Fonte: Elaboração própria

Em termos analíticos, no total de dez respostas possíveis, os inquiridos claramente incidiram sobre a fase 3- Desenvolvimento, com 59,8% (67) das respostas, como é possível observar na figura 19. É a fase de desenvolvimento de um destino turístico do modelo de Butler, que reúne um maior consenso entre os respondentes. A fase 2- Envolvimento e a fase 4-Consolidação são as opções seguintes que reúnem mais respostas, com 8% (9) e 16,1% (18) das respostas, respetivamente. Com a maioria da incidência de respostas nas fases iniciais de desenvolvimento, torna-se plausível concluir que existe ainda um grande potencial por explorar nos TBD. Estes territórios encontram-se assim numa fase embrionária do desenvolvimento turístico, provavelmente com resultados bastante diferentes de município para município, tendo em conta a incidência de respostas na fase de desenvolvimento. Uns municípios mais avançados na escala de fases, outros ainda à procura de estímulos internos e externos que potenciem a atividade turística.

Tabela 35- Grau de importância dos presentes indicadores que o Turismo deve responder para o desenvolvimento do município

Tipos de indicadores	1- Nada importante	2	3	4	5- Muito importante
Desigualdades socioeconómicas	1	5	39	44	23
Número de empregos e sua qualidade	0	0	8	62	42
Equipamentos socioculturais, desportivos e de lazer	0	1	24	52	35
Estabelecimentos de restauração e bebidas	0	2	15	57	38
Indicadores demográficos	0	2	36	47	27
Segurança e proteção	0	3	22	47	39
Sistema de transportes e acessibilidades	0	3	20	51	38
Imagem externa do município	0	0	6	34	71
Reabilitação urbana e paisagística	0	1	9	63	39
Valor económico do território	0	0	12	45	55

Fonte: Elaboração própria

De seguida, de acordo com os prévios objetivos da secção, foi perguntado aos inquiridos quais indicadores deveriam ser atendidos, num quadro de um determinado projeto turístico que fosse desenvolvido. Foi criada uma lista fechada tendo em conta a informação anteriormente recolhida sobre desenvolvimento e turismo. A questão foi estruturada numa escala de importância. A tabela 35 indica que todas as opções, exceto apenas uma resposta no indicador das desigualdades socioeconómicas, tiveram zero respostas no valor 1 (“nada importante”). Este é um dado que demonstra a adequabilidade das opções apresentadas. No que toca aos indicadores mais importantes na ótica dos inquiridos, são destacados quatro indicadores. Primeiro os indicadores do número de empregos e sua qualidade, e a reabilitação urbana e paisagística. São indicadores que receberam 56,3% (63) e 55,4% (62) das respostas, respetivamente, no valor 4 (“importante”). Estes valores de resposta, juntamente com o número de respostas no valor 5 (“muito importante”) levam a uma perceção de que o turismo deve responder a estes indicadores com certeza e responsabilidade. Em segundo lugar, a imagem externa do município e o valor económico do território, são os indicadores que registam mais respostas no valor 5 (“muito importante”), com 63,9% (71) e 49,1% (55) das respostas, respetivamente. A imagem externa do município, mostra ser um indicador de elevada importância para os concelhos, dado a amostra de respostas. O valor económico do território mostra-se também como uma característica muito importante.

Tabela 36- Principais características valorizadas num projeto turístico, no contexto de cada município

Características	1- Nada importante	2	3	4	5- Muito importante
Evitar a perda de património cultural	0	0	4	30	77
Reabilitação urbana do centro histórico (mantendo e respeitando a traça original)	0	1	9	31	71
Dinamização do comércio e economia local	0	0	2	32	78
Reativação de património e tradições adormecidas	0	0	9	35	68
Utilização de mão-de-obra local na atividade turística	0	0	11	43	58
Oferta de uma experiência autêntica ao visitante	0	0	3	27	82
Promoção da sustentabilidade global	0	0	9	33	70
Privilégio de comércio com fornecedores locais	0	0	10	33	69
Aumento e criação de valor económico no território	0	0	3	28	81
Envolvimento da população no projeto turístico	0	0	3	33	76

Fonte: Elaboração própria

Na seguinte pergunta, a mesma forma de estruturação foi mantida. A mudança efetuada foi no tema da questão. Nesta questão, foi elaborada uma lista de características que um projeto turístico pode ou não ter elaborada numa escala de importância, e direcionada a cada município. Essas características foram enumeradas, levando em conta os principais *outputs* positivos que um projeto turístico pode apresentar a um determinado território. A tabela 36 apresenta dados contundentes. Nenhum concelho respondeu no valor 1 (“nada importante”) e apenas um respondeu no valor 2 (“pouco importante”), na característica da reabilitação urbana do centro histórico. Nesta questão em particular, o destaque dos dados, é não haver destaque pois, todos os concelhos apresentaram números extremamente altos de resposta no valor 5 (“muito importante”), com um valor mínimo de 51,8% (58) das respostas na característica da utilização de mão-de-obra local no turismo. Esses valores de resposta ascendem ainda a 72,3% (81) das respostas no caso do aumento e criação de valor económico do território e 73,2% (82) das respostas na característica de uma oferta de experiência autêntica ao visitante. Importa nesta questão afirmar, que **todas as características apresentadas demonstram ser de grande importância para uma grande maioria dos municípios. Importa também dizer que todas as características**

apresentadas, são características ditas de um turismo sustentável a todos os níveis. Evidencia-se assim a procura, por parte dos municípios de um turismo inclusivo, sustentável e autêntico.

6.2.6 Redes colaborativas

Esta subsecção, está direccionada para facilitar a compreensão sobre as dinâmicas existentes nestes territórios. Entender também a consideração que os municípios têm sobre este tipo de instrumentos de índole territorial, principalmente vantagens e desvantagens. Importa também entender qual o papel dessas redes na potenciação do turismo nos TBD.

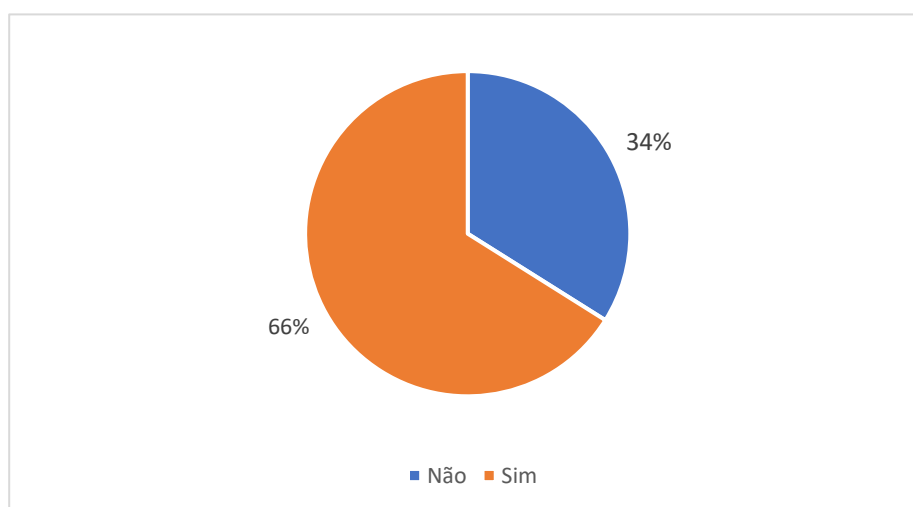


Figura 20- "A autarquia é membro de alguma rede colaborativa de turismo ou um produto conexo à atividade?"
Fonte: Elaboração própria

A primeira pergunta surge para entender qual o grau de participação das autarquias em redes colaborativas. Observando a figura 20, cerca de 66% (74 respostas) das autarquias diz ser membro de uma ou mais redes colaborativas e cerca de 34% (38 respostas) diz não pertencer a nenhuma rede desse tipo.

De seguida, foi feita uma pergunta apenas aos concelhos que disseram ser membros de uma ou mais redes colaborativas. De acordo com as respostas elencadas na tabela 37, várias autarquias dizer ser membros de mais do que uma rede, daí o valor total de respostas ser mais elevado do que o número de autarquias nesta posição.

Tabela 37- "Quais a (s) rede (s) que a autarquia é membro?"- frequência e percentagem

Redes Colaborativas	Frequência	Percentagem (%)
Aldeias de Portugal	15	16,5
Aldeias Históricas de Portugal	9	9,9
Aldeias do Xisto	13	14,3
Aldeias de Montanha	6	6,6
Rede Termas Centro	5	5,5
Rede de Judiarias de Portugal	7	7,7
Associação de Municípios com Centro Histórico	1	1,1
Rota do Românico	1	1,1
Rota Estrada N2	4	4,4
Outros	30	33,0
Total	91	100

Fonte: Elaboração própria

As redes que contam com mais participações são as Aldeias de Portugal (16,5% 3 15 respostas) e as Aldeias do Xisto (14,3% e 13 respostas. No entanto, sendo o território dos TBD tão vasto e diverso, existem várias respostas de distintas redes e temas. Por isso, existe uma maior prevalência de respostas na opção “Outras” que consiste em redes ligadas a atrações turísticas locais, produtos endógenos locais, acontecimentos históricos locais e/ou regionais, museus locais e atividades temáticas. Muitas autarquias estão integradas em redes destes tipos e ao mesmo tempo a redes mais estruturadas em mais consistentes, que englobam um produto turístico já reconhecido.

A pergunta seguinte é também dirigida apenas aos municípios que são membros de uma ou mais redes, para compreender quais as razões que pesaram na decisão de integrar uma colaboração, e as vantagens que possui em estar nessa posição. A tabela 38 mostra que na lista de sete opções, voltam não existir escolhas na opção 1 (“não concordo”) na escala de concordância. A grande parte das respostas em cada uma das opções, está manifestada opção 4 (“concordo parcialmente”), exceto em duas opções- maior visibilidade do destino e geração de um turismo mais sustentável.

Tabela 38- Principais vantagens que a autarquia tem em ser membro de uma rede(s) colaborativa(s)

Vantagens	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Maior acesso a financiamento da atividade	0	1	15	31	28
Maior visibilidade do destino	0	0	4	24	48
Profissionalização do setor do turismo	0	2	25	30	18
Melhor estruturação da oferta turística	0	1	11	34	29
Aumento da cooperação entre setores	0	0	10	33	33
Melhoria da relação e cooperação entre o setor privado e setor público	0	1	19	31	25
Geração de um turismo mais sustentável	0	1	11	27	37

Fonte: Elaboração própria

Estas duas opções registam maior incidência no valor 5 (“concordo totalmente”). A primeira com 63,2% (48) das escolhas e a segunda com 48,7% (37) das escolhas. Apesar de numa forma generalizada, todas as opções serem objeto de uma elevada concordância de resposta por parte das autarquias, essas duas são as que mais se destacam. Mais uma vez, a sustentabilidade e a visibilidade apresentam-se como fatores importantes para os municípios.

Tabela 39- Principais motivos/desvantagens que a autarquia tem em não ser membro de uma rede(s) colaborativa(s)

Desvantagens	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Não aposta da autarquia no turismo	16	6	4	5	2
Inexistência de uma rede no território envolvente	2	2	9	11	9
Existência de uma rede que não serve os interesses municipais	13	3	10	5	2
Falta de meios para uma integração na rede	14	4	6	7	2

Fonte: Elaboração própria

A tabela 39 demonstra que na questão seguinte foi feito exatamente o oposto. Foi questionado às autarquias que não são membros de uma rede, quais as desvantagens existentes para a autarquia estar afastada deste instrumento territorial de cooperação. E os resultados foram os inversos da anterior análise. Em quatro opções possíveis, existem três que registam o maior número de respostas no valor 1 (“não concordo”). Indica de forma clara que essas não são motivações que levem a autarquia a ficar fora de uma rede. A opção de “inexistência de uma rede no território envolvente” é a única

que agrupa mais respostas no valor 5 (“concordo totalmente”) do que no valor 1. A opção “não aposta da autarquia no turismo” reuniu mais respostas no valor 1, com 48,4% (16 inquiridos) das respostas. O que mostra que também não é uma das razões para a não pertença a uma rede colaborativa.

6.2.7 Perfil demográfico

Esta parte do questionário está organizada para poder caracterizar a população que participou no estudo. Irão ser abordados alguns temas relacionados a demografia e situação profissional dentro da estrutura camarária.

Tabela 40- Intervalos etários dos inquiridos-frequência e percentagem

Intervalos etários	Frequência	Percentagem
15-24	2	1,8
25-34	13	11,6
35-44	37	33,0
45-54	40	35,7
55-64	19	17,0
65 ou mais anos	1	0,9
Total	112	100,0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 40 mostra que os intervalos etários mais representados, são dos 35 aos 44 anos com 35,7% das respostas e 40 respostas, e dos 45 aos 54 anos com 33% das respostas e 37 respostas. A grande parte dos inquiridos, (68,7%) dos inquiridos tem idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos.

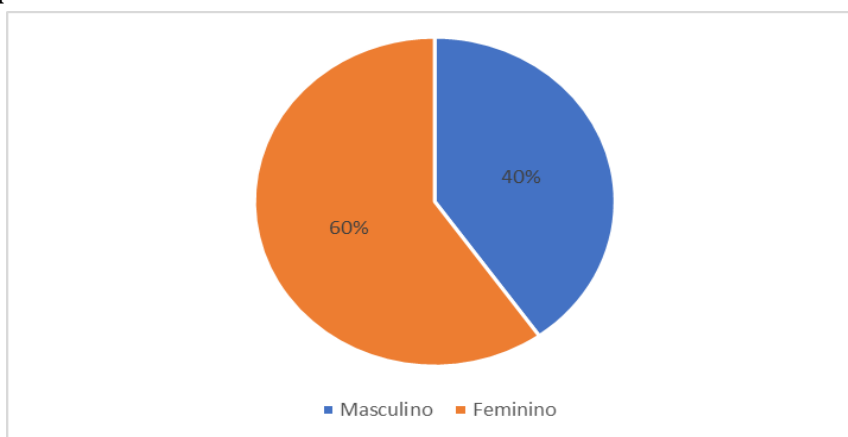


Figura 21- Percentagem dos inquiridos distribuídos por género

Fonte: Elaboração própria

A distribuição percentual do género dos inquiridos encontra-se representada na figura 21. Num total de 112 respostas válidas nesta questão, 60% dos inquiridos (67) são do género feminino e 40% dos inquiridos (45) são do género masculino. Uma ligeira maioria dos inquiridos pertence ao género feminino.

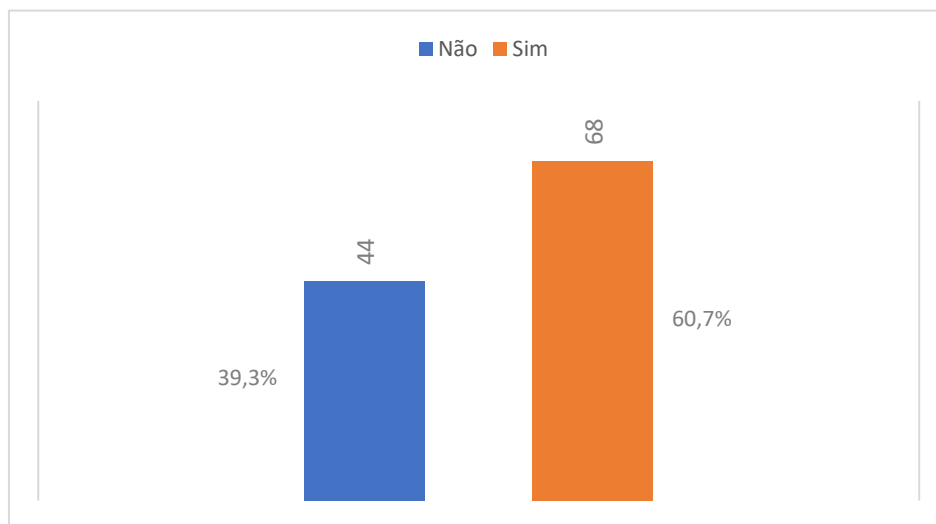


Figura 22- "Possui formação em Turismo?"

Fonte: Elaboração própria

A figura 22, evidencia o número de inquiridos que detêm formação especializada em turismo- 60,7% dos inquiridos dizem deter algum tipo de formação em turismo, que representa 68 inquiridos. De seguida, foi questionado aos inquiridos que possuem formação em turismo, que tipo de formação possuem.

Tabela 41- Tipo de formação em Turismo

Tipo de formação	Frequência	Percentagem
Curso Profissional	2	2,94
TESP	0	0,0
Bacharelato	3	4,4
Licenciatura	45	66,2
Mestrado	16	23,5
Doutoramento	2	2,9
Total	68	100,0

Fonte: Elaboração própria

De acordo com as respostas registadas na tabela 41, a grande maioria dos formados em turismo, fê-lo através de uma licenciatura, com 66,2% das respostas nesse sentido.

Seguido pelo mestrado, que conta com 23,5% das respostas. Nota ainda, para a inexistência de inquiridos que utilizaram um TESP para se formarem em turismo. Por último, foi elaborada uma questão para saber que posição/carreira os inquiridos ocupam na estrutura municipal de trabalho, demonstrada na tabela 42.

Tabela 42- Tipo de função ocupada na Câmara Municipal

Tipo de função	Frequência	Percentagem
Assistente Técnico	9	8,0
Assistente Operacional	2	1,8
Técnico(a) Superior	69	61,6
Chefe de Divisão/Gabinete	17	15,2
Diretor(a) de Departamento	0	0,0
Outro	15	13,4
Total	112	100,0

Fonte: Elaboração própria

Nesta questão, volta a existir uma opção com elevada incidência. A função de técnico superior regista 61,6% das respostas (69 inquiridos), seguido pela função de chefe de divisão/gabinete com 15,2% das respostas, correspondente a 17 inquiridos. As funções que correspondem à opção “outros”, correspondem a funções de presidente, vice-presidente e secretariado.

6.3 Cruzamento de variáveis

Esta secção do estudo será dedicada à análise de dados utilizando a modalidade de cruzamento de variáveis. Foi efetuada com suporte do programa SPSS e tem como objetivo, entender as relações entre variáveis independentes e dependentes, e se existe nessa relação, associações estatisticamente significativas, que possam ser úteis à criação de conclusões para o estudo. Para esta análise, estão apresentadas as variáveis de resposta independentes que foram cruzadas.

Tabela 43- Variáveis independentes utilizadas

Variáveis independentes			
NUT II (NUT 2)	Pelouro de Turismo (Pelouro)	Atribuição do Pelouro (AtribPelouro)	Organização Interna CM (OrgTurCM)
Área conjunta ao Turismo na CM (AreaTur)	Existência de pessoal formado em Turismo (PessoalTur)	Nº de trabalhadores formados em Turismo (FormacaoPessoal)	% do Orçamento Municipal dedicado ao Turismo (Orç.CmTur)

Fonte: Elaboração própria

As variáveis independentes utilizadas nesta análise são todas as hipóteses consideradas de resposta, do capítulo I do questionário. Que são cruzadas em termos estatísticos com as variáveis dependentes do restante questionário. As variáveis correspondentes ao capítulo VI acerca do perfil demográfico, não são utilizadas nesta análise, por não serem adequadas ao objetivo da análise. A análise irá ser repartida, tema a tema, facilitando assim a análise. Na tabela 43, encontram-se entre parêntesis, os nomes que essas variáveis tomaram no SPSS.

6.3.1 Estrutura e organização interna das Câmaras Municipais

Esta secção, irá abordar as variáveis independentes que são referentes ao funcionamento interno das CM's. Variáveis essas que são- Pelouro, AtribPelouro, OrgTurCM e AreaTur. São as variáveis que compõem a estrutura existente nos municípios ligada ao turismo. A análise será iniciada pela variável Pelouro.

Tabela 44- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Pelouro e II-1.1Demográficos)

			II1.1Dem					Total
			1	2	3	4	5	
Pelouro	Sem Pelouro	Contagem	1	0	0	1	6	8
		% em Pelouro	12,5%	0,0%	0,0%	12,5%	75,0%	100,0%
		% em II1.1Dem	50,0%	0,0%	0,0%	2,4%	11,1%	7,1%
		% do Total	0,9%	0,0%	0,0%	0,9%	5,4%	7,1%
	Com Pelouro	Contagem	1	3	12	40	48	104
		% em Pelouro	1,0%	2,9%	11,5%	38,5%	46,2%	100,0%
		% em II1.1Dem	50,0%	100,0%	100,0%	97,6%	88,9%	92,9%
		% do Total	0,9%	2,7%	10,7%	35,7%	42,9%	92,9%
Total		Contagem	2	3	12	41	54	112
		% em Pelouro	1,8%	2,7%	10,7%	36,6%	48,2%	100,0%
		% em II1.1Dem	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,8%	2,7%	10,7%	36,6%	48,2%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	9,342 ^a	4	0,053					

Fonte: Elaboração própria

A primeira tabela desta secção, a tabela 44, demonstra um cruzamento entre a variável dos problemas demográficos (II-1.1Dem) e a variável Pelouro. Esta questão diz respeito a uma opinião sobre a gravidade de uma série de problemas associados aos TBD, numa escala de importância. Os problemas demográficos revelam-se claramente uma questão consensual em todas as CM's, com grande número de respostas no valor 5.

A amostra é discrepante entre hipóteses de resposta, mas apesar de apenas existirem oito autarquias sem pelouro, a tendência de resposta é mais vincada no valor 5 (“extremamente grave”) com 75% das respostas do que as autarquias com pelouro que apresentam apenas 46,2% das respostas. Demonstra-se que, **independentemente das CM’s terem ou não pelouro de turismo, os problemas demográficos são problemas muito relevantes nos TBD**. O teste do qui-quadrado demonstra que estas variáveis estão muito perto de terem uma associação estatisticamente significativa, daí o seu destaque.

Tabela 45- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Pelouro e I13DesTerr)

			I13DesTerr				Total
			2	3	4	5	
Pelouro	Não	Contagem	1	0	1	6	8
		% em Pelouro	12,5%	0,0%	12,5%	75,0%	100,0%
		% em I13DesTerr	100,0%	0,0%	2,3%	10,2%	7,1%
		% do Total	0,9%	0,0%	0,9%	5,4%	7,1%
	Sim	Contagem	0	9	42	53	104
		% em Pelouro	0,0%	8,7%	40,4%	51,0%	100,0%
		% em I13DesTerr	0,0%	100,0%	97,7%	89,8%	92,9%
		% do Total	0,0%	8,0%	37,5%	47,3%	92,9%
Total		Contagem	1	9	43	59	112
		% em Pelouro	0,9%	8,0%	38,4%	52,7%	100,0%
		% em I13DesTerr	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,9%	8,0%	38,4%	52,7%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	16,012 ^a	3	0,001				

Fonte: Elaboração própria

A tabela 45 mostra o cruzamento entre a variável Pelouro e a variável da desertificação do território (I13DesTerr). Esta questão é pertencente ao segundo capítulo (Territórios de Baixa Densidade) e incide sobre as principais características que os TBD revelam. É possível compreender a existência de uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, e com um valor muito alto de certeza. É possível verificar uma **elevada concordância sobre a existência de uma desertificação do território**. Apesar da pequena amostra das autarquias que não têm pelouro de turismo, é possível

demonstrar que ambos os dois tipos de autarquias apresentam uma visão similar quanto à existência de desertificação do território nos TBD.

Tendo pelouro ou não, as autarquias revelam uma grande concordância no valor 5 (“concordo totalmente”) de resposta- 75% nas autarquias sem pelouro e 51% nas autarquias com pelouro- na existência de uma desertificação do território. A existência ou inexistência de pelouro não muda assim, a percepção das autarquias quanto a esta característica dos TBD.

Tabela 46- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Pelouro e II3EscaTransMun)

			II3EscaTransMun					Total
			1	2	3	4	5	
Pelouro	Não	Contagem	1	1	2	2	2	8
		% em Pelouro	12,5%	12,5%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	100,0%	8,3%	6,7%	5,3%	6,5%	7,1%
		% do Total	0,9%	0,9%	1,8%	1,8%	1,8%	7,1%
	Sim	Contagem	0	11	28	36	29	104
		% em Pelouro	0,0%	10,6%	26,9%	34,6%	27,9%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	0,0%	91,7%	93,3%	94,7%	93,5%	92,9%
		% do Total	0,0%	9,8%	25,0%	32,1%	25,9%	92,9%
Total		Contagem	1	12	30	38	31	112
		% em Pelouro	0,9%	10,7%	26,8%	33,9%	27,7%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,9%	10,7%	26,8%	33,9%	27,7%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica					
Qui-quadrado	13,261 ^a	4	0,010					

Fonte: Elaboração própria

Ainda no mesmo capítulo do questionário e na mesma questão, a tabela 46 representa o cruzamento da variável Pelouro com a variável II3EscaTransMun (escassez de transportes municipais). Existe uma associação estatisticamente significativa entre essas duas variáveis. Volta novamente a existir uma concordância global entre as autarquias com e sem pelouro. Desta vez a concordância espelha-se na distribuição geral de respostas entre os valores 3, 4 e 5, com uma ligeira incidência de resposta no valor 4 (“concordo parcialmente”) por parte das autarquias com pelouro de turismo. A conclusão nesta análise é relativamente difícil de existir, devido à distribuição quase equitativa de respostas pelos valores mencionados. Todavia, pode-se afirmar que há

uma tendência geral para existir concordância de existência de escassez de transportes municipais, sendo um problema que afeta de forma geral os municípios.

Tabela 47- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e II-1.1Culturais)

			II1.1Cul					Total
			1	2	3	4	5	
AtribPelouro	Presidente da Câmara Municipal	Contagem	5	6	11	5	1	28
		% em AtribPelouro	17,9%	21,4%	39,3%	17,9%	3,6%	100,0%
		% em II1.1Cul	62,5%	40,0%	26,2%	16,1%	14,3%	27,2%
		% do Total	4,9%	5,8%	10,7%	4,9%	1,0%	27,2%
	Vereador da Câmara Municipal	Contagem	3	9	31	26	6	75
		% em AtribPelouro	4,0%	12,0%	41,3%	34,7%	8,0%	100,0%
		% em II1.1Cul	37,5%	60,0%	73,8%	83,9%	85,7%	72,8%
		% do Total	2,9%	8,7%	30,1%	25,2%	5,8%	72,8%
Total		Contagem	8	15	42	31	7	103
		% em AtribPelouro	7,8%	14,6%	40,8%	30,1%	6,8%	100,0%
		% em II1.1Cul	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	7,8%	14,6%	40,8%	30,1%	6,8%	100,0%
	Valor	df	Sign. Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	8,809 ^a	4	0,066					

Fonte: Elaboração própria

Passando para a análise da variável da atribuição do pelouro (AtribPelouro), a tabela 47 diz respeito a uma questão relacionada com a gravidade dos problemas associados aos TBD. A relação entre a variável AtribPelouro e o tipo de problemas culturais, apresentou resultados importantes. Neste cruzamento de variáveis, o teste de qui-quadrado volta a ter um resultado muito próximo da associação significativa entre variáveis. As respostas dos concelhos que têm pelouro de turismo atribuído ao vereador, correspondem a 72,8% nos problemas culturais, e os restantes 27,2% correspondem aos concelhos que têm pelouro de turismo atribuído ao presidente. Existe uma tendência assinalável- apesar desta distribuição de respostas acima demonstrada, a distribuição de respostas no valor 4 (“grave”) modifica-se. Os concelhos que têm pelouro atribuído aos vereadores apresenta 83,9% das respostas neste ponto, contra 16,1% dos concelhos cujo pelouro é atribuído ao presidente. Isso demonstra uma ligeira **maior perceção de problemas graves culturais nos concelhos cujo pelouro é atribuído a um vereador**, ao invés dos concelhos que atribuem o pelouro ao presidente. Essa diferença é ainda mais evidente mais no valor

5 (“extremamente grave”) e o inverso regista-se no valor 1 (“nada grave”), mas sem tanta pertinência, devido à curta amostra.

Tabela 48- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e II-2.1Culturais)

			II2.1Cul					Total
			1	2	3	4	5	
Atrib Pelouro	Pres. da Câmara Municipal	Contagem	4	8	11	3	2	28
		% em AtribPelouro	14,3%	28,6%	39,3%	10,7%	7,1%	100,0%
		% em II2.1Cul	80,0%	27,6%	23,4%	16,7%	50,0%	27,2%
		% do Total	3,9%	7,8%	10,7%	2,9%	1,9%	27,2%
	Vereador da Câmara Municipal	Contagem	1	21	36	15	2	75
		% em AtribPelouro	1,3%	28,0%	48,0%	20,0%	2,7%	100,0%
		% em II2.1Cul	20,0%	72,4%	76,6%	83,3%	50,0%	72,8%
		% do Total	1,0%	20,4%	35,0%	14,6%	1,9%	72,8%
Total		Contagem	5	29	47	18	4	103
		% em AtribPelouro	4,9%	28,2%	45,6%	17,5%	3,9%	100,0%
		% em II2.1Cul	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	4,9%	28,2%	45,6%	17,5%	3,9%	100,0%
	Valor	df	Sign. Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	9,446 ^a	4	0,051					

Fonte: Elaboração própria

As variáveis apresentadas na tabela 48, demonstram uma associação praticamente estatisticamente significativa. A relação entre a atribuição do pelouro e os problemas culturais identificados nos municípios é importante. No valor 5 de resposta (“extremamente grave”), existe uma divisão exata, apesar da grande diferença entre amostras já demonstrada. No valor 1 de (“nada grave”) resulta o inverso da amostra, em que 80% das respostas está concentrada nas autarquias cujo pelouro do turismo está atribuído ao presidente. Mas a maioria das respostas situa-se no valor 2 (“pouco grave”) e no valor 3 (“média gravidade”). Isso demonstra o reconhecimento por parte de todas as autarquias, que os problemas culturais existentes nos seus municípios são pouco graves ou indiferentes, independentemente de quem tem a atribuição do pelouro.

A variável seguinte (II-2.2Eco) é ligada à capacidade dos municípios de resolver os problemas económicos apresentados anteriormente. É apresentada a tabela 49 de cruzamento entre a atribuição de pelouro (AtribPelouro) e a capacidade de resolver os

tipos de problemas económicos (II-2.2Eco). Estas duas variáveis quase que apresentam associações estatisticamente significativas, apenas falham o parâmetro da significância assintótica por 0,001.

Tabela 49- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e II-2.2Económicos)

			II2.2Eco				Total
			2	3	4	5	
AtribPelouro	Presidente Câmara Municipal	Contagem	5	14	5	4	28
		% em AtribPelouro	17,9%	50,0%	17,9%	14,3%	100,0%
		% em II2.2Eco	41,7%	37,8%	12,5%	28,6%	27,2%
		% do Total	4,9%	13,6%	4,9%	3,9%	27,2%
	Vereador Câmara Municipal	Contagem	7	23	35	10	75
		% em AtribPelouro	9,3%	30,7%	46,7%	13,3%	100,0%
		% em II2.2Eco	58,3%	62,2%	87,5%	71,4%	72,8%
		% do Total	6,8%	22,3%	34,0%	9,7%	72,8%
	Total		Contagem	12	37	40	14
		% em AtribPelouro	11,7%	35,9%	38,8%	13,6%	100,0%
		% em II2.2Eco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	11,7%	35,9%	38,8%	13,6%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	7,764 ^a	3	0,051				

Fonte: Elaboração própria

Apesar de nos dois tipos de autarquias, a distribuição maioritária de respostas situar-se nos valores 3 (“nem fácil nem difícil resolução”) e 4 (“difícil resolução”), a ordem de incidência inverte-se. As autarquias com pelouro atribuído ao presidente, têm mais tendência a considerar estes problemas económicos de resolução mediana, ou seja, as autarquias cujo pelouro é atribuído ao presidente creem que os problemas económicos existentes não são fáceis nem difíceis de resolver. As autarquias com pelouro atribuído ao vereador, creem de forma global, que esses problemas económicos são de difícil resolução, e por isso merecem maior atenção. Regista-se uma propensão das autarquias com pelouro atribuído ao vereador, para mostrarem uma apreensão acrescida com a resolução dos problemas económicos dos seus municípios, comparativamente às autarquias com pelouro de turismo atribuído aos presidentes.

A tabela 50 espelha o cruzamento entre a variável AtribPelouro e a variável da característica do património imaterial e cultural (III3PatImaCul). Esta questão, localizada no terceiro capítulo (Turismo e Desenvolvimento), é referente às principais

características relacionadas com a atividade turística que os inquiridos creem que o seu município possui.

Tabela 50- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e III3PatImaCul)

			III3PatImaCul				Total	
			2	3	4	5		
AtribPelouro	Presidente Câmara Municipal	Contagem	0	7	6	15	28	
		% em AtribPelouro	0,0%	25,0%	21,4%	53,6%	100,0%	
		% em III3PatImaCul	0,0%	41,2%	14,0%	36,6%	27,2%	
		% do Total	0,0%	6,8%	5,8%	14,6%	27,2%	
	Vereador Câmara Municipal	Contagem	2	10	37	26	75	
		% em AtribPelouro	2,7%	13,3%	49,3%	34,7%	100,0%	
		% em III3PatImaCul	100,0%	58,8%	86,0%	63,4%	72,8%	
		% do Total	1,9%	9,7%	35,9%	25,2%	72,8%	
	Total		Contagem	2	17	43	41	103
			% em AtribPelouro	1,9%	16,5%	41,7%	39,8%	100,0%
		% em III3PatImaCul	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
		% do Total	1,9%	16,5%	41,7%	39,8%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica					
Qui- quadrado	8,061 ^a	3	0,045					

Fonte: Elaboração própria

Este cruzamento de variáveis apresenta uma associação estatisticamente significativa. As autarquias com pelouro atribuído ao presidente, têm tendência a considerar existir uma maior abundância de património imaterial e cultural (53,6% das suas respostas no valor 5) nos seus municípios, do que as autarquias com pelouro atribuído ao vereador (49,3% das suas respostas no valor 4 e apenas 34,7% no valor 5).

Tabela 51- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e IV3SistTranspAccess)

			IV3SistTranspAccess				Total	
			2	3	4	5		
AtribPelouro	Presidente da Câmara Municipal	Contagem	0	6	18	4	28	
		% em AtribPelouro	0,0%	21,4%	64,3%	14,3%	100,0%	
		% em IV3SistTranspAccess	0,0%	31,6%	40,9%	10,8%	27,2%	
		% do Total	0,0%	5,8%	17,5%	3,9%	27,2%	
	Vereador da Câmara Municipal	Contagem	3	13	26	33	75	
		% em AtribPelouro	4,0%	17,3%	34,7%	44,0%	100,0%	
		% em IV3SistTranspAccess	100,0%	68,4%	59,1%	89,2%	72,8%	
		% do Total	2,9%	12,6%	25,2%	32,0%	72,8%	
	Total		Contagem	3	19	44	37	103
			% em AtribPelouro	2,9%	18,4%	42,7%	35,9%	100,0%
		% em IV3SistTranspAccess	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
		% do Total	2,9%	18,4%	42,7%	35,9%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui- quadrado	10,504 ^a	3	0,015					

Fonte: Elaboração própria

Mantendo a ordem de capítulos do questionário, a análise segue para o quarto capítulo (Turismo e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade). A questão analisada é referente ao grau de importância de alguns indicadores que o turismo deve responder nos municípios. A tabela 51 cruza a mesma variável de atribuição de pelouro com o indicador de sistema de transportes e acessibilidade (IV3SistTransAcess). Estas duas variáveis, têm uma associação estatisticamente significativa entre elas. Como é possível verificar, a atribuição do pelouro de turismo ao vereador, faz com que se altere os resultados na escala de importância. As câmaras que atribuem o pelouro ao vereador, podem verificar uma maioria de respostas no valor 5, que indica uma elevada importância de um sistema de transportes. Por outro lado, as câmaras com pelouro atribuído ao presidente, apresentam uma maioria de respostas no valor 4 (“importante”). A atribuição do pelouro ao vereador, pode elevar o grau de importância dos sistemas de transportes e acessibilidades, como um indicador a que o turismo deve responder no desenvolvimento dos municípios.

Tabela 52- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e IV4DinaComLocal)

			IV4DinaComLocal			Total	
			3	4	5		
AtribPelouro	Presidente da Câmara Municipal	Contagem	2	5	21	28	
		% em AtribPelouro	7,1%	17,9%	75,0%	100,0%	
		% em IV4DinaComLocal	100,0%	17,9%	28,8%	27,2%	
		% do Total	1,9%	4,9%	20,4%	27,2%	
	Vereador da Câmara Municipal	Contagem	0	23	52	75	
		% em AtribPelouro	0,0%	30,7%	69,3%	100,0%	
		% em IV4DinaComLocal	0,0%	82,1%	71,2%	72,8%	
		% do Total	0,0%	22,3%	50,5%	72,8%	
	Total		Contagem	2	28	73	103
			% em AtribPelouro	1,9%	27,2%	70,9%	100,0%
			% em IV4DinaComLocal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
			% do Total	1,9%	27,2%	70,9%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	6,680 ^a	2	0,035				

Fonte: Elaboração própria

A tabela 52 é referente à pergunta seguinte do questionário, que é respeitante às características que os inquiridos valorizam num projeto turístico, tendo em conta o contexto municipal. É respondida através de uma escala de importância e reflete o cruzamento entre a variável AtribPelouro e a variável da característica da dinamização do comércio local (IV4DinaComLocal). Os dados espelhados, refletem de forma contundente a elevada importância da dinamização do comércio local, tanto para as

autarquias que atribuem o pelouro ao presidente (75% das respostas no valor 5) como para as autarquias que atribuem esse pelouro ao vereador (69,3% das respostas no valor 5). **Independentemente da atribuição do pelouro, um projeto turístico no município de cada respondente, tem de uma forma geral, de dinamizar o comércio e a economia local, de forma a contribuir positivamente para o desenvolvimento desse concelho e das suas populações.**

Tabela 53- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AtribPelouro e IV4EnvolvPopProj)

			IV4EnvolvPopProj			Total
			3	4	5	
AtribPelouro	Presidente da Câmara Municipal	Contagem	2	10	16	28
		% em AtribPelouro	7,1%	35,7%	57,1%	100,0%
		% em IV4EnvolvPopProj	100,0%	31,3%	23,2%	27,2%
		% do Total	1,9%	9,7%	15,5%	27,2%
	Vereador da Câmara Municipal	Contagem	0	22	53	75
		% em AtribPelouro	0,0%	29,3%	70,7%	100,0%
		% em IV4EnvolvPopProj	0,0%	68,8%	76,8%	72,8%
		% do Total	0,0%	21,4%	51,5%	72,8%
Total		Contagem	2	32	69	103
		% em AtribPelouro	1,9%	31,1%	67,0%	100,0%
		% em IV4EnvolvPopProj	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,9%	31,1%	67,0%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica			
Qui-quadrado	6,181 ^a	2	0,045			

Fonte: Elaboração própria

Ainda na mesma questão, a Tabela 53 cruza a mesma variável AtribPelouro com a característica do envolvimento da população no projeto turístico (IV4EnvolvPopProj). São variáveis com uma associação estatisticamente significativa. É possível observar que tanto nas autarquias com pelouro atribuído ao presidente, como nas autarquias com pelouro atribuído ao vereador, a maioria das respostas situa-se no valor 5 (“muito importante”), apesar da percentagem no caso de as autarquias com pelouro atribuído ao vereador ser mais contundente (70,7% contra 57,1%). Nenhuma autarquia respondeu no valor 1 ou 2, o que também demonstra a grande importância desta característica. **O envolvimento da população num eventual projeto turístico no município, mostra-se assim uma característica essencial para a generalidade das autarquias situadas em TBD, muito valorizada no âmbito de um projeto turístico.**

Passando para a próxima variável independente, OrgTurCM, irá ser analisado o seu cruzamento com as restantes variáveis, para aferir algumas tendências relevantes. Retorna-se por isso à pergunta 1.2 do segundo capítulo do questionário, sobre a

capacidade de resolução dos problemas ligados aos TBD (exprimidos numa escala de dificuldade). A tabela 54 revela o cruzamento entre a variável OrgTurCM e os problemas geográficos.

Tabela 54- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrgTurCM e II-1.2Geográficos)

			II1.2Geo					Total
			1	2	3	4	5	
OrgTur CM	Empresa Municipal	Contagem	0	0	1	0	0	1
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em II1.2Geo	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,9%
	Departamento específico	Contagem	0	0	1	0	0	1
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em II1.2Geo	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,9%
	Divisão específica	Contagem	0	0	6	3	2	11
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	54,5%	27,3%	18,2%	100,0%
		% em II1.2Geo	0,0%	0,0%	11,3%	12,5%	18,2%	9,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	5,4%	2,7%	1,8%	9,9%
	Gabinete específico	Contagem	0	3	7	5	4	19
		% em OrgTurCM	0,0%	15,8%	36,8%	26,3%	21,1%	100,0%
		% em II1.2Geo	0,0%	14,3%	13,2%	20,8%	36,4%	17,1%
		% do Total	0,0%	2,7%	6,3%	4,5%	3,6%	17,1%
	Departamento conjunto	Contagem	0	6	2	4	2	14
		% em OrgTurCM	0,0%	42,9%	14,3%	28,6%	14,3%	100,0%
		% em II1.2Geo	0,0%	28,6%	3,8%	16,7%	18,2%	12,6%
		% do Total	0,0%	5,4%	1,8%	3,6%	1,8%	12,6%
	Divisão conjunta	Contagem	1	12	34	12	3	62
		% em OrgTurCM	1,6%	19,4%	54,8%	19,4%	4,8%	100,0%
		% em II1.2Geo	50,0%	57,1%	64,2%	50,0%	27,3%	55,9%
		% do Total	0,9%	10,8%	30,6%	10,8%	2,7%	55,9%
Outro tipo	Contagem	1	0	2	0	0	3	
	% em OrgTurCM	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% em II1.2Geo	50,0%	0,0%	3,8%	0,0%	0,0%	2,7%	
	% do Total	0,9%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	2,7%	
Total		Contagem	2	21	53	24	11	111
		% em OrgTurCM	1,8%	18,9%	47,7%	21,6%	9,9%	100,0%
		% em II1.2Geo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,8%	18,9%	47,7%	21,6%	9,9%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	38,064 ^a	24	0,034					

Fonte: Elaboração própria

Este cruzamento demonstra uma associação estatisticamente significativa. Os valores de resposta por tipo de organização, não apresentam linhas de análise promissoras de ilações. A forte incidência de resposta na opção de organização de uma divisão conjunta, dificulta a análise. Existe sim, uma tendência de todos os tipos de organização interna registarem maior incidência percentual de respostas no valor 3 (“nem fácil nem difícil resolução”), assinalados a azul, exceto a forma de organização de departamento

conjunto. Essa forma, apresenta uma maior incidência no valor 2 (“alguma facilidade de resolução”), com 42,9% das respostas. Os problemas geográficos, apesar de estatisticamente associados com a variável, não evidenciam uma presença forte nem dificuldade relevante na sua resolução.

Tabela 55- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrgTurCM e II3MaodeObra)

			II3MaodeObra					Total
			1	2	3	4	5	
OrgTurCM	Empresa Municipal	Contagem	0	0	0	0	1	1
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% em II3MaodeObra	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	0,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,9%
	Departamento específico	Contagem	0	1	0	0	0	1
		% em OrgTurCM	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em II3MaodeObra	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
		% do Total	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
	Divisão específica	Contagem	0	0	4	5	2	11
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	36,4%	45,5%	18,2%	100,0%
		% em II3MaodeObra	0,0%	0,0%	16,0%	9,8%	7,7%	9,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	3,6%	4,5%	1,8%	9,9%
	Gabinete específico	Contagem	2	0	3	9	5	19
		% em OrgTurCM	10,5%	0,0%	15,8%	47,4%	26,3%	100,0%
		% em II3MaodeObra	50,0%	0,0%	12,0%	17,6%	19,2%	17,1%
		% do Total	1,8%	0,0%	2,7%	8,1%	4,5%	17,1%
	Departamento conjunto	Contagem	0	0	1	9	4	14
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	7,1%	64,3%	28,6%	100,0%
		% em II3MaodeObra	0,0%	0,0%	4,0%	17,6%	15,4%	12,6%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,9%	8,1%	3,6%	12,6%
	Divisão conjunta	Contagem	1	4	15	28	14	62
		% em OrgTurCM	1,6%	6,5%	24,2%	45,2%	22,6%	100,0%
		% em II3MaodeObra	25,0%	80,0%	60,0%	54,9%	53,8%	55,9%
		% do Total	0,9%	3,6%	13,5%	25,2%	12,6%	55,9%
Outra opção	Contagem	1	0	2	0	0	3	
	% em OrgTurCM	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% em II3MaodeObra	25,0%	0,0%	8,0%	0,0%	0,0%	2,7%	
	% do Total	0,9%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	2,7%	
Total	Contagem	4	5	25	51	26	111	
	% em OrgTurCM	3,6%	4,5%	22,5%	45,9%	23,4%	100,0%	
	% em II3MaodeObra	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	3,6%	4,5%	22,5%	45,9%	23,4%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	47,534 ^a	24	0,003					

Fonte: Elaboração própria

A questão 3 do segundo capítulo, está versada numa escala de concordância e incide sobre as principais características que os TBD revelam. A análise da tabela 55 incide sobre o cruzamento das variáveis OrgTurCM e de falta de mão-de-obra qualificada (II3MaodeObra). Analisando apenas as formas de organização do turismo com mais de dez respostas, é perceptível uma elevada incidência de respostas no valor 4 (“concordo parcialmente”). A divisão específica, o gabinete específico, o departamento conjunto e a divisão conjunta, apresentam todas acima de 45% das respostas neste valor. As autarquias presentes no estudo, reconhecem globalmente a falta de mão de obra qualificada nos TBD, que atinge todos os setores de atividade.

Tabela 56- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrgTurCM e III4Gastronomia)

			III4Gastronomia				Total
			2	3	4	5	
OrgTurCM	Empresa Municipal	Contagem	1	0	0	0	1
		% em OrgTurCM	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em III4Gastronomia	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
		% do Total	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
	Departamento específico	Contagem	0	0	1	0	1
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
		% em III4Gastronomia	0,0%	0,0%	2,6%	0,0%	0,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,9%
	Divisão específica	Contagem	0	0	3	8	11
		% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	27,3%	72,7%	100,0%
		% em III4Gastronomia	0,0%	0,0%	7,7%	15,7%	9,9%
		% do Total	0,0%	0,0%	2,7%	7,2%	9,9%
	Gabinete específico	Contagem	0	3	5	11	19
		% em OrgTurCM	0,0%	15,8%	26,3%	57,9%	100,0%
		% em III4Gastronomia	0,0%	17,6%	12,8%	21,6%	17,1%
		% do Total	0,0%	2,7%	4,5%	9,9%	17,1%
	Departamento conjunto	Contagem	1	3	6	4	14
		% em OrgTurCM	7,1%	21,4%	42,9%	28,6%	100,0%
		% em III4Gastronomia	25,0%	17,6%	15,4%	7,8%	12,6%
		% do Total	0,9%	2,7%	5,4%	3,6%	12,6%
	Divisão conjunta	Contagem	2	11	22	27	62
		% em OrgTurCM	3,2%	17,7%	35,5%	43,5%	100,0%
		% em III4Gastronomia	50,0%	64,7%	56,4%	52,9%	55,9%
		% do Total	1,8%	9,9%	19,8%	24,3%	55,9%
Outra opção	Contagem	0	0	2	1	3	
	% em OrgTurCM	0,0%	0,0%	66,7%	33,3%	100,0%	
	% em III4Gastronomia	0,0%	0,0%	5,1%	2,0%	2,7%	
	% do Total	0,0%	0,0%	1,8%	0,9%	2,7%	
Total		Contagem	4	17	39	51	111
		% em OrgTurCM	3,6%	15,3%	35,1%	45,9%	100,0%
		% em III4Gastronomia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	3,6%	15,3%	35,1%	45,9%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	38,135 ^a	18	0,004				

Fonte: Elaboração própria

Passando para o terceiro capítulo, a questão 4 incide sobre as principais características que os municípios possuem para a atividade turística, expressa numa escala de qualidade. A tabela 56, espelha o cruzamento entre a variável OrgTurCM e a variável da característica da gastronomia (III4Gastronomia). A associação entre elas é estatisticamente significativa. De um modo geral, todas as autarquias consideram que a sua gastronomia é de muita qualidade, com destaque para as autarquias que organizam o turismo por divisão específica e gabinete específico, cujas respostas no valor 5 (“muita qualidade”), foram de 72,7% e de 57,9%, respetivamente. É notória uma perceção global de que os municípios TBD têm uma gastronomia de qualidade e presente.

Passando para a última variável desta secção, AreaTur, é apresentada a tabela 57. Este cruzamento de variáveis é referente à pergunta 2.1 do segundo capítulo, que questiona aos inquiridos, a gravidade (respondida numa escala de gravidade) dos problemas enunciados nos seus municípios. O cruzamento da variável AreaTur com o tipo de problemas económicos (II-2.1Eco) está versado na tabela 57 e gerou uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis. Não existindo respostas no valor 1, a grande maioria das autarquias, independentemente da área conjunta ao turismo, apresenta um elevado número de respostas no valor 4 (“grave”).

As autarquias que juntam o turismo à juventude e desporto representam 8% das respostas, mas 10,8% das respostas no valor 4, registando uma ligeira tendência para o valor 4 (“grave”). Do outro lado do espectro, as autarquias que unem a ação social, educação e saúde ao turismo, evidenciam uma incidência elevada de resposta no valor 2 (“muito pouco grave”), registando até 44,4% do total de respostas (apesar da curta amostra) registado nesse valor. Isso demonstra que essas autarquias não identificam grandes problemas económicos no seu território.

Tabela 57- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (AreaTur e II-2.1Económicos)

			II2.1Eco				Total
			2	3	4	5	
AreaTur	Cultura e Património	Contagem	3	11	17	1	32
		% em AreaTur	9,4%	34,4%	53,1%	3,1%	100,0%
		% em II2.1Eco	33,3%	45,8%	45,9%	20,0%	42,7%
		% do Total	4,0%	14,7%	22,7%	1,3%	42,7%
	Desenvolvimento económico	Contagem	2	4	3	0	9
		% em AreaTur	22,2%	44,4%	33,3%	0,0%	100,0%
		% em II2.1Eco	22,2%	16,7%	8,1%	0,0%	12,0%
		% do Total	2,7%	5,3%	4,0%	0,0%	12,0%
	Cultura e Desporto	Contagem	0	1	2	2	5
		% em AreaTur	0,0%	20,0%	40,0%	40,0%	100,0%
		% em II2.1Eco	0,0%	4,2%	5,4%	40,0%	6,7%
		% do Total	0,0%	1,3%	2,7%	2,7%	6,7%
	Planeamento e Desenvolvimento	Contagem	0	4	2	0	6
		% em AreaTur	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%	100,0%
		% em II2.1Eco	0,0%	16,7%	5,4%	0,0%	8,0%
		% do Total	0,0%	5,3%	2,7%	0,0%	8,0%
	Juventude e Desporto	Contagem	0	2	4	0	6
		% em AreaTur	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%	100,0%
		% em II2.1Eco	0,0%	8,3%	10,8%	0,0%	8,0%
		% do Total	0,0%	2,7%	5,3%	0,0%	8,0%
	Ação Social, Saúde e Educação	Contagem	4	1	3	1	9
		% em AreaTur	44,4%	11,1%	33,3%	11,1%	100,0%
		% em II2.1Eco	44,4%	4,2%	8,1%	20,0%	12,0%
		% do Total	5,3%	1,3%	4,0%	1,3%	12,0%
	Urbanismo e Ambiente	Contagem	0	0	4	0	4
		% em AreaTur	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
		% em II2.1Eco	0,0%	0,0%	10,8%	0,0%	5,3%
		% do Total	0,0%	0,0%	5,3%	0,0%	5,3%
	Comunicação e Imagem	Contagem	0	1	2	1	4
		% em AreaTur	0,0%	25,0%	50,0%	25,0%	100,0%
		% em II2.1Eco	0,0%	4,2%	5,4%	20,0%	5,3%
		% do Total	0,0%	1,3%	2,7%	1,3%	5,3%
Total		Contagem	9	24	37	5	75
		% em AreaTur	12,0%	32,0%	49,3%	6,7%	100,0%
		% em II2.1Eco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	12,0%	32,0%	49,3%	6,7%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	34,164 ^a	21	0,035				

Fonte: Elaboração própria

6.3.2 Recursos Humanos das Câmaras Municipais

A segunda secção da análise por cruzamento de variáveis, tem por objetivo analisar os indicadores ligados aos recursos humanos das autarquias, e de que forma essas variáveis impactam as respostas dadas. Iniciando a análise pela variável PessoalTur (existência de pessoal formado em Turismo), é apresentada a tabela 58.

Tabela 58- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II-1.1Geográficos)

			II1.1Geo					Total
			1	2	3	4	5	
PessoalTur	Não	Contagem	0	3	7	1	4	15
		% em PessoalTur	0,0%	20,0%	46,7%	6,7%	26,7%	100,0%
		% em II1.1Geo	0,0%	17,6%	14,9%	3,1%	57,1%	13,6%
		% do Total	0,0%	2,7%	6,4%	0,9%	3,6%	13,6%
	Sim	Contagem	7	14	40	31	3	95
		% em PessoalTur	7,4%	14,7%	42,1%	32,6%	3,2%	100,0%
		% em II1.1Geo	100,0%	82,4%	85,1%	96,9%	42,9%	86,4%
		% do Total	6,4%	12,7%	36,4%	28,2%	2,7%	86,4%
Total		Contagem	7	17	47	32	7	110
		% em PessoalTur	6,4%	15,5%	42,7%	29,1%	6,4%	100,0%
		% em II1.1Geo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	6,4%	15,5%	42,7%	29,1%	6,4%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	15,653 ^a	4	0,004					

Fonte: Elaboração própria

Este cruzamento de variáveis, incide sobre a gravidade dos tipos de problemas que assolam os TBD (a segunda questão do segundo capítulo do questionário) e mostra o tipo de problema geográfico (II-1.1Geo). Estas duas variáveis, apresentam associações estatisticamente significativas entre elas. Na distribuição das respostas, 86,4% das mesmas proveem de concelhos que possuem trabalhadores formados em turismo, e 13,6% das proveem de concelhos que não têm trabalhadores formados em turismo. No entanto, no reconhecimento da gravidade dos problemas existe uma diferença significativa. No que respeita o valor 4 (“grave”), os municípios com trabalhadores formados apresentam 96,9% do total das respostas. Mas no que diz respeito ao valor 5 (“extremamente grave”), apesar do número de respostas ser bastante menor, os concelhos sem trabalhadores formados em turismo apresentam 57,1% das respostas, contra 42,9% dos outros concelhos. Esta observação mostra que existe uma perceção ligeiramente gravosa dos problemas geográficos nos TBD por parte dos concelhos com trabalhadores formados em turismo, do que os concelhos sem essa qualificação no seu pessoal.

O cruzamento das variáveis PessoalTur e tipos de problemas sociais (II-1.2Soc), apresentou também resultados que devem ser estudados está apresentada na tabela 59. Esta análise incide sobre a pergunta seguinte, que expressa capacidade dos TBD em

resolver os problemas existentes (respondida numa escala de dificuldade). O valor do teste qui-quadrado permite afirmar com elevada certeza de que as associações entre estas variáveis são estatisticamente significativas.

Tabela 59- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II-1.2Soc)

			II1.2Soc					Total
			1	2	3	4	5	
PessoalTur	Não	Contagem	1	0	3	7	4	15
		% em PessoalTur	6,7%	0,0%	20,0%	46,7%	26,7%	100,0%
		% em II1.2Soc	50,0%	0,0%	6,8%	15,6%	50,0%	13,6%
		% do Total	0,9%	0,0%	2,7%	6,4%	3,6%	13,6%
	Sim	Contagem	1	11	41	38	4	95
		% em PessoalTur	1,1%	11,6%	43,2%	40,0%	4,2%	100,0%
% em II1.2Soc		50,0%	100,0%	93,2%	84,4%	50,0%	86,4%	
		% do Total	0,9%	10,0%	37,3%	34,5%	3,6%	86,4%
Total		Contagem	2	11	44	45	8	110
		% em PessoalTur	1,8%	10,0%	40,0%	40,9%	7,3%	100,0%
		% em II1.2Soc	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,8%	10,0%	40,0%	40,9%	7,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	14,842 ^a	4	0,005					

Fonte: Elaboração própria

As autarquias com pessoal formado em turismo, apresentam o maior número de respostas no valor 3 (“nem fácil nem difícil”) com 43,2% das respostas. As autarquias sem pessoal formado em turismo, apresentam o maior número de respostas no valor 4 (“difícil resolução”) com 46,7% das suas respostas. A tendência registada anteriormente, volta-se a verificar com a divisão exata do número de respostas no valor 5 (“muito difícil resolução”), apesar da grande diferença de amostras entre os dois tipos de autarquia. As câmaras municipais sem trabalhadores formados em turismo, tornam a apresentar uma perspetiva de maior dificuldade, desta vez com a capacidade de resolução de problemas dos TBD. As autarquias com pessoal formado em turismo, também reconhecem problemas, mas com uma perspetiva de menor dificuldade de resolução dos mesmos.

Voltando à gravidade dos problemas, desta vez aplicado apenas aos municípios dos inquiridos, a tabela 60 apresenta dados importantes. Este cruzamento de variáveis apresentado demonstra uma associação estatisticamente significativa entre a variável PessoalTur e os tipos de problemas sociais em termos de gravidade (II-2.1Soc).

Tabela 60- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II-2.1Sociais)

			II2.1Soc					Total
			1	2	3	4	5	
Pessoal Tur	Não	Contagem	1	2	3	6	3	15
		% em PessoalTur	6,7%	13,3%	20,0%	40,0%	20,0%	100,0%
		% em II2.1Soc	50,0%	8,0%	7,5%	16,7%	42,9%	13,6%
		% do Total	0,9%	1,8%	2,7%	5,5%	2,7%	13,6%
	Sim	Contagem	1	23	37	30	4	95
		% em PessoalTur	1,1%	24,2%	38,9%	31,6%	4,2%	100,0%
		% em II2.1Soc	50,0%	92,0%	92,5%	83,3%	57,1%	86,4%
		% do Total	0,9%	20,9%	33,6%	27,3%	3,6%	86,4%
Total		Contagem	2	25	40	36	7	110
		% em PessoalTur	1,8%	22,7%	36,4%	32,7%	6,4%	100,0%
		% em II2.1Soc	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,8%	22,7%	36,4%	32,7%	6,4%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	9,555 ^a	4	0,049					

Fonte: Elaboração própria

Como é possível verificar, as câmaras que não têm pessoal formado em turismo, respondem com mais incidência no valor 4 (“grave”) com 40% das respostas. No caso das autarquias que têm pessoal formado em turismo, não observam tanta gravidade, apresentando a maioria das respostas no valor 3 (“média gravidade”). Mesmo no valor 5 (“extremamente grave”) as percentagens revelam isso mesmo, as autarquias sem esses trabalhadores apresentam 20% das suas respostas contra 4,2% das autarquias com pessoal formado em turismo.

A tendência volta a repetir-se, desta vez ligado aos municípios- **as autarquias com trabalhadores qualificados em turismo, tendem a não reconhecer tanta gravidade nos problemas, comparativamente às autarquias sem esse corpo de trabalhadores.** Desta vez, esta tendência verifica-se nos problemas sociais.

A tabela seguinte é referente à questão 4 do segundo capítulo que incide sobre as soluções consideradas mais importantes para os TBD. A variável dessa questão presente na tabela 61, é a solução da melhoria das universidades e escolas especializadas, ou criação de novas (II4UnivEscolas).

Tabela 61- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e II4UnivEscolas)

			II4UnivEscolas				Total
			2	3	4	5	
PessoalTur	Não	Contagem	2	2	9	2	15
		% em PessoalTur	13,3%	13,3%	60,0%	13,3%	100,0%
		% em II4UnivEscolas	66,7%	9,5%	22,5%	4,3%	13,6%
		% do Total	1,8%	1,8%	8,2%	1,8%	13,6%
	Sim	Contagem	1	19	31	44	95
		% em PessoalTur	1,1%	20,0%	32,6%	46,3%	100,0%
		% em II4UnivEscolas	33,3%	90,5%	77,5%	95,7%	86,4%
		% do Total	0,9%	17,3%	28,2%	40,0%	86,4%
Total		Contagem	3	21	40	46	110
		% em PessoalTur	2,7%	19,1%	36,4%	41,8%	100,0%
		% em II4UnivEscolas	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	2,7%	19,1%	36,4%	41,8%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	13,504 ^a	3	0,004				

Fonte: Elaboração própria

Este cruzamento de variáveis, revela que existe entre elas uma associação estatisticamente significativa. É observável a diferença de respostas entre as autarquias que têm pessoal formado em turismo e as que não têm. Os municípios com pessoal formado em turismo, respondem de forma bastante incidente no valor 5 (“concordo totalmente”) e de forma menos incidente no valor 1 (“não concordo”), e o contrário acontece nos municípios sem pessoal formado em turismo. Isto mostra que **para os municípios com pessoal formado em turismo, a solução de melhorar e/ou criar universidades e escolas especializadas nos TBD é mais consensual do que para os municípios sem esse pessoal formado.** Esta análise espelha a própria ação das câmaras na sua contratação ou não de pessoal formado em turismo.

De seguida, é analisado o cruzamento de variáveis entre a variável PessoalTur e a variável da característica da gastronomia típica e reconhecida (III3Gastronomia), a tabela 62. Esta questão do terceiro capítulo do questionário, diz respeito às principais características que os municípios apresentam para a atividade turística, expressa numa escala de abundância. São variáveis que apresentam uma associação estatisticamente significativa, e apresentam algumas diferenças nas respostas.

Tabela 62- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e III3Gastronomia)

			III3Gastronomia				Total
			2	3	4	5	
PessoalTur	Não	Contagem	3	4	4	4	15
		% em PessoalTur	20,0%	26,7%	26,7%	26,7%	100,0%
		% em III3Gastronomia	60,0%	19,0%	10,0%	9,1%	13,6%
		% do Total	2,7%	3,6%	3,6%	3,6%	13,6%
	Sim	Contagem	2	17	36	40	95
		% em PessoalTur	2,1%	17,9%	37,9%	42,1%	100,0%
		% em III3Gastronomia	40,0%	81,0%	90,0%	90,9%	86,4%
		% do Total	1,8%	15,5%	32,7%	36,4%	86,4%
Total		Contagem	5	21	40	44	110
		% em PessoalTur	4,5%	19,1%	36,4%	40,0%	100,0%
		% em III3Gastronomia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	4,5%	19,1%	36,4%	40,0%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	10,870 ^a	3	0,012				

Fonte: Elaboração própria

As autarquias com pessoal formado em turismo, apresentam o maior valor de resposta no valor 5 (“muito abundante”) com 42,1% das respostas. Já as autarquias sem pessoal formado em turismo, apresentam uma distribuição igual entre os valores 3, 4 e 5 (26,7% das respostas).

Apesar da pequena amostra, é possível identificar que nesses concelhos não há um pendor sobre a abundância de uma gastronomia típica e reconhecida. Nos concelhos com pessoal formado em turismo, existe esse pendor de opinião, inclinado para a elevada abundância dessa gastronomia, como demonstrado nos valores de resposta elevados na escala. A gastronomia típica e reconhecida apresenta-se como um fator fundamental para a prática da atividade turística de forma consistente.

A tabela 63 retrata o cruzamento da variável PessoalTur e novamente, da variável III4Gastronomia, desta vez na questão 4. Nesta questão, direciona-se o foco para a qualidade dessas mesmas características importantes para a atividade turística (respondida numa escala de qualidade). Estas variáveis têm também uma associação estatisticamente significativa.

Tabela 63- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (PessoalTur e III4Gastronomia)

			III4Gastronomia				Total
			2	3	4	5	
PessoalTur	Não	Contagem	3	2	7	3	15
		% em PessoalTur	20,0%	13,3%	46,7%	20,0%	100,0%
		% em III4Gastronomia	75,0%	11,8%	18,9%	5,8%	13,6%
		% do Total	2,7%	1,8%	6,4%	2,7%	13,6%
	Sim	Contagem	1	15	30	49	95
		% em PessoalTur	1,1%	15,8%	31,6%	51,6%	100,0%
		% em III4Gastronomia	25,0%	88,2%	81,1%	94,2%	86,4%
		% do Total	0,9%	13,6%	27,3%	44,5%	86,4%
Total		Contagem	4	17	37	52	110
		% em PessoalTur	3,6%	15,5%	33,6%	47,3%	100,0%
		% em III4Gastronomia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	3,6%	15,5%	33,6%	47,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	16,450 ^a	3	0,001				

Fonte: Elaboração própria

Apesar da variável dependente ser a mesma da tabela anterior, a análise já não é similar. É verificável uma diferença significativa de respostas, entre as autarquias com pessoal formado em turismo e as que não têm pessoal formado em turismo. 51,6% das respostas das autarquias com pessoal formado em turismo foram no valor 5 (“muita qualidade”), comparado com apenas 20% das autarquias sem esse pessoal formado. Apesar da diferença de amostras ser muito grande, as autarquias sem pessoal formado tiveram mais respostas no valor 2 (“pouca qualidade”) com 75% do total do que as autarquias com pessoal formado, com 25%. **Isto mostra que as autarquias com pessoal formado em turismo, apresentam uma opinião sobre a sua própria gastronomia muito mais positiva do que as restantes autarquias.** Apesar de ser uma amostra pequena, das autarquias sem pessoal formado em turismo, é possível afirmar que não têm uma perceção tão positiva quanto à sua própria gastronomia como as autarquias com trabalhadores formados em turismo nos seus quadros. No que concerne ao cruzamento de variáveis, a variável independente FormacaoPessoal (Número de trabalhadores formados em turismo) não apresentou dados passíveis de incluir nesta parte da análise.

6.3.3 Investimento em Turismo

Esta secção do capítulo de cruzamento de variáveis irá ser direcionada para perceber as relações entre a variável independente OrcCMTur- % do orçamento municipal dedicado ao Turismo- e as restantes variáveis presentes nas respostas do questionário. Começando pela primeira questão do capítulo II do questionário (II-1), em que é pedida uma avaliação (transcrita numa escala de importância) sobre a importância dos TBD para o desenvolvimento em Portugal, é possível observar na tabela 64 que não existe uma associação estatística significativa entre essas duas variáveis. À medida que a variável da percentagem do orçamento dedicado ao turismo aumenta, existe uma tendência crescente de resposta no valor 5 (“muito importante”) da pergunta 1 do capítulo II. Ou seja, as autarquias que utilizam uma maior fatia do orçamento municipal para o turismo, têm uma ligeira tendência em crer que os TBD são muito importantes no desenvolvimento de Portugal.

Tabela 64- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (Orç.CMTur e II-1)

		II-1			Total	
		3	4	5		
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	0	17	21	38
		% em Orç.CMTur	0,0%	44,7%	55,3%	100,0%
		% em II1	0,0%	41,5%	30,4%	33,9%
		% do Total	0,0%	15,2%	18,8%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	2	16	16	34
		% em Orç.CMTur	5,9%	47,1%	47,1%	100,0%
		% em II1	100,0%	39,0%	23,2%	30,4%
		% do Total	1,8%	14,3%	14,3%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	0	6	19	25
		% em Orç.CMTur	0,0%	24,0%	76,0%	100,0%
		% em II1	0,0%	14,6%	27,5%	22,3%
		% do Total	0,0%	5,4%	17,0%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	0	1	6	7
		% em Orç.CMTur	0,0%	14,3%	85,7%	100,0%
		% em II1	0,0%	2,4%	8,7%	6,3%
		% do Total	0,0%	0,9%	5,4%	6,3%
Entre 20 e 25%	Contagem	0	1	7	8	
	% em Orç.CMTur	0,0%	12,5%	87,5%	100,0%	
	% em II1	0,0%	2,4%	10,1%	7,1%	
	% do Total	0,0%	0,9%	6,3%	7,1%	
Total		Contagem	2	41	69	112
		% em Orç.CMTur	1,8%	36,6%	61,6%	100,0%
		% em II1	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,8%	36,6%	61,6%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Qui-quadrado	13,385 ^a	8	0,099			

Fonte: Elaboração própria

O cruzamento entre a variável OrçCMTur com os tipos de problemas culturais (II-1.2Cul) da pergunta 1.2 do segundo capítulo do questionário, apresenta também uma associação estatisticamente significativa de elevada certeza. Os dados apresentados na tabela 65, apresentam uma distribuição de respostas entre as duas variáveis, bastante homogênea, tendo em conta a situação. Só as autarquias que dedicam 15% ou menos do seu orçamento ao turismo, é que deram respostas no valor 5 (“muito difícil resolução”). As câmaras municipais que utilizam menos de 5%, entre 10 e 15% e entre 20 e 25% do orçamento no turismo, têm maior incidência de resposta no valor 3 (“nem fácil nem difícil resolução”), que representa 48,2% do total de respostas. Por parte de todas as câmaras, existe uma ligeira tendência de crer ser um tipo de problema algo fácil de resolver, ou pelo menos não difícil. A questão seguinte diz respeito exatamente aos mesmos temas que a questão 1.1, mas direcionada ao território dos municípios dos respondentes.

Tabela 65- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II-1.2Culturais)

			II1.2Cul					Total
			1	2	3	4	5	
Orç.CM Tur	Inferior a 5%	Contagem	0	6	23	6	3	38
		% em Orç.CMTur	0,0%	15,8%	60,5%	15,8%	7,9%	100,0%
		% em II1.2Cul	0,0%	21,4%	42,6%	30,0%	60,0%	33,9%
		% do Total	0,0%	5,4%	20,5%	5,4%	2,7%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	2	16	12	3	1	34
		% em Orç.CMTur	5,9%	47,1%	35,3%	8,8%	2,9%	100,0%
		% em II1.2Cul	40,0%	57,1%	22,2%	15,0%	20,0%	30,4%
		% do Total	1,8%	14,3%	10,7%	2,7%	0,9%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	2	3	14	5	1	25
		% em Orç.CMTur	8,0%	12,0%	56,0%	20,0%	4,0%	100,0%
		% em II1.2Cul	40,0%	10,7%	25,9%	25,0%	20,0%	22,3%
		% do Total	1,8%	2,7%	12,5%	4,5%	0,9%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	0	0	2	5	0	7
		% em Orç.CMTur	0,0%	0,0%	28,6%	71,4%	0,0%	100,0%
		% em II1.2Cul	0,0%	0,0%	3,7%	25,0%	0,0%	6,3%
		% do Total	0,0%	0,0%	1,8%	4,5%	0,0%	6,3%
	Entre 20 e 25%	Contagem	1	3	3	1	0	8
		% em Orç.CMTur	12,5%	37,5%	37,5%	12,5%	0,0%	100,0%
		% em II1.2Cul	20,0%	10,7%	5,6%	5,0%	0,0%	7,1%
		% do Total	0,9%	2,7%	2,7%	0,9%	0,0%	7,1%
Total		Contagem	5	28	54	20	5	112
		% em Orç.CMTur	4,5%	25,0%	48,2%	17,9%	4,5%	100,0%
		% em II1.2Cul	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	4,5%	25,0%	48,2%	17,9%	4,5%	100,0%
	Valor	df	Significância					
Qui-quadrado	34,251 ^a	16	0,005					

Fonte: Elaboração própria

Tabela 66- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II-2.1Económicos)

			II.2.1Eco				Total
			2	3	4	5	
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	2	10	22	4	38
		% em Orç.CMTur	5,3%	26,3%	57,9%	10,5%	100,0%
		% em II.2.1Eco	13,3%	29,4%	42,3%	36,4%	33,9%
		% do Total	1,8%	8,9%	19,6%	3,6%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	6	8	17	3	34
		% em Orç.CMTur	17,6%	23,5%	50,0%	8,8%	100,0%
		% em II.2.1Eco	40,0%	23,5%	32,7%	27,3%	30,4%
		% do Total	5,4%	7,1%	15,2%	2,7%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	1	12	9	3	25
		% em Orç.CMTur	4,0%	48,0%	36,0%	12,0%	100,0%
		% em II.2.1Eco	6,7%	35,3%	17,3%	27,3%	22,3%
		% do Total	0,9%	10,7%	8,0%	2,7%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	4	0	3	0	7
		% em Orç.CMTur	57,1%	0,0%	42,9%	0,0%	100,0%
		% em II.2.1Eco	26,7%	0,0%	5,8%	0,0%	6,3%
		% do Total	3,6%	0,0%	2,7%	0,0%	6,3%
Entre 20 e 25%	Contagem	2	4	1	1	8	
	% em Orç.CMTur	25,0%	50,0%	12,5%	12,5%	100,0%	
	% em II.2.1Eco	13,3%	11,8%	1,9%	9,1%	7,1%	
	% do Total	1,8%	3,6%	0,9%	0,9%	7,1%	
Total		Contagem	15	34	52	11	112
		% em Orç.CMTur	13,4%	30,4%	46,4%	9,8%	100,0%
		% em II.2.1Eco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	13,4%	30,4%	46,4%	9,8%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	25,901 ^a	12	0,011				

Fonte: Elaboração própria

Na pergunta 2.1 do mesmo capítulo referente à gravidade dos problemas (relacionados apenas com os municípios), é possível verificar uma associação estatisticamente significativa entre a variável OrçCMTur e os tipos de problemas económicos em termos de gravidade (II-2.1Eco). Existe uma tendência muito relevante registada na tabela 66- As autarquias que investem 10% ou menos do orçamento no turismo, mostram grande inclinação em considerar de elevada gravidade os problemas económicos no seu município. As autarquias que dedicam 5% ou menos do orçamento registam 57,9% das suas respostas no valor 4 (“grave”) e as autarquias que dedicam entre 5 e 10% do orçamento registam 50% das suas respostas nesse valor. As restantes câmaras municipais que dedicam maior percentagem do orçamento ao turismo, incidem mais respostas no valor 3 ou 2. É de alguma forma curioso, o facto das autarquias que investem uma menor percentagem do orçamento no turismo, terem mais sensibilidade em afirmar que existe uma maior gravidade de problemas económicos no seu

município. As autarquias que investem maior percentagem do seu orçamento no turismo, demonstram exatamente o contrário, apesar da amostra relativamente curta.

Tabela 67- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II4CapInvestimento)

			II4CapInvestimento			Total
			3	4	5	
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	2	16	20	38
		% em Orç.CMTur	5,3%	42,1%	52,6%	100,0%
		% em II4CapInvestimento	33,3%	42,1%	29,4%	33,9%
		% do Total	1,8%	14,3%	17,9%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	4	9	21	34
		% em Orç.CMTur	11,8%	26,5%	61,8%	100,0%
		% em II4CapInvestimento	66,7%	23,7%	30,9%	30,4%
		% do Total	3,6%	8,0%	18,8%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	0	7	18	25
		% em Orç.CMTur	0,0%	28,0%	72,0%	100,0%
		% em II4CapInvestimento	0,0%	18,4%	26,5%	22,3%
		% do Total	0,0%	6,3%	16,1%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	0	0	7	7
		% em Orç.CMTur	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% em II4CapInvestimento	0,0%	0,0%	10,3%	6,3%
		% do Total	0,0%	0,0%	6,3%	6,3%
Entre 20 e 25%	Contagem	0	6	2	8	
	% em Orç.CMTur	0,0%	75,0%	25,0%	100,0%	
	% em II4CapInvestimento	0,0%	15,8%	2,9%	7,1%	
	% do Total	0,0%	5,4%	1,8%	7,1%	
Total		Contagem	6	38	68	112
		% em Orç.CMTur	5,4%	33,9%	60,7%	100,0%
		% em II4CapInvestimento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	5,4%	33,9%	60,7%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Qui-quadrado	17,066 ^a	8	0,029			

Fonte: Elaboração própria

A tabela 67, demonstra o cruzamento das variáveis OrçCMTur e a solução de captação assertiva de investimento (II4CapInvestimento), alusiva à pergunta 4 do segundo capítulo sobre as soluções mais importantes para os problemas dos TBD. É de salientar que **nenhuma autarquia discorda com a solução de captação de investimento**, dada a inexistência de respostas nos valores 1 e 2, e em algumas opções de resposta, até no valor 3 (“não concordo nem discordo”). Uma grande maioria das autarquias que dedica até 20% do orçamento ao turismo, concorda totalmente com esta solução, com um mínimo de 52,6% das suas respostas, no caso das autarquias que dedicam menos 5% do orçamento. Apenas os municípios que dedicam entre 20 e 25% do orçamento ao turismo é que não apresentaram a maioria das suas respostas no valor 5. Contudo, não deixa de ser assinalável, o grande consenso abrangido por esta solução

considerada de elevada importância. A tabela seguinte, aborda a mesma questão, todavia, direcionada apenas a soluções para o município de cada inquirido.

Tabela 68- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e II4.1ApoioHabitacao)

			II4.1ApoioHabitacao				Total
			2	3	4	5	
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	0	12	12	14	38
		% em Orç.CMTur	0,0%	31,6%	31,6%	36,8%	100,0%
		% em II4.1ApoioHabitacao	0,0%	66,7%	30,8%	26,4%	33,9%
		% do Total	0,0%	10,7%	10,7%	12,5%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	2	2	13	17	34
		% em Orç.CMTur	5,9%	5,9%	38,2%	50,0%	100,0%
		% em II4.1ApoioHabitacao	100,0%	11,1%	33,3%	32,1%	30,4%
		% do Total	1,8%	1,8%	11,6%	15,2%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	0	2	9	14	25
		% em Orç.CMTur	0,0%	8,0%	36,0%	56,0%	100,0%
		% em II4.1ApoioHabitacao	0,0%	11,1%	23,1%	26,4%	22,3%
		% do Total	0,0%	1,8%	8,0%	12,5%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	0	1	0	6	7
		% em Orç.CMTur	0,0%	14,3%	0,0%	85,7%	100,0%
		% em II4.1ApoioHabitacao	0,0%	5,6%	0,0%	11,3%	6,3%
		% do Total	0,0%	0,9%	0,0%	5,4%	6,3%
Entre 20 e 25%	Contagem	0	1	5	2	8	
	% em Orç.CMTur	0,0%	12,5%	62,5%	25,0%	100,0%	
	% em II4.1ApoioHabitacao	0,0%	5,6%	12,8%	3,8%	7,1%	
	% do Total	0,0%	0,9%	4,5%	1,8%	7,1%	
Total		Contagem	2	18	39	53	112
		% em Orç.CMTur	1,8%	16,1%	34,8%	47,3%	100,0%
		% em II4.1ApoioHabitacao	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,8%	16,1%	34,8%	47,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	22,352 ^a	12	0,034				

Fonte: Elaboração própria

A tabela 68 espelha o cruzamento entre a variável OrçCMTur e a variável da solução de apoios económicos à habitação (II4.1ApoioHabitacao). Os dados vertidos, evidenciam uma elevada incidência de respostas no valor 5 (“concordo totalmente”) por parte das autarquias, especialmente as que dedicam 20% ou menos do orçamento ao turismo. Apenas as autarquias que dedicam entre 20 e 25% apresentam uma maior incidência de resposta no valor 4 (“concordo parcialmente”). O cruzamento destas variáveis, gera uma associação estatisticamente significativa. Pode-se afirmar que as autarquias que dedicam 20% ou menos do orçamento municipal ao turismo, consideram que o apoio económico à habitação é uma solução consensual no quadro dos municípios TBD, e importante para o desenvolvimento dos seus territórios.

Tabela 69- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e III3EquipTurísticos)

			III3EquipTurísticos				Total
			2	3	4	5	
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	6	18	11	3	38
		% em Orç.CMTur	15,8%	47,4%	28,9%	7,9%	100,0%
		% em III3EquipTurísticos	85,7%	36,7%	27,5%	18,8%	33,9%
		% do Total	5,4%	16,1%	9,8%	2,7%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	1	18	10	5	34
		% em Orç.CMTur	2,9%	52,9%	29,4%	14,7%	100,0%
		% em III3EquipTurísticos	14,3%	36,7%	25,0%	31,3%	30,4%
		% do Total	0,9%	16,1%	8,9%	4,5%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	0	10	10	5	25
		% em Orç.CMTur	0,0%	40,0%	40,0%	20,0%	100,0%
		% em III3EquipTurísticos	0,0%	20,4%	25,0%	31,3%	22,3%
		% do Total	0,0%	8,9%	8,9%	4,5%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	0	1	3	3	7
		% em Orç.CMTur	0,0%	14,3%	42,9%	42,9%	100,0%
		% em III3EquipTurísticos	0,0%	2,0%	7,5%	18,8%	6,3%
		% do Total	0,0%	0,9%	2,7%	2,7%	6,3%
	Entre 20 e 25%	Contagem	0	2	6	0	8
		% em Orç.CMTur	0,0%	25,0%	75,0%	0,0%	100,0%
		% em III3EquipTurísticos	0,0%	4,1%	15,0%	0,0%	7,1%
		% do Total	0,0%	1,8%	5,4%	0,0%	7,1%
Total		Contagem	7	49	40	16	112
		% em Orç.CMTur	6,3%	43,8%	35,7%	14,3%	100,0%
		% em III3EquipTurísticos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	6,3%	43,8%	35,7%	14,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	22,867 ^a	12	0,029				

Fonte: Elaboração própria

Acima está a tabela 69, indicativa do cruzamento entre a variável OrçCMTur e a variável da característica dos equipamentos turísticos (III3EquipTurísticos), referente às principais características que os municípios possuem para a atividade turística, expressa numa escala de abundância. São variáveis que apresentam uma associação estatisticamente significativas entre elas. Existe uma ligeira tendência, não algo conclusivo, de que quanto maior a percentagem do orçamento é dedicada ao turismo, maior abundância as autarquias creem existir de equipamentos turísticos nos seus concelhos. É observável na tabela que, à medida que aumentam as percentagens dedicadas ao turismo, os valores mais expressivos de resposta situam-se entre o 4 e 5, evidenciando mais abundância de equipamentos turísticos. No caso das autarquias que dedicam 15% ou menos do orçamento ao turismo, é visível que os valores mais expressivos de resposta se situam entre os valores 3 e 4.

Tabela 70- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e III4HospitPop)

			III4HospitPop				Total
			2	3	4	5	
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	0	7	18	13	38
		% em Orç.CMTur	0,0%	18,4%	47,4%	34,2%	100,0%
		% em III4HospitPop	0,0%	58,3%	48,6%	21,0%	33,9%
		% do Total	0,0%	6,3%	16,1%	11,6%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	1	4	12	17	34
		% em Orç.CMTur	2,9%	11,8%	35,3%	50,0%	100,0%
		% em III4HospitPop	100,0%	33,3%	32,4%	27,4%	30,4%
		% do Total	0,9%	3,6%	10,7%	15,2%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	0	1	5	19	25
		% em Orç.CMTur	0,0%	4,0%	20,0%	76,0%	100,0%
		% em III4HospitPop	0,0%	8,3%	13,5%	30,6%	22,3%
		% do Total	0,0%	0,9%	4,5%	17,0%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	0	0	0	7	7
		% em Orç.CMTur	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% em III4HospitPop	0,0%	0,0%	0,0%	11,3%	6,3%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	6,3%
	Entre 20 e 25%	Contagem	0	0	2	6	8
		% em Orç.CMTur	0,0%	0,0%	25,0%	75,0%	100,0%
		% em III4HospitPop	0,0%	0,0%	5,4%	9,7%	7,1%
		% do Total	0,0%	0,0%	1,8%	5,4%	7,1%
Total		Contagem	1	12	37	62	112
		% em Orç.CMTur	0,9%	10,7%	33,0%	55,4%	100,0%
		% em III4HospitPop	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,9%	10,7%	33,0%	55,4%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	21,513 ^a	12	0,043				

Fonte: Elaboração própria

O cruzamento seguinte de variáveis, cruza a variável OrçCMTur e a variável III4HospitPop (hospitalidade e recetividade da população) referente à pergunta sobre as principais características que cada município possui para a atividade turística. A pergunta está expressa com base numa escala de qualidade. Existe uma associação estatisticamente significativa entre elas. A análise da tabela 70 permite retirar algumas conclusões. As autarquias que dedicam menos de 5% do seu orçamento ao turismo, registam a maioria das respostas no valor 4 (“alguma qualidade”) com 47,4% das respostas. Todas as restantes autarquias que gastam 5% ou mais, registam o maior número de respostas no valor 5 (“muita qualidade”). Isto revela a tendência de que as autarquias que gastam mais de 5% do seu orçamento no turismo, tendem a registar uma maior qualidade da hospitalidade da sua população. Apesar de um número considerável de respostas no valor 5, a maioria das respostas (quase 50%) das autarquias que gastam menos de 5% do orçamento no turismo, é no valor 4. Não

expressam assim de forma contundente que existe a máxima qualidade na hospitalidade da sua população.

Tabela 71- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (OrçCMTur e IV3ValorEcoTerr)

			IV3ValorEcoTerr			Total
			3	4	5	
Orç.CMTur	Inferior a 5%	Contagem	5	17	16	38
		% em Orç.CMTur	13,2%	44,7%	42,1%	100,0%
		% em IV3ValorEcoTerr	41,7%	37,8%	29,1%	33,9%
		% do Total	4,5%	15,2%	14,3%	33,9%
	Entre 5 e 10%	Contagem	5	19	10	34
		% em Orç.CMTur	14,7%	55,9%	29,4%	100,0%
		% em IV3ValorEcoTerr	41,7%	42,2%	18,2%	30,4%
		% do Total	4,5%	17,0%	8,9%	30,4%
	Entre 10 e 15%	Contagem	1	4	20	25
		% em Orç.CMTur	4,0%	16,0%	80,0%	100,0%
		% em IV3ValorEcoTerr	8,3%	8,9%	36,4%	22,3%
		% do Total	0,9%	3,6%	17,9%	22,3%
	Entre 15 e 20%	Contagem	1	1	5	7
		% em Orç.CMTur	14,3%	14,3%	71,4%	100,0%
		% em IV3ValorEcoTerr	8,3%	2,2%	9,1%	6,3%
		% do Total	0,9%	0,9%	4,5%	6,3%
Entre 20 e 25%	Contagem	0	4	4	8	
	% em Orç.CMTur	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%	
	% em IV3ValorEcoTerr	0,0%	8,9%	7,3%	7,1%	
	% do Total	0,0%	3,6%	3,6%	7,1%	
Total		Contagem	12	45	55	112
		% em Orç.CMTur	10,7%	40,2%	49,1%	100,0%
		% em IV3ValorEcoTerr	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	10,7%	40,2%	49,1%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Qui-quadrado	18,626 ^a	8	0,017			

Fonte: Elaboração própria

Este último cruzamento de variáveis desta secção, é entre a variável OrçCMTur e a variável do indicador do valor económico do território (IV3ValorEcoTerr), respeitante à questão da importância dos indicadores que o turismo deve responder para desenvolver cada município. São variáveis que apresentam uma associação estatisticamente significativa, e os dados versados na tabela 71, indicam uma análise diferenciada. Não existe nenhuma resposta nos valores 1 e de 2, o que demonstra que o valor económico do território é um indicador minimamente importante. As autarquias que dedicam 10% ou menos do orçamento ao turismo, tendem a responder maioritariamente no valor 4 (“importante”) - com um incremento na percentagem de resposta das autarquias que gastam menos de 5% para as que gastam entre 5 e 10% (de 44,7% para 55,9% das respostas). As autarquias que dedicam 10% ou mais do seu

orçamento, tendem a considerar o valor económico do território muito importante, dada a percentagem elevada de respostas no valor 5 (“muito importante”). Existe a hipótese de análise de, quanto maior percentagem do orçamento dedicada ao turismo, maior importância é dada ao valor económico do território como indicador que o turismo deve responder, com o objetivo de ajudar a desenvolver o município de uma forma sustentada. Apesar dessa leitura, é evidente **a elevada importância do valor económico do território para todas as autarquias, independentemente dos seus gastos no setor do turismo.**

6.3.4 Território- NUTS II

A última secção desta parte dedicada ao cruzamento de variáveis, é respeitante ao território dos municípios, analisado por NUTS II. Pretende-se compreender de que forma a proveniência e localização de cada município, influencia ou não as respostas ao questionário.

Após uma análise cuidada a todos as tabelas de *outputs*, o primeiro cruzamento de variáveis apresentado (tabela 72) é entre as variáveis NUT II e escassez de transportes municipais (II3EscaTransMun), no âmbito da questão sobre as principais características que os TBD revelam (escala de concordância). A NUT II que apresenta maior número de respostas é o Centro. No entanto, é observável que o maior número de respostas no valor 5 (“concordo totalmente”) regista-se na NUT II do Alentejo com 40%, apesar de ser apenas a terceira NUT II em número de respostas. As restantes regiões apresentam a maioria das respostas nas opções 3 e 4. Não existe uma associação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis, mas é possível reparar na maior concordância por parte das autarquias do Alentejo, na existência de uma carência de transportes municipais nos TBD de Portugal. Existe também uma propensão para concordar por parte das autarquias do Norte e Centro, que registam respetivamente, 37,1% e 44,2% das respostas no valor 4, e por isso, concordam parcialmente com essa característica.

Tabela 72- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II3EscaTransMun)

			II3EscaTransMun					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	1	1	10	6	12	30
		% em NUT2	3,3%	3,3%	33,3%	20,0%	40,0%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	100,0%	8,3%	33,3%	15,8%	38,7%	26,8%
		% do Total	0,9%	0,9%	8,9%	5,4%	10,7%	26,8%
	Algarve	Contagem	0	1	3	0	0	4
		% em NUT2	0,0%	25,0%	75,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	0,0%	8,3%	10,0%	0,0%	0,0%	3,6%
		% do Total	0,0%	0,9%	2,7%	0,0%	0,0%	3,6%
	Norte	Contagem	0	3	8	13	11	35
		% em NUT2	0,0%	8,6%	22,9%	37,1%	31,4%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	0,0%	25,0%	26,7%	34,2%	35,5%	31,3%
		% do Total	0,0%	2,7%	7,1%	11,6%	9,8%	31,3%
	Centro	Contagem	0	7	9	19	8	43
		% em NUT2	0,0%	16,3%	20,9%	44,2%	18,6%	100,0%
		% em II3EscaTransMun	0,0%	58,3%	30,0%	50,0%	25,8%	38,4%
		% do Total	0,0%	6,3%	8,0%	17,0%	7,1%	38,4%
Total	Contagem	1	12	30	38	31	112	
	% em NUT2	0,9%	10,7%	26,8%	33,9%	27,7%	100,0%	
	% em II3EscaTransMun	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	0,9%	10,7%	26,8%	33,9%	27,7%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica					
Qui-quadrado	19,839 ^a	12	0,070					

Fonte: Elaboração própria

A pergunta 3.1, incide sobre as mesmas características que a anterior, mas aplicadas ao território dos municípios dos respondentes. A resposta também é dada através da escala de concordância. A tabela 73 apresenta o cruzamento das variáveis NUT2 e a característica da população envelhecida (II3.1PopEnv).

Entre estas duas variáveis, existe uma associação estatisticamente significativa, sem grau de erro, pois a significância assintótica lateral é de 0. Em todas as NUT II, excetuando o Algarve, a maior incidência de respostas está no valor 5 (“concordo totalmente”), com um mínimo de 45,7% de respostas, o que demonstra bem a presença de uma população envelhecida nos municípios TBD de Portugal.

Tabela 73- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II3.1PopEnv)

			II3.1PopEnv				Total
			2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	4	7	19	30
		% em NUT2	0,0%	13,3%	23,3%	63,3%	100,0%
		% em II3.1PopEnv	0,0%	44,4%	18,9%	30,2%	26,8%
		% do Total	0,0%	3,6%	6,3%	17,0%	26,8%
	Algarve	Contagem	2	1	0	1	4
		% em NUT2	50,0%	25,0%	0,0%	25,0%	100,0%
		% em II3.1PopEnv	66,7%	11,1%	0,0%	1,6%	3,6%
		% do Total	1,8%	0,9%	0,0%	0,9%	3,6%
	Norte	Contagem	0	3	16	16	35
		% em NUT2	0,0%	8,6%	45,7%	45,7%	100,0%
		% em II3.1PopEnv	0,0%	33,3%	43,2%	25,4%	31,3%
		% do Total	0,0%	2,7%	14,3%	14,3%	31,3%
	Centro	Contagem	1	1	14	27	43
		% em NUT2	2,3%	2,3%	32,6%	62,8%	100,0%
		% em II3.1PopEnv	33,3%	11,1%	37,8%	42,9%	38,4%
		% do Total	0,9%	0,9%	12,5%	24,1%	38,4%
Total		Contagem	3	9	37	63	112
		% em NUT2	2,7%	8,0%	33,0%	56,3%	100,0%
		% em II3.1PopEnv	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	2,7%	8,0%	33,0%	56,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	45,301 ^a	9	0,000				

Fonte: Elaboração própria

Nenhum município das NUT II respondeu no valor 1 (“não concordo”) e apenas 3 município no total, responderam no valor 2 (“não concordo parcialmente”). A elevada concertação entre as NUTS II que respondem a territórios e municípios tão diversos, juntamente à associação estatisticamente significativa, leva a concluir que a população envelhecida nos municípios TBD, é um dado adquirido. **A percepção das autarquias, agentes de proximidade no território, demonstra assim aquilo que os dados estatísticos já evidenciam- o grande índice de envelhecimento destes territórios.**

Ainda na mesma questão, a tabela 74 demonstra o cruzamento da variável NUT2 com a característica do subpovoamento (II3.1SubPov). Neste caso concreto, apesar de existir novamente uma associação estatisticamente significativa, a concordância entre NUTS II, não existe de forma tão evidente como na anterior tabela.

Tabela 74- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II3.1SubPov)

			II3.1Subpov					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	0	8	9	13	30
		% em NUT2	0,0%	0,0%	26,7%	30,0%	43,3%	100,0%
		% em II3.1Subpov	0,0%	0,0%	27,6%	24,3%	37,1%	26,8%
		% do Total	0,0%	0,0%	7,1%	8,0%	11,6%	26,8%
	Algarve	Contagem	0	2	1	0	1	4
		% em NUT2	0,0%	50,0%	25,0%	0,0%	25,0%	100,0%
		% em II3.1Subpov	0,0%	33,3%	3,4%	0,0%	2,9%	3,6%
		% do Total	0,0%	1,8%	0,9%	0,0%	0,9%	3,6%
	Norte	Contagem	1	2	10	14	8	35
		% em NUT2	2,9%	5,7%	28,6%	40,0%	22,9%	100,0%
		% em II3.1Subpov	20,0%	33,3%	34,5%	37,8%	22,9%	31,3%
		% do Total	0,9%	1,8%	8,9%	12,5%	7,1%	31,3%
	Centro	Contagem	4	2	10	14	13	43
		% em NUT2	9,3%	4,7%	23,3%	32,6%	30,2%	100,0%
		% em II3.1Subpov	80,0%	33,3%	34,5%	37,8%	37,1%	38,4%
		% do Total	3,6%	1,8%	8,9%	12,5%	11,6%	38,4%
Total		Contagem	5	6	29	37	35	112
		% em NUT2	4,5%	5,4%	25,9%	33,0%	31,3%	100,0%
		% em II3.1Subpov	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	4,5%	5,4%	25,9%	33,0%	31,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	24,909 ^a	12	0,015					

Fonte: Elaboração própria

Excetuando o Algarve devido à curta amostra, o Centro e o Norte, em comparação com a análise da tabela 72, não apresentam uma maioria de respostas no valor 5, mas sim no valor 4 (“concordo parcialmente”) com 40% e 32,6% das respostas, respetivamente. Apenas o Alentejo mantém a maioria de respostas no valor 5 (“concordo totalmente”) com 43,3% das respostas, o que demonstra que os municípios TBD do Alentejo concordam de forma geral com a existência de subpovoamento no seu território. É natural essa percepção, dada a grande extensão territorial dessa NUT II comparativamente com as restantes do país, e também o seu relativo baixo número de habitantes.

A seguinte pergunta (4), questiona as autarquias sobre quais soluções consideram mais importantes para os TBD. A tabela 75 cruza as variáveis NUT2 e a solução de benefícios fiscais às empresas (II4BenFiscais). Este cruzamento de variáveis, para além de apresentar uma associação estatisticamente significativa com um valor de significância

de 0, revela também uma concertação nacional quanto a uma das soluções para os problemas dos TBD.

Tabela 75- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4BenFiscais)

			II4BenFiscais				Total
			2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	3	13	14	30
		% em NUT2	0,0%	10,0%	43,3%	46,7%	100,0%
		% em II4BenFiscais	0,0%	25,0%	38,2%	21,5%	26,8%
		% do Total	0,0%	2,7%	11,6%	12,5%	26,8%
	Algarve	Contagem	1	0	1	2	4
		% em NUT2	25,0%	0,0%	25,0%	50,0%	100,0%
		% em II4BenFiscais	100,0%	0,0%	2,9%	3,1%	3,6%
		% do Total	0,9%	0,0%	0,9%	1,8%	3,6%
	Norte	Contagem	0	3	11	21	35
		% em NUT2	0,0%	8,6%	31,4%	60,0%	100,0%
		% em II4BenFiscais	0,0%	25,0%	32,4%	32,3%	31,3%
		% do Total	0,0%	2,7%	9,8%	18,8%	31,3%
	Centro	Contagem	0	6	9	28	43
		% em NUT2	0,0%	14,0%	20,9%	65,1%	100,0%
		% em II4BenFiscais	0,0%	50,0%	26,5%	43,1%	38,4%
		% do Total	0,0%	5,4%	8,0%	25,0%	38,4%
Total		Contagem	1	12	34	65	112
		% em NUT2	0,9%	10,7%	30,4%	58,0%	100,0%
		% em II4BenFiscais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,9%	10,7%	30,4%	58,0%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	32,095 ^a	9	0,000				

Fonte: Elaboração própria

As quatro NUTS II apresentam a maioria das respostas no valor 5 (“concordo totalmente”), o que comprova que, de uma forma global, **os municípios TBD creem que benefícios fiscais para as empresas são uma solução importante para mitigar os problemas existentes**. Isto é de facto relevante, devido à grande variedade de territórios, pensamentos e culturas que grassam por cada NUT II. Apesar disso, surge aqui uma grande concertação quanto a esta solução, o que demonstra a sua importância.

A seguinte tabela 76 também compara a variável de resposta NUT2, mas desta vez com a solução de fim ou diminuição do custo das portagens (II4CustosPortagens). Mais uma vez, este cruzamento de variáveis apresenta uma associação estatisticamente significativa.

Tabela 76- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4CustosPortagens)

			II4CustosPortagens					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	6	11	6	7	30
		% em NUT2	0,0%	20,0%	36,7%	20,0%	23,3%	100,0%
		% em II4CustosPortagens	0,0%	60,0%	44,0%	27,3%	13,5%	26,8%
		% do Total	0,0%	5,4%	9,8%	5,4%	6,3%	26,8%
	Algarve	Contagem	1	0	1	2	0	4
		% em NUT2	25,0%	0,0%	25,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% em II4CustosPortagens	33,3%	0,0%	4,0%	9,1%	0,0%	3,6%
		% do Total	0,9%	0,0%	0,9%	1,8%	0,0%	3,6%
	Norte	Contagem	1	3	9	8	14	35
		% em NUT2	2,9%	8,6%	25,7%	22,9%	40,0%	100,0%
		% em II4CustosPortagens	33,3%	30,0%	36,0%	36,4%	26,9%	31,3%
		% do Total	0,9%	2,7%	8,0%	7,1%	12,5%	31,3%
	Centro	Contagem	1	1	4	6	31	43
		% em NUT2	2,3%	2,3%	9,3%	14,0%	72,1%	100,0%
		% em II4CustosPortagens	33,3%	10,0%	16,0%	27,3%	59,6%	38,4%
		% do Total	0,9%	0,9%	3,6%	5,4%	27,7%	38,4%
Total		Contagem	3	10	25	22	52	112
		% em NUT2	2,7%	8,9%	22,3%	19,6%	46,4%	100,0%
		% em II4CustosPortagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	2,7%	8,9%	22,3%	19,6%	46,4%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	35,560 ^a	12	0,000					

Fonte: Elaboração própria

Nesta análise, as conclusões diferem das anteriores. Os concelhos da NUT II do Alentejo não consideram essa solução tão concordante como a anterior, com 36,7% das respostas no valor 3 (“não concordo nem discordo”). Por outro lado, o Norte apresenta 40% das respostas no valor 5 (“concordo totalmente”). Mas a NUT II do Centro apresenta uma harmonia elevadíssima com 72,1% das suas respostas no valor 5. Esta tabela ilustra bem as diferenças de opinião, dependendo de região. Os municípios do Alentejo e do Algarve não concordam muito com esta solução, os municípios do Norte já concordam mais, e os municípios do Centro consideram que é algo fulcral para os TBD. É também relevante afirmar que os custos com portagens, não estão equitativamente distribuídos pelo território e algumas atividades socioeconómicas sentem mais esses custos que outras. Este é um dos fatores que podem originar as discordâncias entre regiões.

Ainda na mesma questão, a análise seguinte prende-se novamente com a variável NUT2, mas desta vez cruzada com a variável da solução de construção e/ou modernização da ferrovia (II4Ferrovia).

Tabela 77- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4Ferrovia)

			II4Ferrovia					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	2	1	5	4	18	30
		% em NUT2	6,7%	3,3%	16,7%	13,3%	60,0%	100,0%
		% em II4Ferrovia	20,0%	16,7%	21,7%	16,0%	37,5%	26,8%
		% do Total	1,8%	0,9%	4,5%	3,6%	16,1%	26,8%
	Algarve	Contagem	1	1	2	0	0	4
		% em NUT2	25,0%	25,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em II4Ferrovia	10,0%	16,7%	8,7%	0,0%	0,0%	3,6%
		% do Total	0,9%	0,9%	1,8%	0,0%	0,0%	3,6%
	Norte	Contagem	4	4	6	4	17	35
		% em NUT2	11,4%	11,4%	17,1%	11,4%	48,6%	100,0%
		% em II4Ferrovia	40,0%	66,7%	26,1%	16,0%	35,4%	31,3%
		% do Total	3,6%	3,6%	5,4%	3,6%	15,2%	31,3%
	Centro	Contagem	3	0	10	17	13	43
		% em NUT2	7,0%	0,0%	23,3%	39,5%	30,2%	100,0%
		% em II4Ferrovia	30,0%	0,0%	43,5%	68,0%	27,1%	38,4%
		% do Total	2,7%	0,0%	8,9%	15,2%	11,6%	38,4%
Total	Contagem	10	6	23	25	48	112	
	% em NUT2	8,9%	5,4%	20,5%	22,3%	42,9%	100,0%	
	% em II4Ferrovia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	8,9%	5,4%	20,5%	22,3%	42,9%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	27,025 ^a	12	0,008					

Fonte: Elaboração própria

No cruzamento destas variáveis, anota-se uma associação estatisticamente significativa. As conclusões retiradas da tabela 77 são diferentes do anterior cruzamento. As NUT II do Alentejo e do Norte apresentam uma incidência elevada no valor 5 (“concordo totalmente”) que revela que creem que a modernização e/ou construção da ferrovia pode ser uma boa solução para alguns problemas dos TBD. A NUT II do Centro apresenta valores elevados no valor 4 (“concordo parcialmente”), e ligeiramente mais baixos no valor 5 (“concordo totalmente”), o que demonstra que esses municípios partilham da mesma opinião que os das outras NUTS II, mas não de uma forma tão consensual.

As seguintes análises já são referentes à última questão do capítulo que questiona as mesmas soluções apresentadas na pergunta 4, mas aplicada ao município de cada questionado.

Tabela 78- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e II4.1CustosPortagens)

			II4.1CustosPortagens					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	8	10	8	4	30
		% em NUT2	0,0%	26,7%	33,3%	26,7%	13,3%	100,0%
		% em II4.1CustosPortagens	0,0%	50,0%	43,5%	33,3%	8,7%	26,8%
		% do Total	0,0%	7,1%	8,9%	7,1%	3,6%	26,8%
	Algarve	Contagem	0	2	0	2	0	4
		% em NUT2	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% em II4.1CustosPortagens	0,0%	12,5%	0,0%	8,3%	0,0%	3,6%
		% do Total	0,0%	1,8%	0,0%	1,8%	0,0%	3,6%
	Norte	Contagem	2	3	11	5	14	35
		% em NUT2	5,7%	8,6%	31,4%	14,3%	40,0%	100,0%
		% em II4.1CustosPortagens	66,7%	18,8%	47,8%	20,8%	30,4%	31,3%
		% do Total	1,8%	2,7%	9,8%	4,5%	12,5%	31,3%
	Centro	Contagem	1	3	2	9	28	43
		% em NUT2	2,3%	7,0%	4,7%	20,9%	65,1%	100,0%
		% em II4.1CustosPortagens	33,3%	18,8%	8,7%	37,5%	60,9%	38,4%
		% do Total	0,9%	2,7%	1,8%	8,0%	25,0%	38,4%
Total		Contagem	3	16	23	24	46	112
		% em NUT2	2,7%	14,3%	20,5%	21,4%	41,1%	100,0%
		% em II4.1CustosPortagens	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	2,7%	14,3%	20,5%	21,4%	41,1%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	37,925 ^a	12	0,000					

Fonte: Elaboração própria

Tal como na pergunta 4, o cruzamento das variáveis NUT2 e a solução do fim ou diminuição do custo das portagens mostrado na tabela 78, as conclusões são similares. Os municípios do Alentejo voltam a registar a maioria das respostas no valor 3 (“não concordo nem discordo”), e os municípios do Norte e do Centro, voltam a registar a maioria das respostas no valor 5 (“concordo totalmente”), com destaque para o Centro com 65,1% das respostas. A pergunta aplicada ao território apenas municipal, apresentou resultados semelhantes à pergunta aplicada ao global dos TBD. O fim ou diminuição dos custos das portagens é mais adequado para os municípios do Norte e

do Centro do que para os municípios do Alentejo e do Algarve. Este cruzamento de variáveis registou uma associação estatisticamente significativa.

O cruzamento de variáveis presente na tabela 79, é entre a variável NUT2 e a variável da característica de património natural (III3PatNatural), referente às características adequadas à prática turística, presentes nos municípios (as respostas são expressas numa escala de abundância). Este cruzamento de variáveis mostra que são duas variáveis com associação estatisticamente significativa. Nesta questão e nesta opção de escolha, fica demonstrado que não interessa qual a NUT II de onde vem a resposta, dada a incidência elevadíssima de respostas no valor 5 (“muito abundante”) por parte da globalidade dos municípios. Também não existem respostas no valor 1 ou 2, o que vinca ainda mais a opinião dos inquiridos, acerca da **existência de grande abundância de património natural nos municípios TBD**. Algo expectável, dada a natureza dos TBD em Portugal, e também os dados recolhidos na parte inicial do estudo.

Tabela 79- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III3PatNatural)

			III3PatNatural			Total
			3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	3	9	18	30
		% em NUT2	10,0%	30,0%	60,0%	100,0%
		% em III3PatNatural	100,0%	36,0%	21,4%	26,8%
		% do Total	2,7%	8,0%	16,1%	26,8%
	Algarve	Contagem	0	0	4	4
		% em NUT2	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% em III3PatNatural	0,0%	0,0%	4,8%	3,6%
		% do Total	0,0%	0,0%	3,6%	3,6%
	Norte	Contagem	0	4	31	35
		% em NUT2	0,0%	11,4%	88,6%	100,0%
		% em III3PatNatural	0,0%	16,0%	36,9%	31,3%
		% do Total	0,0%	3,6%	27,7%	31,3%
Centro	Contagem	0	12	31	43	
	% em NUT2	0,0%	27,9%	72,1%	100,0%	
	% em III3PatNatural	0,0%	48,0%	36,9%	38,4%	
	% do Total	0,0%	10,7%	27,7%	38,4%	
Total		Contagem	3	25	84	112
		% em NUT2	2,7%	22,3%	75,0%	100,0%
		% em III3PatNatural	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	2,7%	22,3%	75,0%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Qui-quadrado	14,488 ^a	6	0,025			

Fonte: Elaboração própria

A tabela 80 demonstra o cruzamento entre a variável NUT2 e a variável da característica da hospitalidade da população (III3HospitPop), na mesma questão que a anterior tabela. Estas variáveis apresentam uma associação estatisticamente significativa entre si. Os dados representados, mostram zero respostas no valor 1 e 2, e a região Norte apresenta até zero respostas no valor 3 (“nem abundante nem escasso”) apesar da elevada amostra de respostas. Os municípios das NUTs II na sua grande maioria (exceto o Algarve) pronunciou a sua opinião sobre a hospitalidade da população, no valor 5 (“muito abundante”) - o Alentejo com 60%, e o Centro com 46,5%. A NUT II do Norte nesta matéria, apresenta uma esmagadora maioria de 82,9% das respostas nesse valor, vincando assim a opinião de uma abundante hospitalidade nos municípios dessa região. De uma forma generalizada, independentemente da região inserida, **as autarquias acreditam que existe uma hospitalidade evidente e identificável nos seus municípios.**

Tabela 80- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III3HospitPop)

		III3HospitPop			Total	
		3	4	5		
NUT2	Alentejo	Contagem	2	10	18	30
		% em NUT2	6,7%	33,3%	60,0%	100,0%
		% em III3HospitPop	22,2%	28,6%	26,5%	26,8%
		% do Total	1,8%	8,9%	16,1%	26,8%
	Algarve	Contagem	1	2	1	4
		% em NUT2	25,0%	50,0%	25,0%	100,0%
		% em III3HospitPop	11,1%	5,7%	1,5%	3,6%
		% do Total	0,9%	1,8%	0,9%	3,6%
	Norte	Contagem	0	6	29	35
		% em NUT2	0,0%	17,1%	82,9%	100,0%
		% em III3HospitPop	0,0%	17,1%	42,6%	31,3%
		% do Total	0,0%	5,4%	25,9%	31,3%
	Centro	Contagem	6	17	20	43
		% em NUT2	14,0%	39,5%	46,5%	100,0%
		% em III3HospitPop	66,7%	48,6%	29,4%	38,4%
		% do Total	5,4%	15,2%	17,9%	38,4%
Total	Contagem	9	35	68	112	
	% em NUT2	8,0%	31,3%	60,7%	100,0%	
	% em III3HospitPop	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	8,0%	31,3%	60,7%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica			
Qui-quadrado	14,952 ^a	6	0,021			

Fonte: Elaboração própria

A pergunta 4, abordou exatamente os mesmos temas e características, com a diferença que foi pedido aos questionados uma resposta numa escala de qualidade dessas mesmas características. A tabela 81 cruza a variável NUT2 com a variável da

característica das atrações turísticas (III4AtracTuristica). Estas variáveis têm uma associação estatisticamente significativa.

Tabela 81- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III4AtracTuristica)

			III4AtracTuristica					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	1	0	8	12	9	30
		% em NUT2	3,3%	0,0%	26,7%	40,0%	30,0%	100,0%
		% em III4AtracTuristica	100,0%	0,0%	50,0%	21,4%	25,0%	26,8%
		% do Total	0,9%	0,0%	7,1%	10,7%	8,0%	26,8%
	Algarve	Contagem	0	1	1	0	2	4
		% em NUT2	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	50,0%	100,0%
		% em III4AtracTuristica	0,0%	33,3%	6,3%	0,0%	5,6%	3,6%
		% do Total	0,0%	0,9%	0,9%	0,0%	1,8%	3,6%
	Norte	Contagem	0	0	3	18	14	35
		% em NUT2	0,0%	0,0%	8,6%	51,4%	40,0%	100,0%
		% em III4AtracTuristica	0,0%	0,0%	18,8%	32,1%	38,9%	31,3%
		% do Total	0,0%	0,0%	2,7%	16,1%	12,5%	31,3%
	Centro	Contagem	0	2	4	26	11	43
		% em NUT2	0,0%	4,7%	9,3%	60,5%	25,6%	100,0%
		% em III4AtracTuristica	0,0%	66,7%	25,0%	46,4%	30,6%	38,4%
		% do Total	0,0%	1,8%	3,6%	23,2%	9,8%	38,4%
Total		Contagem	1	3	16	56	36	112
		% em NUT2	0,9%	2,7%	14,3%	50,0%	32,1%	100,0%
		% em III4AtracTuristica	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	0,9%	2,7%	14,3%	50,0%	32,1%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	22,872 ^a	12	0,029					

Fonte: Elaboração própria

É possível observar que apenas o Algarve apresenta uma maioria de respostas no valor 5 (“muita qualidade”) e como já foi observado, sem grande escala para a análise. As restantes NUT II, apresentam uma maioria no valor 4 (“qualidade”) que, por um lado é um indicador positivo. Por outro lado, deixa antever que as atrações turísticas existentes nos municípios poderiam ser ter mais qualidade, existindo ainda espaço para melhorar esses equipamentos. Fica registado que do ponto de vista das autarquias, e independentemente do tipo de atração, existe espaço de melhoria nas atrações turísticas presentes nos territórios municipais.

Na última pergunta do quarto capítulo (5), foi pedida uma opinião sobre que medidas devem ser tomadas pelos *stakeholders* dos TBD para um maior desenvolvimento do

turismo. As respostas são dadas por uma escala de concordância. Inicia-se a análise na tabela 82 que mostra o cruzamento entre a variável NUT2, e pela variável da medida “maior oferta turística” (III5OferTuristica). Em linhas gerais, todas as NUT II apresentam um grau de concordância aceitável com esta medida. As NUT II Alentejo, Algarve e Norte apresentam a maioria das suas respostas no valor 4 (“concordo parcialmente”), com 66,7%, 50% e 48,6% das respostas, respetivamente. Apenas o Centro apresenta a maioria das respostas no valor 5 (“concordo totalmente”) e mesmo assim a diferença para as respostas no valor 4 é de uma resposta apenas. De um modo global, os municípios TBD concordam parcialmente com esta medida de promover um aumento generalizado da oferta turística de modo a contribuir para o desenvolvimento do turismo nesses locais.

Tabela 82- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III5OferTuristica)

			III5OferTuristica					Total
			1	2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	0	1	20	9	30
		% em NUT2	0,0%	0,0%	3,3%	66,7%	30,0%	100,0%
		% em III5OferTuristica	0,0%	0,0%	11,1%	34,5%	21,4%	26,8%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,9%	17,9%	8,0%	26,8%
	Algarve	Contagem	0	1	1	2	0	4
		% em NUT2	0,0%	25,0%	25,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% em III5OferTuristica	0,0%	50,0%	11,1%	3,4%	0,0%	3,6%
		% do Total	0,0%	0,9%	0,9%	1,8%	0,0%	3,6%
	Norte	Contagem	1	0	4	17	13	35
		% em NUT2	2,9%	0,0%	11,4%	48,6%	37,1%	100,0%
		% em III5OferTuristica	100,0%	0,0%	44,4%	29,3%	31,0%	31,3%
		% do Total	0,9%	0,0%	3,6%	15,2%	11,6%	31,3%
	Centro	Contagem	0	1	3	19	20	43
		% em NUT2	0,0%	2,3%	7,0%	44,2%	46,5%	100,0%
		% em III5OferTuristica	0,0%	50,0%	33,3%	32,8%	47,6%	38,4%
		% do Total	0,0%	0,9%	2,7%	17,0%	17,9%	38,4%
Total	Contagem	1	2	9	58	42	112	
	% em NUT2	0,9%	1,8%	8,0%	51,8%	37,5%	100,0%	
	% em III5OferTuristica	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	0,9%	1,8%	8,0%	51,8%	37,5%	100,0%	
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)					
Qui-quadrado	23,039 ^a	12	0,027					

Fonte: Elaboração própria

Ainda na mesma questão, o cruzamento de variáveis apresentado na tabela 83, mostra o cruzamento entre a variável independente NUT2 e a variável dependente da medida de recrutamento de pessoal especializado e qualificado (III5RecrutPesEspeci). Estas variáveis apresentam também uma associação estatisticamente significativa. Os municípios das NUT II do Algarve e do Alentejo apresentam a maioria das respostas no valor 3 e 4. A NUT II do Norte apresenta a sua maioria de respostas exatamente repartida entre o valor 4 e o valor 5. Apenas a NUT II do Centro apresenta a maioria das respostas no valor 5. Apesar de não existirem respostas nos valores negativos de 1 e 2, a NUT II do Centro e a NUT II do Norte (ex-áqueo) são as únicas regiões, cujos municípios afirmam em maioria, concordar totalmente com a medida dos *stakeholders* recrutarem trabalhadores qualificados e especializados em turismo, sendo uma medida que retém maior prevalência de resposta no Centro, tanto relativa como absoluta.

Tabela 83- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e III5RecrutPesEspeci)

			III5RecrutPesEspeci			Total
			3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	18	12	30
		% em NUT2	0,0%	60,0%	40,0%	100,0%
		% em III5RecrutPesEspeci	0,0%	35,3%	23,5%	26,8%
		% do Total	0,0%	16,1%	10,7%	26,8%
	Alentejo	Contagem	2	1	1	4
		% em NUT2	50,0%	25,0%	25,0%	100,0%
		% em III5RecrutPesEspeci	20,0%	2,0%	2,0%	3,6%
		% do Total	1,8%	0,9%	0,9%	3,6%
	Norte	Contagem	5	15	15	35
		% em NUT2	14,3%	42,9%	42,9%	100,0%
		% em III5RecrutPesEspeci	50,0%	29,4%	29,4%	31,3%
		% do Total	4,5%	13,4%	13,4%	31,3%
	Centro	Contagem	3	17	23	43
		% em NUT2	7,0%	39,5%	53,5%	100,0%
		% em III5RecrutPesEspeci	30,0%	33,3%	45,1%	38,4%
		% do Total	2,7%	15,2%	20,5%	38,4%
Total		Contagem	10	51	51	112
		% em NUT2	8,9%	45,5%	45,5%	100,0%
		% em III5RecrutPesEspeci	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	8,9%	45,5%	45,5%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Qui-quadrado	14,913 ^a	6	0,021			

Fonte: Elaboração própria

Iniciando a análise das perguntas do último capítulo (V), a primeira análise será direcionada à pergunta 1.2 do capítulo, que é sobre as vantagens que as autarquias têm

em ser membro de uma rede colaborativa. Como só é dirigida às autarquias que pertencem a uma rede, reduz-se bastante a amostra. Apenas o cruzamento com a variável independente NUT2 apresentou dados merecedores de análise nesta secção. As respostas são dadas, mediante recurso a uma escala de concordância. O primeiro cruzamento de variáveis apresentado na tabela 84, diz respeito à variável NUT2 e à variável da vantagem de maior acesso a financiamento da atividade (V1.2FinancAtiv). A associação destas variáveis é estatisticamente significativa. Apesar da reduzida amostra é possível entender as linhas gerais das respostas dadas.

Tabela 84- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e V1.2FinancAtiv)

			V1.2FinancAtiv				Total
			2	3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	1	2	5	8	16
		% em NUT2	6,3%	12,5%	31,3%	50,0%	100,0%
		% em V1.2FinancAtiv	100,0%	13,3%	16,1%	28,6%	21,3%
		% do Total	1,3%	2,7%	6,7%	10,7%	21,3%
	Algarve	Contagem	0	1	1	0	2
		% em NUT2	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% em V1.2FinancAtiv	0,0%	6,7%	3,2%	0,0%	2,7%
		% do Total	0,0%	1,3%	1,3%	0,0%	2,7%
	Norte	Contagem	0	10	8	5	23
		% em NUT2	0,0%	43,5%	34,8%	21,7%	100,0%
		% em V1.2FinancAtiv	0,0%	66,7%	25,8%	17,9%	30,7%
		% do Total	0,0%	13,3%	10,7%	6,7%	30,7%
	Centro	Contagem	0	2	17	15	34
		% em NUT2	0,0%	5,9%	50,0%	44,1%	100,0%
		% em V1.2FinancAtiv	0,0%	13,3%	54,8%	53,6%	45,3%
		% do Total	0,0%	2,7%	22,7%	20,0%	45,3%
Total		Contagem	1	15	31	28	75
		% em NUT2	1,3%	20,0%	41,3%	37,3%	100,0%
		% em V1.2FinancAtiv	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	1,3%	20,0%	41,3%	37,3%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)				
Qui-quadrado	19,403 ^a	9	0,022				

Fonte: Elaboração própria

A NUT II do Alentejo apresenta 31,3% das suas respostas no valor 4 (“concordo parcialmente”) e 50% das respostas no valor 5 (“concordo totalmente”), o Norte apresenta 43,5% das respostas no valor 3 (“não concordo nem discordo”) e o Centro apresenta 50% das respostas no valor 4 e 44,1% no valor 5. Apenas as NUT II do Alentejo e do centro referem claramente que o financiamento da atividade, é uma vantagem das redes colaborativas. As respostas das restantes NUT II não permitem observar o mesmo. O contrário sucede na tabela 85, em que está cruzada a mesma

variável da NUT2 com a variável da vantagem de maior visibilidade do destino (V1.2VisibDest). Estas variáveis apresentam uma associação estatisticamente significativa. Neste caso, em todas as NUT II, existe uma maioria de respostas no valor 5 bastante expressiva, mesmo com uma amostra reduzida. A participação em redes colaborativas por parte das autarquias, gera de forma geral **a vantagem de aumentar a visibilidade do destino turístico** desejado. É uma das principais vantagens alusivas à participação das entidades numa rede colaborativa, para além de outras não evidenciadas.

Tabela 85- Cruzamento de variáveis e teste do qui-quadrado (NUT2 e V1.2VisibDest)

			V1.2VisibDest			Total
			3	4	5	
NUT2	Alentejo	Contagem	0	4	13	17
		% em NUT2	0,0%	23,5%	76,5%	100,0%
		% em V1.2VisibDest	0,0%	16,7%	27,1%	22,4%
		% do Total	0,0%	5,3%	17,1%	22,4%
	Algarve	Contagem	1	1	0	2
		% em NUT2	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% em V1.2VisibDest	25,0%	4,2%	0,0%	2,6%
		% do Total	1,3%	1,3%	0,0%	2,6%
	Norte	Contagem	1	10	12	23
		% em NUT2	4,3%	43,5%	52,2%	100,0%
		% em V1.2VisibDest	25,0%	41,7%	25,0%	30,3%
		% do Total	1,3%	13,2%	15,8%	30,3%
	Centro	Contagem	2	9	23	34
		% em NUT2	5,9%	26,5%	67,6%	100,0%
		% em V1.2VisibDest	50,0%	37,5%	47,9%	44,7%
		% do Total	2,6%	11,8%	30,3%	44,7%
Total		Contagem	4	24	48	76
		% em NUT2	5,3%	31,6%	63,2%	100,0%
		% em V1.2VisibDest	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	5,3%	31,6%	63,2%	100,0%
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)			
Qui-quadrado	12,725 ^a	6	0,048			

Fonte: Elaboração própria

As restantes questões não apresentam dados que possibilitem análises e ilações diferenciadas neste capítulo de cruzamento de variáveis. De uma forma bastante clarificadora, o resultado da análise descritiva neste quinto capítulo do questionário, e em particular nesta pergunta, tornam inconsequente a apresentação de mais tabelas relativas a um cruzamento de variáveis. As respostas de uma grande maioria dos inquiridos, incide numa opção de forma bastante consensual, como está mencionado anteriormente.

6.4 Discussão de resultados

Na análise global do questionário, foram recolhidos dados que possibilitam a retirada de algumas conclusões e resultados, e também responder a algumas questões levantadas no trabalho. Este capítulo direciona-se essencialmente às respostas das questões de investigação elaboradas. Como foi analisado na caracterização dos TBD, as respostas analisadas nos questionários foram de encontro a muitas dessas características problemáticas indicadas na revisão da literatura, graves e difíceis de resolver, como os problemas demográficos e económicos. Esses são os principais problemas existentes nos TBD que mais são destacados pela literatura e pelas respostas obtidas nos questionários. No que concerne diretamente a Portugal, os problemas demográficos (envelhecimento populacional, desertificação do território e subpovoamento) e económicos (falta de mão-de-obra qualificada e predomínio de microempresas) são as principais características dos TBD, a par do predomínio das paisagens e recursos naturais. Os problemas identificados pelo estudo são eminentemente estruturais e de difícil reversão, no entanto, representam simultaneamente uma oportunidade para os agentes sociais, económicos e políticos atuarem de forma ponderada e concertada na resolução dos mesmos.

A possibilidade de o turismo ser um setor que impacte o desenvolvimento dos TBD é bastante plausível e real. O turismo como o único fator de desenvolvimento de um território, é um tema inexplorado pela literatura, assim como as medições e análise dos efeitos do turismo no desenvolvimento. No entanto, o turismo valoriza as capacidades produtivas dos territórios em que é praticado e impacta direta e indiretamente os setores económico, social, cultural, ambiental dos locais. Impulsiona de forma direta o crescimento económico nos locais onde é praticado. Naturalmente, uma estratégia de turismo será mais contributiva para o desenvolvimento, quanto melhor for a relação com os setores mencionados e menores forem os impactes negativos observados. Observadas essas circunstâncias, o turismo pode representar uma contribuição bastante positiva.

A importância do turismo para o desenvolvimento dos TBD é algo central a este estudo. O fenómeno de desenvolvimento é extremamente complexo de definir, como a revisão da literatura o demonstra. A informação indica a potencialidade de um turismo sustentável ser de facto um contribuidor consistente para o desenvolvimento. As autarquias inquiridas foram claras- acreditam de forma evidente que o turismo pode ser um setor impulsionador de desenvolvimento nos TBD. Os TBD, sendo territórios diferenciados e com inúmeras potencialidades inexploradas, são locais que apresentam oportunidades para a implementação de um turismo que tenha em atenção as características intrínsecas dos locais, de forma a contribuir de forma consistente para o desenvolvimento dos TBD. As autarquias creem de forma decisiva que o turismo tem um potencial elevado de transformação e evolução dos TBD e que no futuro vai ser uma atividade nuclear no desenvolvimento dos TBD.

A grande maioria das autarquias diz estar ainda numa fase de “desenvolvimento” (de acordo com o modelo de Butler) e potenciação do turismo no município, estando ainda longe de um período de maturidade da atividade. É possível e desejado para futuro por parte das autarquias, um incremento do turismo nestes territórios. Mas não de qualquer forma- a organização de recursos, espaços e pessoas e um planeamento integrado são ferramentas essenciais para promover a geração de riqueza, fixação de população e de bens e serviços nos TBD, sem esquecer a tendência global da sustentabilidade. Esse planeamento deve respeitar as cinco dimensões identificadas na literatura do estudo- social, económica, ecológica, espacial e cultural- de forma a obter o máximo de dividendos e o mínimo de impactes negativos. Certo de que é uma tarefa bastante difícil e complexa, importa ao turismo fazer esse esforço contínuo de forma a melhorar o setor e a sua relação com o seu ambiente externo.

O turismo pode ser um setor que auxilie os *stakeholders* na identificação de problemas existentes nos territórios. O estudo empírico não obteve dados que suportem isso de forma linear, mas a informação recolhida na literatura permite essa conclusão. Os dados recolhidos e analisados permitem entender que o turismo é um setor que pode sim, contribuir para a resolução de alguns problemas existentes nos TBD. Através de um planeamento integrado, é possível o turismo obter impactes positivos e mitigar os

seus próprios impactes negativos e até alguns problemas pré-existentes nos territórios. A título de exemplo, em termos económicos o turismo é uma atividade extremamente valiosa, possibilitando a criação de riqueza e de emprego onde é praticado, atuando junto de alguns desses problemas. Os inquiridos mostraram que o turismo é um setor cujo valor é inegável nos TBD, e tal como está referido na revisão da literatura, a presença humana do turismo no território- turistas, trabalhadores e agentes económicos- é um fator que o turismo cumpre de forma positiva, exercendo uma elevada influência na circulação de pessoas, bens e serviços. É por isso, uma atividade que possibilita o conhecimento alargado do território, reconhecendo problemas e potenciando recursos existentes através da sua ação. A forma e o tipo de turismo aplicado são um ponto essencial que influencia a importância do turismo na resolução das necessidades dos TBD.

Apesar da complexidade de definir desenvolvimento e de o ligar ao turismo, é evidente o contributo da atividade na dinamização socioeconómica dos locais. O crescimento económico é uma das virtudes da atividade turística, e os TBD são também afetados por isso. É um fator resultante e complementar da valorização do território de forma geral, e é também bastante importante para as autarquias. Tendo em conta a diversidade de problemas económicos existentes nos TBD, é perceptível a importância do turismo para a revitalização da base económica dos locais. É uma externalidade que é muito relevante para uma contribuição positiva do turismo para o território. E o turismo tem sido um setor visto como benéfico para as regiões onde é praticado e impulsionador desse crescimento económico. Dada a presença de opinião dos inquiridos sobre a gravidade de problemas económicos, o turismo representa uma oportunidade de dinamização económica global dos TBD.

Está observada a importância da criação de valor económico no território e a melhoria da imagem externa do município para as autarquias dos TBD. São fatores de extrema relevância para as autarquias, no âmbito de um projeto turístico. A valorização territorial possível pela atividade turística, atua desde a manutenção de património material e imaterial, até à promoção e projeção da economia local- consequências positivas no âmbito de um turismo sustentável. A variabilidade de atuação do turismo

no território é uma característica reconhecida da atividade. Sendo o território o principal recurso da atividade turística, atua como uma ferramenta da sua valorização através da atração de visitantes, melhorando de forma considerável a imagem externa do município. Essa questão é respondida de forma clara no estudo empírico e apresenta-se como uma consequência fundamental da atividade turística para os municípios TBD. A aplicação de uma estratégia sustentada e planeada no âmbito do turismo, que aponte ao desenvolvimento do território dos municípios TBD, tem de ter em conta esses dois importantes fatores.

A adesão da população a um projeto de desenvolvimento turístico é um fator que tem também um peso importante para uma estratégia bem-sucedida de turismo. A população é o elo de ligação ao território e representa, tanto uma ligação física, como simbólica e emocional, estando evidente na revisão da literatura efetuada. Esse capital humano é simultaneamente, o principal impulsionador socioeconómico de um local com a força de trabalho, como também é o principal objeto de políticas de melhoria da qualidade de vida, e conseqüentemente do desenvolvimento territorial, a que o turismo participa como um setor de atividade socioeconómica. Os resultados confirmam essa importância para os TBD, e a adesão dos residentes a um determinado produto turístico local ou regional é determinante para assegurar um turismo sustentável, resiliente e autêntico nos locais. Também é importante fazer uma contextualização interna do território aquando de uma implementação do turismo. Apesar de não existir uma teoria única de desenvolvimento do turismo, é importante para os *stakeholders* públicos dos TBD, saberem que recursos e infraestruturas existem, qual a situação do capital humano do local, que redes e restantes *stakeholders* existem, qual a posição da região/município para atrair investimento e quais as vantagens competitivas e comparativas do seu território. Partindo destas bases, os TBD estarão mais bem preparados para dar resposta aos desafios globais do turismo, a partir de respostas locais com a ajuda da comunidade, que deve assumir um papel central nas tomadas de decisão e na implementação do projeto.

As autarquias destacam a existência de património (natural, monumental, imaterial e cultural), hospitalidade da população e gastronomia típica e reconhecida como fatores

intrínsecos indissociáveis dos TBD portugueses, e essenciais para uma estratégia integrada de promoção e desenvolvimento turístico nestes locais. A sua preservação e manutenção revela-se algo essencial e que o turismo como setor, deve dedicar especial atenção. As autarquias dos TBD salientam a centralidade de todos os tipos de património existente. A sua capacitação é importante e o turismo deve contribuir para esse desígnio através de algumas características típicas do setor, que estão ligadas à tendência de turismo sustentável- manutenção do existente património cultural, reabilitação urbana do centro histórico, reativação do património e tradições adormecidas, oferta de uma experiência autêntica ao visitante, promoção da sustentabilidade global e a primazia à atividade económica entre fornecedores locais. São todas características consensuais nos TBD, e que são nucleares para a sustentabilidade no turismo, principalmente quando aplicado em territórios mais pequenos em dimensão social e económica em que os impactes da atividade, são mais facilmente sentidos. São fatores que apontam para um tipo de turismo adequado a estes locais, com respeito pela sua unicidade e pelo seu ambiente interno e externo. São resultados que deixam antever uma aplicação positiva do modelo analisado AD. Os principais fatores valorizados pelas autarquias a nível global, coadunam-se com as características centrais do AD que pode em perspetiva, ajudar estes territórios a serem mais sustentáveis e competitivos de forma paralela.

Os dados científicos recolhidos na literatura, demonstram as valências positivas que as redes colaborativas trazem aos territórios. Os dados do questionário permitiram perceber quais as principais medidas que as autarquias creem ser importantes tomar para um melhor desenvolvimento e um regular funcionamento do turismo- criação de redes colaborativas, planeamento conjunto de turismo com as ERT's, aumento das verbas alocadas ao turismo, aumento da diversidade de atrações turísticas e recrutamento de pessoal especializado para o setor. Como profundos conhecedores dos seus territórios, as autarquias têm um papel fundamental na gestão dos territórios e na aplicação de medidas condizentes com os seus objetivos. Apesar de uma elevada dispersão de respostas, foi possível reter que a principal vantagem das autarquias em pertencer a uma rede colaborativa, é o facto de proporcionarem uma maior visibilidade do destino. Os resultados dispersos e nem sempre coerentes das autarquias, permitem

registar a importância das redes colaborativas, apenas como impulsionador dessa maior visibilidade do produto turístico municipal. Não sendo dados totalmente conclusivos, fica registada esta tendência.

A forma de organização das CM's inquiridas, não representou um fator diferenciador das respostas entregues. Independentemente da organização interna municipal do setor do turismo, as respostas não seguiram nenhuma linha específica, que fosse importante para a discussão de resultados. O facto das CM's terem trabalhadores formados em turismo, ofereceu ao estudo perspectivas diferenciadoras de resposta. As CM's que têm trabalhadores com formação em turismo, tendem a considerar os problemas existentes nos TBD, mais graves e mais difíceis de resolver, comparativamente às autarquias sem esses trabalhadores. A presença desses trabalhadores mostrou ser um fator que influencia as respostas para uma postura mais prudente e cautelosa. Existe um reconhecimento mais alargado da dificuldade e da gravidade dos problemas que assolam os TBD entre essas autarquias. Essas CM's consideram ainda que a solução de melhorar as universidades e escolas especializadas é mais importante do que as autarquias que não têm esses trabalhadores. É algo expectável -se as próprias autarquias contratam trabalhadores formados e especializados em turismo, naturalmente, dão mais valor à melhoria dos canais de ensino. A presença de técnicos especialistas sensibiliza as autarquias no processo global de tomada de decisão.

Um outro fator importante na avaliação dos resultados é a percentagem do orçamento municipal dedicado ao turismo. O investimento substancial colocado numa área de potencial como o turismo, revela que há de facto uma procura em auxiliar um setor que possa elevar os padrões de desenvolvimento territorial. As autarquias que dedicam uma menor percentagem do orçamento ao turismo, (menos de 10%) apresentam uma tendência de considerar que os problemas económicos dos TBD são graves. Isso é um indicador de que essas autarquias, não consideram o turismo como um setor que possa ajudar a mitigar esses problemas económicos, senão talvez investissem mais num setor como o turismo, capaz de providenciar melhorias rápidas e eficazes nos indicadores socioeconómicos. Nesse caso, e sem um investimento mais elevado em turismo, a

gravidade dos problemas económicos é mais sentida por esses concelhos. Por outro lado, as autarquias com um investimento relativo mais elevado no turismo, apresentam os resultados opostos. Creem que os problemas económicos não possuem tanta gravidade e são menos difíceis de solucionar. A atribuição do pelouro não é um fator passível de resultados conclusivos para a discussão de resultados. Registam-se apenas algumas diferenças registadas em algumas respostas no anterior capítulo.

6.5 Conclusão

Este capítulo, permitiu retirar dados muito relevantes para a análise posterior dos resultados. O questionário revelou-se positivo na forma como possibilitou obter conclusões, algumas já previamente expectáveis, e outras um pouco menos esperadas. A ideia central de entender a importância do turismo para os TBD foi globalmente atingida e as respostas recebidas foram maioritariamente conclusivas.

As CM's dos TBD revelaram-se cooperantes de uma forma geral, respondendo de uma forma demorada, mas informada e verosímil. Foram respondidas grande parte das questões de investigação ligadas ao estudo empírico, o que é positivo. Os resultados serão analisados no capítulo seguinte e são esclarecedores na medida em que confirmaram grande parte da revisão da literatura em que foi suportado o questionário. Isso acaba por ser algo em que o estudo é enriquecido, e os resultados são mais confiáveis.

A elaboração deste capítulo permitiu também retirar conclusões relevantes e responder a uma parte considerável das questões de investigação e objetivos do estudo. A análise empírica mostrou-se bastante rica em conteúdo, e no quadro desta investigação, a distribuição dos questionários revelou-se razoável. As autarquias dos TBD revelaram ter consciência da situação global dos seus territórios- as suas vantagens e suas desvantagens. Os problemas que afetam estes locais são reconhecidamente difíceis de resolver e foram identificados na investigação. Vão para além de meras medidas dissuasoras e implicam a mudança total de paradigma de desenvolvimento territorial até então praticado. A demografia e a economia são os dois

principais setores em que os TBD sentem que os problemas são mais delicados. No entanto, as atuais tendências de procura e oferta turística, levam a pensar que os TBD, com base nas suas principais vantagens, podem obter proveitos duradouros no espaço e no tempo da atividade turística. A investigação levada a cabo permite concluir que o turismo é um setor importante para os TBD. E o estudo sustenta que as características dos TBD, aliadas à natureza da atividade turística e das respostas recebidas pelas autarquias, abre portas a uma contribuição sustentada do turismo para o desenvolvimento dos TBD. As mudanças positivas que o turismo pode impor foram identificadas e as autarquias mostraram-se abertas à implementação de projetos que dinamizem o tecido socioeconómico local e promovam a sustentabilidade. O projeto de investigação apresentado demonstra algumas hipóteses que o turismo pode seguir para almejar esse contributo sustentado para o desenvolvimento.

7 Síntese e conclusões

7.1 Considerações gerais

A elaboração deste trabalho, permitiu a compreensão de matérias distintas, mas complementares. O desenvolvimento provou ser um conceito difícil de definir, com muitas visões complexas e teorias de como o atingir e manter. Apesar disso, foram apresentadas algumas contribuições nesse sentido. É um processo contínuo no tempo, que é muito custoso de manter de forma consistente no espaço e no tempo. As principais tendências e contribuições existentes em volta do conceito, foram também identificadas. Essas tendências alastram-se a restantes áreas da sociedade, e moldam-na, influenciando as tomadas de decisão dos *stakeholders*. A endogeneização é uma tendência incontornável- o turismo inclui-se na lista de setores influenciados, e pode apresentar contributos relevantes e visíveis às populações nesse sentido. Os muitos *inputs* e *outputs* existentes entre o turismo e o território, tanto na literatura, como no estudo empírico, são a prova de que o turismo pode tomar parte relevante na base socioeconómica dos TBD, fortalecê-la, e em alguns casos revitalizá-la. É relevante também compreender que o território é a principal matéria-prima do turismo. Importará por isso manter uma relação saudável entre a prática da atividade turística e os efeitos negativos que se possam sentir, tanto no território físico, como nos agentes socioeconómicos desse território.

A relação entre desenvolvimento e turismo pode, em alguns casos, ser algo fundamental para determinados territórios, porque os conceitos por vezes podem-se fundir, devido à elevada importância que o setor tem em alguns locais. No entanto, o turismo como fator central de desenvolvimento, é um tema relativamente inexplorado na literatura, não existindo estudos que demonstrem efetivamente o efeito global do turismo no desenvolvimento local ou regional. Noutros territórios em que o turismo é um setor complementar aos existentes, o turismo acaba por contribuir de forma consistente para o crescimento económico, criação de emprego ou para a coesão territorial.

Tornou-se necessário analisar três modelos distintos de desenvolvimento e crescimento em turismo, para compreender de que formas o turismo pode impactar o desenvolvimento integrado de territórios, sem esquecer o caso dos TBD. Esses três modelos, demonstram que existem várias formas de observar a evolução da atividade turística num determinado local- a nível macro, micro ou espaciotemporal- e estes modelos oferecem em conjunto, uma perspetiva interessante de como estes territórios podem ser afetados pelo turismo. Os modelos de Butler e Miossec são modelos explicativos e preditivos da evolução do território através da presença do turismo. O modelo AD, mais recente, é direcionado para territórios decadentes sendo um modelo de hospitalidade que representa a ligação entre turismo e desenvolvimento territorial. Acaba também por representar uma oportunidade de desenvolvimento endógeno para esses locais.

Os TBD são territórios que têm características diferenciadas e obrigam a atuações e abordagens diferentes por parte dos *stakeholders*, pois são territórios distintos no computo geral. Sendo os locais centrais do estudo, tornou-se importante compreendê-los. Compreender as suas vantagens, desvantagens e características, como também perceber o que originou essas mesmas características diferenciadas. Os TBD são fortemente reconhecidos por serem territórios com potencialidades inexploradas, com um predomínio generalizado de paisagens naturais e de populações mais ruralizadas e familiarizadas com os meios naturais, do que as regiões de média e alta densidade. São também reconhecidos por terem problemas estruturais ao nível demográfico (população envelhecida, desertificação do território, e emigração) económico (falta de mão de obra qualificada, baixa capitalização das empresas, predomínio de microempresas, baixa atratividade socioeconómica). A perda consistente de população, é considerado o principal fator para os restantes problemas existentes. Em Portugal, o fenómeno da litoralização é evidente, e reflete-se nos indicadores estatísticos apresentados. É sobre estes locais que recai o projeto e é nestes locais, que foi proposto entender a importância que o turismo pode representar para estes territórios e populações. No entanto, com o objetivo de aprofundar a análise dos TBD, e compreender as visões partilhadas pelos territórios, foi enviado o questionário às autarquias dos TBD.

O questionário efetuado às autarquias TBD, mostrou as diversas configurações e visões sobre como o turismo pode ajudar a mitigar problemas existentes e potenciar o surgimento de soluções. Em algumas matérias, não foi possível vislumbrar conclusões, mas alguns temas reuniram consensos. Foram identificados problemas demográficos nos TBD, nomeadamente uma população envelhecida e subpovoamento do território, confirmando assim que a perda de população de um modo geral, é a principal razão da decadência generalizada destes locais. E foram também identificados diversos problemas económicos que resultam numa baixa atratividade socioeconómica. Estes problemas, estão identificados com a globalidade dos TBD e não apenas com uma região ou município- são problemas estruturais e que sucedem em toda a geografia dos TBD. As medidas e soluções propostas pelas autarquias em resposta a esses problemas são centradas na criação de benefícios fiscais, captação de investimento para a capacidade de produção local, medidas de apoio à natalidade e melhoria generalizada das acessibilidades. São medidas que vão diretamente de encontro aos problemas existentes e às próprias características dos TBD.

O turismo pode definir algumas dessas medidas e ser um setor que impulsiona a mudança de paradigma necessário, promovendo soluções que vão de encontro a um desenvolvimento integrado dos TBD. Contudo, tem de ser um turismo que respeite as características dos territórios e das populações, que explore valências inexploradas e que potencie a economia local, através da utilização dos bens e serviços existentes no território. Que também promova o envolvimento da população no projeto, crie uma experiência autêntica ao visitante e deixe uma marca indelével de sustentabilidade global na sua implementação. São características que, de uma forma geral, potenciam o capital territorial e humano destes locais e que se usam dos recursos endógenos do território, por forma a valorizar a imagem externa dos municípios e aumentar o valor económico do território. Esses contributos da atividade turística são reais e exequíveis.

Este estudo propôs-se ao objetivo de compreender e demonstrar a importância do setor do turismo para o desenvolvimento dos TBD. Com o desafio de abordar o turismo, como setor de crescente importância no panorama português, e os TBD como locais de decadência crescente e generalizada, a necessitar de uma revitalização geral. Ao longo

dos capítulos que compõem esta investigação, são dados passos para cumprir o principal objetivo e os objetivos específicos. A revisão da literatura sobre os conceitos centrais foi importante para a compreensão e contextualização das principais tendências e características (nem sempre evidentes) do desenvolvimento e dos TBD. Foi também abordada a relação entre o turismo e os conceitos de desenvolvimento, TBD e território. O questionário, como elemento central ao estudo empírico, abriu portas a resultados e interpretações essenciais à perseguição dos objetivos do estudo. Permitiu de forma sintética, assimilar evidências e responder às questões de investigação. Foi possível perceber a atual importância do turismo no contexto dos TBD- fortalecimento da base económica dos TBD, imagem externa dos municípios, preservação de património, envolvimento da população- e a importância futura que irá ser progressiva e ainda mais evidente. Para muitas autarquias presentes no estudo, o turismo afigura-se até um setor chave e central na execução de políticas municipais. Foi possível demonstrar e compreender a importância do setor do turismo no panorama dos TBD, para a busca de desenvolvimento territorial generalizado.

O consenso reunido ao longo do questionário, em perguntas-chave sobre as matérias mais importantes, deixa antever uma valorização muito relevante do setor do turismo para uma estratégia futura de desenvolvimento que as autarquias observam para os TBD. Não sendo um setor que vá resolver os problemas todos dos TBD de uma forma irrealista, pode ser um agente mitigador desses mesmos problemas e assumir uma importância cada vez mais elevada. Principalmente, pode ser um setor central na busca da melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações. Tendo em conta todas as características dos TBD e os dados recolhidos, uma estratégia adequada, integrada de turismo, respeitando o contexto de cada município TBD de forma individual e que aproveite as potencialidades inexploradas, é e será com certeza, um fator determinante e contributivo para o desenvolvimento dos TBD.

7.2 Limitações do estudo

A globalidade das limitações encontradas no estudo, prende-se com a pesquisa de informação. A literatura regista poucos artigos relacionados com a avaliação dos

efeitos do turismo no desenvolvimento. De acordo com alguns autores essa inexistência de artigos com essas temáticas acontece pois não existem modelos empíricos de turismo e desenvolvimento e a utilização de literatura ligada à economia, sociologia ou psicologia, em detrimento da literatura de turismo (Strumpf, Sandstrom & Swanger, 2016; Calero & Turner, 2020). É de grande necessidade para os decisores do setor, os *stakeholders*, existirem modelos e/ou métodos que sejam eficazes na contribuição do turismo para o desenvolvimento. A falta dessa informação emagrece as conclusões ligadas principalmente o capítulo 2, com as relações entre desenvolvimento e turismo. A outra limitação ligada à pesquisa de informação, foi a inexistência de dados estatísticos oficiais sobre os TBD. Dificultou a caracterização dos TBD, pois os dados estatísticos analisados no estudo foram todos calculados apenas para os TBD. Os poucos dados encontrados, estão em documentos temáticos, ligados ao território de forma generalizada, o que dificulta também a procura dessa informação. O cálculo dessas estatísticas foi custoso, o que acrescentou morosidade à elaboração do estudo.

Uma diferente limitação foi a receção dos questionários. Foram todos entregues *online* às autarquias, e algumas autarquias foram bastante morosas na entrega dos questionários. Foi necessário enviar bastantes *e-mails* para conseguir obter um número aceitável de respostas válidas, o que levou bastante tempo e atrasou a análise dos dados recebidos.

7.3 Contributos da investigação

Esta investigação contribuiu para uma melhor compreensão dos TBD e das suas características positivas e negativas. São de facto territórios muito diferenciados que se situam numa posição bastante delicada no panorama nacional. São territórios que necessitam de uma estratégia integrada, que consiga dar resposta aos múltiplos desafios existentes nestes locais. Foi também uma investigação importante para compreender as dinâmicas existentes entre o desenvolvimento territorial e a atividade turística. Esta investigação permitiu uma recolha consistente das opiniões que as autarquias têm, sobre os problemas existentes nos territórios e sobre as principais

medidas que as autarquias creem ser essenciais para mitigar características negativas e potenciar as vantagens.

Os resultados obtidos, deixam antever o reconhecimento do turismo como uma atividade relevante, não só atualmente como no futuro. A definição de futuras estratégias para os TBD fica assim em aberto com a realização desta investigação. Este estudo pretende também exatamente isso, ser um ponto de partida para um debate alargado sobre o futuro do turismo nos TBD, e como o turismo pode assumir uma centralidade no desenvolvimento dos TBD. As informações aqui retidas, possibilitam um aprofundamento da relação entre o turismo e os TBD, numa ótica de melhoria da atividade, para os turistas e para os residentes. Este estudo comprovou a necessidade de uma melhoria nas decisões tomadas para os TBD, uma mudança de paradigma na forma como estes territórios são desenvolvidos. O principal contributo versa essencialmente numa maior compreensão dos TBD de uma forma global e também sobre as possibilidades reais que o turismo oferece, em matérias de desenvolvimento territorial.

7.4 Propostas de investigação futura

As mudanças constantes apresentadas na procura e na oferta turísticas, apresentam desafios. Em territórios como os TBD, os desafios são ainda maiores, devido a uma multiplicidade de fatores que influenciam de forma negativa o florescimento de atividades socioeconómicas com sucesso, como o turismo. As novas tendências para a prática turística, tanto na oferta como na procura, apontam para soluções mais sustentáveis. Existe uma oportunidade de desenvolver mais investigações neste campo na criação de métodos, modelos ou teorias, que vão de encontro a um turismo mais responsável por parte de todos os *stakeholders*, e vão de encontro também a uma melhoria da experiência do turista.

Seria bastante interessante também, estudar a aplicação do modelo *Albergo Diffuso* num TBD de Portugal. Para os municípios TBD, as características de sucesso de um determinado projeto turístico, alinham-se na perfeição às vantagens do modelo AD.

Tendo em conta as características do modelo e a sua adaptabilidade, o AD deixa antever um papel importante no desenvolvimento territorial. As conclusões retiradas neste trabalho apontam para uma experiência positiva para os TBD no caso da sua aplicação. As ideias e pressupostos gerais do modelo, coadunam-se com as características identificadas atualmente nos TBD. Pode ser algo extremamente interessante para as diversas autarquias, que necessitam e/ou pretendem um maior dinamismo socioeconómico dos seus territórios.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada – Volume 4, N° 2, Abril/Junho 2000*.
- Afrodita, B. (2010). Models of Tourist Development in the Context of Regional Development. *Annals of the University of Oradea: Economic Science, 1(1)*, 507–512.
- albergodiffuso.com. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from <http://www.albergodiffuso.com/>
- Algarve: a história de um sucesso anunciado. (n.d.). Retrieved June 15, 2020, from <https://www.noticiasmagazine.pt/2019/algarve-a-historia-de-um-sucesso-anunciado/historias/238217/>
- Almonte, J. M. J., & Pazos-García, F. J. (2016). Population and rural tourism in low demographic density territories in Spain. *Boletín de La Asociación de Geógrafos Españoles, 71*, 247–272. <https://doi.org/10.21138/bage.2282>
- Antigo “celeiro” da nação, Alentejo muda agricultura e ganha novos produtos de sucesso. (n.d.). Retrieved October 11, 2020, from https://www.rtp.pt/noticias/economia/antigo-celeiro-da-nacao-alentejo-muda-agricultura-e-ganha-novos-produtos-de-sucesso_n315143
- Associazione Nazionale Alberghi Diffusi. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from <https://www.alberghidiffusi.it/>
- Augusto, D. D., & Pinho, J. C. (2011). Espaço Rural – Análise integrada multisectorial e pluridimensional no território. *Revista Turismo & Desenvolvimento, 2(13,14)*, 499–511.
- Becker, B. K. (1993). A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. IBAMA/ENAP/ Brasiliense.
- Bock, I. (2018). *Governança e Desenvolvimento do Turismo- Caso do Douro*. University of Aveiro.
- Bramwell, B., & Sharman, A. (1999). Collaboration in local tourism policymaking. *Annals of Tourism Research, 26(2)*, 392–415. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(98\)00105-4](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(98)00105-4)
- Brooker, E., & Burgess, J. (2008). Marketing destination Niagara effectively through the tourism life cycle. *International Journal of Contemporary Hospitality Management, Vol. 20*, pp. 278–292. <https://doi.org/10.1108/09596110810866091>

BUTLER, R. W. (1980). the Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer / Le Géographe Canadien*, 24(1), 5–12. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>

Calero, C., & Turner, L. W. (2020). Regional economic development and tourism: A literature review to highlight future directions for regional tourism research. *Tourism Economics*, 26(1), 3–26. <https://doi.org/10.1177/1354816619881244>

Cavaco, C. (2018). Territórios de turismo. In *Revista Turismo & Desenvolvimento* (Vol. 0). Retrieved from <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/7626>

Chi siamo. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from <http://www.italychinafriendly.com/index.php?lang=it&cont=mpage&id=2>

Confalonieri, M. (2011). A typical Italian phenomenon: The “albergo diffuso.” *Tourism Management*, 32(3), 685–687. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.05.022>

Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. (L. McGraw-Hill, Ed.).

Dall’Ara, G. (2011). Albergo Diffuso- a worldwide model of Italian hospitality. In *18 Marzo*.

Dall’Ara, G., & Di Bernardo, S. (2014). Lo scenario dell’Albergo Diffuso in Italia. Retrieved May 12, 2020, from Rapporto Turismo Italiano, XIX edizione website: <http://www.albergodiffuso.com/report-sullalbergo-diffuso-2014.html>

Eusébio, C., Kastenholz, E., & Breda, Z. (2014). Tourism and sustainable development of rural destinations : a stakeholders’ view. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*.

Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). The evolution of the concept(s) of development. A critical roadmap. *Cadernos de Estudos Africanos*. <https://doi.org/10.4000/cea.2293>

Fewsmith, J. (2004). Promoting the Scientific Development Concept. *China Leadership Monitor*, (11), 1–10.

From Italy to Japan, Alberghi Diffusi Are Saving Dying Villages - Bloomberg. (n.d.). Retrieved May 13, 2020, from <https://www.bloomberg.com/news/features/2018-09-20/from-italy-to-japan-alberghi-diffusi-are-saving-dying-villages>

Giampiccoli, A., & Mtapuri, O. (2020). Towards a coalescence of the community-based tourism and “albergo diffuso” tourism models for sustainable local economic development. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 9(1), 1–20.

Giancarlo Dall’Ara - Consulenze e progetti di marketing. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from <http://www.giancarlodallara.com/>

Governo de Portugal. (2018). *Programa de Valorização do Interior - XXI Governo - República Portuguesa*. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=apresentacao-do-programa-de-valorizacao-do-interior>

Hall, C. M. (2005). *Space-time accessibility and the TALC: the role of geographies of spatial interaction and mobility in contributing to an improved understanding of tourism*.

Hanai, F. Y. (2011). Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Retrieved from <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589/276>

Hilpert, U. (2007). *European Planning Studies Knowledge in the region: Development based on tradition, culture and change*. <https://doi.org/10.1080/09654310500500213>

Ikhtiangung, G. N., & Radyanto, M. R. (n.d.). New Model for Development of Tourism Based on Sustainable Development. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/448/1/012072>

Iliev, D. (2018). Regional inequalities and contemporary problems in regional tourism development: a case of Macedonia. *Anatolia*, 29(3), 368–378. <https://doi.org/10.1080/13032917.2017.1422770>

Inácio, A. N. A. I. (2011). Enoturismo em Portugal: forma de desenvolvimento regional e afirmação cultural local. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(13,14), 761–769.

INE. (2017). *Retrato Territorial de Portugal Edição 2017*. 1–18. Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281293356&DESTAQUESmodo=2

INE. (2019). *Retrato Territorial de Portugal*.

INE. (2020). *Estatísticas do Turismo 2019*.

Interior, U. de M. para a V. do. (2016). *Programa Nacional para a Coesão Territorial*. 1–136.

Interior, U. de M. para a V. do. (2018). *PNCT- O Interior em Números*.

Interior, M. pelo. (2018). *Movimento Pelo Interior*.

ITALY, I. (2008). *EBN XVII Annual Congress-Budapest 25-27 June 2008 Application form EBN-UNDP AWARD "Innovation for Human Development & Cooperation" Identification*

of the innovation and authors Title of the innovation: "Albergo Diffuso"-a new form of hospitality and an inn. Retrieved from <http://www.biclazio.it>

Keskin, A., & Cansiz, H. (2010). *Tourism, Turkey and Economic Development*. Retrieved from <https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/30324>

Korže, S. Z. (2018). Albergo diffuse (diffused/distributed hotel): Case study of Slovenia. *Academica Turistica*, 11(1), 43–56. <https://doi.org/10.26493/2335-4194.11.43-56>

Kruczek, Z., & Szromek, A. R. (2011). BUTLER'S MODEL TO INTERPRET THE DEVELOPMENT OF TOURIST ATTRACTIONS, BASED ON THE EXAMPLE OF THE SALT MINE IN WIELICZKA. *Folia Turistica*.

Leite Ramos, L. (2014). *Territórios de Baixa Densidade, Territórios de Elevado Potencial*.

MarinelaDropulić. (2008). Albergo Diffuso hotels – A Solution to Sustainable Development of Tourism. *Knowledge for Sustainable Development*, (January), 607–617.

Morena, M., Truppi, T., & Del Gatto, M. L. (2017). Sustainable tourism and development: the model of the Albergo Diffuso. *Journal of Place Management and Development*, 10(5), 447–460. <https://doi.org/10.1108/JPM-D-08-2016-0057>

Natário, M., Melo, A. I., Biscaia, R., Rocha, P., Santos, C., Ferreira, A., ... Marques, R. (2019). The impact of the tourism of the historical villages of Portugal: A framework of analysis. *Finisterra*, 54(111), 21–36. <https://doi.org/10.18055/finis14861>

Nowak, J. J., Sahli, M., & Sgro, P. M. (2003). Tourism, trade and domestic welfare. *Pacific Economic Review*, 8(3), 245–258. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0106.2003.00225.x>

Oliveira, G. B. De. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista Fae*, 37–48.

Oppermann, M. (1993). Tourism space in developing countries. *Annals of Tourism Research*, 20(3), 535–556. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(93\)90008-Q](https://doi.org/10.1016/0160-7383(93)90008-Q)

Organizzazione | APM | Associazione Nazionale Piccoli Musei. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from <https://www.piccolimusei.com/organizzazione/>

Padin, C. (2012). *A sustainable tourism planning model: components and relationships*. <https://doi.org/10.1108/09555341211270528>

Paniccia, P. M. A., & Leoni, L. (2019). Co-evolution in tourism: the case of Albergo Diffuso. *Current Issues in Tourism*, 22(10), 1216–1243. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1367763>

Pereira, A. (2014). The cultural landscape as a cross-cutting resource for tourism products in low-density rural territories: Diagnosis and guidelines for Alto Minho (NW Portugal). *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 187, 251–262. <https://doi.org/10.2495/ST140201>

Pietrogrande, E. (2016). *The Albergo Diffuso: an innovative model for tourism development and territorial enhancement*. (July).

Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2006). *Local and Regional Development*.

PNCT. (2018). *Diagnóstico- O Interior em Números*.

PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from <https://www.pordata.pt/Home>

Portal do INE. (n.d.). Retrieved May 12, 2020, from https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2

Portugueses, A. N. de M. (2016). *Medidas promotoras do desenvolvimento dos territórios de baixa densidade e rurais*.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais-Trajetos* (2nd Edition). Gradiva.

Ramos, G. M. de A., & Fernandes, J. L. J. (2014). Tendências Recentes em Turismo: algumas reflexões na perspetiva dos Territórios de Baixa Densidade. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*, 0, 69–90.

Reis, P. (2013). Turismo e desenvolvimento de áreas de baixa densidade: as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2013(19), 177–187.

Remoaldo, P., Freitas, I., Matos, O., Lopes, H., Silva, S., Sánchez Fernández, M. D., ... Ribeiro, V. (2017). The Planning of Tourism on Rural Areas: The Stakeholders' Perceptions of the Boticas Municipality (Northeastern Portugal). *European Countryside*, 9(3), 504–525. <https://doi.org/10.1515/euco-2017-0030>

Ribeiro, J. C., & Vareiro, L. (2007). *Turismo e Desenvolvimento Regional: O espaço rural como destino turístico (IPCA-Escola Superior de Gestão)*.

Rodrigues, A. P., Vieira, I., Ferreira, L., & Madeira, R. (2019). Stakeholder perceptions of religious tourism and local development: Evidence from Lamego (Portugal) historic town. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 7(4), 41–53. <https://doi.org/10.21427/axzv-tw79>

- Romolini, A., Fissi, S., & Gori, E. (2017). Integrating territory regeneration, culture and sustainable tourism. The Italian albergo diffuso model of hospitality. *Tourism Management Perspectives*, 22, 67–72. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2017.02.002>
- Roque Amaro, R. (2003). Cadernos de Estudos Africanos Desenvolvimento-um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Http://Journals.Openedition.Org/Cea*, (4), 35–70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Sachs, I. (1993). *As cinco dimensões do ecodesenvolvimento*.
- Santos, E. L., Braga, V., Santos, R. S., & Braga, A. M. da S. (2012). Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. *JDRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, (February), 45–61. Retrieved from <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/issue/view/14>
- Santos, M. C., Ferreira, A., Costa, C., António, J., & Santos, C. (2020). *A Model for the Development of Innovative Tourism Products: From Service to Transformation*. <https://doi.org/10.3390/su12114362>
- Sharpley, R., & Telfer, D. J. (2002). Tourism and Development- Concepts and Issues. In *Aspects of Tourism*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Sharpley, R., & Ussi, M. (2014). Tourism and Governance in Small Island Developing States (SIDS): The Case of Zanzibar. *International Journal of Tourism Research*, 16(1), 87–96. <https://doi.org/10.1002/jtr.1904>
- Sinclair, M. T. (1998). Tourism and economic development: A survey. *The Journal of Development Studies*, 34(5), 1–51. <https://doi.org/10.1080/00220389808422535>
- Soares, J., & Quintella, R. H. (2008). Development: an Analysis of Concepts, Measurement and Indicators. *Measurement and Indicators BAR*, 5(2), 104–124. Retrieved from <http://www.anpad.org.br/bar%0Awww.anpad.org.br/bar>
- Stanford, N. (2005). Managing Stakeholders. *Organization Design*, 26(2), 115–132. <https://doi.org/10.1016/b978-0-7506-6367-0.50011-0>
- Stumpf, T. S., Sandstrom, J., & Swanger, N. (2016). *Journal of Sustainable Tourism Bridging the gap: grounded theory method, theory development, and sustainable tourism research*. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1149183>
- Tagliabue, L. C., Leonforte, F., & Compostella, J. (2012). Renovation of an UNESCO heritage settlement in southern Italy: ASHP and BIPV for a “Spread Hotel” project. *Energy Procedia*, 30, 1060–1068. <https://doi.org/10.1016/j.egypro.2012.11.119>
- Thomas Robert Malthus. (1996). *THOMAS ROBERT MALTHUS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA e Considerações Sobre sua Aplicação Prática ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO*.

Vareiro, L. (2008). *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais : o caso da NUT III Minho-Lima*. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9014>

Vaz, D., & Nofre, J. (2018). Conhecimento, Criatividade e Novas Dinâmicas Urbanas: Repensar os Territórios De Baixa Densidade Em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (49), 77–88. Retrieved from <http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000290/authentication/index.php?url=https%3A%2F%2Fsearch.ebscohost.com%2Flogin.aspx%3Fdirect%3Dtrue%26AuthType%3Dip%2Ccookie%2Cshib%2Cuid%26db%3Dedb%26AN%3D132554607%26lang%3Dpt-pt%26site%3Deds-live%26s>

Vaz, D., & Nofre, J. (2019). Urban innovation in peripheral territories: A critical balance of the region of Beira Interior. *Finisterra*, 54(111), 5–19. <https://doi.org/10.18055/finis17102>

Villani, T., & Dall’Ara, G. (2015). L’Albergo Diffuso come modello di ospitalità originale e di sviluppo sostenibile dei borghi. *Techne*, 10, 169–178. <https://doi.org/10.13128/Techne-17513>

Apêndices

Apêndice I

Questionário enviado aos municípios que pertencem à rede classificada de Territórios de Baixa Densidade

Importância do Turismo no Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade

O presente questionário é realizado no âmbito de uma investigação que está a ser desenvolvida na Universidade de Aveiro sobre a importância do Turismo nos Territórios de Baixa Densidade. Tem como principais objetivos identificar as principais necessidades desses territórios e quais os contributos que o turismo pode implementar para o seu desenvolvimento. Este questionário tem como público-alvo os municípios de Portugal Continental que integram o grupo dos Territórios de Baixa Densidade. O questionário respeita as regras de privacidade dos inquiridos, garantindo a segurança, o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas, em estrito cumprimento com o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD).

Agradecemos desde já a colaboração e participação no estudo apresentado! Se pretender ter acesso aos dados do questionário, deixe o seu contacto no final.

Muito obrigado pela disponibilidade!

José Carlos Silva, mestrando em Gestão e Planeamento em Turismo

I- Turismo nas Câmaras Municipais

1. Existe na Câmara Municipal um Pelouro para o Turismo?

Sim

Não

1.1. Se respondeu SIM na pergunta anterior, a quem está atribuído o pelouro do Turismo na Câmara Municipal?

Presidente da Câmara Municipal

Vereador da Câmara Municipal

1.2. Na organização interna da Câmara Municipal, qual o enquadramento da área do Turismo?

Empresa Municipal

Departamento específico integrado na estrutura orgânica

Divisão específica integrada na estrutura orgânica

Gabinete específico integrado na estrutura orgânica

Num departamento conjuntamente com outra(s) área(s)

Numa divisão conjuntamente com outra(s) área(s)

Outra opção _____

1.2.1. Se a área do turismo está associada a outra(s) área(s), refira qual(is).

1.3. No quadro de pessoal da Câmara Municipal existem técnicos com formação académica específica na área do Turismo? (Com licenciatura, bacharelato ou curso técnico profissional na área do turismo).

Sim

Não

Não sei

1.3.1. Se respondeu SIM na pergunta anterior, quantas pessoas existem com formação específica na área do turismo?

1-2

3-4

5 ou mais

1.4. Em termos médios, e referente aos últimos 4 anos, qual a percentagem do orçamento global da Câmara Municipal direcionado para a área do Turismo, Lazer e Recreio?

Inferior a 5%

5 a 10%

10 a 15%

15 a 20%

20 a 25%

II- Territórios de Baixa Densidade

1. Numa escala de importância de 1 a 5 (1- Nada importante ;5- Muito importante) avalie a importância dos Territórios de Baixa Densidade para o desenvolvimento em Portugal.

1- Nada importante 2 3 4 5- Muito importante

1.1. Na sua opinião, indique numa escala de 1 a 5 (1- Nada grave; 5- Extremamente grave) a gravidade dos problemas associados aos Territórios de Baixa Densidade.

Tipo de problema	1-Nada grave	2	3	4	5- Extremamente grave
Sociais					
Demográficos					
Económicos					
Geográficos					
Culturais					
Políticos					

1.2. Na sua opinião, indique numa escala de 1 a 5 (1- Muito fácil resolução; 5- Muito difícil resolução) a capacidade dos Territórios de Baixa Densidade para a resolução dos problemas.

Tipo de problema	1-Muito fácil resolução	2	3	4	5- Muito difícil resolução
Sociais					
Demográficos					
Económicos					
Geográficos					
Culturais					
Políticos					

2.1 Na sua opinião, indique numa escala de 1 a 5 (1- Nada grave; 5- Extremamente grave) qual a gravidade dos problemas referidos relativamente ao seu município.

Tipo de problema	1-Nada grave	2	3	4	5- Extremamente grave
Sociais					
Demográficos					
Económicos					
Geográficos					
Culturais					
Políticos					

2.2 Na sua opinião, indique numa escala de 1 a 5 (1- Muito fácil resolução; 5- Muito difícil resolução) a capacidade do seu município para a resolução dos seguintes problemas.

Tipo de problema	1-Muito fácil resolução	2	3	4	5- Muito difícil resolução
Sociais					
Demográficos					
Económicos					
Geográficos					
Culturais					
Políticos					

3. Avalie na sua opinião, numa escala de 1 a 5 (1-Não concordo; 5- Concordo totalmente) as principais características que os Territórios de Baixa Densidade revelam.

Características	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
População Envelhecida					
Subpovoamento					
Desertificação do território					
Domínio setor primário					
Escassez de Transportes Municipais					
Falta de mão-obra qualificada					
Acessibilidade difícil					
Baixa pressão sobre os recursos naturais					
Predomínio de microempresas					
Baixa atratividade socioeconómica					
Predomínio das paisagens naturais					

3.1. Avalie na sua opinião, numa escala de 1 a 5 (1-Não concordo; 5- Concordo totalmente) as principais características do seu município.

Características	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
População Envelhecida					
Subpovoamento					
Desertificação do território					
Domínio setor primário					
Escassez de Transportes Municipais					
Falta de mão-obra qualificada					
Acessibilidade difícil					
Baixa pressão sobre os recursos naturais					
Predomínio de microempresas					
Baixa atratividade socioeconómica					
Predomínio das paisagens naturais					

4. Indique numa escala de 1 a 5 (1- Nada importante; 5- Muito importante) quais as soluções que considera mais importantes para os Territórios de Baixa Densidade.

Soluções	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Benefícios fiscais às empresas					
Injeção de capital de apoio às entidades públicas e privadas					
Melhoria das universidades e escolas especializadas existentes (ou criação de novas)					
Fim ou diminuição dos custos das portagens					
Construção e/ou modernização da ferrovia					
Aumento de poderes das câmaras municipais					
Apoios económicos à habitação					
Medidas de apoio à natalidade					
Captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional					
Construção e melhoria das redes de transportes rodoviários					

4.1. Indique numa escala de 1 a 5 (1- Nada importante; 5- Muito importante) quais as soluções que considera mais importantes para o seu município.

Soluções	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Benefícios fiscais às empresas					
Injeção de capital de apoio às entidades públicas e privadas					
Melhoria das universidades e escolas especializadas existentes (ou criação de novas)					
Fim ou diminuição dos custos das portagens					
Construção e/ou modernização da ferrovia					
Aumento de poderes das câmaras municipais					
Apoios económicos à habitação					
Medidas de apoio à natalidade					
Captação assertiva de investimento estrangeiro e/ou nacional					
Construção e melhoria das redes de transportes rodoviários					

III- Turismo e Desenvolvimento

1. "Os Territórios de Baixa Densidade, em termos gerais, apresentam um grande potencial para se afirmarem como um destino turístico de elevada importância." Indique numa escala de 1 a 5 (1- Não concordo; 5- concordo totalmente) o seu grau de concordância com esta afirmação.

1- Não concordo 2 3 4 5- Concordo totalmente

2. "O seu município, em termos gerais, apresenta um grande potencial para se afirmar como um destino turístico de elevada importância." Indique numa escala de 1 a 5 (1- Não concordo; 5- Concordo totalmente) o seu grau de concordância com esta afirmação.

1- Não concordo 2 3 4 5- Concordo totalmente

3. Indique numa escala de abundância de 1 a 5 (1- Nada abundante; 5- Muito abundante) quais as principais características que o seu município possui para a atividade turística.

Características	1- Nada abundante	2	3	4	5- Muito abundante
Atrações turísticas					
Património Natural					
Património Material e Monumental					
Património Imaterial e Cultural					
Eventos periódicos (culturais, recreativos, negócios e desportivos)					
Equipamentos culturais, desportivos e de lazer					
Acessibilidade difícil					
Equipamentos turísticos e complementares à atividade					
Gastronomia típica e reconhecida					
Infraestruturas de acessibilidade (estradas, ferrovia, aeroportos, portos)					
Mão-de -obra qualificada no setor					
Variedade de produtos e recursos endógenos					
Sistema de transportes municipais					
Infraestruturas de saúde e de segurança					
Hospitalidade e recetividade da população					

4. Indique numa escala de qualidade de 1 a 5 (1- Sem qualidade; 5- Muita qualidade) quais as principais características que o seu município possui para a atividade turística.

Características	1- Sem qualidade	2	3	4	5- Muita qualidade
Atrações turísticas					
Património Natural					
Património Material e Monumental					
Património Imaterial e Cultural					
Eventos periódicos (culturais, recreativos, negócios e desportivos)					
Equipamentos culturais, desportivos e de lazer					
Acessibilidade difícil					
Equipamentos turísticos e complementares à atividade					
Gastronomia típica e reconhecida					
Infraestruturas de acessibilidade (estradas, ferrovia, aeroportos, portos)					
Mão-de -obra qualificada no setor					
Variedade de produtos e recursos endógenos					
Sistema de transportes municipais					
Infraestruturas de saúde e de segurança					
Hospitalidade e recetividade da população					

5. Em sua opinião, numa escala de concordância de 1 a 5 (1- Não concordo; 5- Concordo totalmente) que medidas crê que devam ser tomadas pelos *stakeholders*/agentes do território dos Territórios de Baixa Densidade, para que permitam um maior desenvolvimento do turismo?

Características	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Maior oferta turística					
Maior diversidade de atrações					
Especialização num tipo de turismo específico					
Criação de redes colaborativas					
Planeamento turístico conjunto entre autarquias e ERT's					
Recrutamento de pessoal especializado e qualificado					
Aumento de verbas alocadas ao turismo					

IV- Turismo e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade

1. Indique numa escala de 1 a 5 (1- Nada importante; 5- Muito importante), qual a importância que pensa que o Turismo irá ter no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade.

1- Nada importante 2 3 4 5- Nada importante

2. Tendo em conta as fases de desenvolvimento de um destino turístico, em que fase admite estar o seu município?

1- Exploração

2- Envolvimento

3- Desenvolvimento

4- Consolidação

5- Estagnação

6- Rejuvenescimento exponencial

7- Rejuvenescimento gradual

8- Estagnação consolidada

9- Declínio sustentado

10- Declínio abrupto

3. Indique numa escala de 1 a 5 (1-Nada importante e 5-Muito importante), qual o grau de importância dos seguintes indicadores que o Turismo deve responder para o desenvolvimento do seu município.

Indicadores	1- Nada importante	2	3	4	5- Muito importante
Desigualdades socioeconómicas					
Número de empregos e sua qualidade					
Equipamentos socioculturais, desportivos e de lazer					

Estabelecimentos de restauração e bebidas					
Indicadores demográficos					
Segurança e proteção					
Sistema de transportes e acessibilidades					
Imagem externa do município					
Reabilitação urbana e paisagística					
Valor económico do território					

4. Indique numa escala de importância de 1 a 5 (1- Nada importante; 5- Muito importante) as principais características que valoriza num projeto turístico, à luz do contexto do seu município.

Indicadores	1- Nada importante	2	3	4	5- Muito importante
Evitar a perda de património cultural					
Reabilitação urbana do centro histórico (mantendo e respeitando a traça original)					
Dinamização do comércio e economia local					
Reativação de património e tradições adormecidas					
Utilização de mão-de-obra local na atividade turística					
Oferta de uma experiência autêntica ao visitante					
Promoção da sustentabilidade global					
Privilegio de comércio com fornecedores locais					
Aumento e criação de valor económico no território					
Envolvimento da população no projeto turístico					

V- Redes Colaborativas

1. A autarquia é membro de alguma rede colaborativa de turismo ou um produto conexo à atividade?

Sim (se respondeu SIM, responda apenas às perguntas 1.1 e 1.2)

Não (se respondeu NÃO, passe para a pergunta 1.3.)

1.1 Se respondeu SIM na pergunta anterior, indique qual (is) a(s) rede(s). (Pode colocar mais que uma opção).

Aldeias de Portugal

Aldeias Históricas de Portugal

Aldeias do Xisto

Aldeias de Montanha

Rede Termas Centro

Outra opção _____

1.2. Indique numa escala de concordância de 1 a 5 (1- Não concordo; 5- Concordo totalmente), quais as principais vantagens que a autarquia tem em ser membro de uma rede(s) colaborativa(s).

Vantagens	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Maior acesso a financiamento da atividade					
Maior visibilidade do destino					
Profissionalização do setor do turismo					
Melhor estruturação da oferta turística					
Aumento da cooperação entre setores					
Melhoria da relação e cooperação entre o setor privado e setor público					
Geração de um turismo mais sustentável					

1.3. Indique numa escala de concordância de 1 a 5 (1- Não concordo; 5- Concordo totalmente), quais as principais razões para que a autarquia não seja membro de uma rede(s) colaborativa(s).

Desvantagens	1- Não concordo	2	3	4	5- Concordo totalmente
Não aposta da autarquia no turismo					
Inexistência de uma rede no território envolvente					
Existência de uma rede que não serve os interesses municipais					
Falta de meios para uma integração na rede					

VI- Perfil demográfico

1- Indique qual o intervalo etário a que pertence.

15-24

25-34

35-44

45-54

55-64

65 ou mais

2- Indique o seu género.

Masculino

Feminino

3- Possui formação na área do Turismo?

Sim

Não

3.1 Se respondeu SIM na pergunta anterior, qual é o seu tipo de formação na área do Turismo?

Curso profissional

TESP

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

4. Qual a função que desempenha na estrutura da Câmara Municipal?

Assistente Técnico

Assistente Operacional

Técnico(a) Superior

Chefe de Divisão/Gabinete

Diretor(a) de Departamento

Se a autarquia pretender ter informação sobre o estudo, por favor deixe o contacto de e-mail.